Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Nº da proposição	Data de autuação
00047/2018	02/05/2018

Assunto principal: PROPOSIÇÕES
Assunto: MENSAGENS

Autor: PODER EXECUTIVO

Ementa:

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.276 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Comissão temática:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

AO DEPTO. LEGISLATIVO
PARA LEITURA NO EXPEDIENTE
26 / 04 / 18
DEPUTADO JOSÉ ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

MENSAGEM Nº 276, de 26 de ABRIL de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à deliberação da augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2019, dando cumprimento ao disposto no art. 203, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual.

O Projeto da LDO dispõe sobre as prioridades, diretrizes e normas da administração pública estadual, para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2019.

Integram ainda o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias os seguintes anexos:

- Anexo I: Metas e Prioridades;
- Anexo II: Metas Fiscais,
- Anexo III: Anexo de Riscos Fiscais
- Anexo IV: Relação dos Quadros Orçamentários.

Dada a importância da matéria tratada, solicito o apoio de Vossa Excelência no encaminhamento e votação desta proposição, esperando contar com a aprovação dos senhores Deputados.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e ilustres pares, protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Governador

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO PGE-CE

NP: 998/2018

Projeto de LEI Nº de 2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 203, § 2º, da Constituição Estadual, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;
II - a estrutura e organização dos orçamentos;
III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
V - as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual;
VI - as disposições relativas à dívida pública estadual;
VII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;
II - Anexo de Metas Fiscais;
III – Anexo de Riscos Fiscais;
IV – Relação dos Quadros Orçamentários.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, consoante objetivos e diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, Lei do Plano Plurianual – PPA, para o período 2016-2019, correspondem às previstas do anexo I desta Lei, identificadas a partir dos seguintes critérios de priorização:

I – contribuição para os resultados e indicadores dos eixos e temas estratégicos;
II – contribuição para as diretrizes regionais; e

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

III – alinhamento com os Acordos de Resultados, previstos no Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017, que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados.

§ 1º As obrigações constitucionais e legais do Estado, as despesas com a conservação do patrimônio público e a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2019, em relação às prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As metas e prioridades deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, com os Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos Deliberativos de Políticas setoriais nas 14 (quatorze) regiões do Estado do Ceará, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, em conformidade com o disposto no §10 deste artigo.

§ 3º Além das disposições anteriores, a Lei Orçamentária priorizará o efetivo funcionamento dos Fundos:

I – Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA;
II – Fundo Estadual da Cultura - FEC;
III – Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP;
IV – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS;
V – Fundo de Inovação Tecnológica - FIT;
VI – Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas – FEPAD;
VII – Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

§ 4º A Lei Orçamentária conterá os demonstrativos orçamentários consolidados dos Fundos mencionados no § 3º deste artigo.

§ 5º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará disponibilizará o Projeto de Lei Orçamentária Anual, através do seu sítio eletrônico, como forma de assegurar e ampliar a participação dos Conselhos de Políticas Públicas e toda a sociedade.

§6º O anexo I desta Lei somente poderá ser atualizado após sua publicação e por ocasião da Adequação do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, em 2018, visando a assegurar a integração dos instrumentos de planejamento e atendendo ao disposto no art. 203, § 2º da Constituição do Estado do Ceará, e ao inciso III, do § 4º, do art. 11, da Lei Estadual nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, devendo a Secretaria do Planejamento e Gestão, após a publicação da referida Adequação, atualizar o anexo I e republicá-lo em seu sítio eletrônico.

§ 7º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2019, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada, e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais.

§ 8º As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2019 deverão estar em consonância com os Planos Estaduais setoriais estratégicos de longo prazo aprovados na Assembleia Legislativa.

§ 9º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, através do sítio eletrônico do Governo do Estado, dará ciência aos Conselhos de Políticas Públicas do período de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual antes do envio deste à Assembleia Legislativa, como forma de assegurar e ampliar a participação da sociedade.

§ 10. O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90(noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior através do envio à Assembleia Legislativa, de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de respectivo percentual de execução.

§ 11. Para a retirada de recursos de Fundos que não estejam sob o gerenciamento do Poder Executivo ou de seus órgãos delegados deverá ser assegurada a provisão de devolução, no Balanço Geral do Estado, para o Poder ou órgão a que estão vinculados os Fundos.

Art. 3º A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2019 deverá estar compatível com as metas fiscais previstas no anexo II desta Lei.

§ 1º As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no anexo II desta Lei, justifiquem a necessidade de alterações.

§ 2º A Lei Orçamentária conterá demonstrativo evidenciando as alterações realizadas.

§ 3º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação, além de outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do anexo II desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa as alterações realizadas.

Art. 4º As Diretrizes Orçamentárias de que trata esta lei são alinhadas aos resultados estabelecidos e pautadas nos objetivos e nas seguintes premissas do Plano Plurianual 2016-2019:

I - gestão pública por resultados;
II - participação cidadã;
III - promoção do desenvolvimento territorial;
IV - intersetorialidade na gestão das políticas públicas.

Parágrafo único. Além dos resultados, objetivos e premissas do Plano Plurianual 2016-2019, a Lei Orçamentária Anual 2019, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em linguagem clara e acessível à população.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO PGE-CE

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - o instrumento de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados;

II - iniciativa - o atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;

III - atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional;

VII - órgão orçamentário - o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - concedente - o órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual responsável pela transferência de recursos financeiros para ente ou entidade pública, pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, para a execução de ações por meio de convênios ou quaisquer instrumentos congêneres;

IX - convenente - o parceiro selecionado para a execução de ações em parceria com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênio ou instrumento congênere;

X - interveniente - o ente ou entidade pública que participa do convênio ou instrumento congênere, para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio, podendo assumir a execução do objeto pactuado e realizar os atos e procedimentos necessários, inclusive a movimentação de recursos;

XI - descentralização de créditos orçamentários - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes, observado o disposto no Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009;

XII - inadimplente - o convenente que não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e não apresentar ou não tiver aprovada pelo concedente a sua prestação de contas.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas alterações posteriores.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º A Lei Orçamentária para o exercício de 2019, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e no Plano Plurianual 2016 – 2019.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Estadual, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema de Contabilidade do Estado.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária e a respectiva Lei, para o ano de 2019, serão constituídos, de:

I – projeto de lei orçamentária anual, com a seguinte composição:

a) texto da Lei;

b) quadros da receita e da despesa, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – demonstrativos orçamentários consolidados relacionados no anexo IV desta Lei:

a) demonstrativo de renúncia de receita;

b) demonstrativo das dotações reservadas para Despesas de Pessoal;

c) demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas para Política de Gênero;

III – demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública;

IV – relação de iniciativas e ações orçamentárias.

§ 1º Acompanharão os orçamentos a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo:

I – demonstrativo do orçamento por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

II – demonstrativo segundo a natureza da Receita por entidade da Administração Indireta;

III – demonstrativo consolidado da Receita e da Despesa, por Categoria Econômica, por entidade da Administração Indireta.

§ 2º A vinculação entre iniciativa e ação, de que trata o inciso IV do *caput*, será evidenciada por meio de Demonstrativo por Órgão, Programa, Iniciativa e Ação.

Art. 9º Na proposta e na Lei Orçamentária Anual, a receita será detalhada por sua natureza, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Parágrafo único. As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza da receita e as fontes de recursos.

Art. 10. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, quando couber, deverá especificar, por órgão e entidade dos Poderes, os seguintes elementos:

I – esfera orçamentária;
II – classificação institucional;
III – classificação funcional;
IV– classificação econômica da despesa– Categoria Econômica, Grupo e Natureza da Despesa e Elemento de Despesa;
V – modalidade de aplicação;
VI – programas e ações (projeto, atividade ou operação especial);
VII – regionalização;
VIII – fontes de recursos e identificador de uso;
IX – identificador de resultado primário;
X – balancete orçamentário e financeiro.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar cada tipo de orçamento, conforme o art. 203 da Constituição Estadual, constando na Lei Orçamentária pelas seguintes legendas:

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

I – FIS - Orçamento Fiscal;
II – SEG - Orçamento da Seguridade Social;
III – INV - Orçamento de Investimento.

§ 2º A classificação institucional é representada pelos órgãos orçamentários no seu maior nível, agrupando as unidades orçamentárias que são o menor nível da classificação institucional.

§ 3º A classificação funcional e estrutura programática, de que trata a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será discriminada de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, sendo consolidada na Lei Orçamentária Anual por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.

§ 5º As categorias econômicas são as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 6º Os grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza do gasto, sendo identificados pelos seguintes títulos e códigos:

I – Pessoal e Encargos Sociais –1;
II – Juros e Encargos da Dívida – 2;
III – Outras Despesas Correntes – 3;
IV – Investimentos – 4;
V – Inversões Financeiras – 5;
VI – Amortização da Dívida – 6.

§ 7º A Modalidade de Aplicação (MA) indica se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos;

III – indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.

§ 8º A especificação da modalidade de que trata o § 7º será identificada por código próprio, com as seguintes características:

I – Transferências à União (MA 20);

II – Execução Orçamentária Delegada à União (MA 22);
III - Transferências a Municípios (MA 40);
IV - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (MA 41);
V – Execução Orçamentária Delegada a Municípios (MA 42);
VI – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);
VII – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);
VIII - Transferências a Instituições Multigovernamentais (MA 70);
IX – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);
X – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);
XI - Transferências ao Exterior (MA 80);
XII – Aplicações Diretas (MA 90);
XIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91);
XIV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe (MA 93);
XV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente não participe (MA 94).

§ 9º O elemento econômico da despesa tem por finalidade identificar o objeto de gasto e será discriminado no momento do empenho da despesa, com desdobramentos em itens.

§ 10. As fontes de recursos, de que trata este artigo, serão consolidadas, segundo:

I – os recursos do Tesouro, compreendendo os recursos da arrecadação própria do Tesouro Estadual, as receitas de transferências federais relativas à participação do Estado na Arrecadação da União e outras transferências constitucionais e legais correntes e de capital;

II – os recursos de Outras Fontes, compreendendo as demais fontes não previstas no inciso anterior;
III – os recursos da Administração Direta do Tesouro Estadual;

IV – os recursos da Administração Indireta.

§ 11. O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida de empréstimo e outras aplicações, constando da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos ou outros que poderão ser acrescentados pela SEPLAG:

I – fontes de recursos do Tesouro não destinados à contrapartida – 0;
II – fontes de recursos de Outras Fontes não destinadas à contrapartida 1;
III – contrapartida de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES – 2;
IV – contrapartida de empréstimos da Caixa Econômica Federal – CEF – 3;
V – contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - 4;
VI – contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – 5;

VII – contrapartida de outros empréstimos – 6;
VIII – contrapartida de convênios – 7.

§ 12. O identificador de Resultado Primário (RP), de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais do anexo II desta Lei, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando se a despesa é:

I – financeira - (RP 0);
II – primária obrigatória – (RP 1);
III – primária discricionária de projetos estruturantes do Estado (RP 2);
IV – primária discricionária de projetos do Orçamento Geral da União (RP 3);
V – do Orçamento de Investimento das empresas estatais que não impacta o resultado primário - (RP 4);
VI – destinada à convivência com a seca - (RP – 5).

§ 13. A consolidação do orçamento por região será feita em conformidade com as regiões de planejamento criadas pela Lei Complementar Estadual nº 154, de 20 de outubro de 2015.

§ 14. As despesas não regionalizadas, por não serem passíveis de regionalização quando da elaboração do orçamento anual, serão identificadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária pelo localizador de gasto que contenha a expressão "Estado do Ceará" e código identificador "15".

§ 15. As despesas não regionalizadas, conforme disposto no § 14 deste artigo poderão ser regionalizadas na execução orçamentária, mediante processamento no Sistema de Execução Orçamentária, que registre a efetiva localização da despesa nas regiões do Estado, de forma a favorecer e tornar transparente a interiorização dos gastos.

§ 16. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99) e sem registro da modalidade de licitação.

§ 17. As despesas relativas às Parcerias Público-Privadas deverão ser classificadas em elemento e modalidade de aplicação próprios, conforme atualização da Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 11. As receitas e despesas decorrentes da alienação de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista serão apresentadas na Lei Orçamentária de 2019 com códigos próprios que as identifiquem.

Art. 12. A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP e do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

§ 1º Os recursos do FECOP deverão atender às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos assistenciais e estruturantes, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para melhoria das condições de vida.

§ 2º Os programas e projetos financiados com recursos do FECOP e do FIT, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, constarão no Sistema de Execução Orçamentária com códigos próprios, de forma que possibilite sua identificação durante a execução orçamentária.

§ 3º Os recursos do FECOP deverão priorizar as regiões com os maiores índices de pobreza e desigualdade social, devidamente indicadas na Lei Orçamentária de 2019, garantindo o acesso da população às políticas públicas estaduais básicas.

Art. 13. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais discriminarão, em ação orçamentária específica na unidade orçamentária competente dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades vinculadas, inclusive as empresas públicas dependentes e sociedades de economia mista, as dotações destinadas ao atendimento de:

I – concessão de subvenções econômicas e subsídios;
II – participação em constituição ou aumento de capitais de empresas e sociedades de economia mista;
III – pagamento do serviço da dívida do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da Renegociação da Dívida do Estado;
IV – pagamento de precatórios judiciários;
V – despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial serão especificadas claramente em conformidade com a estrutura funcional programática da Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Para efeito do disposto no art. 10, os órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública encaminharão para a Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro - SIOF, até 31 de agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei, em especial o que dispõe o art.90.

Parágrafo único. Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput,* fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 15. Os recursos destinados à publicidade e ao apoio cultural deverão fortalecer veículos públicos, comunitários, independente e privados, em conformidade com o que dispõe o art. 157 da Constituição do Estado do Ceará, garantida a transparência das parcerias firmadas pela Administração Pública, regidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou segundo o regramento da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei das licitações e contratos públicos.

Art. 16. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como também os de abertura de créditos adicionais especiais, sob a forma de impressos e meios eletrônicos.



Parágrafo único. O Poder Executivo e o Poder Legislativo divulgarão esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual na internet e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após a entrega do Projeto de Lei Orçamentária, demonstrativo com a relação das obras com valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 18. O Poder Executivo manterá na rede internet programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, os respectivos relatórios, como também os previstos nos arts. 200 e seu parágrafo único; 203, § 2.º, inciso III; e 211, incisos I, II, III e IV, e seu parágrafo único, todos da Constituição Estadual e do Balanço Geral do Estado.

§ 1º Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública manterão, nas suas respectivas páginas na internet, todos os demonstrativos atualizados de sua execução orçamentária.

§ 2º Para os fins do previsto neste artigo, o Poder Público Estadual, na formulação e na execução da Lei Orçamentária Anual, se pautará por uma Política Estadual de Transparência da Administração Pública e do Processo Orçamentário fundada nos princípios constitucionais e legais que regem a organização estadual, especialmente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da motivação, da indivisibilidade e indisponibilidade do interesse público, da democratização, da transparência e da participação, e que se expressam nas seguintes diretrizes, entre outras possíveis para o pleno atendimento dos objetivos desta Lei:

I – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, da previsão e execução dos gastos públicos, abrangendo toda a Administração Pública, especialmente no que tange ao processo orçamentário e a sua execução;

II – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos a compreensão do processo orçamentário, desde as premissas de elaboração da lei orçamentária até o pagamento final das despesas, com a devida prestação de contas;

III – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos compreender e monitorar os gastos públicos;

IV – elaboração e execução do orçamento em estreita observância do princípio da justiça social, o qual implica assegurar projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões administrativas do Estado, bem como combater a exclusão social;

V – além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a efetiva utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos cidadãos às informações relativas ao orçamento e à gestão fiscal;

VI – ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas e respectivos pareceres prévios;

VII – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de instrumentos que permitam a qualquer cidadão realizar denúncias, reclamações, sugestões e/ou elogios acerca da gestão das finanças e dos gastos públicos.

§ 3º É obrigatório o registro da execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em cumprimento aos prazos disciplinados pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009.

§ 4º O Poder Executivo disponibilizará no sítio eletrônico do Portal da Transparência, demonstrativo dos investimentos executados, por região de planejamento, para fins de acompanhamento da execução orçamentária dos investimentos previstos na Lei Orçamentária de 2019, no tocante à interiorização do desenvolvimento, assim como para comprovação do atendimento ao disposto nos arts. 208 e 210 da Constituição do Estado de Ceará.

§ 5º Em observância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, a seu critério, promover a publicação oficial dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da SEPLAG, em substituição à publicação impressa.

Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, e visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados do programa do Governo, a elevação da eficiência e eficácia da gestão pública, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão observar, quando da elaboração da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, a classificação da ação orçamentária em relação à prevalência da despesa, conforme abaixo mencionada:

I – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Administrativos Continuados": gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

II – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Correntes Administrativos Não Continuados": despesas de natureza administrativa de caráter eventual;

III – ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Administrativas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, de natureza administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho das áreas meio;

IV – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Continuados": despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços à sociedade, de natureza continuada, e não contribuem para a geração de ativos;

V – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Não Continuados": gastos relacionados com a oferta de produtos e serviços à sociedade, mas não existe o caráter de obrigatoriedade. A despesa pode ter relação com a realização de ativos públicos;

VI – ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Finalísticas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas, em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade.

§ 1º Consoante o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública, cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.

§ 2º Para promover o adequado controle de custos e avaliação, a Administração Estadual deverá implementar e manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, respeitado o cronograma da Secretaria do Tesouro Nacional e em obediência às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

§ 3º O controle de custos de que trata o parágrafo anterior será utilizado para o estabelecimento da relação entre despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise de eficiência na alocação de recursos e sua base deverá ser alimentada pelas ferramentas gerenciais do Sistema de Gestão Governamental Por Resultados - S2GPR, e demais sistemas utilizados pelo Governo do Estado, cujas informações guardem relação direta com a apuração dos custos das ações governamentais.

§ 4º O Poder Executivo Estadual disponibilizará no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com apresentação de quadro demonstrativo dos custos



básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

Seção II
Da Elaboração e Execução do Orçamento

Art. 20. A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2019, deverá ser obtida pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada, não financeira, e expresso em percentual do Produto Interno Bruto – PIB estadual, observada discriminação prevista, na forma do inciso II, § 2 º, art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no anexo II – Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei, deduzidos os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP2, RP3, RP4 e RP5, de que trata o § 12 do art. 10 desta Lei.

§ 1º O valor do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 será evidenciado no demonstrativo de apuração do resultado primário para compensar eventual variação negativa, na meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em alterações posteriores, no ano fiscal de 2019.

§ 2º O valor dos investimentos em Programas de Infraestrutura, não computados para efeito de apuração do resultado primário, serão identificados no anexo II – Anexo de Metas Fiscais, desta Lei.

§ 3º O montante de investimentos descrito no § 2º poderá ser alterado caso ocorra variação na previsão das receitas e despesas à época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, sendo evidenciado em demonstrativo próprio do Volume I, da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 21. Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA.

Art. 22. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão, como limites das despesas correntes destinadas ao custeio de funcionamento e de manutenção, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2018, acrescidos dos valores dos créditos adicionais referentes às despesas da mesma espécie e de caráter continuado autorizados até 30 de julho de 2018, podendo ser corrigidas para preços de 2019 até o limite dos parâmetros macroeconômicos projetados para 2019, conforme o anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

§ 1º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo poderão ser acrescidas as despesas de manutenção e funcionamento de novos serviços e instalações cuja aquisição ou implantação esteja prevista para os exercícios de 2018 e 2019.

§ 2º As despesas de custeio e manutenção do Poder Executivo, de que trata o *caput* deste artigo, correspondem às despesas das ações orçamentárias classificadas no Sistema Integrado de Orçamento e Finanças – SIOF, como "Gastos Administrativos Continuados", conforme definido no inciso I do art. 19 desta Lei.

§ 3º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo deverão ser excluídas as dotações orçamentárias autorizadas em créditos adicionais em 2018, destinadas a despesas de caráter eventual.

Art. 23. No Projeto de Lei Orçamentária de 2019, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2019, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2019, conforme discriminado no anexo II - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Parágrafo único. As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas, segundo a taxa de câmbio projetada em 2019, com base nos parâmetros macroeconômicos para 2019, conforme o anexo II - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 24. A alocação dos créditos orçamentários, na Lei Orçamentária Anual, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A vedação contida no art. 205, inciso V da Constituição Estadual, não impede a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora, em conformidade com o Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009.

Art. 25. Na Lei Orçamentária não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;

III – previstos recursos para aquisição de veículos de representação, ressalvadas as substituições daqueles com mais de 4 (quatro) anos de uso ou em razão de danos que exijam substituição;

IV – previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da Administração Pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

V – classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;

VI – incluídas dotações relativas às operações de crédito não contratadas ou cujas cartas-consultas não tenham sido recomendadas pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 30 de agosto de 2018;

VII – incluídas dotações para pagamento com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, de remuneração a Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais, exceto na forma de concessão de bolsa para servidores públicos estaduais ocupantes de cargos do Grupo Magistério 1º e 2º Grau – MAG, da Secretaria da Educação e professores do Grupo Magistério Superior – MAS, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quando da atuação em programa de formação e qualificação educacional de professores leigos, excetuando-se ainda, o pagamento de bolsas do Programa Agente Rural, instituído pela Lei nº 15.170, de 18 de junho de 2012.

Parágrafo único. As operações de crédito de que trata o inciso VI deste artigo que forem recomendadas pela COFIEX, para o caso de operações externas; ou aprovadas pela instituição financeira, no caso das operações internas, poderão, após 30 de agosto, ser incluídas no orçamento por meio de emendas ou créditos adicionais.

Art. 26. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista, a que se refere o art. 48 desta Lei, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem, integralmente, às necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos para investimentos e inversões financeiras, de que trata o *caput* deste artigo, serão priorizadas as contrapartidas de contratos de financiamentos internos e externos e convênios com órgãos federais e municipais.

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2019 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) os projetos em andamento;

b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Estadual;

c) a contrapartida para os projetos com financiamento externo e interno e convênios com outras esferas de governo;

d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciárias;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO PGE-CE

II – os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;

III – a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2016-2019.

§ 1º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2018, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 28. Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

I – recursos vinculados compostos pela cota parte do salário educação, pela indenização por conta da extração de petróleo, xisto e gás, pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, pelas operações de crédito interno e externo e convênios;

II – recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

III – contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado;

IV – recursos destinados a obras não concluídas das administrações direta e indireta, consignados no orçamento anterior.

§ 1º A anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor consignado na proposta orçamentária.

§ 2º Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:

I - destinem recursos do Tesouro Estadual para Empresas Estatais Não Dependentes;

II - destinem recursos do Tesouro Estadual para Fundos cujas Leis de criação não prevêem essa fonte de financiamento;

III - anulem valor de dotações orçamentárias do grupo de natureza de despesa 31 – Pessoal e Encargos Sociais, exceto quando suplementado para o próprio grupo de despesa;

IV - anulem valor das ações orçamentárias classificadas no Poder Executivo conforme incisos I e IV do art. 19, exceto quando a suplementação se destinar, respectivamente, aos Gastos Administrativos Continuados ou Gastos Finalísticos Correntes Continuados do próprio órgão que originou a anulação;

V - anulem as dotações orçamentárias que estejam previstas na Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 29. O pagamento de precatórios judiciários será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

Parágrafo único. Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da Justiça Estadual, constarão dos orçamentos dos órgãos e entidades da Administração Indireta a que se referem os débitos, quando a liquidação e o pagamento for com recursos próprios, e dos orçamentos dos Encargos Gerais do Estado, quando pagos com recursos do Tesouro Estadual.

Art. 30. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2019, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1.º, 2.º e 3.º, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal.

Art. 31. Os órgãos e entidades da Administração Pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 32. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida corresponderão às operações contratadas e às autorizações concedidas até 31 de agosto de 2018.

Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo o disposto no art. 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 34. Os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, serão identificados por código próprio, relacionados à sua origem e a sua aplicação.

Art. 35. Na programação de investimentos da Administração Pública Estadual a alocação de recursos para os projetos de tecnologia da informação deverão, sempre que possível, ser efetuados em ação orçamentária específica, com código próprio, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.

Art. 36. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados na legislação estadual vigente, para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 24, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



Seção III
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 37. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.

Art. 38. A criação de órgãos, bem como a inclusão de categoria de programação ao Orçamento de 2019 será realizada mediante abertura de crédito adicional especial.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos aos créditos, de que trata o *caput* deste artigo, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.

§ 2º Os projetos relativos a créditos adicionais especiais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Assembleia Legislativa por meio de projetos de lei específicos para atender exclusivamente a esta finalidade.

§ 3º Os créditos especiais aprovados pela Assembleia Legislativa serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 39. Durante a execução orçamentária, poderão ser incorporados ao orçamento anual, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo para:

I – a inclusão ou alteração de categoria econômica, grupo de despesa e região em projeto, atividade ou operação especial, já constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais;

II - a reabertura de ação orçamentária e seus elementos constituintes, desde que a mesma já tenha apresentado execução no âmbito do PPA 2016-2019;

III – alteração na classificação funcional ou vinculação da ação a iniciativa do Programa, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, mantidos a classificação da despesa e o valor global.

Art. 40. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5.º, § 3.º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, com o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes do PPA 2016-2019.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso, desde que justificadas pela unidade orçamentária detentora do crédito.

Art. 41. As alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da categoria de programação e do grupo de despesa não ensejam à abertura de créditos adicionais e poderão ocorrer no sistema de contabilidade para ajustar:

I – a Modalidade de Aplicação, exceto quando envolver a modalidade de aplicação 91;

II – o Elemento de Despesa;

III – o Identificador de Uso – Iduso;

IV – as fontes de recursos quando a alteração ocorrer entre fontes de operações de crédito não vinculadas a objeto de gastos específicos;

V – as subfontes de recursos, desde que na mesma fonte de recursos.

§ 1º As referidas alterações serão realizadas diretamente no Sistema de Execução Orçamentária.

§ 2º As alterações referentes a créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária cujas despesas foram alocadas na Região 15 – Estado do Ceará, poderão ser regionalizadas durante a execução orçamentária de acordo com o disposto nos §§ 14 e 15 do art. 10 desta Lei.

Art. 42. A descrição das ações orçamentárias poderá ser renomeada para melhor qualificá-las, sem alteração da essência do objeto.

Seção IV
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 43. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações públicas de saúde, à prestação de assistência médica, laboratorial e hospitalar aos servidores públicos, dentre outras, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no art. 203, § 3°, inciso IV, da Constituição Estadual, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições previdenciárias dos servidores estaduais ativos e inativos;

II – de receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta Seção;

III – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

IV – da Contribuição Patronal;

V – de outras receitas do Tesouro Estadual.

Seção V
Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública

Art. 44. Para efeito do disposto nos arts. 49, inciso XIX; 99, § 1°, e 136, todos da Constituição Estadual, e art. 134, § 2º, da Constituição Federal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e, no que couber, da Defensoria Pública:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto nos arts. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 desta Lei;

II – as demais despesas com custeio administrativo e operacional obedecerão ao disposto no art. 22 desta Lei.

Parágrafo único. Aos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, à Defensoria Pública Geral do Estado e ao Ministério Público Estadual fica assegurada autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, devendo ser-lhes entregues, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias e créditos suplementares e especiais, atendendo ao disposto no art. 168 da Constituição Federal.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 10 desta Lei, as propostas orçamentárias do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública serão encaminhadas à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro – SIOF, até 31 de agosto de 2018, de forma que possibilite o atendimento ao disposto no inciso VI, do § 3° do art. 203 da Constituição Estadual.

§ 1° O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes e demais órgãos mencionados no *caput*, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, o estudo e a estimativa da receita para o exercício de 2019 e a respectiva memória de cálculo.

§ 2° Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2019, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 46. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2019, consignará recursos para o funcionamento da Escola Superior do Legislativo, respeitados os limites estabelecidos nesta Lei.

Seção VI
Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado

Art. 47. Constará da Lei Orçamentária Anual o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, de acordo com art. 203, § 3°, inciso II da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O orçamento de investimento detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa de investimentos e inversões financeiras.

Art. 48. Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, de que trata o artigo anterior, as normas gerais da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

§ 1° Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para as finalidades a que se destinam.

§ 2° A execução orçamentária das empresas públicas dependentes dar-se-á através do Sistema de Contabilidade do Estado.

Seção VII
Da Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

Art. 49. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por Poder e Órgão, e metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 22 desta Lei.

§ 1° O cronograma de desembolso mensal da despesa deverá estar compatibilizado com a programação das metas bimestrais de arrecadação.

§ 2° O cronograma mensal da despesa de pessoal e encargos sociais deverá refletir os impactos dos aumentos concedidos aos servidores ativos e inativos, a partir do mês da sua implementação.

§ 3° Observado o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a programação para pagamento de precatórios judiciários obedecerá ao cronograma de desembolso na forma de duodécimos.

§ 4° Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal das demais despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

§ 5° O ato referido no *caput* poderá ser modificado na vigência do exercício fiscal para ajustar as metas de realizações das receitas e o cronograma de pagamento mensal das despesas, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

Art. 50. Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos, de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública no conjunto de Outras Despesas Correntes e no de Investimentos e Inversões Financeiras, constantes na programação inicial da Lei Orçamentária, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.

§ 1° Na hipótese de ocorrência do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao bimestre, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira,

especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receita e despesa, ficando facultada aos mesmos a distribuição da contenção entre os conjuntos de despesas citados no *caput* deste artigo e, consequentemente, entre os projetos/atividades/operações especiais contidos nas suas programações orçamentárias.

§ 2º Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato próprio, até o vigésimo dia após o recebimento do comunicado do Poder Executivo, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira, nos montantes necessários, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no *caput* deste artigo.

§ 3º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira, conforme previsto no *caput* deste artigo, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública minimizarão tal limitação, na medida do possível e de forma justificada, nos projetos/atividades/operações especiais de suas programações orçamentárias, localizados nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, vedada essa limitação aos municípios situados no Grupo 4 do IDM.

§ 4º Caso haja necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservados, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, combate à fome e à pobreza, e as ações relacionadas à criança, ao adolescente, ao idoso, aos portadores de necessidades especiais e à mulher, ao enfrentamento às drogas, à convivência com a seca, prioritariamente na aquisição de máquinas perfuratrizes e poços profundos e àqueles relacionados ao combate de surtos, endemias e epidemias.

§ 5º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo estabelecido no *caput* do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, relatório contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receita e despesa, revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo II - Anexo das Metas Fiscais desta Lei, e justificativa da necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira nos percentuais, montantes e critérios estabelecidos nesta Lei.

Seção VIII

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Organizações da Sociedade Civil e Pessoas Físicas

Art. 51. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, termos de colaboração, termos de fomento ou acordo de cooperação, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e sua regulamentação em âmbito estadual, conforme o caso, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:
a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
b) realização de chamamento público;
c) aprovação de plano de trabalho;

II - pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas;
a) não tenham sido doadoras, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual;
b) não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos.

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível, nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na regulamentação estadual.

§ 3º Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público regidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas no art.54 desta Lei, para firmarem Termo de Parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Ceará.

§ 4º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de convênios ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.

§ 5º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

§ 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa orçamentário, os valores a serem transferidos e o público-alvo.

Art. 52. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal 13.019/2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

Seção IX
Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado qualificadas como Organizações Sociais

Art. 53. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas do setor privado qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997 e alterações posteriores, dar-se-á por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – previsão de recursos no orçamento do órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;

II – aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social e pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante;

III – designação pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante, da Comissão de Avaliação que irá acompanhar o desenvolvimento do programa de trabalho e as metas estabelecidas no Contrato de Gestão;

IV – atendimento das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos arts. 28 e 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V – adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Federal;

VI – observância presente no Contrato de Gestão de metas atingidas e construção de respectivos prazos de execução, assim como dos critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade.

§ 1º O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, disponibilizará semestralmente no Portal da Transparência, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão, evidenciando a prestação de contas completa dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº. 15.356, de 4 de junho de 2013.

§ 2º Os órgãos e entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com organizações sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará

§ 3º Os relatórios de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 4º A comissão de Avaliação deverá emitir, ao final do período anual de convênio, relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão, para análise pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente, que deverá publicar parecer no Diário Oficial do Estado e constar no Portal da Transparência, observando e explicando comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados.

Seção X
Das Transferências para Empresas Controladas pelo Estado

Art. 54. As transferências de recursos para sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não integrantes do orçamento fiscal, dar-se-á por aumento de participação acionária ou subvenção econômica, mediante autorização legal concedida na lei de criação ou lei subsequente.

§ 1° Excepcionalmente, os órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal poderão transferir recursos para as empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata o *caput*, visando à realização de investimentos públicos ou a sua manutenção, desde que os bens resultantes ou mantidos pertençam ao Patrimônio Público Estadual.

§ 2° As transferências de que trata o parágrafo anterior serão formalizadas por meio de Termo de Cooperação e contabilizadas como despesas correntes ou de capital, conforme o caso, e registradas nos elementos de despesa correspondentes.

§ 3° Fica dispensada a celebração do Termo de Cooperação de que trata o parágrafo anterior, nos casos de transferências já fundamentadas em instrumento celebrado com a União, em que o Estado e as entidades de que trata o *caput* sejam signatários e no qual estejam estipuladas as regras a serem observadas entre as partes, inclusive quanto à propriedade de bens resultantes ou remanescentes do objeto pactuado, que poderão destinar-se a outros entes federativos.

Seção XI
Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Entes e Entidades Públicas

Art. 55. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e entes ou entidades públicas que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e instrumentos congêneres, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – Órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:
a) ter previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;
b) ter aprovado o plano de trabalho;
II – Entes e entidades públicas parceiras:
a) estar adimplente com as contribuições do Seguro Safra;
b) comprovar a implantação do piso nacional dos agentes de saúde;
c) comprovar a aderência a programa de contingência aprovado pela Secretaria da Saúde do Estado, quando declarada epidemia de dengue, zika ou febre chikungunya.

§ 1° Serão prioritárias as análises dos planos de trabalho e as liberações de créditos correspondentes, dos projetos oriundos do Programa de Cooperação Federativa – PCF, destinadas às ações de saúde, de convivência com a estiagem e as referentes a convênios e instrumentos congêneres já celebrados com o Estado ou a União, em andamento.

§ 2º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às transferências voluntárias de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

Art. 56. As exigências previstas no inciso II do *caput* do artigo anterior não se aplicam às transferências para atender exclusivamente:

I – às situações de emergência ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual, durante o período em que estas subsistirem;

II – à execução de programas e ações de educação, saúde e assistência social.

§ 1º A exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55 aplicar-se-á a todos os municípios e às entidades públicas que tenham diretrizes voltadas à saúde pública, não podendo ser exigidas dos demais entes ou entidades a que faz referência o *caput* do mesmo artigo.

§ 2º Poderá ser afastada a exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55, por deliberação do Secretário da Saúde do Estado, caso o município ou a entidade pública apresente plano emergencial de combate ao agente transmissor destas doenças.

Art. 57. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a integrar os Consórcios Públicos Interfederativos para a gestão e realização de ações, obras, investimentos e políticas públicas de interesse comum.

Art. 58. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e organismos internacionais ou órgãos pertencentes à sua estrutura organizacional serão regidos por lei específica.

Art. 59 Quando o objeto da parceria se tratar de execução de obras de engenharia, deverão ser incluídas nas placas e adesivos indicativos a informação dos endereços e/ou meios de acesso ao Portal da Transparência do Estado e ao Sistema de Ouvidoria do Estado.

Art. 60. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio.

Seção XII
Da Contrapartida

Art. 61. É facultativa a exigência de contrapartida das pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil e das pessoas físicas para recebimento de recursos mediante convênios ou instrumentos congêneres, termos de colaboração e termos de formento firmados com o Governo Estadual, ressalvado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 62. É obrigatória a contrapartida dos municípios, calculada sobre o valor transferido pelo concedente para recebimento de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

celebrados com a Administração Pública Estadual, podendo ser atendida por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, segundo critério de percentual da receita de impostos municipais em relação às receitas orçamentárias, assim definidos:

I – 5% (cinco por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja inferior a 5% (cinco por cento);

II – 7% (sete por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 10% (dez por cento);

III – 10% (dez por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 10% (dez por cento) e inferior a 20% (vinte por cento);

IV – 20% (vinte por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 20% (vinte por cento).

§ 1º Para o cálculo de que trata o *caput*, deverão ser consideradas as informações mais recentes divulgadas pelo Sistema de Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional - FINBRA, na data da celebração da parceria.

§ 2º Os percentuais de contrapartida fixados nos incisos I a IV deste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta, nos seguintes casos:

I – projetos financiados por operações de crédito internas e externas os quais estabeleçam percentuais diferentes dos previstos neste artigo;

II – programas de educação básica, de ações básicas de saúde, de segurança pública, de assistência social, de combate à pobreza, de assistência técnica e de superação da crise hídrica.

§ 3º Os critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta deverão especificar o percentual de contrapartida a ser aportada.

§ 4º A exigência da contrapartida prevista no *caput* não se aplica às parcerias celebradas para atender exclusivamente às situações de emergência ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual.

§ 5º Os municípios cearenses que, no exercício fiscal de 2018, comprovem o aumento de suas receitas próprias de impostos em comparação ao exercício fiscal de 2017, terão redução da contrapartida a que se refere o caput deste artigo nos seguintes patamares:

I – aumento de 2% (dois por cento), na arrecadação com redução em 2% (dois por cento) na contrapartida;

II – aumento de 4% (quatro por cento) na arrecadação com redução em 3% (três por cento) na contrapartida;

III – aumento de 6% (seis por cento) na arrecadação com redução em 4% (quatro por cento) na contrapartida.

§ 6º Os municípios cearenses classificados em 2018 nos grupos de Média-Alta e Alta Vulnerabilidade do Índice Municipal de Alerta (IMA), divulgado pelo IPECE, terão redução nos percentuais estabelecidos no *caput* deste artigo em 3% (três pontos percentuais)

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 63. Adicionalmente à legislação vigente de concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, o Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa projetos de lei que visem conceder ou ampliar novos benefícios ou incentivos fiscais.

§ 1º Os projetos de lei referentes à concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, de caráter não geral, serão acompanhados das devidas justificativas de diminuição de despesas ou do correspondente aumento de receita, que assegure o cumprimento das metas fiscais.

§ 2º Os projetos de lei referidos no *caput* deste artigo não poderão versar sobre benefício fiscal para:

I – empresas que constem no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo, conforme a Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II – empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por exploração do trabalho infantil;

III – empreendimentos que não obedeçam aos parâmetros legais de contratação de pessoas com deficiência, estabelecidos pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV – empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos;

V – empreendimentos que não possuam licença ambiental prévia, quando a legislação assim exigir.

§ 3º Para ampliar os mecanismos de transparência, o Poder Executivo divulgará, no Portal da Transparência e outros instrumentos de fácil acessibilidade, em caráter geral e não geral, explicitando: natureza do benefício fiscal concedido, com seus índices; beneficiário do incentivo; estimativa da perda de arrecadação e breve justificativa.

Art. 64. O Poder Executivo e as entidades da Administração Pública Indireta também observarão às vedações do § 2º do art. 63 na concessão de incentivos e redução de tarifas, quando forem responsáveis por sua instituição e cobrança.

Art. 65. Na elaboração da estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que venham a ser realizadas até 31 de dezembro de 2018, em especial:

I – as modificações na legislação tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II – a concessão, redução e revogação de isenções fiscais de caráter geral;

III – a modificação de alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV – outras alterações na legislação que proporcionem modificações na receita tributária.

§ 1° O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes de caráter geral;

II – continuidade à implementação de medidas tributárias de proteção à economia cearense, em especial às cadeias tradicionais e históricas do Estado, geradoras de renda e trabalho;

III – crescimento real do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

IV – promoção da educação tributária;

V – modificação na legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, objetivando a adequação dos prazos de recolhimento, atualização da tabela dos valores venais dos veículos e alteração de alíquotas;

VI – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;

VII – adoção de medidas que se equiparem às concedidas pelas outras Unidades da Federação, criando condições e estímulos aos contribuintes que tenham intenção de se instalar e aos que estejam instalados em território cearense, visando ao seu desenvolvimento econômico;

VIII – ajuste das alíquotas nominais e da carga tributária efetiva em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IX – modernização e rapidez dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários e na dinamização do contencioso administrativo;

X – fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;

XI – tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao microprodutor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO PGE-CE

XII – fiscalização das atividades de exploração do serviço de loteria estadual, instituindo tratamento tributário diferenciado análogo ao conferido aos produtos supérfluos e na consecução do poder de polícia relacionado ao exercício desta atividade econômica;

XIII – concessão de incentivos fiscais à implantação de empreendimentos de geração de emprego e renda e distribuição de energias renováveis e aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, bem como de mobilidade urbana, de segurança hídrica e obras de infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias, inclusive em parcerias público-privadas de interesse do Estado;

XIV – acompanhamento e fiscalização pelo Estado do Ceará, das compensações, royalties e participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.

§ 2° Na estimativa das receitas da Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária e de contribuições que estejam em tramitação na Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 66. Na elaboração de suas propostas orçamentárias, os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para pessoal, a despesa de pessoal e encargos sociais projetados para o ano de 2018, com base nos seguintes critérios:

I – a projeção da despesa de pessoal de 2018 será calculada tomando por base a média mensal da despesa empenhada em Pessoal e Encargos Sociais no primeiro semestre, excluindo as despesas relacionadas à Folha Complementar;

II – a atualização para 2019 poderá ser realizada até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificado nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos no anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei, desde que os cenários projetados estejam consistentes à realidade fiscal na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 ou até 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária conforme Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, respeitados os limites individualizados de cada Poder definidos no art.90.

§ 1° Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo, poderão ser adicionados o crescimento vegetativo da folha, conforme parâmetros estabelecidos pela SEPLAG, e outros acréscimos legais aplicáveis.

§ 2° Para fins de atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, os Poderes Legislativo, Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública informarão à Secretaria do Planejamento e

Gestão - SEPLAG, até 30 de julho de 2018, as suas respectivas projeções das despesas de pessoal, instruídas com memória de cálculo, demonstrando sua compatibilidade com o disposto nos arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 67. Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida - RCL:

I – no Poder Executivo: 49 % (quarenta e nove por cento);

II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III – no Poder Legislativo: 3,0 % (três por cento);

IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

Art. 68. Na verificação dos limites definidos no art. 67 desta Lei, serão também computadas, em cada um dos Poderes e no Ministério Público e da Defensoria Pública, as seguintes despesas:

I - com inativos e os pensionistas, segundo a origem do benefício previdenciário, ainda que a despesa seja empenhada e paga por intermédio do Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

II - com servidores requisitados.

Parágrafo único. Serão considerados contratos de terceirização de mão de obra, para efeito do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal, as quais serão computadas para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 69. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do disposto no *caput* deste artigo, caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito adicional a ser criado no exercício de 2019, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 70. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, das autarquias e fundações públicas cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 71. Para efeito da elaboração e execução da despesa de pessoal, os Poderes e órgãos consignarão dotações específicas, distinguindo, pagamento da folha normal e pagamento da folha complementar.

§ 1º A folha normal de pagamento de pessoal e encargos sociais compreende as despesas classificadas nos elementos discriminados abaixo, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008 e suas alterações posteriores:

I - 319001 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares;
II - 319003 - Pensões do RPPS e do militar;
III - 319004 - Contratação por Tempo Determinado;
IV - 319005 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar;
V - 319007 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência;
VI - 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil;
VII - 319012 - Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Militar;
VIII - 319013 - Obrigações Patronais;
IX - 319016 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil;
X - 319017 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar;
XI - 319096 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.

§ 2º Os elementos discriminados no *caput* deste artigo poderão ser acrescidos de outros que se identifiquem como despesa da folha normal, mediante solicitação justificada da necessidade dirigida à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

§ 3º A folha complementar de pessoal ativo, inativo e pensionista, civis e militares, compreende:

I – sentenças judiciais, medidas cautelares e tutelas antecipadas;

II – indenizações e restituições, estas de natureza remuneratória, a qualquer título, de exercícios anteriores;

III – outras despesas não especificadas no § 1º deste artigo e outras de caráter eventual.

§ 4º Fica vedada a emissão de empenho, liquidação e pagamento para despesas com pessoal e encargos sociais, utilizando dotações orçamentárias consignadas no orçamento cujos títulos descritores se apresentam de forma genérica e abrangente.

§ 5º As despesas da folha complementar do exercício 2019 não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o exercício 2019, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública, ressalvado o caso previsto no inciso I do § 3º deste artigo, e os definidos em lei específica.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

§ 6º As despesas de pessoal na modalidade 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - não serão computadas para cálculo do limite definido no § 5° deste artigo.

§ 7º Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a execução de despesa de pessoal que não atenda o disposto nesta Lei.

Art. 72. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, publicará no Diário Oficial do Estado – DOE, até 30 de setembro de 2018, com base na situação vigente em 30 de junho de 2018, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e militar, explicitando os cargos ocupados e vagos, respectivamente.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, observarão o disposto neste artigo, mediante ato próprio dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando, inclusive, as entidades vinculadas da Administração Indireta.

Art. 73. No exercício de 2019, observado o disposto no art. 37, inciso II, e art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 72 desta Lei, ou quando criados por lei específica;

II - houver vacância dos cargos ocupados constantes da tabela a que se refere o art. 72 desta Lei;

III - for observado o limite das despesas com pessoal nos termos do art. 67 desta Lei.

Art. 74. No exercício de 2019, a realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título quando a despesa houver extrapolado o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites previstos no art. 67 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, especialmente os voltados para as áreas de saúde, assistência social, segurança pública e educação.

Art. 75. Para atendimento do § 1° do art. 18 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000, aplica-se o disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 495, de 06 de junho de 2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, e na Resolução n° 3.408, de 1º de novembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Art. 76. As operações de crédito interno e externo reger-se-ão pelo que determinam a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 5, de 3 de abril de 2002, e a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 6, de 4 de junho de 2007, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I - mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:

a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;

b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;

c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

II - mediante alienação de ativos:

a) ao atendimento de programas sociais;

b) ao ajuste do setor público e redução do endividamento;

c) à renegociação de passivos.

§ 2º Após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, a SEPLAG disponibilizará em seu sítio informações que conterão:

I – quadro detalhado das operações de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento de serviço da dívida;

II – quadro indicativo da previsão do serviço da dívida para 2019, incluindo modalidade de operações, valor principal, juros e demais encargos.

§ 3º Os gastos do Estado com o pagamento da dívida pública estadual, interna e externa, bem como os respectivos juros e encargos, devem ser disponibilizados trimestralmente, de forma detalhada, no Portal da Transparência, indicando:

I – o contrato a que se refere, disponibilizando-se acesso ao inteiro teor, inclusive anexos e aditivos;

II – a natureza do pagamento (amortização, juros ou encargos).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. As entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente e do Poder Legislativo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

PROCURADORIA PGE-CE

Art. 78. O Portal da Transparência, como instrumento de divulgação das informações e das movimentações financeiras feitas pelo Estado constantes nesta Lei, atenderá a todos os requisitos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e conterá, além das informações atualmente disponibilizadas, pelo menos:

I – o valor da contrapartida dos convênios firmados pelo Estado;

II – os itens de execução e classificação orçamentária, bem como notas de empenhos e ordens bancárias;

III – informações sobre os servidores públicos estaduais, em especial o nome, vínculo, cargo e remuneração;

IV - informações sobre gastos relacionados a viagens nacionais e internacionais realizadas por agentes públicos, empregados e servidores públicos do Estado do Ceará a serviço ou em missões oficiais;

V - informações sobre os terceirizados que compõem a Administração Direta, fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes, indicando o nome, cargo e remuneração;

VI - apresentação de editais e resultados de concursos públicos realizados, no Estado do Ceará, no ano corrente.

§ 1º As informações de que tratam os incisos IV, V e VI deste artigo ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2019.

§ 2º O Portal da Transparência deverá ser divulgado nos principais meios de comunicação do Estado como forma de incentivar a sociedade a consultá-lo.

§ 3º A arrecadação do Estado do Ceará, disponibilizada no Portal da Transparência, permitirá ao cidadão a escolha do retorno da consulta ao Sistema tanto por órgão arrecadador quanto por tipo de receita, até o nível de subalínea.

§ 4º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 79. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira, contratos, convênios e instrumentos congêneres e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem que esteja comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 80. A Lei Orçamentária de 2019 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no inciso I do § 10 do art. 10 desta Lei, e atenderá:

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

I - passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes:

a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica;

b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Estadual, bem como riscos pertinentes a ativos do Estado decorrentes de operações de liquidação extrajudicial;

c) outras demandas judiciais contra o Estado;

d) lides de ordem tributária e previdenciária;

e) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;

f) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado;

g) operações de aval e garantia, fundos e outros;

II - situações de emergência e calamidades públicas.

§ 1º Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2019, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.

§ 2º Os decretos expedidos que tenham como finalidade a abertura de créditos suplementares deverão indicar quais ações suplementadas tiveram como fonte de recursos a anulação dos créditos da Reserva de Contingência, além das motivações para a utilização da referida fonte.

Art. 81. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 82. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2019 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2019, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, com base em remanejamento de dotações e publicados os respectivos atos.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

III - pagamento do serviço da dívida estadual;

IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS;

V - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a municípios;

VI – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 4º As emendas parlamentares devem apresentar objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, o projeto ou a atividade, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa e a destinação de recursos.

§ 5º As propostas de emendas ao Projeto da LOA 2019 serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição do Estado do Ceará e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as regras estabelecidas nesta Lei e a estrutura do PPA 2016-2019.

Art. 83. Até 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento à sanção governamental do Autógrafo de Lei Orçamentária de 2019 e dos Autógrafos de Lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará, em meio digital de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos Autógrafos, indicando:

I - em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte e região, realizados pela Assembleia Legislativa em razão de emendas;

II - as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art.13 desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.

Art. 84. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada órgão ou entidade, unidade orçamentária, categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso e região, especificando o elemento da despesa.

Art. 85. A prestação anual de contas do Governador do Estado incluirá relatório de execução dos principais programas e projetos, contendo identificação, data de início, data de conclusão, quando couber, informação quantitativa, em percentual de execução física e orçamentária.

Parágrafo único. O Balanço Geral do Estado será recepcionado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com a presença de representantes da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento e Gestão, em obediência aos prazos e às formalidades dispostas nos arts. 296 a 301 da

Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Art. 86. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, deverá enviar, trimestralmente, à Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços da Assembleia Legislativa e publicar no Diário Oficial do Estado relatório das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

Parágrafo único. No relatório especificado no *caput* deste artigo constarão todas as operações realizadas pelo FDI com o seu andamento em termos de retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas.

Art. 87. A política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, que o Estado vier a constituir, será definida em projeto de lei específico.

Art. 88. A seleção de bolsistas e a respectiva concessão de bolsas para pesquisa e extensão tecnológicas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior- SECITECE, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, e da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC, passa a ser da responsabilidade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

Parágrafo único. O custeio das bolsas correrá por conta das dotações orçamentárias dos órgãos e entidades previstas neste artigo, descentralizadas nos termos do Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009, e alterações, sendo vedada a utilização destes recursos para pagamento de bolsas de pesquisa e extensão tecnológicas em outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 89. As despesas relativas ao pagamento a pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas em caráter de doação, premiação ou reconhecimento público, deverão ser precedidas do atendimento das seguintes condições:

I – previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

II – autorização em lei específica.

Art. 90. Fica estabelecido, para o exercício de 2019, limites individualizados para as despesas primárias correntes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, nos termos que dispõe o art. 43 da Emenda Constitucional n. 88, de 21 de dezembro de 2016, equivalente a:

I - variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de 12(doze) meses, encerrado em junho de 2018; ou

II - 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício de 2018.

Parágrafo único. A aplicação dos parâmetros estabelecidos nos arts. 22 e 66 fica condicionada também à observância dos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, prevalecendo, no ano de 2019, a maior variação apurada no período.

Art. 91. A elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2019, com fundamento na Constituição Federal, será realizado com participação popular, segundo os princípios da democracia direta, da justiça social, da transparência, com a participação da sociedade civil nas diversas regiões do Estado do Ceará.

Parágrafo único. A elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2019 deverá ser organizada e patrocinada pelo governo estadual, sendo apresentada minuta do projeto e seus anexos, de forma regionalizada, para representantes da sociedade civil nas regiões.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 2018.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PGE-CE

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

Em cumprimento ao disposto na Constituição do Estado do Ceará, art. 203, parágrafo 2º, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as iniciativas prioritárias do Governo do Estado do Ceará para o exercício de 2019.

O Anexo é estruturado por Eixo, Programa, Iniciativa, Produto Principal e suas respectivas quantidades planejadas para o exercício seguinte, constantes dos programas finalísticos do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

As prioridades do Governo do Estado do Ceará para o exercício de 2019 perpassam por temas estratégicos como Saúde, Educação Básica, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Infraestrutura e Mobilidade e Educação Superior e Profissional, Tecnologia e Inovação, dentre outros elencados neste anexo, organizadas nos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, os "7 Cearás".

No Ceará da Gestão Democrática por Resultados, destaca-se a implantação de centro integrado de operações fiscais e a modernização de unidades fazendárias, a modernização da Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará e da Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual, bem como a implantação de um observatório da apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão.

No Ceará Acolhedor, destacam-se a implantação de abrigos para ampliar a oferta de serviços especializados de alta complexidade na Proteção Social Especial, a implantação de equipamentos sociais de voltados à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social, a ampliação da oferta de moradia de interesse social nas áreas urbana e rural, o apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário, bem como a melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Quanto ao Ceará de Oportunidades, as principais iniciativas estão voltadas ao incentivo a produção agropecuária da agricultura família, contemplando, dentre outras, a distribuição de sementes e o apoio à implantação de projetos agrícolas, a ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém, a ampliação e melhoria da malha rodoviária estadual, o atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de

Emprego, além do apoio à formalização de empresas e do apoio e implantação de projetos de pesca e aquicultura marinhas e continentais.

No que tange ao Ceará Sustentável, as prioridades são, dentre outras, a ampliação e a garantia da capacidade de acumulação hídrica, com a construção de barragens, e de transferência hídrica, com a construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e de adutoras, o apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios cearenses, a construção de central de tratamento de resíduos sólidos, além da implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas e da criação e implementação de Unidades de Conservação.

Já o Ceará do Conhecimento terá como principais prioridades a implantação de centros de educação infantil, a ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais e readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica, a ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional, a modernização de unidades de ensino voltadas à Educação Profissional nos níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico, a ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior, bem como a ampliação e melhoria da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens e a preservação e restauração dos bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.

O Ceará Saudável tem como algumas prioridades a ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade, com a implantação de hospitais regionais, e da oferta dos serviços ambulatoriais especializados e de urgência e emergência, a ampliação de ações voltadas à linha de cuidado materno e infantil, a expansão da realização de projetos e eventos esportivos para população, além da ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a população residente nas áreas urbana e rural.

Por fim, no Ceará Pacífico, destacam-se a promoção da melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual e a formação de novos integrantes do Sistema de Segurança Pública, a ampliação da oferta de serviços de policiamento civil, com a implantação de delegacias, com ênfase nas que funcionam 24h, a implantação de unidades de perícia forense, de quartéis do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, a expansão do sistema de videomonitoramento e a instalação de novas Companhias do Batalhão do Raio e das Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), além da implantação de unidades prisionais, o desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso, o apoio à execução de alternativas penais, a melhoria

da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal e a ampliação da prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.

Vale destacar, por fim, que nos casos de algumas iniciativas prioritárias constarem no anexo com metas "zeradas" para o ano de referência, isto, em alguns casos, pode significar apenas que o produto principal só será entregue à sociedade na sua plenitude a partir de 2020, necessitando, no entanto, de diversas ações, esforços e recursos durante o exercício de 2019 para sua concretização; em outras situações, isto pode significar que a meta não foi ajustada por ocasião da Revisão do PPA, ocorrida em 2017, sendo, portanto, passível de adequação, conforme estabelece a Lei do Plano Plurianual, Lei Nº 15.929/2015, em seu art. 11.

Eixo

1 - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Tema Estratégico

1.01 - GESTÃO FISCAL

Programa

053 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
053.1.03 - Integração das informações fiscais.	
CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES FISCAIS IMPLANTADO (unidade)	0

Programa

060 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
060.1.02 - Atendimento de excelência ao cidadão buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.	
UNIDADE FISCAL MODERNIZADA (unidade)	3

Tema Estratégico

1.02 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa

065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
065.1.04 - Promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	14

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
065.1.05 - Gestão do Planejamento Estadual orientado para resultados.	
INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADO (unidade)	4

Programa

069 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
069.1.01 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará.	
SISTEMA DE GESTÃO CORPORATIVA MODERNIZADO (unidade)	2

Programa

070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
070.1.04 - Formação e qualificação profissional de servidores públicos.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	10.500

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
070.1.07 - Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual.	
PLANO ELABORADO (unidade)	0

Programa

081 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
081.1.02 - Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas.	
AÇÃO PUBLICITÁRIA REALIZADA (unidade)	30

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
081.1.04 - Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	650

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
081.1.05 - Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.	
INSTITUIÇÃO APOIADA (unidade)	85

Tema Estratégico

1.03 - TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Programa

013 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
013.1.01 - Realização de atividade de Controle Externo.	
INSTRUÇÃO PROCESSUAL REALIZADA (unidade)	10.100

Programa

014 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
014.1.01 - Realização de atividades de Controle Externo.	
INSTRUÇÃO PROCESSUAL REALIZADA (unidade)	8.000

Programa

026 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
026.1.04 - Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.	
SERVIÇO AVALIADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
026.1.08 - Controle patrimonial dos concessionários de saneamento básico.	
ESTUDO ELABORADO (unidade)	1

Programa

048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
048.1.01 - Apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão.	
OBSERVATÓRIO IMPLANTADO (unidade)	1

Programa

049 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
049.1.04 - Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade.	

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

CAPACITAÇÃO REALIZADA (unidade)	1

Programa

051 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
051.1.01 - Garantia da oferta dos serviços educacionais da Universidade do Parlamento Cearense.	
ALUNO ATENDIDO (unidade)	3.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
051.1.04 - Apoio ao desenvolvimento da Ação Parlamentar.	
GABINETE PARLAMENTAR MANTIDO (unidade)	46

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Eixo

2 - CEARÁ ACOLHEDOR

Tema Estratégico

2.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa

072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
072.1.04 - Ampliação da oferta de serviços especializados de alta complexidade. ABRIGO IMPLANTADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
072.1.10 - Ampliação da oferta de serviços regionalizados da Proteção Social Especial de média complexidade. UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA (unidade)	6

Programa

073 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
073.1.01 - Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social. MUNICÍPIO ASSESSORADO (unidade)	184

Programa

080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
080.1.01 - Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social. FAMÍLIA ATENDIDA (unidade)	2.014.600

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
080.1.04 - Apoio ao atendimento a pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social. PESSOA ATENDIDA (unidade)	5.228

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
080.1.08 - Apoio à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social. EQUIPAMENTO SOCIAL IMPLANTADO (unidade)	153

Tema Estratégico

2.02 - HABITAÇÃO

Programa

022 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.01 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana. UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	1.800

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.02 - Oferta de moradia de interesse social - Rio Maranguapinho. UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	0

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.04 - Oferta de moradia de interesse social - Dendê.	
UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.06 - Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê.	
UNIDADE HABITACIONAL REFORMADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.11 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural.	
UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	2.145

Tema Estratégico

2.03 - INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Programa

030 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
030.1.11 - Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário.	
FAMÍLIA BENEFICIADA (unidade)	6.452

Programa

054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.01 - Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	180

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.02 - Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais.	
EVENTO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ REALIZADO (unidade)	25

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.03 - Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	23

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.04 - Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	100

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.07 - Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.	
ATENDIMENTO REALIZADO (unidade)	0

Programa

074 - PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
074.1.05 - Melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	
NÚCLEO / UNIDADE DE ATENDIMENTO JURÍDICO MODERNIZADO (unidade)	10

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
074.1.06 - Ampliação do atendimento por meio de ações itinerantes em locais de difícil acesso.	
ATENDIMENTO MÓVEL REALIZADO (unidade)	24

Programa

075 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
075.1.05 - Formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	160

Tema Estratégico

2.04 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Programa

033 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
033.1.02 - Promoção de acesso à água para produção de alimentos.	
CISTERNA IMPLANTADA (unidade)	6.440

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
033.1.03 - Aquisição da produção da agricultura familiar no âmbito PAA em suas modalidades.	
PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	18.951

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
033.1.05 - Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.	
PESSOA BENEFICIADA (unidade)	473.211

Programa

084 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
084.1.01 - Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado.	
MUNICÍPIO APOIADO (unidade)	184

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Eixo

3 - CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Tema Estratégico

3.01 - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Programa

029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
029.1.03 - Incentivo a produção agropecuária da agricultura familiar	
SEMENTE DISTRIBUÍDA (tonelada)	4.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
029.1.19 - Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária.	
PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	1.562

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
029.1.23 - Apoio à implantação de projetos agricolas para os agricultores familiares.	
PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	2.310

Programa

035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.01 - Prestação de serviços de Assistência Técnica.	
PRODUTOR ASSISTIDO (unidade)	800

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.02 - Apoio à formação de reserva alimentar estratégica para a pecuária.	
ÁREA PLANTADA (hectare)	1.400

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.06 - Promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	28

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.07 - Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável.	
MUDA DISTRIBUÍDA (unidade)	70.050

Tema Estratégico

3.02 - INDÚSTRIA

Programa

041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
041.1.02 - Implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte.	
EMPREENDIMENTO IMPLANTADO (unidade)	32

Tema Estratégico

3.04 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Programa

010 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.01 - Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno.	
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO ESTRUTURADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.02 - Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém.	
PORTO AMPLIADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.03 - Modernização do Terminal Portuário do Pecém.	
PORTO MODERNIZADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.05 - Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	
RODOVIA RESTAURADA (quilômetro)	452

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.06 - Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	
RODOVIA PAVIMENTADA (quilômetro)	207

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.07 - Manutenção da qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual.	
RODOVIA CONSERVADA (quilômetro)	11.517

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.16 - Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semafórica e dispositivos de segurança viária).	
SINALIZAÇÃO IMPLANTADA (unidade)	980.000

Programa

019 - MOBILIDADE URBANA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
019.1.01 - Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Leste.	
LINHA LESTE DO METRÔ IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
019.1.02 - Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul.	
LINHA SUL DO METRÔ IMPLANTADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
019.1.04 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba/Mucuripe.	
LINHA DE TREM DE PASSAGEIROS IMPLANTADA (unidade)	0

Programa

037 - GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3°Andar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
037.1.05 - Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte.	
UNIDADE OPERACIONAL IMPLANTADA (unidade)	4

Tema Estratégico

3.05 - TURISMO

Programa

028 - DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
028.1.01 - Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas.	
RODOVIA CONSTRUÍDA (quilômetro)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
028.1.04 - Realização de ações de valorização dos destinos turísticos.	
ÁREA URBANIZADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
028.1.05 - Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses.	
CAMPANHA REALIZADA (unidade)	0

Tema Estratégico

3.06 - TRABALHO E RENDA

Programa

031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.01 - Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos.	
PROJETO PRODUTIVO IMPLANTADO (unidade)	100

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.04 - Formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	116

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.	
FAMÍLIA ATENDIDA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.	
FAMÍLIA BENEFICIADA (unidade)	45.600

Programa

078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
078.1.01 - Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego.	
TRABALHADOR COLOCADO/RECOLOCADO NO MERCADO DE TRABALHO (pessoa)	64.481

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
078.1.03 - Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis.	
PESSOA QUALIFICADA (unidade)	11.386

Programa

083 - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
083.1.02 - Melhoria da qualidade da produção artesanal.	
ARTESÃO BENEFICIADO (pessoa)	5.615

Tema Estratégico

3.07 - EMPREENDEDORISMO

Programa

043 - EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
043.1.01 - Disponibilização de infraestrutura para atender empreendimentos produtivos.	
EMPREENDIMENTO APOIADO (unidade)	11

Programa

082 - EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
082.1.02 - Apoio à formalização de empresas.	
EMPRESA FORMALIZADA (unidade)	6.520

Tema Estratégico

3.08 - PESCA E AQUICULTURA

Programa

034 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
034.1.01 - Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental.	
PROJETO APOIADO (unidade)	16

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
034.1.02 - Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental.	
PROJETO APOIADO (unidade)	40

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
034.1.06 - Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.	
PRODUTOR ASSISTIDO (unidade)	2.190

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3°Andar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Eixo

4 - CEARÁ SUSTENTÁVEL

Tema Estratégico

4.01 - RECURSOS HÍDRICOS

Programa

016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
016.1.01 - Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica. BARRAGEM CONSTRUÍDA (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
016.1.02 - Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica. ADUTORA CONSTRUÍDA (quilômetro)	85

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
016.1.03 - Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC. EIXO DE INTEGRAÇÃO CONSTRUÍDO (quilômetro)	38

Programa

018 - CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
018.1.04 - Produção de conhecimento técnico-cientifico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (unidade)	1

Tema Estratégico

4.02 - MEIO AMBIENTE

Programa

027 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.01 - Urbanização das margens do Rio Maranguapinho. ÁREA URBANIZADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.02 - Urbanização das margens do Rio Cocó. ÁREA URBANIZADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.03 - Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê. ÁREA URBANIZADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.05 - Acesso das famílias à educação e saúde, no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê. EQUIPAMENTO SOCIAL CONSTRUÍDO (unidade)	5

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.07 - Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó para controle de cheias.	

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

DRAGAGEM EXECUTADA (quilômetro)	0

Programa

064 - RESÍDUOS SÓLIDOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
064.1.02 - Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	123

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
064.1.04 - Implementação da gestão integrada da política de resíduos sólidos.	
SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
064.1.05 - Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos.	
CENTRAL DE TRATAMENTO CONSTRUÍDA (unidade)	1

Programa

066 - CEARÁ MAIS VERDE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.02 - Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas.	
ÁREA REFLORESTADA (hectare)	6.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.03 - Criação e implementação de Unidades de Conservação.	
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLEMENTADA (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.09 - Promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais.	
IMÓVEL CADASTRADO (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.16 - Implementação de ações de proteção ambiental nas unidades de conservação.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	9

Programa

067 - CEARÁ NO CLIMA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
067.1.02 - Promoção de ações voltadas ao fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental do Estado do Ceará.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	40

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
067.1.09 - Implementação do monitoramento da qualidade do ar.	
ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO IMPLEMENTADA (unidade)	0

Programa

068 - CEARA CONSCIENTE POR NATUREZA

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
068.1.01 - Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	14

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
068.1.05 - Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	1.391

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Eixo

5 - CEARÁ DO CONHECIMENTO

Tema Estratégico

5.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Programa

006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
006.1.06 - Ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas/ quilombolas e população do campo.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	2

Programa

008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
008.1.01 - Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada.	
ALUNO BENEFICIADO (unidade)	1.415.279

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
008.1.03 - Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs.	
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IMPLANTADO (unidade)	10

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
008.1.04 - Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil.	
CRIANÇA BENEFICIADA (unidade)	327.628

Programa

023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.01 - Articulação curricular do Ensino Médio com as realidades territoriais, a educação científica, a convivência, o lazer, a arte, a pluralidade cultural, o empreendedorismo, o protagonismo e o mundo do trabalho.	
ESCOLA ATENDIDA (unidade)	208

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.02 - Premiação de alunos, ajuda de custo e bolsas.	
ALUNO BENEFICIADO (unidade)	131.292

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.07 - Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	637

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.11 - Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	40

Programa

079 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
079.1.04 - Apoio ao fortalecimento das relações com usuários e parceiros.	
PROJETO APOIADO (unidade)	3

Tema Estratégico

5.02 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Programa

020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	8

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.02 - Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	127

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.05 - Qualificação do atendimento dos serviços de Educação Profissional.	
PROFESSOR CAPACITADO (unidade)	447

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.06 - Apoio às atividades de formação profissional dos alunos.	
ALUNO ATENDIDO (unidade)	17.210

Programa

058 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
058.1.03 - Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional.	
UNIDADE DE ENSINO MODERNIZADA (unidade)	7

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
058.1.04 - Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada.	
BOLSA CONCEDIDA (unidade)	0
PESSOA CAPACITADA (unidade)	35.178

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
058.1.06 - Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	140

Tema Estratégico

5.03 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Programa

071 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.04 - Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior.	
VAGA OFERTADA (unidade)	8.617

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.05 - Ampliação da titulação de mestres e doutores de professores da Educação Superior.	
VAGA OFERTADA (unidade)	146

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.06 - Ampliação da formação em pós-graduação Stricto Sensu.	
BOLSA CONCEDIDA (unidade)	800
VAGA OFERTADA (unidade)	2.363

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.11 - Ampliação da atividade de pesquisa científica, com a criação de novos grupos e novos projetos.	
PROJETO APOIADO (unidade)	1.580

Tema Estratégico

5.04 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Programa

061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
061.1.06 - Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	99

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
061.1.07 - Melhoria da competitividade das empresas, da qualidade de seus produtos e apoio a criação de startup.	
EMPRESA APOIADA (unidade)	740

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
061.1.09 - Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos.	
PESSOA BENEFICIADA (unidade)	1.036

Programa

063 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
063.1.01 - Criação e disponibilização de novos serviços de tecnologia da informação e comunicação.	
SERVIÇO DE TIC DISPONIBILIZADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
063.1.05 - Ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação	
MUNICÍPIO CONECTADO (unidade)	11

Tema Estratégico

5.05 - CULTURA

Programa

044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.11 - Formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais.	

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

CAPACITAÇÃO REALIZADA (unidade)	168

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.16 - Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	
EQUIPAMENTO CULTURAL IMPLANTADO (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.17 - Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	
EQUIPAMENTO CULTURAL REFORMADO (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.26 - Ampliação das ações culturais na(o)s diversa(o)s Linguagens Culturais, Gêneros e Etnias.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	2.758

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.27 - Apoio a projetos culturais na(o)s diversa(o)s Linguagens Culturais, Gêneros e Etnias.	
PROJETO CULTURAL APOIADO (unidade)	741

Programa

045 - PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
045.1.02 - Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado.	
EQUIPAMENTO CULTURAL REFORMADO (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
045.1.04 - Preservação e restauração dos bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.	
PROJETO CULTURAL APOIADO (unidade)	12

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
045.1.19 - Promoção de eventos do patrimônio material e imaterial de interesse histórico do Estado do Ceará.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	6

Programa

046 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
046.1.01 - Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
046.1.04 - Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	150

Programa

077 - TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
077.1.01 - Ampliação da cobertura do sinal digital.	

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3°Andar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.



MUNICÍPIO ATENDIDO (unidade)	184

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
077.1.02 - Estruturação e modernização do parque técnico da TV Ceará.	
EMISSORA DE TV MODERNIZADA (unidade)	1

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Eixo

6 - CEARÁ SAUDÁVEL

Tema Estratégico

6.01 - SAÚDE

Programa

057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.07 - Ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade	
HOSPITAL REGIONAL IMPLANTADO (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.09 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares.	
UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA (unidade)	18

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.10 - Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados.	
POLICLÍNICA IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.11 - Realização de ações geridas/coordenadas pela Unidade de Gerenciamento de Projetos	
GERENCIAMENTO REALIZADO (unidade)	5
UNIDADE DE SAÚDE ACREDITADA/CERTIFICADA (unidade)	5

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.13 - Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência.	
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) IMPLANTADA (unidade)	8

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.18 - Realização de ações voltadas a linha de cuidado materno e infantil.	
MUNICÍPIO APOIADO (unidade)	126
ORIENTAÇÃO TÉCNICA E NORMATIVA EXPEDIDA (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.28 - Realização de ações voltadas à saúde da criança.	
AVALIAÇÃO REALIZADA (unidade)	22
EVENTO REALIZADO (unidade)	0
MUNICÍPIO APOIADO (unidade)	11

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.33 - Estruturação, expansão e apoio da rede de unidades e da oferta dos serviços da atenção da saúde básica, especializada, ambulatorial e hospitalar.	
UNIDADE DE SAÚDE IMPLANTADA (unidade)	14

Tema Estratégico

6.02 - ESPORTE E LAZER

Programa

050 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
050.1.01 - Realização de projetos e eventos esportivos para população.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	102

Programa

086 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
086.1.03 - Apoio a atletas de alto rendimento, entidades e delegações em competições locais, nacionais e internacionais.	
ATLETA APOIADO (unidade)	265

Tema Estratégico

6.03 - SANEAMENTO BÁSICO

Programa

025 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.03 - Ampliação do serviço de abastecimento de água.	
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AMPLIADO (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.06 - Implantação do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADO (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.07 - Ampliação do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO AMPLIADO (unidade)	14

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.08 - Melhoria do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO MELHORADO (unidade)	0

Programa

032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.01 - Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.	
CISTERNA IMPLANTADA (unidade)	25.208

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.02 - Implantação do serviço de abastecimento de água.	
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO (unidade)	293

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.07 - Implantação do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.08 - Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado.	
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO (unidade)	85

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Eixo

7 - CEARÁ PACÍFICO

Tema Estratégico

7.01 - SEGURANÇA PÚBLICA

Programa

003 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.01 - Promoção da melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual.	
PROFISSIONAL CAPACITADO (unidade)	3.100

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.02 - Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública.	
PROFISSIONAL FORMADO (unidade)	1.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.06 - Melhoria da estrutura para a oferta de serviços de formação e capacitação profissional.	
ACADEMIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.08 - Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil.	
DELEGACIA IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.09 - Modernização das unidades prestadoras de serviços de policiamento civil.	
DELEGACIA ESTRUTURADA (unidade)	20

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.12 - Ampliação da oferta de serviços de perícia forense.	
UNIDADE DE PERÍCIA FORENSE IMPLANTADA (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.13 - Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense.	
UNIDADE DE PERÍCIA FORENSE ESTRUTURADA (unidade)	11

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.14 - Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos.	
QUARTEL IMPLANTADO (unidade)	5

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.15 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços bombeirísticos.	
QUARTEL ESTRUTURADO (unidade)	26

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.17 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública.	
UNIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.18 - Expansão dos serviços de patrulhamento aéreo.	

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

BASE DE PATRULHAMENTO AÉREO IMPLANTADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.19 - Expansão dos serviços de radiocomunicação de segurança.	
UNIDADE DE COMUNICAÇÃO IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.20 - Ampliação da oferta de serviços de policiamento ostensivo militar.	
QUARTEL IMPLANTADO (unidade)	15

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.21 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar.	
QUARTEL ESTRUTURADO (unidade)	41

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.22 - Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada.	
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO (unidade)	9

Programa

007 - SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
007.1.05 - Melhoria da estrutura de oferta de educação básica em colégios militares.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
007.1.08 - Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	77

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
007.1.11 - Realização de atividades esportivas, educativas e culturais para jovens da comunidade e familiares dos profissionais da segurança pública.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	3

Programa

024 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
024.1.02 - Promoção do diálogo permanente entre sociedade e Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
024.1.04 - Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	80

Tema Estratégico

7.02 - JUSTIÇA E CIDADANIA

Programa

004 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.01 - Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional.	
UNIDADE PRISIONAL IMPLANTADA (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.03 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços prisionais.	
UNIDADE PRISIONAL ESTRUTURADA (unidade)	30

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.06 - Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso.	
PRESO/EGRESSO BENEFICIADO (unidade)	16.332

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.07 - Apoio à execução de alternativas penais.	
PRESO/EGRESSO BENEFICIADO (unidade)	7.500

Programa

012 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
012.1.02 - Ampliação da tutela de defesa do consumidor.	
UNIDADE DESCENTRALIZADA IMPLANTADA (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
012.1.06 - Apoio a políticas de proteção e defesa dos direitos difusos.	
PROJETO APOIADO (unidade)	6

Programa

036 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
036.1.01 - Melhoria da estrutura para a oferta dos serviços judiciais.	
UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA (unidade)	13

Programa

039 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
039.1.01 - Melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal.	
SISTEMA DE INFORMAÇÃO MELHORADO (unidade)	1
UNIDADE JUDICIÁRIA SANEADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
039.1.05 - Melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	
SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO (unidade)	5

Tema Estratégico

7.03 - POLÍTICA SOBRE DROGAS

Programa

085 - PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 3ºAndar - 60.830-120 - Cambeba Fortaleza/Ce
© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
085.1.02 - Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	21.500

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
085.1.03 - Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.	
ATENDIMENTO REALIZADO (unidade)	1.229
PESSOA ATENDIDA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
085.1.04 - Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	250

© 2018 - Governo do Estado do Ceará .Todos os direitos reservados.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

(art. 4º, § 2º, inciso II da Lei Complementar Nº 101, de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,7%, este desempenho mostra-se um pouco superior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2017. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento mais forte da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no ano de 2017 foi de 2,2%. Esse bom desempenho é explicado pelos aumentos do investimento privado e do consumo das famílias, apoiados por uma forte confiança do setor privado, bem como pelo crescimento de transações no mercado de capitais, que somado aos baixos níveis de desemprego, taxa de juros (1,0%) e uma inflação de 2,1%, para 2017. Segundo o FMI, esses fatores projetam o crescimento do PIB americano para 2,3%, em 2018, e 1,9%, em 2019. Já a economia japonesa apresentou um crescimento de 1,5%, em 2017, sendo explicado pelos aumentos das despesas das famílias, investimento em capital fixo das empresas e exportações. Projeta-se para a economia japonesa em 2018 um crescimento de 0,6%, e para 2019, um crescimento de 0,8%.

A União Europeia apresentou em 2017 um crescimento de 2,3%, apresentando um ritmo de recuperação da recessão europeia iniciada em 2011, e que está sendo explicado pelos aumentos do Investimento privado, consumo das famílias e exportações. França, Espanha e Alemanha foram os destaques de crescimento em 2017. O nível de confiança do setor privado está no mais alto nível desde o início dos anos 2000, e a taxa de desemprego diminuiu para 8,7%, a menor desde o início de 2009, e as exportações mais altas também estão apoiando o crescimento. A economia da União Europeia, no ano de 2017, apresentou uma baixa inflação de 1,5% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2018, de 2,0% e 1,8%, em 2019.

O FMI projeta para as economias dos países emergentes, um crescimento de 4,6%, em 2017, 4,8% para 2018 e 4,9% para 2019. Essas projeções são influenciadas principalmente pela economia da China, onde em 2017 o PIB registrou um crescimento de 6,7%. Esse crescimento foi puxado pelo forte investimento público em infraestrutura, pelo crescimento robusto do consumo das famílias e também em decorrência da melhoria da demanda externa.

Para os anos de 2018 e 2019, as projeções de crescimento para a economia chinesa são iguais a 6,5% e 6,3%, respectivamente.

O PIB do Brasil cresceu 1,0%, em 2017, puxado pelo setor agropecuário (13%), seguidos do setor de serviços (0,3%) e do setor da indústria (0,0%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,0%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio, beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,7%) e da indústria extrativista (4,3%), puxada pelo aumento das exportações de commodities como o minério de ferro e a soja. Esse comportamento se manterá em 2018, repercutindo positivamente para uma previsão do aumento do PIB em 2,8%.

A retomada do crescimento da economia cearense, em 2017, foi mais intensa do que a do Brasil, onde o PIB do Ceará registrou um crescimento de 1,87%. Diferentemente da esfera federal, o Governo do Ceará, mesmo num período recente de crise macroeconômica, manteve as contas públicas estaduais em equilíbrio, apresentando uma boa capacidade de investimento em relação à sua receita corrente líquida. O investimento estadual passou de R$ 2,17 bilhões, em 2016, para R$ 2,47 bilhões, em 2017. Para o ano de 2018, o Governo do Ceará pretende aumentar o atual ritmo de investimento público com obras em rodovias, aeroportos, portos, barragens e adutoras, além de gastos em infraestrutura social com investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, estimou para o período 2019 – 2021, taxas de crescimento do PIB estadual de 3,8% para 2019, 4,0% para 2020, e 3,5% para 2021, todas superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2019 são os seguintes:

Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2019 a 2021

Variáveis	2019	2020	2021
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,2	4,5	4,5
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	3,0	3,3	3,0
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	3,8	4,0	3,5
PIB Ceará (R$ Milhões)	159.904,04	173.783,71	187.960,12
Câmbio (R$/US$) - Média	3,34	3,30	3,30
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	7,9	7,0	7,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN (16/03/2018) e IPECE.

Considerando estas premissas macroeconômicas, foi projetado, para o período de 2019 a 2021, uma Receita Tributária de R$ 44,9 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R$ 40,9 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE que, ao longo período, espera-se arrecadar um montante de R$ 22,1 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R$ 5 bilhões no período iniciado em 2018 até o final de 2021. Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, além de agentes internacionais como BID, BIRD, KFW e CAF.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2021 indicam um crescimento consistente e gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2019 - 2021.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2019 a 2021) um montante de R$ 40,1 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2021.

Já em relação às outras despesas correntes, R$ 32,6 bilhões foram programados (2019 a 2021) principalmente para manter em funcionamento a "máquina pública", os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Policlínicas, Escolas Regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centros Socioeducativos, Restaurantes Universitários, Implantação de Comboios dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2019 a 2021, um montante de R$ 5,2 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando

PROCURADORIA GERAL

os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2019 a 2021 recursos na ordem de R$ 9,7 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias;

Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da Portaria nº. 495, de 06 de junho de 2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 1°

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	26.383.692	25.320.242	16,5%	27.790.773	25.522.112	16,0%	29.252.693	25.707.838	15,6%
Receitas Primárias (I)	24.510.856	23.522.895	15,3%	26.325.520	24.176.474	15,1%	27.721.832	24.362.487	14,7%
Depesa Total	26.383.692	25.320.242	16,5%	27.790.773	25.522.112	16,0%	29.252.693	25.707.838	15,6%
Despesas Primárias (II)	23.913.149	22.949.280	15,0%	25.663.856	23.568.823	14,8%	27.056.668	23.777.929	14,4%
Resultado Primário III = (I-II)	**597.707**	**573.615**	**0,4%**	**661.665**	**607.650**	**0,4%**	**665.164**	**584.559**	**0,4%**
Resultado Nominal	(605.602)	(581.192)	-0,4%	(86.111)	(79.081)	0,0%	404.660	355.623	0,2%
Dívida Pública Consolidada	13.353.866	12.815.610	8,4%	13.469.977	12.370.374	7,8%	13.055.317	11.473.268	6,9%
Dívida Consolidada Líquida	11.415.062	10.954.954	7,1%	11.501.173	10.562.291	6,6%	11.096.513	9.751.832	5,9%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	55	52	0,0%	57	51	0,0%	59	51	0,0%
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	132.809	127.456	0,1%	390.648	358.757	0,2%	261.575	229.876	0,2%
Impacto do saldo das PPP VI = (IV) - (V)	(132.754)	(127.404)	-0,1%	(390.591)	(358.706)	-0,2%	(261.516)	(229.825)	-0,2%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/IPECE/SEFAZ, 13/04/2018, 17h:00min

Notas:
1. O cálculo das metas foi realizado considerando os seguintes parâmetros:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
Inflação projetada para o período - IPCA	4,20%	4,50%	4,50%
PIB do Estado (crescimento % anual)	3,80%	4,00%	3,50%
PIB Nacional (crescimento % anual)	3,00%	3,30%	3,00%
Projeção do PIB estadual - R$ milhares	159.904.043	173.783.714	187.960.121

1. As receitas foram projetadas com base no modelo incremental a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos, sendo a base de projeção formada pela arrecadação dos anos anteriores. Na previsão da receita própria foram excluídas da base de projeção ocorrências que não se repetirão nos próximos anos, livrando efeitos ocasionais ou atípicos, fora de sua sazonalidade, como os casos da repatriação, impactando o FPE e do ITCD do Ceará, no exercício de 2017. Dessa maneira, com base nos critérios adotados, a receita total de cada ano do período 2019 a 2021 foi projetada com variação entre 15,6% a 16,5% do PIB Estadual previsto para cada ano.

2. Para estimar as despesas de custeio de manutenção foram considerada as despesas, especialmente correntes, de natureza tipicamente administrativa que se repetem ao logo do tempo e que representam custos básicos necessários ao funcionamento do órgão .

3. Para o custeio finalístico, além da inflação, foi projetado um incremento diferenciado em cada ano, decorrente da previsão do início de funcionamento dos novos equipamentos ofertados pelo Estado.

4. No que tange a despesa de pessoal, a projeção até 2021, foi elaborada considerando a possibilidade de reajuste aos servidores ativos e inativos limitada a inflação estimada para cada ano, o crescimento decorrente das ascensões funcionais, a expansão derivada do ingresso de novos servidores pela realização de novos concursos ao longo do período(2019 - 2021) e melhorias nos planos de cargos e carreiras em diversos órgãos/entidades do Estado.

5.Os investimentos foram fixados com base na carteira de projetos do Estado alinhavado com as expectativas de crescimento da economia cearense, previsões de convênios e nas operações de crédito contratadas e a contratar.

6. A meta de resultado primário estimada para o período 2019 - 2021 é de 0,4% do PIB. A meta indica o esforço que o governo estadual pretende alcançar com vistas ao pagamento de sua dívida ao longo período.

7. Em função da mudança de metodologia adotada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª edição, o resultado nominal negativo representa crescimento do endividamento, por consequência, resultado positivo, redução do endividamento. Dessa forma, para os anos 2019 e 2020 demonstra-se uma perspectiva de elevação do endividamento estadual evidenciando o volume de recursos que o governo terá que buscar junto ao mercado, interno ou externo para o financiamento de suas obras estruturantes. Ainda assim, embora haja uma projeção de elevação desse endividamento ao longo do período, esta não ocorre de forma desequilibrada , visto que a relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida está prevista abaixo de 0,57 , configurando uma relação confortável frente a LRF e a Resolução 43 do Senado Federal que estabelecem a possibilidade de endividamento dos Estados em até 2 vezes a RCL.

8. A previsão de Receitas Primárias advindas de PPP correspondem apenas às receitas da PPP Vapt Vupt, que compartilha 20% das receitas acessórias líquidas com o Estado, tendo alcançado o valor de R$ 50.801,06 em 2017. Os projetos PPP do Estado do Ceará não possui receitas advindas de taxas dos usuários dos serviços, são concessões administrativas.

Quanto às Despesas Primárias advindas de PPP, as projeções apresentadas referem-se às despesas estimadas com o próximo contrato da PPP Castelão, a partir de 2019, às da PPP Vapt Vupt e às da PPP do Hospital Regional Metropolitano , considerando que esta última iniciaria sua execução em junho/2019. Além delas também foi considerada a PPP 1 do Metrofor, que abrange à Linha Sul, VLT Parangaba-Mucuripe, VLT Sobra e VLT Cariri, a qual está em fase de modelagem . A PPP Dessalinização não foi considerada por estar sob responsabilidade de estatal não dependente.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	25.037.016	17,2%	25.408.955	18,4%	371.939	1,5%
Receitas Primárias (I)	22.201.710	15,3%	22.987.511	16,7%	785.801	3,5%
Depesa Total	24.495.681	16,9%	24.608.352	17,9%	112.671	0,5%
Despesas Primárias (II)	22.147.603	15,2%	21.940.118	15,9%	(207.485)	-0,9%
Resultado Primário (III) = (I-II)	54.107	0,0%	1.047.393	0,8%	993.286	1835,8%
Resultado Nominal	1.750.830	1,2%	(371.025)	-0,3%	(2.121.855)	-121,2%
Dívida Pública Consolidada	12.376.244	8,5%	11.820.226	8,6%	(556.018)	-4,5%
Dívida Consolidada Líquida	9.525.889	6,6%	8.146.084	5,9%	(1.379.805)	-14,5%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/SEFAZ/IPECE, 12/04/2018, 16h:00min

Especificação	Valor - R$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2017	145.302.000
Valor realizado do PIB Estadual para 2017	137.837.861

Notas:

1. A meta prevista para 2017 foi cerca de R$ 54 milhões de resultado primário . Já a realização da meta, divulgada no valor de R$ 1.047,4 milhões, e equivalente a 0,8% do PIB, foi resultado principalmente da arrecadação das receitas primárias, notadamente da receita tributária, que apresentou resultado superior ao previsto para o ano de 2017.

2. O resultado nominal positivo de R$ 371 milhões evidencia a elevação da dívida fundada de 2016 para 2017 , em virtude da maior receita de operação de crédito arrecadada em 2017, o que influenciou o estoque da dívida.

3. Quanto às despesas de pessoal, que correspondem a grande parte do total da despesa estadual, se mantiveram abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançando um patamar de 52,12% para 2017.

4. Os Juros e Encargos da Divida, no ano de 2017, somaram R$ 452 milhões, representando 29,05% do serviço da dívida. Em relação ao ano de 2016, este valor demonstra um acréscimo de 6,97% em termos nominais, resultado do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

consequentemente, pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2017 que geraram juros e encargos, além da influência da variação do câmbio.

5. Em relação às amortizações, estas alcançaram em 2017 R$ 1.104 milhões, representando 70,95 % do serviço da dívida, um acréscimo de 31 % ao se comparar com 2016, em termos nominais, resultado da contabilização da dívida da COHAB/CE junto à União.

6. Já a Receita Total Arrecadada em 2017 que representou 18,4% do PIB Estadual, apresentou um acréscimo relativo de 1,5% em relação à meta prevista, decorrente principalmente de um maior esforço estadual na arrecadação de seus tributos.

7. No tocante à Despesa Total Executada em 2017 houve um acréscimo de apenas 0,5% em relação à meta prevista, em linha, portanto com as despesas projetadas na elaboração da LDO 2017.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %
Receita Total	24.282.257	25.408.955	4,6%	24.932.679	-1,9%	26.383.692	5,8%	27.790.773	5,3%	29.252.693	5,3%
Receitas Primárias (I)	22.792.322	22.987.511	0,9%	23.587.577	2,6%	24.510.856	3,9%	26.325.520	7,4%	27.721.832	5,3%
Depesa Total	23.266.916	24.608.352	5,8%	24.932.679	1,3%	26.383.692	5,8%	27.790.773	5,3%	29.252.693	5,3%
Despesas Primárias (II)	20.974.659	21.940.118	4,6%	23.007.326	4,9%	23.913.149	3,9%	25.663.856	7,3%	27.056.668	5,4%
Resultado Primário (I-II)	1.817.662	1.047.393	-42,4%	580.252	-44,6%	597.707	3,0%	661.665	10,7%	665.164	0,5%
Resultado Nominal	1.594.753	(371.025)	-123,3%	(2.663.375)	617,8%	(605.602)	-77,3%	(86.111)	-85,8%	404.660	-569,9%
Dívida Pública Consolidada	10.518.535	11.820.226	12,4%	12.648.264	7,0%	13.353.866	5,6%	13.469.977	0,9%	13.055.317	-3,1%
Dívida Consolidada Líquida	7.775.059	8.146.084	4,8%	10.809.460	32,7%	11.415.062	5,6%	11.501.173	0,8%	11.096.513	-3,5%

Notas: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição. (605.602) (86.111) 404.660
Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %
Receita Total	25.906.032	26.331.300	1,6%	24.932.679	-5,3%	25.320.242	1,6%	25.522.112	0,8%	25.707.838	0,7%
Receitas Primárias (I)	24.316.464	23.821.957	-2,0%	23.587.577	-1,0%	23.522.895	-0,3%	24.176.474	2,8%	24.362.487	0,8%
Depesa Total	24.822.794	25.501.635	2,7%	24.932.679	-2,2%	25.320.242	1,6%	25.522.112	0,8%	25.707.838	0,7%
Despesas Primárias (II)	22.377.253	22.736.544	1,6%	23.007.326	1,2%	22.949.280	-0,3%	23.568.823	2,7%	23.777.929	0,9%
Resultado Primário (I-II)	1.939.211	1.085.413	-44,0%	580.252	-46,5%	573.615	-1,1%	607.650	5,9%	584.559	-3,8%
Resultado Nominal	1.701.396	(384.493)	-122,6%	(2.663.375)	592,7%	(581.192)	-78,2%	(79.081)	-86,4%	355.623	-549,7%
Dívida Pública Consolidada	11.221.919	12.249.300	9,2%	12.648.264	3,3%	12.815.610	1,3%	12.370.374	-3,5%	11.473.268	-7,3%
Dívida Consolidada Líquida	8.294.984	8.441.787	1,8%	10.809.460	28,0%	10.954.954	1,3%	10.562.291	-3,6%	9.751.832	-7,7%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/CPLOG, 25/04/2016, 14h:35min
Notas: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição.
Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal a partir de 2018, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

VARIÁVEIS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inflação projetada para o período - IPCA	6,29%	2,95%	3,63%	4,20%	4,50%	4,50%
Fator de Mutiplicação	1,067	1,036	1	1,042	1,089	1,138

Notas:

1. O cálculo dos valores constantes foi elaborado com base na inflação projetada pelo IPCA, conforme índices acima.

2. Entre os anos de 2016 e 2017 houve um decréscimo em termos reais do resultado primário, resultado, dentre outros fatores, da arrecadação decorrente da repatriação de recursos do exterior, bem como da arrecadação relevante do ITCMD obtida em 2016. Esses fatos, aliado ao crescimento de 1,6% em 2017 das despesas primárias, resultaram em uma variação negativa de 44% do resultado primário para o período em análise. Já em 2018, há previsão de crescimento das despesas primárias quando comparadas ao exercício de 2017, visto que , em 2018 estão incorporadas, principalmente, novas nomeações de servidores, elevação dos investimentos e a manutenção de novos equipamentos disponíveis à sociedade. Em 2019, assim como todos os demais anos evidenciados, apresenta resultado primário positivo, demonstrando a solidez fiscal que permeia o Estado e que permite dentre outros fatores, o pagamento do serviço de sua dívida.

3. Para a Dívida Consolidada Líquida(DCL) um crescimento relevante entre 2018 e 2017 - 28% a preços constantes - é esperado. O principal motivo para este crescimento é a expectativa de contratação de novas operações de crédito. Em 2019 a perspectiva é de crescimento de 1,3% em relação à 2018. Já para 2020 e 2021, em termos reais, uma redução na DCL é esperada.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PGE-CE

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	22.701.999,1	100,00	19.935.049,4	100,00%	15.655.989,7	100,00%
Reservas	0,0	0,00	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Resultado Acumulado	0,0	0,00	0,0	0,00%	0,0	0,00%
TOTAL	22.701.999,1	100,00	19.935.049,4	100,00%	15.655.989,7	100,00%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; : 26/03/2018 14:30

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	-29.727,5	100,00	311.286,0	100,0%	148.154,3	100,0%
Reservas	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Lucros ou Prejuizos Acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	-29.727,5	100,00	311.286,0	100,0%	148.154,3	100,0%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; : 16/04/2018 09:03

Nota:

Após a contabilização das provisões matemáticas, decorrentes das projeções atuariais a partir de 2017, o valor consolidado do Patrimônio Líquido - PL, corresponde ao somatório dos PL`s do FUNAPREV (R$ -28.726.333,58), PREVMILITAR(-1.001.142,26) e PREVID (0,00), resultando em R$ -29.727.475,84. Em 2018 deverão ser revistas as premissas de avaliação atuarial.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PGE-CE

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ MIL

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**16.429**	**4.002**	**4.337**
Alienação de Bens Móveis	3.610	3.715	2.718
Alienação de Bens Imóveis	12.819	287	1.619

DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**1.243**	**80**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.243**	**80**	**-**
Investimentos	1.243	80	
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	-
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = (Ia – IId) + IIIh)	2016 (h) =((Ib – IIe) +IIIi)	2015 (i) = ((Ic – IIf) + IIIi)
VALOR (III)	**23.445**	**8.259**	**4.337**

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; : 17/04/2018 11:20

Nota:

O patrimônio líquido do Estado do Ceará tem evoluído ao longo dos anos, tendo em vista os sucessivos superávits nas variações patrimoniais aumentativas.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	80.323.717,40	109.888.868,83	147.526.791,81
Receita de Contribuições dos Segurados	24.730.285,40	31.413.335,55	40.826.264,83
Civil	24.730.285,40	31.413.335,55	40.826.264,83
Ativo	24.730.285,40	31.413.335,55	40.815.080,43
Inativo			4.950,24
Pensionista			6.234,16
Receita de Contribuições Patronais	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Civil	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Ativo	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Receita Patrimonial	6.126.715,71	16.908.121,39	28.340.109,09
Receitas de Valores Mobiliários	6.126.715,71	16.908.121,39	28.340.109,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	**80.323.717,40**	**109.888.868,83**	**147.526.791,81**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
PREVIDÊNCIA (V)		10.859,16	246.748,76
Benefícios - Civil		10.859,16	246.748,76
Aposentadorias			71.301
Pensões		10.859,16	175.447,82
Outros Benefícios Previdenciários			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0	**10.859,16**	**246.748,76**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	80.323.717,40	109.878.009,67	147.280.043,05

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2015	2016	2017
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2015	2016	2017
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2015	2016	2017

BENS E DIREITOS DO RPPS	2015	2016	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	3.667,73	2.765,01
Investimentos e Aplicações	93.372.258,20	203.246.600,14	351.528.688,17
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.459.634.535,55	1.517.303.633,49	1.583.484.791,05
Receita de Contribuições dos Segurados	501.713.107,74	556.690.571,94	585.812.921,89
Civil	411.798.041,63	446.592.232,10	466.454.614,82
Ativo	329.886.385,44	365.375.226,93	381.833.317,29
Inativo	59.400.711,26	60.195.284,99	63.440.677,00
Pensionista	22.510.944,93	21.021.720,18	21.180.620,53
Militar	89.915.066,11	110.098.339,84	119.358.307,07
Ativo	81.220.725,02	102.556.403,05	110.189.078,09
Inativo	6.655.066,72	5.798.935,57	6.963.328,30
Pensionista	2.039.274,37	1.743.001,22	2.205.900,68
Receita de Contribuições Patronais	812.925.922,95	918.025.610,77	954.426.357,93
Civil	650.889.487,63	711.364.524,64	734.527.540,56
Ativo	650.889.487,63	711.364.524,64	734.527.540,56
Militar	162.036.435,32	206.661.086,13	219.898.817,37
Ativo	162.036.435,32	206.661.086,13	219.898.817,37
Receita Patrimonial	10.951.053,01	13.422.024,79	10.409.139,61
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	10.951.053,01	13.422.024,79	10.409.139,61
Outras Receitas Correntes	134.044.451,85	29.165.425,99	32.836.371,62
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	26.494.491,21	29.165.425,99	32.836.371,62
Demais Receitas Correntes	107.549.960,64		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	**1.459.634.535,55**	**1.517.303.633,49**	**1.583.484.791,05**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107,77
Benefícios - Civil	2.203.713.955,10	2.386.744.950,38	2.546.243.536,45
Aposentadorias	1.689.447.463,94	1.857.583.169,69	2.015.035.908,43
Pensões	514.266.491,16	529.161.780,69	531.207.628,02
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	502.349.376,28	509.470.108,31	568.614.571,32
Reformas	324.021.460,55	325.264.200,45	358.917.507,78
Pensões	178.327.915,73	184.205.907,86	209.697.063,54
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107,77

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)	-1.246.428.795,83	-1.378.911.425,20	-1.531.373.316,72

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2015	2016	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.217.791.548,47	1.432.165.184,63	1.551.754.607,61
Recursos para Formação de Reserva			

FONTE: Sistema SIGPR, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.
Notas:
A implementação da segregação de massa a partir de 01/01/2014, conforme Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013 - DOE 19/09/2013;
O Plano Previdenciário é operacionalizado pelo Fundo Previdenciário PREVID;
O Plano Financeiro é operacionalizado pelo Fundo Financeiro FUNAPREV e pelo Fundo Financeiro PREVMILITAR.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO - FUNDO FUNAPREV
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	1.241.971.188	2.546.243.536	(1.304.272.348)	(1.304.272.348)
2018	1.333.590.867	2.807.925.434	(1.474.334.567)	(2.778.606.916)
2019	1.361.347.105	3.062.643.774	(1.701.296.669)	(4.479.903.584)
2020	1.248.928.548	3.371.771.365	(2.122.842.817)	(6.602.746.402)
2021	1.179.838.040	3.658.656.110	(2.478.818.070)	(9.081.564.471)
2022	1.111.211.492	3.864.238.891	(2.753.027.399)	(11.834.591.870)
2023	1.049.466.832	4.037.889.577	(2.988.422.745)	(14.823.014.615)
2024	988.089.078	4.184.965.157	(3.196.876.079)	(18.019.890.694)
2025	949.262.276	4.284.446.701	(3.335.184.425)	(21.355.075.119)
2026	910.186.071	4.288.774.673	(3.378.588.601)	(24.733.663.721)
2027	871.774.970	4.281.581.764	(3.409.806.794)	(28.143.470.515)
2028	835.320.107	4.261.985.756	(3.426.665.649)	(31.570.136.164)
2029	797.425.075	4.233.398.210	(3.435.973.135)	(35.006.109.300)
2030	764.397.981	4.192.995.888	(3.428.597.906)	(38.434.707.206)
2031	731.659.727	4.138.218.685	(3.406.558.958)	(41.841.266.164)
2032	698.302.407	4.076.644.533	(3.378.342.126)	(45.219.608.290)
2033	662.685.612	4.012.777.674	(3.350.092.062)	(48.569.700.351)
2034	628.634.547	3.942.932.540	(3.314.297.992)	(51.883.998.344)
2035	591.849.425	3.868.995.149	(3.277.145.724)	(55.161.144.068)
2036	555.825.794	3.792.734.716	(3.236.908.922)	(58.398.052.990)
2037	518.528.142	3.714.187.484	(3.195.659.342)	(61.593.712.332)
2038	484.844.245	3.630.435.185	(3.145.590.940)	(64.739.303.272)
2039	451.074.270	3.539.076.981	(3.088.002.711)	(67.827.305.983)
2040	419.016.529	3.442.667.464	(3.023.650.935)	(70.850.956.918)
2041	389.475.862	3.339.392.348	(2.949.916.486)	(73.800.873.404)
2042	362.456.210	3.229.480.461	(2.867.024.251)	(76.667.897.655)
2043	338.876.139	3.112.135.231	(2.773.259.092)	(79.441.156.747)
2044	318.350.112	2.986.764.890	(2.668.414.778)	(82.109.571.525)
2045	298.225.024	2.857.281.362	(2.559.056.339)	(84.668.627.864)
2046	280.066.324	2.725.770.906	(2.445.704.583)	(87.114.332.447)
2047	265.453.372	2.589.226.814	(2.323.773.441)	(89.438.105.888)
2048	250.715.576	2.450.676.730	(2.199.961.154)	(91.638.067.042)
2049	237.679.313	2.313.068.865	(2.075.389.551)	(93.713.456.593)
2050	224.871.100	2.176.453.465	(1.951.582.365)	(95.665.038.958)
2051	212.269.217	2.043.088.621	(1.830.819.405)	(97.495.858.362)
2052	200.497.899	1.912.951.530	(1.712.453.630)	(99.208.311.993)
2053	189.038.260	1.786.252.971	(1.597.214.711)	(100.805.526.704)
2054	177.665.397	1.664.090.203	(1.486.424.806)	(102.291.951.510)
2055	166.652.721	1.546.708.030	(1.380.055.309)	(103.672.006.819)
2056	155.870.526	1.434.144.557	(1.278.274.032)	(104.950.280.851)
2057	145.388.997	1.326.618.508	(1.181.229.511)	(106.131.510.361)
2058	135.194.075	1.224.193.940	(1.088.999.866)	(107.220.510.227)
2059	125.321.500	1.126.917.119	(1.001.595.619)	(108.222.105.846)
2060	115.804.907	1.034.751.326	(918.946.419)	(109.141.052.265)
2061	106.671.401	947.625.621	(840.954.220)	(109.982.006.485)
2062	97.944.152	865.440.940	(767.496.788)	(110.749.503.273)
2063	89.640.316	788.071.229	(698.430.913)	(111.447.934.186)
2064	81.771.669	715.376.253	(633.604.583)	(112.081.538.770)
2065	74.344.798	647.215.628	(572.870.830)	(112.654.409.599)
2066	67.360.164	583.451.595	(516.091.431)	(113.170.501.031)
2067	60.813.379	523.940.212	(463.126.833)	(113.633.627.864)
2068	54.697.988	468.534.741	(413.836.753)	(114.047.464.617)
2069	49.003.918	417.087.298	(368.083.380)	(114.415.547.997)
2070	43.718.336	369.452.029	(325.733.694)	(114.741.281.690)
2071	38.827.358	325.488.975	(286.661.617)	(115.027.943.308)
2072	34.315.362	285.065.073	(250.749.711)	(115.278.693.019)
2073	30.165.965	248.052.713	(217.886.748)	(115.496.579.767)
2074	26.361.841	214.326.554	(187.964.712)	(115.684.544.479)
2075	22.886.593	183.759.467	(160.872.874)	(115.845.417.353)
2076	19.724.502	156.221.180	(136.496.678)	(115.981.914.031)
2077	16.862.383	131.579.793	(114.717.410)	(116.096.631.442)
2078	14.287.584	109.699.565	(95.411.981)	(116.192.043.422)
2079	11.861.376	90.438.333	(78.576.957)	(116.270.620.379)
2080	9.573.146	73.648.164	(64.075.018)	(116.334.695.397)
2081	7.614.396	59.173.826	(51.559.430)	(116.386.254.827)
2082	5.959.991	46.850.577	(40.890.585)	(116.427.145.412)
2083	4.583.603	36.504.131	(31.920.528)	(116.459.065.940)
2084	3.457.926	27.952.645	(24.494.718)	(116.483.560.658)
2085	2.555.171	21.009.198	(18.454.028)	(116.502.014.686)
2086	1.847.110	15.482.313	(13.635.203)	(116.515.649.889)
2087	1.304.889	11.175.690	(9.870.802)	(116.525.520.691)
2088	899.679	7.892.713	(6.993.033)	(116.532.513.724)
2089	604.432	5.447.043	(4.842.611)	(116.537.356.335)
2090	395.250	3.671.079	(3.275.829)	(116.540.632.164)
2091	251.414	2.416.342	(2.164.928)	(116.542.797.092)
2092	155.402	1.553.780	(1.398.378)	(116.544.195.470)
2093	93.150	976.373	(883.223)	(116.545.078.693)

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

a) Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

b) Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018;

c) Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial;

- Idade Média dos Segurados do FUNAPREV em 31/12/2017: Ativos, 50,5 anos; Inativos, 69,9 anos; Pensionistas: 67,5 anos;

- Folha 12/2017 - Cadastro FUNAPREV: Ativos, R$ 243,46 milhões; Inativos, R$ 157,27 milhões; Pensionistas, R$ 39,05 milhões;

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;

- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas

d) Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do FUNAPREV e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I.FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar estadual nº 123, de 16/09/2013.

II.BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - FUNAPREV, abrangeu todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 35.893 segurados efetivamente ativos (exclui os 11.721 afastados e tratados como aposentados); 55.910 aposentados (inlcui os 11.721 afastados mencionados); e 11.043 pensionistas.

- A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO FUNAPREV

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

- A avaliação considera o enfoque de grupo fechado de segurados do FUNAPREV, conforme LC estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do FUNAPREV e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados a este Fundo;

- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do FUNAPREV, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. As receitas com contribuições diminuem, principalmente, na medida em que os atuais segurados ativos implementam as condições para a aposentação, dado o prisma de grupo fechado;

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do FUNAPREV com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Tais despesas crescem na medida em que o grupo de aposentados aumenta, decrescendo posteriormente quando a mortalidade desse grupo se torna mais significativa, com a idade avançada;

- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas;

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;

- Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo FUNAPREV, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 92,3% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao FUNAPREV para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata.
- Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC (FUNAPREV) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do FUNAPREV, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.
- Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Financeiro (FUNAPREV) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVID
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	147.526.792	246.749	147.280.043	147.280.043
2018	202.691.696	1.249.062	201.442.635	348.722.678
2019	281.093.869	2.211.515	278.882.354	627.605.032
2020	363.132.786	3.350.550	359.782.237	987.387.269
2021	432.689.287	4.674.948	428.014.339	1.415.401.607
2022	504.387.689	6.202.503	498.185.185	1.913.586.793
2023	575.306.354	7.894.803	567.411.550	2.480.998.343
2024	649.518.561	10.711.433	638.807.128	3.119.805.471
2025	713.795.140	14.218.743	699.576.397	3.819.381.868
2026	779.005.330	18.389.598	760.615.733	4.579.997.601
2027	846.606.564	23.040.759	823.565.805	5.403.563.405
2028	916.279.957	27.469.478	888.810.479	6.292.373.885
2029	987.696.608	33.453.891	954.242.717	7.246.616.601
2030	1.060.048.950	41.055.754	1.018.993.196	8.265.609.797
2031	1.132.441.561	51.115.753	1.081.325.808	9.346.935.605
2032	1.207.740.086	63.896.008	1.143.844.078	10.490.779.683
2033	1.286.549.445	77.585.251	1.208.964.194	11.699.743.877
2034	1.366.846.176	91.827.477	1.275.018.700	12.974.762.577
2035	1.449.456.060	107.923.213	1.341.532.848	14.316.295.424
2036	1.533.474.197	128.728.269	1.404.745.928	15.721.041.352
2037	1.619.168.472	154.135.876	1.465.032.597	17.186.073.949
2038	1.705.099.555	182.873.476	1.522.226.079	18.708.300.027
2039	1.792.899.039	213.546.901	1.579.352.138	20.287.652.165
2040	1.881.035.972	245.099.635	1.635.936.337	21.923.588.502
2041	1.968.809.715	279.650.752	1.689.158.963	23.612.747.465
2042	2.056.002.525	318.084.106	1.737.918.419	25.350.665.884
2043	2.143.678.105	359.445.807	1.784.232.299	27.134.898.183
2044	2.225.787.391	427.316.425	1.798.470.966	28.933.369.149
2045	2.312.561.746	476.397.438	1.836.164.308	30.769.533.457
2046	2.400.255.596	523.232.439	1.877.023.157	32.646.556.614
2047	2.487.346.619	571.274.541	1.916.072.078	34.562.628.692
2048	2.576.193.204	618.857.102	1.957.336.102	36.519.964.795
2049	2.663.732.323	682.546.754	1.981.185.569	38.501.150.364
2050	2.753.172.633	742.921.414	2.010.251.219	40.511.401.583
2051	2.844.327.772	802.365.191	2.041.962.581	42.553.364.164
2052	2.936.806.690	859.124.066	2.077.682.625	44.631.046.789
2053	3.028.209.418	931.129.771	2.097.079.647	46.728.126.436
2054	3.120.470.234	1.001.685.600	2.118.784.634	48.846.911.069
2055	3.211.434.452	1.085.299.442	2.126.135.010	50.973.046.079
2056	3.300.303.377	1.173.374.563	2.126.928.813	53.099.974.893
2057	3.389.067.456	1.258.982.004	2.130.085.452	55.230.060.345
2058	3.477.803.374	1.345.534.681	2.132.268.693	57.362.329.037
2059	3.564.691.245	1.439.305.433	2.125.385.812	59.487.714.849
2060	3.653.948.399	1.520.524.249	2.133.424.150	61.621.138.999
2061	3.745.223.165	1.595.681.874	2.149.541.291	63.770.680.290
2062	3.837.333.632	1.667.052.309	2.170.281.323	65.940.961.614
2063	3.929.532.452	1.740.762.537	2.188.769.914	68.129.731.528
2064	4.026.362.694	1.795.408.991	2.230.953.702	70.360.685.230
2065	4.128.258.555	1.839.091.549	2.289.167.007	72.649.852.237
2066	4.232.857.960	1.881.815.453	2.351.042.507	75.000.894.744
2067	4.340.654.624	1.917.500.576	2.423.154.047	77.424.048.791
2068	4.451.159.254	1.955.251.569	2.495.907.685	79.919.956.476
2069	4.561.495.786	2.005.546.496	2.555.949.289	82.475.905.766
2070	4.677.081.721	2.036.736.358	2.640.345.363	85.116.251.129
2071	4.795.022.561	2.073.534.915	2.721.487.645	87.837.738.774
2072	4.917.649.035	2.101.445.271	2.816.203.764	90.653.942.538
2073	5.045.385.046	2.120.768.372	2.924.616.674	93.578.559.213
2074	5.178.284.768	2.135.605.343	3.042.679.425	96.621.238.637
2075	5.316.704.818	2.146.010.067	3.170.694.752	99.791.933.389
2076	5.460.785.551	2.154.827.071	3.305.958.481	103.097.891.870
2077	5.611.763.939	2.156.161.693	3.455.602.246	106.553.494.116
2078	5.767.417.966	2.166.568.808	3.600.849.159	110.154.343.275
2079	5.929.988.664	2.174.425.738	3.755.562.926	113.909.906.200
2080	6.098.883.779	2.183.542.383	3.915.341.396	117.825.247.596
2081	6.274.660.066	2.192.205.443	4.082.454.623	121.907.702.219
2082	6.458.155.329	2.195.480.131	4.262.675.198	126.170.377.418
2083	6.650.487.179	2.193.329.311	4.457.157.868	130.627.535.286
2084	6.851.315.105	2.191.347.522	4.659.967.583	135.287.502.869
2085	7.062.561.472	2.181.279.684	4.881.281.789	140.168.784.657
2086	7.283.173.086	2.172.681.738	5.110.491.348	145.279.276.005
2087	7.513.898.879	2.164.760.393	5.349.138.486	150.628.414.491
2088	7.754.714.493	2.159.682.010	5.595.032.483	156.223.446.974
2089	8.007.334.294	2.152.211.476	5.855.122.817	162.078.569.791
2090	8.268.963.998	2.158.195.489	6.110.768.509	168.189.338.300
2091	8.544.704.434	2.151.121.250	6.393.583.183	174.582.921.483
2092	8.831.497.764	2.149.841.177	6.681.656.588	181.264.578.071
2093	9.102.984.300	2.153.166.068	6.949.818.232	188.214.396.303

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;
- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018;
- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o Art. 7°, § 2º, da Portaria MPS n° 403/2008;
- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:
  - Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial;
  - Idade Média dos Segurados do PREVID em 31/12/2017: Ativos, 34,8 anos; Aposentado, 44,4 (invalidez); e Pensionista, 31,3 anos.
  - Folha 12/2017 - Cadastro PREVID: Ativos, R$ 27,57 milhões; Aposentado, R$ 15.844,27; e, Pensionistas, R$ 11.754,33.
  - Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014.
  - Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais e futuros segurados ativos e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto);
  - Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
  - Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas;
  - Taxa Real de Juros Atuariais de 4,5% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o excercício de 2018.
  - Projeção de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVID e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I.FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei

Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar estadual nº 123, de 16/09/2013.

II.BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVID, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo PREVID), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 5.555 segurados ativos, 1 aposentado e 5 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias.

- A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVID

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

- A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do PREVID e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários;

- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVID, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, referentes à geração atual de segurados;

- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVID com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas, mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;

- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;

- Estado inicial de vigência a contar de 01/01/2014;

- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVIMILITAR
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	341.513.603,05	568.614.571,32	(227.100.968)	(227.100.968)
2018	407.037.768,66	640.007.412,31	(232.969.644)	(460.070.612)
2019	455.924.429,17	709.678.448,98	(253.754.020)	(713.824.632)
2020	450.372.885,48	768.056.521,27	(317.683.636)	(1.031.508.268)
2021	444.802.030,50	830.609.008,23	(385.806.978)	(1.417.315.245)
2022	435.588.925,78	902.569.767,83	(466.980.842)	(1.884.296.087)
2023	426.018.869,12	984.722.155,45	(558.703.286)	(2.442.999.374)
2024	422.025.843,98	1.050.158.058,06	(628.132.214)	(3.071.131.588)
2025	422.936.998,24	1.083.790.899,08	(660.853.901)	(3.731.985.489)
2026	419.914.491,74	1.103.905.453,54	(683.990.962)	(4.415.976.450)
2027	420.290.469,09	1.125.280.425,81	(704.989.957)	(5.120.966.407)
2028	421.087.867,73	1.134.851.160,42	(713.763.293)	(5.834.729.700)
2029	421.070.267,89	1.146.198.191,69	(725.127.924)	(6.559.857.624)
2030	422.859.902,81	1.154.919.425,72	(732.059.523)	(7.291.917.146)
2031	425.025.979,85	1.156.742.450,47	(731.716.471)	(8.023.633.617)
2032	428.031.516,57	1.154.433.968,93	(726.402.450)	(8.750.036.067)
2033	431.932.525,54	1.146.568.421,02	(714.635.895)	(9.464.671.963)
2034	434.707.184,61	1.139.704.447,83	(704.997.263)	(10.169.669.226)
2035	437.539.345,63	1.135.789.223,77	(698.249.878)	(10.867.919.104)
2036	436.907.662,81	1.142.503.392,04	(705.595.729)	(11.573.514.834)
2037	438.275.280,36	1.152.776.596,52	(714.501.316)	(12.288.016.150)
2038	438.144.087,64	1.159.718.467,26	(721.574.380)	(13.009.590.529)
2039	433.616.113,35	1.184.843.695,09	(751.227.582)	(13.760.818.111)
2040	428.572.583,41	1.224.395.781,36	(795.823.198)	(14.556.641.309)
2041	424.962.524,49	1.258.294.355,43	(833.331.831)	(15.389.973.140)
2042	419.962.642,26	1.289.593.403,43	(869.630.761)	(16.259.603.901)
2043	416.440.275,58	1.321.916.674,28	(905.478.399)	(17.165.082.300)
2044	415.816.034,69	1.339.768.793,05	(923.952.758)	(18.089.035.058)
2045	416.761.305,43	1.340.603.123,51	(923.841.818)	(19.012.876.876)
2046	417.641.733,02	1.336.054.993,28	(918.413.260)	(19.931.290.137)
2047	419.429.887,38	1.328.120.580,20	(908.690.693)	(20.839.980.829)
2048	421.657.926,10	1.317.743.567,61	(896.085.642)	(21.736.066.471)
2049	423.987.232,94	1.304.954.037,95	(880.966.805)	(22.617.033.276)
2050	425.717.705,92	1.295.023.753,65	(869.306.048)	(23.486.339.324)
2051	426.285.334,09	1.289.475.898,75	(863.190.565)	(24.349.529.888)
2052	426.063.615,56	1.287.070.653,57	(861.007.038)	(25.210.536.926)
2053	422.992.888,24	1.297.473.464,51	(874.480.576)	(26.085.017.503)
2054	420.168.374,29	1.304.829.896,77	(884.661.522)	(26.969.679.025)
2055	416.753.304,04	1.313.629.741,52	(896.876.437)	(27.866.555.462)
2056	414.088.191,71	1.317.569.598,94	(903.481.407)	(28.770.036.870)
2057	410.764.220,82	1.324.019.004,42	(913.254.784)	(29.683.291.653)
2058	409.322.647,53	1.319.046.368,25	(909.723.721)	(30.593.015.374)
2059	406.409.537,77	1.322.296.292,86	(915.886.755)	(31.508.902.129)
2060	404.315.230,04	1.321.554.238,44	(917.239.008)	(32.426.141.138)
2061	405.812.131,20	1.300.836.857,70	(895.024.727)	(33.321.165.864)
2062	406.304.365,00	1.285.633.729,57	(879.329.365)	(34.200.495.229)
2063	407.278.258,40	1.267.753.367,31	(860.475.109)	(35.060.970.338)
2064	408.604.415,07	1.249.008.197,85	(840.403.783)	(35.901.374.120)
2065	410.172.281,27	1.228.990.808,57	(818.818.527)	(36.720.192.648)
2066	410.072.833,55	1.219.719.961,43	(809.647.128)	(37.529.839.775)
2067	411.866.168,13	1.199.207.414,81	(787.341.247)	(38.317.181.022)
2068	413.160.927,92	1.182.003.914,30	(768.842.986)	(39.086.024.009)
2069	411.200.249,58	1.184.800.413,67	(773.600.164)	(39.859.624.173)
2070	410.125.351,07	1.182.438.046,55	(772.312.695)	(40.631.936.868)
2071	408.092.939,97	1.185.553.861,99	(777.460.922)	(41.409.397.790)
2072	406.889.125,59	1.184.715.410,16	(777.826.285)	(42.187.224.075)
2073	405.851.412,57	1.182.768.427,41	(776.917.015)	(42.964.141.090)
2074	405.604.373,85	1.176.332.916,85	(770.728.543)	(43.734.869.633)
2075	406.782.650,93	1.162.615.141,61	(755.832.491)	(44.490.702.123)
2076	406.684.080,45	1.156.719.141,45	(750.035.061)	(45.240.737.184)
2077	408.871.665,16	1.139.068.179,74	(730.196.515)	(45.970.933.699)
2078	409.519.515,63	1.131.404.494,15	(721.884.979)	(46.692.818.677)
2079	411.487.110,22	1.117.446.039,04	(705.958.929)	(47.398.777.606)
2080	412.772.247,78	1.108.677.811,39	(695.905.564)	(48.094.683.170)
2081	414.317.024,32	1.099.400.264,61	(685.083.240)	(48.779.766.410)
2082	416.280.381,73	1.088.611.719,04	(672.331.337)	(49.452.097.747)
2083	417.067.217,26	1.085.268.645,37	(668.201.428)	(50.120.299.175)
2084	417.903.794,57	1.082.701.532,70	(664.797.738)	(50.785.096.914)
2085	418.169.831,40	1.083.714.122,25	(665.544.291)	(51.450.641.204)
2086	417.668.922,12	1.089.219.967,93	(671.551.046)	(52.122.192.250)
2087	416.743.391,82	1.097.489.092,30	(680.745.700)	(52.802.937.951)
2088	416.178.505,86	1.102.810.668,13	(686.632.162)	(53.489.570.113)
2089	414.568.017,19	1.114.541.487,90	(699.973.471)	(54.189.543.584)
2090	412.403.317,71	1.129.545.629,52	(717.142.312)	(54.906.685.895)
2091	412.103.117,06	1.133.488.937,18	(721.385.820)	(55.628.071.716)
2092	411.166.747,99	1.140.803.989,91	(729.637.242)	(56.357.708.958)
2093	397.218.724,98	1.146.597.231,84	(749.378.507)	(57.107.087.464)

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;
- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018;
- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o Art. 7°, § 2º, da Portaria MPS n° 403/2008;
- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:
  - Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
  - Idade Média em 31/12/2017: Ativos do RPPS, 37,5 anos; Inativos, 62,0 anos; Pensionistas: 56,6 anos;
  - Folha 12/2017 - Cadastro PREVMILITAR: Ativos, R$ 72,71 milhões; Inativos, R$ 28,20 milhões; Pensionistas, R$ 16,37 milhões;
  - Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;
  - Apuração das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto);
  - Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
  - Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.
  - Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVMILITAR.

I.FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o artigo 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei Complementar nº 21, de 29/06/2000, atualizada; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iv) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (v) a Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011; e (vi) a Lei Complementar estadual nº 123, de 16/09/2013.

II.BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVMILITAR, abrangeu todos os segurados ativos, inativos e pensionistas do Plano de Custeio Militar (Fundo PREVMILITAR),

disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 18.710 segurados efetivamente ativos (exclui os 1.329 afastados e tratados como inativos); 6.511 inativos (inlcui os 1.329 mencionados); e 7.111 pensionistas.

- A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, inativos e pensionistas.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVMILITAR

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

- A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados do PREVMILITAR, conforme LC estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do PREVMILITAR e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados a este Fundo;

- A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVMILITAR, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará;

- A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVMILITAR com benefícios previdenciários;

- A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas;

- A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência;

- Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Militar do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo PREVMILITAR, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 64,7% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao PREVMILITAR para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata.

- Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Militar do SUPSEC (PREVMILITAR) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei

Complementar nº 93, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do PREVMILITAR, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Militar (PREVMILITAR) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.
- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2019

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA			Compensação	
			2019	2020	2021	ATO NORMATIVO	DETALHE
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1.086.605.481	1.130.721.664	1.175.724.386	Lei Complementar 152/2015 de 27/07/2015	Incidência de 2%(Fecop) para os novos produtos: Isotônicos,refrigerantes,perfumes, produtos de beleza,artigos e alimentos para animais de estimação, inseticidas, fungicidas,formicidas e herbicidas.
						Lei nº 15.892/2015 de 27/11/2015	Redefiniu alíquotas de diversos produtos: de 17% para 28%(Rodas esportivas para automóveis, Drones, Embarcações e jet skis, de 25% para 27%(bebidas alcoólicas e gasolina), de 25% para 28%(Ultraleves, asas-delta, armas, munições, fumo,cigarros e outros)
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	20.172.065	20.991.051	21.826.495	Lei nº 16.097/2016 de 27/07/2016	Institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal-FEEF. Que cria o encargo de 10% do incentivo ou benefício concedido à empresa contribuinte do icms.
						Lei nº16.177/2016 de 27/12/2016.	Realinhamento da alíquota modal do Icms de 17% para 18%.
TOTAL			1.106.777.546	1.151.712.715	1.197.550.881		

Fonte: SEFAZ, 23/03/2018, 10h:50min

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA POR REGIÃO - art 165, § 6° da CF/88
2019

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2019	2020	2021
Região Cariri	48.359.633	50.323.034	52.325.891
Região Centro Sul	197.337	205.349	213.521
Região Grande Fortaleza	821.715.406	855.077.052	889.109.118
Região Litoral Leste	8.608.335	8.957.834	9.314.356
Região Litoral Norte	4.629.988	4.817.965	5.009.720
Região Litoral Oeste/ Vale do Curu	12.384.293	12.887.095	13.400.001
Região Maciço de Baturité	3.453.865	3.594.092	3.737.137
Região Serra da Ibiapaba	3.309.256	3.443.612	3.580.668
Região Sertão Central	33.958.286	35.336.993	36.743.405
Região Sertão de Sobral	118.488.036	123.298.651	128.205.937
Região Sertão de Crateús	10.242.452	10.658.296	11.082.496
Região Sertão do Inhamuns	721.201	750.482	780.351
Região Vale do Jaguaribe	40.709.458	42.362.262	44.048.280
Total geral	**1.106.777.546**	**1.151.712.715**	**1.197.550.881**

Fonte SEFAZ/ Célula de Benefícios Fiscais.

Nota: Lei Complementar n° 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de Planejamento.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso V — R$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	256.617,0
(-) Transferências Constitucionais	64.154,2
(-) Transferências ao FUNDEB	38.492,5
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	153.970,2
Redução Permanente da Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	153.970,2
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	117.713,4
Novas DOCC	47.523,5
Novas DOCC geradas por PPP	70.189,8
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)	36.256,8

FONTE: SEPLAG, 13/04/2018, 17h:10min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará , estimou parcela do crescimento do ICMS em 2019 no valor aproximado de R$ 256,6 milhões de reais para fazer face a novas despesas continuadas. Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R$ 64,1 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R$ 38,5 milhões aproximadamente.

Após realizadas as deduções, R$ 47,5 milhões, aproximadamente, serão destinados ao custeio dos novos equipamentos previstos com repercussão em 2019. Dentre estes destacam-se os gastos com a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento, Delegacias Regionais, Escolas de Educação Profissional e Cadeias Públicas . O Estado prevê ainda possíveis novos dispêndios em 2019 gerados pelo início da execução da PPP do Hospital Regional Metropolitano, no montante de R$ 70,2 milhões.

Por fim, R$ 36,2 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO [1]	R$ milhares									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	15.347.393	17.040.927	18.525.395	19.378.427	22.630.027	22.869.503	23.420.036	24.600.719	26.976.058	27.538.466
Receita tributária	7.784.412	8.835.210	9.662.285	10.225.482	11.624.516	12.197.564	13.074.973	14.076.153	14.960.474	15.901.044
Impostos	7.461.985	8.475.675	9.265.443	9.799.262	10.901.806	11.417.213	12.232.919	13.166.852	13.983.960	14.852.516
Taxas	322.428	359.536	396.842	426.221	722.710	780.352	842.054	909.301	976.514	1.048.528
Receita de Contribuição	1.099.806	1.209.819	1.380.549	1.395.437	1.573.816	1.665.813	1.763.594	1.870.902	1.934.113	2.000.829
Receita Patrimonial	441.964	562.650	417.814	377.498	406.380	424.175	860.340	421.096	333.051	345.476
Receitas Financeiras	232.242	293.328	318.732	352.254	376.237	353.936	262.910	271.684	281.429	291.557
Outras Receitas Patrimoniais	209.722	269.322	99.082	25.244	30.143	70.239	597.430	149.412	51.622	53.920
Receita de Serviços	52.617	52.862	53.399	73.315	82.566	106.477	86.769	90.413	94.482	98.734
Transferências Correntes	5.576.249	5.902.878	6.394.618	6.677.266	7.570.667	7.481.743	8.009.869	8.524.178	9.041.168	9.585.041
Transferências Intergovernamentais	5.372.525	5.768.191	6.249.714	6.584.221	7.439.874	7.385.851	7.863.693	8.369.561	8.877.348	9.411.659
Transferências da União	4.202.014	4.531.440	4.885.435	5.159.295	5.949.574	5.859.620	6.238.125	6.637.543	7.022.452	7.429.475
Transferências Multigovernamentais	1.119.562	1.188.497	1.316.398	1.362.579	1.490.300	1.430.705	1.526.573	1.628.866	1.747.102	1.869.539
Transferências dos Municípios	50.950	48.254	47.881	42.347	-	95.527	98.994	103.152	107.794	112.645
Transferências de Instituições Privadas	7.026	8.607	6.687	8.176	12.509	16.216	16.805	17.510	18.298	19.122
Transferências de Pessoas	839	757	1.167	465	1.123	892	924	969	1.008	1.052
Transferências de Convênios	195.859	125.323	138.336	84.404	117.161	78.784	128.447	136.144	144.515	153.208
Outras Receitas Correntes	392.345	477.507	637.726	629.429	1.272.083	993.730	709.978	760.243	818.248	879.537
RECEITAS DE CAPITAL	1.098.650	1.862.335	2.540.215	1.929.202	1.752.230	2.539.452	1.512.643	1.782.973	1.814.715	1.714.226
Operações de Crédito	611.527	1.190.525	1.633.747	1.539.757	1.109.696	2.051.079	1.065.193	1.583.497	1.165.442	1.220.186
Amortização de Empréstimos	50	94	1	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	8.164	1.792	5.956	4.337	4.002	16.429	16.999	17.654	18.381	19.117
Transferências de Capital	277.611	669.923	831.649	373.862	638.501	471.261	430.451	181.822	630.892	474.923
Outras Receitas de Capital	1.298	-	68.863	11.247	31	683	-	-	-	-
TOTAL	16.446.043	18.920.770	21.101.886	21.307.629	24.282.257	25.408.955	26.051.109	27.560.286	29.032.123	30.562.372

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016

Nota:

1. A partir de 2012 são deduzidos os recursos para formação do FUNDEB.

I.a - Receita Tributária

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	7.780.898	-0,5%
2013	8.835.694	13,6%
2014	9.661.506	9,3%
2015	10.225.175	5,8%
2016	11.623.754	13,7%
2017	12.197.141	4,9%
2018	13.072.674	7,2%
2019	14.073.854	7,7%
2020	14.958.175	6,3%
2021	15.898.745	6,3%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

Nota:

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.b - Fundo de Participação dos Estados

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	3.636.497	-17,5%
2013	3.910.874	7,5%
2014	4.261.723	9,0%
2015	4.483.264	5,2%
2016	5.076.173	13,2%
2017	4.867.287	-4,1%
2018	5.199.891	6,8%
2019	5.548.325	6,7%
2020	5.861.225	6,0%
2021	6.234.098	6,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

Nota:

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.c - Outras Receitas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	404.748	3,8%
2013	470.085	16,1%
2014	636.831	35,5%
2015	626.378	-1,6%
2016	1.264.816	101,9%
2017	985.065	-22,1%
2018	709.978	-27,9%
2019	760.243	7,1%
2020	621.964	-18,2%
2021	674.421	8,4%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.d - Receitas de Capital

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	1.098.650	-21,7%
2013	1.862.367	69,5%
2014	2.540.215	36,4%
2015	1.929.202	-24,1%
2016	1.752.230	-9,2%
2017	2.539.452	44,9%
2018	1.512.643	-40,4%
2019	1.782.973	17,9%
2020	1.768.441	-0,8%
2021	1.667.366	-5,7%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

II - CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	R$ milhares									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES	13.742.252	15.304.742	17.277.833	18.267.950	20.016.053	20.952.113	22.263.901	23.641.351	24.877.505	26.226.263
Pessoal e Encargos Sociais	7.493.882	8.271.354	9.126.570	9.997.649	10.454.759	11.023.337	11.904.071	12.660.109	13.343.070	14.114.892
Juros e Encargos da Dívida	247.099	246.480	297.663	414.556	446.076	452.098	555.860	591.288	644.631	663.940
Outras Despesas Correntes	6.001.271	6.786.908	7.853.600	7.875.745	9.115.218	9.476.679	9.823.970	10.289.954	10.889.804	11.447.431
DESPESAS DE CAPITAL	2.895.939	3.090.398	4.505.682	3.220.186	3.250.863	3.666.239	3.910.102	4.166.663	4.299.993	4.480.442
Investimentos	2.070.703	2.239.534	3.475.765	2.411.487	2.172.566	2.467.740	2.884.987	2.892.756	2.962.801	3.164.678
Inversões Financeiras	138.196	323.191	434.101	119.346	231.520	199.223	203.404	210.368	221.917	233.884
Amortização Financeira	687.040	527.673	595.816	689.352	846.777	989.275	821.712	1.063.539	1.115.275	1.081.880
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	62.105	64.713	67.626	70.669
TOTAL	16.638.192	18.395.141	21.783.515	21.508.136	23.266.916	24.608.352	26.256.109	27.772.728	29.245.123	30.777.373

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016 e STN

II.a - Pessoal e Encargos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	8.271.354	10,4%
2014	9.126.570	10,3%
2015	9.997.649	9,5%
2016	10.454.759	4,6%
2017	11.023.337	5,4%
2018	11.904.071	8,0%
2019	12.660.109	6,4%
2020	13.343.070	5,4%
2021	14.114.892	5,8%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

II.b - Juros e Encargos da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	246.480	-0,3%
2014	297.663	20,8%
2015	414.556	39,3%
2016	446.076	7,6%
2017	452.098	1,3%
2018	555.860	23,0%
2019	591.288	6,4%
2020	644.631	9,0%
2021	663.940	3,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

II.c - Reserva de Contingência

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	-	
2014	-	-
2015	-	
2016	-	
2017	-	
2018	62.105,0	
2019	64.713,4	4,2%
2020	67.625,5	4,5%
2021	70.668,6	4,5%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Outras Despesas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	6.786.908	13,1%
2014	7.853.600	15,7%
2015	7.875.745	0,3%
2016	9.115.218	15,7%
2017	9.476.679	4,0%
2018	9.823.970	3,7%
2019	10.289.954	4,7%
2020	10.889.804	5,8%
2021	11.447.431	5,1%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

Despesas de Investimentos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	2.239.534	8,2%
2014	3.475.765	55,2%
2015	2.411.487	-30,6%
2016	2.172.312	-9,9%
2017	2.467.740	13,6%
2018	2.884.987	16,9%
2019	2.892.756	0,3%
2020	2.963.941	2,5%
2021	3.157.157	6,5%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

Despesas de Inversões

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	323.191	133,9%
2014	434.101	34,3%
2015	119.346	-72,5%
2016	231.520	94,0%
2017	199.223	-13,9%
2018	203.404	2,1%
2019	210.368	3,4%
2020	221.917	5,5%
2021	233.884	5,4%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

	3.103.124	3.184.718	3.398.562

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

III - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	16.347.393	17.040.927	18.525.395	19.378.427	22.530.027	22.869.503	23.420.036	24.600.719	25.976.058	27.538.467
Receita Tributária	7.784.412	8.835.210	9.660.241	10.225.482	11.624.516	12.197.564	13.072.674	14.073.854	14.958.175	15.898.745
Receita de Contribuição	1.099.806	1.209.819	1.361.597	1.396.437	1.573.816	1.665.813	680.406	730.933	730.933	730.933
Receita Patrimonial	441.964	562.650	417.814	377.498	406.380	424.175	860.340	421.096	333.051	345.476
Aplicações Financeiras (II)	232.242	293.328	318.732	352.254	376.237	353.936	262.910	271.684	281.429	291.557
Outras Receitas Patrimoniais	209.722	269.322	99.082	25.244	30.143	70.239	597.430	149.412	51.622	53.920
Receita de Serviços	52.617	52.862	53.399	73.315	82.566	106.477	86.769	90.413	94.482	98.734
Transferências Correntes	5.576.249	5.902.878	6.394.616	6.677.266	7.570.667	7.481.743	8.009.869	8.524.178	9.041.168	9.585.041
Demais Receitas Correntes	392.345	477.507	637.726	629.429	1.272.083	993.730	709.978	760.243	818.248	879.537
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	15.115.151	16.747.598	18.206.663	19.026.173	22.163.790	22.615.587	23.157.126	24.329.034	25.694.829	27.246.909
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.098.650	1.862.336	2.540.216	1.929.202	1.752.230	2.539.452	1.512.643	1.782.973	1.814.715	1.714.226
Operações de Crédito (V)	811.527	1.190.525	1.633.747	1.539.757	1.109.696	2.051.079	1.065.193	1.583.497	1.165.442	1.220.186
Alienação de Ativos (VII)	8.164	1.792	5.956	4.337	4.002	16.429	16.999	17.654	18.381	19.117
Transferência de Capital	277.611	669.923	831.649	373.662	638.501	471.261	430.451	181.822	630.892	474.923
Outras Receitas de Capital	1.298	-	68.863	11.247	31	683	-	-	-	-
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	278.909	669.923	900.512	385.108	638.532	471.944	430.451	181.822	630.892	474.923
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (IX)=(III+VIII)	15.394.060	17.417.522	19.107.174	19.411.281	22.792.322	22.987.511	23.587.577	24.510.856	26.325.520	27.721.832
DESPESAS CORRENTES (X)	13.742.252	15.304.742	17.277.833	16.287.950	20.016.053	20.952.113	20.961.722	22.153.684	23.424.424	24.702.853
Pessoal e Encargos Sociais	7.493.882	8.271.354	9.126.570	9.997.649	10.454.759	11.023.337	10.772.487	11.444.576	12.072.736	12.787.286
Juros e Encargos da Dívida (XI)	247.099	246.460	297.663	414.556	446.076	452.098	555.860	591.288	644.631	663.940
Outras Despesas Correntes	6.001.271	6.786.908	7.853.600	7.875.745	9.115.218	9.476.679	9.633.375	10.117.720	10.707.057	11.251.627
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	13.495.153	15.058.282	16.980.170	17.873.394	19.569.977	20.500.015	20.405.862	21.562.296	22.779.794	24.038.913
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.042.164	3.090.398	4.505.682	3.220.185	3.260.863	3.656.238	3.908.852	4.165.394	4.298.723	4.479.171
Investimentos	2.070.703	2.239.534	3.476.765	2.411.487	2.172.566	2.467.740	2.883.736	2.991.487	2.961.531	3.163.407
Programa de Infraestrutura (XIV)	853.775	871.663	1.545.618	1.453.756	927.616	1.177.662	496.369	761.989	310.599	390.689
Inversões Financeiras	138.196	323.191	434.101	119.346	231.520	199.223	203.404	210.368	221.917	233.884
Concessão de empréstimo (XV)	77.286	77.974	259.866	-	71.767	49.199	51.413	53.726	56.412	59.515
Amortização da Dívida (XVI)	687.040	527.673	595.816	689.352	846.777	989.275	821.712	1.063.539	1.115.275	1.081.880
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-	424.082	1.613.088	2.104.382	1.077.077	1.404.683	1.440.103	2.539.359	2.286.140	2.816.437	2.947.087
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	-	-	-	-	-	-	62.105	64.713	67.628	70.669
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX)=(XII+XVII+X	14.772.991	16.671.350	19.084.552	18.950.471	20.974.659	21.940.118	23.007.326	23.913.149	25.663.856	27.056.668
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX+XX)	621.069	746.172	465.338	460.811	1.817.662	1.047.393	580.252	597.707	661.665	665.164

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Notas: Excluídas as despesas com concessões de empréstimos do Grupo e Natureza de Despesa "Inversões Financeiras"

Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição.

IV - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
DEDUÇÕES (II)	2.384.719	3.039.952	2.416.145	1.743.229	2.743.476	3.674.142	1.838.804	1.938.804	1.968.804	1.958.804
Ativo Disponível	2.618.936	3.241.149	2.549.453	1.971.446	2.924.593	3.888.804	1.988.804	2.038.804	2.088.804	2.108.804
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	234.216	201.197	133.308	228.216	181.117	214.662	150.000	100.000	120.000	150.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-									
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL	(138.648)	(580.539)	(2.144.080)	(3.284.830)	1.594.753	(371.025)	(2.663.376)	(605.602)	(86.111)	404.660

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016

Nota: Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

V - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA

R$ milhares R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.225	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas (Contratual)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
DEDUÇÕES (II)	2.384.719	3.039.952	2.416.145	1.743.229	2.743.476	3.674.142	1.838.804	1.938.804	1.968.804	1.958.804
Ativo Disponível	2.618.936	3.241.149	2.549.453	1.971.446	2.924.593	3.888.804	1.988.804	2.038.804	2.088.804	2.108.804
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	234.216	201.197	133.308	228.216	181.117	214.662	150.000	100.000	120.000	150.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO III
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
(Art. 4º, § 3º , da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Em conformidade com a Lei Complementar Nº101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento, bem como as providências a serem adotadas, caso se concretizem.

No que concerne a Outros Riscos Ficais Passivos, situações como frustração de arrecadação e discrepância de projeções podem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

Dessa forma, o principal risco que poderá afetar o cumprimento das metas no Estado do Ceará para 2019 decorre da possibilidade de frustração na arrecadação de R$ 90 milhões oriundos das concessões previstas, tendo em vista que entraves burocráticos poderão ocorrer ao longo do processo.

De forma geral, com o objetivo de minimizar e equacionar os problemas, serão adotadas medidas de redução das despesas discricionárias no montante de R$ 90 milhões, visando garantir o atingimento das metas fiscais do período.

No quadro a seguir evidencia-se o impacto sobre as receitas, em função dos passivos contingentes e dos demais riscos fiscais, bem como as providências que deverão ser tomadas para garantir o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2019.

ARF (LRF, art 4º, § 3º) — R$ milhares

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Redução em R$ 90 milhões na arrecadação de Concessões previstas.	90.000	Redução das despesas de natureza discricionária.	90.000
SUBTOTAL	90.000	SUBTOTAL	90.000
TOTAL	90.000	TOTAL	90.000

FONTE: SEPLAG, 04/04/2018, 9h:00min

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

ANEXO IV
RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

I. Metas Fiscais;

II. Renúncia de Receitas e Margem para Expansão da Despesa;

III. Evolução das Receitas;

IV. Evolução das Despesas;

V. Legislação da Receita;

VI. Legislação da Despesa;

VII. Macrorregiões de Planejamento;

VIII. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

IX. Demonstrativo da Receita por Categoria Econômica e Origem, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes

X. Demonstrativo detalhado da Receita da Administração Direta do Tesouro, da Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes) e da Administração Indireta (Empresas Controladas);

XI. Demonstrativo da Despesa Por Poder, Órgão e Entidades, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes

XII. Demonstrativo da Despesa por Função;

XIII. Demonstrativo da Despesa por Subfunção;

XIV. Demonstrativo da Despesa por Programa;

XV. Demonstrativo da Despesa por Projeto;

XVI. Demonstrativo da Despesa por Atividade;

XVII. Demonstrativo da Despesa por Operação Especial;

XVIII. Demonstrativo da Despesa consolidado por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação

XIX. Demonstrativo da Despesa por Fontes de Recursos;

XX. Demonstrativo da Despesa por Macrorregião

XXI. Demonstrativo dos Investimentos por Macrorregião – Despesas de Capital;

XXII. Demonstrativo do Orçamento por Entidade, Macrorregião e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados a Investimentos no Interior do Estado;

XXIII. Demonstrativos dos valores referentes às vinculações Constitucionais e Legais (Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia)

XXIV. Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida;

XXV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Infância e Adolescência;

XXVI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FECOP;

XXVII. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FIT;

XXVIII. Demonstrativo da Dívida Pública e as receitas que as atenderão;

XXIX. Demonstrativo de Programas, Projetos e Atividades com Identificador de Resultado Primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5;

XXX. Demonstrativo Consolidado dos Recursos de Contrato de Gestão;

XXXI. Demonstrativo das Dotações Reservadas para Despesas de Pessoal.

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DESPACHO
Descrição:	LEITURA NO EXPEDIENTE		
Autor:	99725 - EVA SARA STUDART ARAÃšJO PEREIRA		
Usuário assinador:	99735 - DEPUTADO AUDIC MOTA		
Data da criação:	02/05/2018 10:26:14	**Data da assinatura:**	09/05/2018 08:06:07

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PLENÁRIO

DESPACHO
09/05/2018

LIDO NA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 2 DE MAIO DE 2018.

CUMPRIR PAUTA.



DEPUTADO AUDIC MOTA

1º SECRETÁRIO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	MEMORANDO
Descrição:	DESIGNAÇÃO DE RELATORIA		
Autor:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	09/05/2018 08:48:06	**Data da assinatura:**	09/05/2018 09:08:06

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

MEMORANDO
09/05/2018

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-021-04**
MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/03/2016
	ITEM NORMA:	7.2

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT)

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Evandro Leitão

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 65, inciso IV, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará), designamos Vossa Excelência para relatoria de:

Emenda(s)

Proposição	(especificar a numeração)	**Regime de Urgência**	**Estudo Técnico**
SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Solicitamos observar os prazos estabelecidos no art. 82, do Regimento Interno, conforme abaixo:

> **Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:
>
> **I -** 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
>
> **II -** 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;
>
> **III -** 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

Solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão, tão logo seja emitido o parecer de Vossa Excelência.

Atenciosamente,



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 01 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): WALTER CAVALCANTE **Partido: MDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	IV	43º			

EMENTA

Acrescenta-se o 43º-A ao art. 43º

CONTEÚDO DA PROPOSTA

43º-A Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para compra do Hospital São Lucas no Município de Crateús.

JUSTIFICATIVA

A respectiva Emenda Aditiva tem como objetivo assegurar o repasse financeiro por dotação orçamentária para a compra do Hospital São Lucas no Município de Crateús pela Lei Orçamentária Anual (**LOA**).

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares pela aprovação da referida Emenda.

Assinatura do Autor _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 02 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Audic Mota **Partido:** PSB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	IV	43			

EMENTA

Acrescenta parágrafo único ao artigo 43 do PLDO.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Parágrafo único: Sem prejuízo do disposto no art. 23 desta lei, as dotações para prestação de assistência médica, laboratorial e hospitalar aos servidores públicos serão fixadas de acordo com os aumentos acumulados pelos insumos de saúde, sendo utilizados para este fim, preferencialmente, os recursos do imposto de renda retido na fonte arrecadados dos próprios servidores que compõe o produto previsto no art. 157, inc. I, da CF/88.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo revitalizar os serviços de saúde prestados pelo ISSEC, com o aproveitamento preferencial dos recursos do IRRF dos próprios servidores, para que as dotações destinadas à esses serviços possam acompanhar os aumentos dos insumos de saúde, os quais tem sido maiores que o índice oficial de inflação.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 03 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Audic Mota **Partido:** PSB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01		02		I, II, III, IV	

EMENTA

Acrescenta parágrafo ao art. 2º do Projeto de lei 47/18 oriundo da mensagem 8276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 2º:

§ ___ A lei orçamentária priorizará:

I) A promoção da Inclusão Social

II) Ações de Saneamento Básico

III) A humanização do sistema penitenciário e ressocializador

IV) Ações para reduzir os índices de violência e criminalidade

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 04 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	II				

EMENTA

Acrescenta art. 32 e renumera dos demais na Proposição n.° 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 32 - Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados para a saúde, não serão consideradas as despesas com inativos e pensionistas.

JUSTIFICATIVA

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 05 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
VII					

EMENTA

Acrescenta § 6º ao art. 82 na Proposição n.º 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Parágrafo único. Os órgãos de execução devem adotar todos os meios e medidas necessários à execução das programáções referentes a emendas parlamentares.

JUSTIFICATIVA

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 06 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
VII					

EMENTA

Acrescenta § 6° ao art. 82 na Proposição n.° 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

§ 6° As emendas parlamentares devem apresentar objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, o projeto ou a atividade, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa e a destinação de recursos.

JUSTIFICATIVA

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 07 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II					

EMENTA

Acrescenta o art. 5º e renumera os demais na Proposição n.º 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 5º Os orçamentos dos órgãos e das entidades que compõem a seguridade social do Estado integrarão o orçamento fiscal e compreenderão as dotações destinadas a contemplar as ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo priorizar ações na área da saúde.

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 08 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
I					

EMENTA

Acrescenta o § 12 ao Art. 2º na Proposição n.° 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

§ 5º Os recursos destinados aos investimentos do SUS da Lei Orçamentária para 2019 deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada, e, em caso de investimentos voltados à conclusão de novas unidades de saúde, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional de ações e serviços de saúde.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo priorizar projetos e investimentos na área da saúde.

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 09 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	I				

EMENTA

Acrescenta o Art. 19 e renumera os demais na Proposição n.° 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 19 – Será assegurado aos deputados estaduais o acesso ao Sistema de Convênios e Congêneres- SINCONV-CE, Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA e o Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo permitir que os parlamentares possam acompanhar e fiscalizar as ações e programas do Estado.

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 10 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	I				

EMENTA

Acrescenta o Art. 19, incisos I, alínea "a" e "b", II e III, renumerando os demais na Proposição n.º 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 19 – O Poder Executivo enviará à ALECE:

I – Relatório anual, até o quinto dia útil após a publicação da Lei Orçamentária Anual e do PPA, discriminada por:

a) programas, informando número, nome, objetivo, indicador, unidade orçamentária responsável, eixo, área e objetivos estratégicos;

b) ações, informando número, nome, unidade orçamentária, finalidade, produto, unidade de medida, município, território, identificador de ação governamental, público alvo, meta física programada e crédito inicial por grupo de despesa, modalidade e fonte de recursos;

II – Relatório bimestral, até o quinto dia do segundo mês subsequente ao bimestre vencido, discriminada por ações, informando número, município, território, identificador de ação governamental, público alvo, meta física programada e executada, crédito autorizado e despesa realizada por grupo de despesa, modalidade e fonte de recursos;

III – Relatório da avaliação anual do PPA.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo permitir que os parlamentares possam acompanhar e fiscalizar as ações e programas do Estado.

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 11 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autora: Deputada Mirian Sobreira **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	II				

EMENTA

Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Proposição n.° 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 33 (...)

Parágrafo único. Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, não serão consideradas as despesas com inativos e pensionistas da área de educação.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo garantir a aplicação dos recursos para a valorização do magistério.

Assinatura da Autora: _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 12 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Audic Mota _____ **Partido: PSB** _____

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	II				

EMENTA

Acrescenta artigo ao PL 47/2018, oriundo da Mensagem 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art.__ As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 0,9 (zero vírgula nove) por cento da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde ou de combate à seca.

§1º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o *caput* deste artigo, respeitadas as vedações constantes no art. 28 desta lei.

§ 2º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do art. 198, § 2º, II da CF/88, vedada a destinação para pagamento de pessoal e encargos sociais.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como principal objetivo incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias a obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares. Essas emendas objetivam assegurar que as necessidades da população sejam atendidas pelo Poder Executivo, tendo em vista que até hoje, no Brasil, o orçamento ainda é autorizativo, ou seja, não há obrigatoriedade de execução das despesas previstas na lei orçamentária aprovada pela Assembleia Legislativa. A autorização ainda é concedida pelo Poder Executivo. Assim, o orçamento impositivo além de fazer prevalecer os interesses do cidadão, também fortalece o Legislativo, uma vez que o texto prevê que todas as emendas parlamentares aprovadas pela Assembleia Legislativa tenham execução obrigatória.
Por fim, o que deve prevalecer é o interesse público, atendido de forma equânime entre todas as regiões de acordo com as suas necessidades, direcionando parte do orçamento do Estado para políticas sociais eficientes, além de investimentos consideráveis em saúde, educação de qualidade, combate a seca e convivência com o semiárido.

Diante do exposto, concluímos que a inclusão do artigo na LDO, para tornar a execução da programação orçamentária obrigatória, dará autonomia ao parlamento, tornando as emendas aprovadas pela Assembleia, impositivas.

Assinatura do(a) Autor(a): 

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 13 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): DEPUTADO JULINHO **Partido:** PDT

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA x MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**

EMENTA

Altera o art. 67, do projeto de lei que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2019.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 1º Altera a redação do art. 67, que passa a vigorar com o seguinte texto:

"Art. 67. Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida:

I – no Poder Executivo: 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento);
II – no Poder Judiciário: 6% (seis por cento);
III – no Poder Legislativo: 3,4% (três vírgula quatro por cento), sendo:
a) na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento), e
b) no Tribunal de Contas: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);
IV – no Ministério Público: 2 (dois por cento).

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração da Augusta Assembleia Legislativa, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, a presente emenda, com o fim de alterar o projeto de lei remetido pelo Poder Executivo, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2019."

A propositura ora apresentada pretende adequar dispositivo que trata da repartição dos limites de pessoal entre os poderes e órgãos, prevista nos arts. 19 e 20 da Lei de

Responsabilidade Fiscal, à determinação do Tribunal de Contas do Estado constante do Acórdão nº 115/2018, cuja cópia segue anexa.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio à presente propositura, tendo em vista a sua importância para o Poder Legislativo, subscrevo-me.

SALA DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 30 de maio de 2018.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 14 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		91			

EMENTA

Acrescenta parágrafos ao artigo 91 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Artigo 91. (...)

§ 1º - A participação popular no processo de elaboração e discussão do orçamento anual de que trata o caput desse artigo se dará através da realização de audiências públicas, promovidas pelos Poderes Executivo e Legislativo Estadual, com a realização de pelo menos 1 (uma) audiência em cada uma das Regiões Administrativas do Estado, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

§ 2º - As audiências públicas serão amplamente divulgadas nos Municípios em que deverão acontecer, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias das respectivas datas de realização e contarão com a colaboração dos vereadores e prefeitos da Região, assim como deverão ser acompanhadas pela Defensoria Pública do Estado do Ceará.

§ 3º - Fica a cargo do poder executivo definir um percentual do conjunto de ações, obras, serviços e prioridades regionais eleitas nas audiências públicas que serão contemplados pelo Estado e cujas dotações constarão na Lei Orçamentária de 2019.

§ 4º - A execução orçamentária e financeira dos projetos e atividades definidos de forma participativa deverão ser objeto de ação específica na Lei Orçamentária de 2019, de forma a permitir o acompanhamento de sua execução ao longo do exercício.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como finalidade qualificar de que maneira a participação popular prevista no artigo 91 se dará no âmbito do processo de discussão e elaboração do Orçamento, garantindo a realização de audiências públicas nas quais a comunidade poderá escolher quais demandas são mais sensíveis e atendem às suas necessidades.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 15 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**

EMENTA

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018, onde couber.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. .O Estado do Ceará aplicará, anualmente, nunca menos de um e meio por cento (1,5%) do seu orçamento na função de governo 13 – Cultura, e suas respectivas subfunções.

Parágrafo único. A constatação da aplicação desse percentual deve se dá em função da despesa efetivamente empenhada e liquidada no decorrer do exercício de 2019.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como finalidade garantir um teto mínimo de execução do orçamento na função cultura, garantindo recursos a serem aplicados na produção e difusão cultural bem como na preservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Estado.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Souza Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 06 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**

EMENTA

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018, onde couber.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. . A fim de garantir a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial previstos no artigo 207 da Constituição Federal, os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na Lei Orçamentária do Estado para 2019, respeitando o percentual global mínimo de 6,5% (seis e meio por cento) da arrecadação tributária do Estado para aportes anuais destinados a viabilizar e manter os projetos e atividades das entidades que integram o sistema de ensino superior do Ceará.

§ 1º Sem prejuízo de sua autonomia, cada uma das Universidades Estaduais deverá, até o final de 2018, elaborar e publicizar seu programa de gestão e planejamento estratégico bianual, onde deverão constar as metas, os objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo no que tange à expansão sustentável de suas atividades, a forma de otimização dos repasses recebidos do governo e outras fontes de receitas que venham a fazer parte do seu orçamento, bem como o impacto da sua intervenção e contribuição efetiva para a solução dos problemas sociais.

§ 2º Caberá a cada entidade de ensino superior constante nesse artigo definir em seu programa de gestão e planejamento estratégico um percentual de sua receita a ser

utilizada para pesquisa científica e apoio tecnológico à inovação, a ser instrumentalizada com laboratórios de pesquisa e a devida infraestrutura que apoie a produção científica.

JUSTIFICATIVA

O valor previsto no orçamento para 2018 referente às 03 universidades juntas (UECE, UVA E URCA) monta em R$ 408,1 milhões, perfazendo apenas 1,55% do total de R$ 26,3 bilhões previstos para serem gastos em 2018 na lei orçamentária vigente.

A presente emenda tem como finalidade garantir um piso mínimo para repasse às universidades estaduais. Num cenário em que se mantivesse constante a arrecadação tributária arrecadada em 2017 constante no Balanço Geral, o percentual de 6,5% destinado às universidades cearenses alcançaria o valor anual de R$ 855,2 milhões, um pouco mais que o dobro do atual e insuficiente valor a elas destinado, mas que sinalizaria a possibilidade de expansão de suas atividades e os investimentos necessários para manter o equilíbrio financeiro.

Ademais, a emenda obriga essas entidades a lançarem em curto prazo um plano de gestão e planejamento estratégico. O objetivo é que se tenha clareza em como será gerido os recursos a elas destinados. Deve-se estimular a busca pela captação de novas formas de receitas como aluguéis, doações, patrocínios, uso de sua produção científica e tecnológica por empresas privadas, etc.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 17 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
V		66		I	

EMENTA

Modifica o inciso I do artigo 66 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 66. (...)

I - a projeção da despesa de pessoal de 2019 será calculada tomando por base a média mensal da despesa empenhada em Pessoal e Encargos Sociais no primeiro semestre, excluindo as despesas relacionadas à Folha Complementar. Deverá ser levado em conta, ainda, para efeito deste cálculo, o reajuste anual dos servidores públicos estaduais, aplicando-se para tanto índice nunca inferior a inflação oficial do período.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda busca assegurar que a LOA para 2019 contemple recursos necessários à reposição salarial dos servidores.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 18 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II		8			

EMENTA

Acrescenta parágrafo ao artigo 8º do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 8º (...)

§ O demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso II desse artigo deverá apresentar o efeito regionalizado sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, nos termos instituídos no artigo 165, § 6º.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo trazer maior transparência à política de incentivos fiscais e garantir o cumprimento do artigo 165, §6º da constituição federal e às recomendações do TCE sobre a matéria.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 19 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
	IX	53			

EMENTA

Acrescenta parágrafo ao artigo 53 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 53 (...)

§ A Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) deverá, antes da formalização de contratos de gestão, promover estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados com a execução desses contratos. Referido estudo será remetido à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, juntamente com a cópia do contrato recém-firmado, no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua assinatura .

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo dar cumprimento à recomendação do TCE sobre a matéria, bem como dar ciência à AL dos contratos de gestão firmados pelo governo.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 20 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
VII		88			

EMENTA

Acrescenta parágrafo ao artigo 88 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 88 (...)

§ A fim de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o incentivo à pesquisa e a difusão de conhecimentos de ordem técnica e científica, o Estado, nos termos que preconiza o artigo 258 da Constituição Estadual, deverá garantir, no projeto de lei orçamentária para 2019, os repasses mensais em duodécimos correspondentes a 2% (dois por cento) da receita tributária à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

JUSTIFICATIVA

Desde sua publicação, em 1989, o capítulo VIII da constituição estadual que trata sobre ciência e tecnologia não foi regulamentado de forma sistemática. O Estado ainda não possui o seu sistema próprio de desenvolvimento científico-tecnológico como parte de uma política pública institucionaliza orientada a gerar riqueza, difundir saberes, solucionar problemas regionais, inovar e desenvolver o Estado a partir do conhecimento gerado nas universidades e nos ambientes voltados à pesquisa.

A presente emenda tem como objetivo garantir que a FUNCAP cumpra seu papel de indutora no campo da ciência e tecnologia, papel este garantido pela Constituição estadual.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 21 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
IV		63			

EMENTA

Acrescenta parágrafos ao artigo 63 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 63 (...)

§ A mensagem que encaminhar o projeto de lei de que trata o caput desse artigo deverá ser acompanhada de estudo que permita a avaliação do retorno a ser obtido com a política de incentivos fiscais do Estado contida no referido projeto.
§ No estudo ao qual se refere o parágrafo anterior deverão estar contemplados os aspectos de caráter alocativo e redistributivo dessa política de forma regionalizada, evidenciando-se, de maneira clara e transparente, no mínimo:

I - O custo de oportunidade do capital;
II - O efeito esperado sobre os indicadores socioeconômicos e de distribuição de renda
III - O efeito esperado sobre as condições de competitividade de mercado e sobre os bens transacionados na economia local;
IV - A relação custo-benefício, a fim de se demonstrar que a geração de riqueza, o nível de investimento e de emprego das localidades favorecidas serão impactados em função da concessão do benefício e de que não se manteriam nos mesmos níveis caso as condições dadas pelo governo não fossem ofertadas.

§ Uma vez aprovada a renúncia, a cada 4 (quatro) anos, deverá o Estado promover uma avaliação, amparada em estudo técnico, de forma a confirmar se todas as condições foram cumpridas, se o impacto da política de incentivos foi positiva para o desenvolvimento regional, se contribuiu para a melhoria das condições de vida dos residentes.

JUSTIFICATIVA

É fato cotidiano nas discussões de projetos de Lei que versem sobre renúncia de receita a mensagem que encaminha a matéria não trazer nenhum demonstrativo de impacto desses incentivos. O senso comum entre a maioria dos deputados é que, sob qualquer hipótese, a instalação e/ou manutenção de indústrias em território cearense é salutar ao Estado. Tal argumento não poderia ser mais desprovido de caráter empírico e, ainda mais, destituído de responsabilidade na aprovação da alocação de recursos públicos. Para que se tenha segurança de votar uma matéria em que se propõe abrir mão de valores altamente vultosos e que não retornarão (a maior parte dele) aos cofres públicos é necessário ter-se em mãos, no mínimo, demonstrativo com os impactos relacionados na presente emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Souza Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 82 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
I					

EMENTA

Acrescenta artigo ao capítulo I do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2019 deverão estar em consonância com as metas e regramentos estabelecidos no Plano Estadual de Educação e Plano Estadual de Cultura, devendo o Poder Executivo adotar esforços para manter ativa, no Portal da Transparência do Estado, a disponibilização de consultas e relatórios com informações atinentes:
I - ao atendimento de suas metas, quantitativa e qualitativamente;
II - aos respectivos dispêndios orçamentários e financeiros;
III - às ações empreendidas pelo governo a fim de tornar efetiva a consecução desses Planos.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda tem por objetivo reconduzir texto já aprovado na LDO para 2018 e que foi retirado do projeto da LDO para 2019. Seu fim é o de promover a integração da LDO aos planos estaduais de longo prazo aprovados pela Assembleia Legislativa, particularmente ao Plano Estadual de Educação e de Cultura.
Visa, ainda, dar visibilidade à execução das metas desses planos, para que a sociedade possa acompanhar o esforço do poder público e a eficiência e efetividade do governo nessas áreas estratégicas, como um observatório social assim o faria.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 03 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II		13			

EMENTA

Modifica o artigo 13 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 13. (...)

IV - Pagamento de precatórios judiciais e de Requisições de Pequeno Valor; (NR)
V – Despesas com publicidade, propaganda, e divulgação oficial serão especificadas claramente em conformidade com a estrutura funcional programática da Lei Orçamentária Anual;
VI - Dispêndios com a folha de cargos comissionados ocupados por aqueles que não são servidores de carreira da Administração; (AC)
VII - Dispêndios com a folha de cargo comissionado e função de confiança, ocupados por servidores de carreira da Administração; (AC)
VIII - Pagamento de aluguéis de bens imóveis veículos e outros equipamentos; (AC)
IX - Subsídios financeiros ofertados a estudantes das Universidades Estaduais sob a forma de bolsa e incentivos de outras naturezas; (AC)
X – Pagamentos a título de auxílio-moradia e auxílio-creche. (AC)

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa dar mais transparência à execução orçamentária do Estado.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 24 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução n° 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☑ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	II	21			

EMENTA

Modifica o "caput" do artigo 21 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 21. Fica assegurado aos membros do Poder Legislativo Estadual, por meio de senha eletrônica e para fins de consulta, o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias, ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA e ao Sistema de Controle de Contratos de Gestão – SCCG.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo facilitar o exercício do controle externo do atos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, proporcionando mais transparência na execução dos contratos de gestão.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 25 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Estadual Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	II	20			

EMENTA

Modifica "caput" do artigo 20 do Projeto de Lei 47/2018, oriunda da mensagem 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 20. A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária 2019 deverá obedecer à sistemática vigente no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda modificativa visa adequar o presente projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias garantindo o emprego da metodologia prevista no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional, a qual deve ser observada por todas as unidades da federação.

O governo do Estado do Ceará vem se utilizando, de forma recorrente, de metodologia estranha ao que recomenda o órgão responsável por expedir as diretrizes para evidenciação dos demonstrativos contábeis em nível nacional. A urgente modificação desse dispositivo vem sendo, já há vários exercícios, recomendada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 26 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Estadual Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	VII	49	2º		

EMENTA

Modifica o §2º do artigo 49 do Projeto de Lei 47/2018 oriundo da Mensagem 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 49. (...) §2º O cronograma de desembolso da despesa de pessoal e encargos sociais deverá refletir os impactos dos aumentos concedidos aos servidores ativos e inativos, a partir do mês de implantação, garantida a concessão do reajuste anual dos servidores públicos estaduais, na data base fixada por Lei, o qual não poderá ser inferior ao índice oficial de inflação apurado no período.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda modificativa tem como finalidade garantir que o cronograma de desembolso, importante instrumento que fixa a programação financeira do Estado, contemple os desembolsos com o reajuste anual dos servidores.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 27 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
	VI				

EMENTA

Acrescenta artigo à Seção VI do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. As entidades indicadas no artigo 47 desta Lei, sejam elas dependentes ou não, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, devem divulgar as informações abaixo em sítio eletrônico oficial atualizado, com acesso fácil e organizado, sem prejuízo da aplicação de outras normas:

I - ato ou lei de criação;
II - estatuto social;
III - missão, princípios e valores da instituição;
IV - código de ética;
V - composição do capital social;
VI - composição da diretoria executiva;
VII - composição dos conselhos de administração e fiscal;
VIII - extrato das atas de assembleias gerais, quando for o caso;
IX - demonstrações financeiras anuais exigíveis das companhias abertas, acompanhadas dos pareceres do conselho fiscal e da auditoria independente;
X - relatório anual da administração;
XI - demonstrações financeiras trimestrais;
XII - balanço social, se houver;
XIII - fatos relevantes e comunicados ao mercado, quando houver; e

XIV - currículo profissional resumido dos membros dos órgãos societários de administração e fiscalização.

§ 1º As informações acerca da forma e valores da remuneração dos membros da administração, nos termos que disciplina o artigo 12, I, da Lei Federal 13.313 de 2016, deverão constar entre a documentação disponível ao público.

§ 2º Todas as demonstrações financeiras e documentos que as acompanham deverão permanecer disponíveis por um período mínimo de cinco anos.

§ 3º Compete à Controladoria Geral do Estado fiscalizar o cumprimento do disposto nesse artigo.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como escopo tornar obrigatória a transparência das informações administrativas, contábeis, institucionais e de gestão das empresas estatais, nos moldes da resolução federal CGPAR nº 05 de 2015 e da Lei 13.313 de 2016 – Estatuto das empresas estatais.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 28 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Dep. Capitão Wagner **Partido:** PROS

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**

EMENTA

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018, onde couber.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. A Assembleia Legislativa e a Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará (SEPLAG) deverão publicar até o quinto dia útil do mês subsequente demonstrativo atualizado contendo a relação da execução de emendas propostas pelo poder legislativo ao projeto de lei orçamentária para 2019.

§ 1º O documento de que trata o caput deverá conter a categoria completa de programação orçamentária e financeira tratada no capítulo III desta Lei, acrescido do valor, do nome do parlamentar, partido e o respectivo número do documento que deu origem ao registro.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por objetivo dar transparência ao PCF e constituir instrumento de controle social sobre a execução das emendas de parlamentares à LOA.

Assinatura do(a) Autor(a): Wagner Sousa Gomes

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 29 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Audic Mota **Partido:** PSB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

EMENTA

Acrescenta art. ao Projeto de Lei nº 47/2018, oriundo da mensagem 8.276, do Poder Executivo.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Será assegurado o valor limite mínimo, preestabelecido pela SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão, para a execução das emendas parlamentares, oriundas do Programa de Cooperação Federativa - PCF.

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 30 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): AUDIC MOTA **Partido:** PSB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**

EMENTA

Acrescenta art. ao Projeto de Lei nº 47/2018, oriundo da mensagem 8276, do Poder Executivo.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Observação os limites orçamentários, em valores preestabelecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag, as emendas de parlamentares aprovadas e com respectivo número de MAPP.

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 31 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo **Partido:MDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II		12			

EMENTA

MODIFICA O CAPUT DO ARTIGO 12

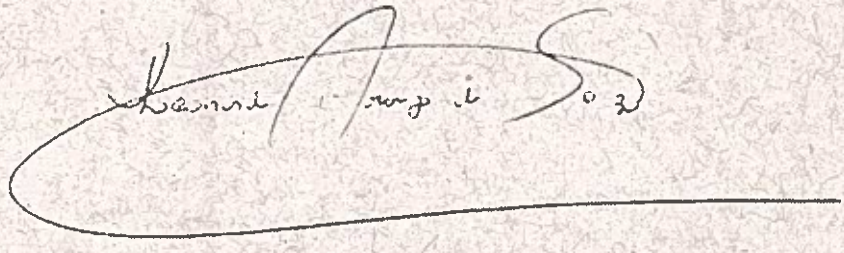
CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 12. A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, do Fundo de Inovação Tecnológica - FIT e dos demais Fundos expressos no art. 2º, §3º.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva contemplar, no *caput* do artigo 12, os demais Fundos expressos no artigo 2º, §3º; a fim de que, além do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e do Fundo de Inovação Tecnológica, a Lei Orçamentária possar conter os demonstrativos consolidados das receitas e despesas dos demais Fundos, quais sejam: Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, Fundo Estadual da Cultura, Fundo Estadual de Assistência Social, Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas e Fundo de Desenvolvimento Industrial.

Assinatura do(a) Autor(a):



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 32 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo **Partido:MDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII	XII	78			

EMENTA

ACRESCENTA O INCISO VII AO DO ARTIGO 78

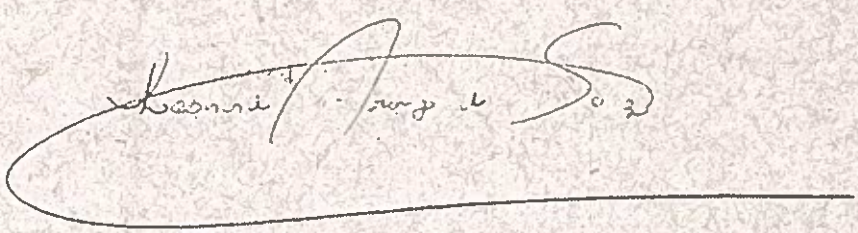
CONTEÚDO DA PROPOSTA

VII - os procedimentos licitatórios realizados, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados; além das dispensas ou inexigibilidades, quando for o caso, com o número do correspondente processo.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva contemplar, no artigo 78, a divulgação, no portal da transparência, dos procedimentos licitatórios realizados no Estado, com vistas a possibilitar que a administração pública mantenha a total transparência dos seus atos administrativos; sendo uma medida importante para garantir a boa gestão governamental e assegurar à sociedade o controle dos gastos públicos.

Assinatura do(a) Autor(a):



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 33 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo **Partido:MDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	XI	56		I	

EMENTA

MODIFICA O INCISO I DO ARTIGO 56

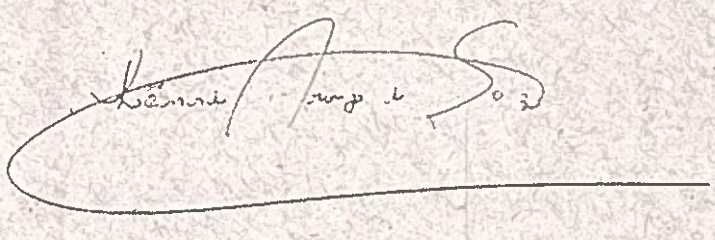
CONTEÚDO DA PROPOSTA

I - às situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas publicamente pelo Poder Executivo Estadual, por meio de decreto, durante o período em que estas subsistirem.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva esclarecer qual o instrumento formal deverá se utilizado pelo Poder Executivo Estadual para o reconhecimento das situações de emergência ou calamidade pública, qual seja: decreto. Ressalta-se que se faz imprescindível, além da existência do decreto, que a situação calamitosa seja de conhecimento da população local e esteja devidamente comprovada; uma vez que deve resultar do imprevisível, e não da inércia administrativa. A existência desse decreto é fundamental para que o Estado possa estar respaldado legalmente no momento da prestação de contas.

Assinatura do(a) Autor(a):



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 34 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo **Partido:MDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☒ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II		12	§ 1º		

EMENTA

MODIFICA O § 1º DO ARTIGO 12

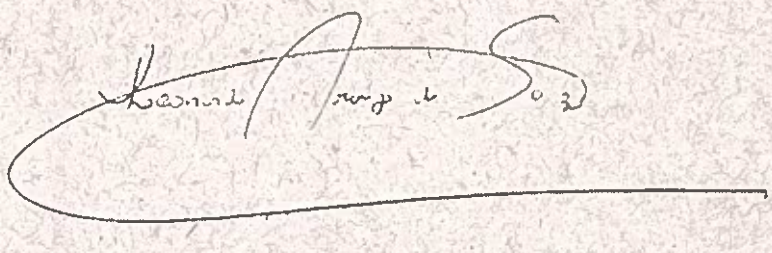
CONTEÚDO DA PROPOSTA

§ 1º Os recursos do FECOP deverão atender a população vulnerável do Estado do Ceará, que se situa abaixo da linha de pobreza, potencializando programas e projetos assistenciais e estruturantes, favorecendo o acesso a níveis dignos de subsistência, com o desenvolvimento de ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, e outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria das condições de vida.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva esclarecer quais as ações suplementares serão desenvolvidas, por meio dos recursos do FECOP, e quais áreas serão atendidas prioritariamente, quais sejam: nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico e combate à seca.

Assinatura do(a) Autor(a):



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 35 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): Deputado Leonardo Araújo **Partido:MDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	I	18	§ 2º		

EMENTA

ACRESCENTA O INCISO VIII AO § 2º DO ARTIGO 18

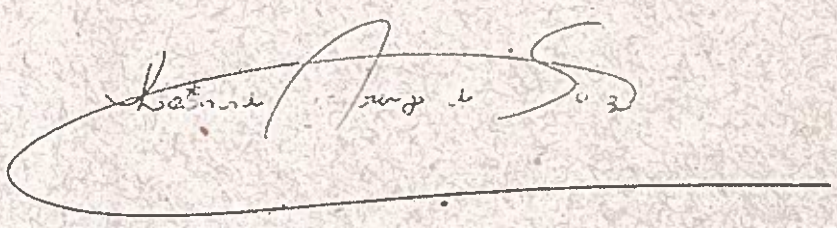
CONTEÚDO DA PROPOSTA

VIII - disponibilização de informações, em meio eletrônico, com a utilização de ferramentas ou sistema de acessibilidade, que permitam aos deficientes visuais e auditivos compreender e monitorar os gastos públicos.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva contemplar os deficientes visuais e auditivos, no sentido de permitir que esse público possa ter acesso às informações relativas aos gastos públicos do Estado do Ceará. Para que isso aconteça, faz-se imprescindível que sejam desenvolvidos sistema de acessibilidade ou disponibilizadas ferramentas com link para download, a fim de que esse público possa ouvir o conteúdo por meio de uma voz sintetizada ou realizar a leitura em libras.

Assinatura do(a) Autor(a):



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 36 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
VII		88	2°		

EMENTA

Adiciona o parágrafo segundo ao artigo 88 da proposição 47/88.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Artigo 88 (...)

"§2° A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) organizará editais públicos anuais para fomentar projetos de pesquisas temáticos sobre a dinâmica e o cenário criminal do Estado, sobre formulação e avaliação de políticas públicas da área, como também desenvolverá linhas para recrutar pesquisadores visitantes para a estrutura da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará (SUPESP)." (AC)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo acrescentar dispositivo ao texto legal para que a FUNCAP estimule a pesquisa e elaboração de estratégias no âmbito da Segurança Pública. Desta forma, a emenda visa promover a organização de editais anuais públicos através do referido órgão para que os pesquisadores, locais ou visitantes, possam contribuir com as políticas públicas de segurança em nosso estado de maneira articulada.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 37 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII		88	3º		

EMENTA

Adiciona o parágrafo terceiro ao artigo 88 da proposição 47/88.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Artigo 88 (...)

"§3º O Estado atribuirá dotação mínima correspondente a dois por cento da receita tributária à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)." (AC)

JUSTIFICATIVA

O caput artigo 258 da Constituição do Estado do Ceará apregoa que "o Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação orçamentária, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.

Esse dispositivo, de observância obrigatória, é relevante no contexto socioeconômico cearense, tendo em vista a necessidade do Ceará se consolidar como pólo regional de ciência e inovação tecnológica. A emenda busca adequar os ditames da lei de diretrizes orçamentárias às previsões constitucionais.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 38** **SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		78	5º		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 5º no artigo 78 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Acresce o parágrafo 5º no artigo 78 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 78: (...)

§5º As informações disponibilizadas no Portal da Transparência seguirão o conceito e os princípios de Dados Abertos." (AC)

JUSTIFICATIVA

As informações fornecidas através de dados abertos, visam não só essegur a transparência das informações como propiciar uma melhor fiscalização das políticas promovidas pelo governo. O fornecimento de dados abertos se dá através da disponibilidade em um formato de especificação aberta, não proprietário, e estruturado, que possibilite seu uso irrestrito e automatizado através da rede mundial de computadores em formato amplamente conhecido. A importância deste tipo de disponibilização ensejou a recomendação tanto da Unidade Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará como do Ministério Público de Contas, quando da análise do exercício financeiro de 2017, para que seja desenvolvido uma sistemática de consulta seguindo o conceito e os princípios de Dados Abertos.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 39 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	II	25	2º		

EMENTA

Adiciona o §3º ao art. 25 da PLDO

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 25 (...)

§2º Na área de Educação, terão prioridade os investimentos destinados à valorização profissional, recuperação e modernização de unidades escolares, garantindo-se o abastecimento de água e saneamento básico, à construção de novas unidades em substituição àquelas que funcionem em prédios alugados, bem como os destinados à garantia da merenda escolar, priorizando-se alimentos saudáveis, orgânicos e/ou agroecológicos. (AC)

JUSTIFICATIVA

O Estado do Ceará não tem investido suficientemente na alimentação escolar, o que gera graves problemas não só em relação às condições nutricionais, mas de aprendizagem e sociabilidade. Junto às condições de infraestrutura nas escolas essa tem sido a reivindicação dos estudantes que estudam nas escolas estaduais. Além disso, os professores estaduais há muito reivindicam melhorias nesses setores, já tendo participado de várias reuniões com esta Casa para apresentar essas demandas e aquelas relacionadas às condições básicas de trabalho e valorização profissional.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 40 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019"

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VI		76	7º		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 7º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Acresce o parágrafo 7º no artigo 76 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76: (...)

§7º A dívida pública estadual deverá ser submetida, anualmente, por processo de auditoria, realizada por comissão técnica composta de forma paritária com representações da sociedade civil, e ao resultado desta, dar-se-á ampla publicidade, inclusive no Portal da Transparência." (AC)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva ampliar os instrumentos de controle social da dívida pública estadual.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 41** **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
VI		76	6º		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 6º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Acresce o parágrafo 6º no artigo 76 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76: (...)

§6º Fica vedada a cessão de créditos da dívida ativa do estado, a doação ou qualquer tipo de cessão de bens imóveis de propriedade do Estado para quaisquer empresas de natureza privada, pública ou estatal, das quais o Estado participe como sócio ou acionista, que tenha finalidades diversas ligadas à administração pública, tais como captação de recursos por meios de debêntures, parceria público privada, e demais atividades relacionadas a gestão de ativos e ou qualquer outra atividade típica do Estado." (AC)

JUSTIFICATIVA

Os bens do estado, sejam, imóveis, créditos tributários ou de outra natureza, não podem servir para garantia de títulos privados, o que implicaria em um aumento reflexo da dívida estadual e terminaria por privatizar bens e recursos públicos, pondo-os à disposição de empresas privadas. É de conhecimento que o Estado do Ceará contraiu nos últimos anos diversos empréstimos, aumentando o número da dívida, de maneira que iniciativas de concessão de ativos para instituições privadas mediante oneração do Estado em troca recebimento de valores a menor não pode ser permitido por esta assembleia Legislativa. Dito isto, pugna-se pela aprovação desta emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 42 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VI		76	5º		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 4º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Acresce o parágrafo 5º no artigo 76 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76: (...)

§5º O Estado do Ceará priorizará a renegociação dos termos da dívida com a União e somente realizará novas operações de crédito após assinatura de termo aditivo de renegociação."(AC)

JUSTIFICATIVA

A polêmica renegociação da dívida dos Estados com a União envolve questões decisivas para os rumos orçamentários do Estado, sendo necessário que se aguarde o deslinde de qual será o montante, bem como forma de pagamento da dívida para que o Estado assuma novas operações de crédito. Dito isto, pugna-se pela aprovação desta emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 43 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL** _____

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	VIII	51	6º		

EMENTA

Modifica o parágrafo 6º no artigo 51 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Modifica o parágrafo 6º no artigo 51 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51: (...)

6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, ***O PLANO DE TRABALHO,*** o programa orçamentário, os valores a serem transferidos e o público-alvo. ***"(AC)***

JUSTIFICATIVA

O plano de trabalho deve abranger conteúdo mínimo que permita uma análise objetiva da Administração Pública, do Parlamento, dos Órgãos de Fiscalização e Controle, bem como de toda a Sociedade Civil acerca da proposta da entidade a ser beneficiada, de maneira que a Lei Federal 13.019/2014, conhecida como novo Marco de Regulamentação das Organizações da Sociedade Civil traz alguns desses critérios que deve, por mínimo, serem obedecidos também a nível estadual, quando a transferência não for suscetível ao chamamento público por inexigibilidade prevista em lei.

Dito isto, pugna-se pela aprovação desta emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 44 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno),
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	VIII	51	7º		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 7º no artigo 51 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Acresce o parágrafo 7º no artigo 51 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51: (...)

7º O conteúdo dos planos de trabalho de que trata o inciso I, alínea 'c' deverá observar o disposto no artigo 22 da Lei Federal 13.019/2014"(AC)

JUSTIFICATIVA

O plano de trabalho deve abranger conteúdo mínimo que permita uma análise objetiva da Administração Pública acerca da proposta a ser selecionada, bem como dos efetivos resultados das ações apoiadas com a transferência de recursos públicos. A Lei Federal 13.019/2014, conhecida como novo Marco de Regulamentação das Organizações da Sociedade Civil traz alguns desses critérios que deve, por mínimo, serem obedecidos também a nível estadual, quais sejam:

Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

II-A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Dito isto, pugna-se pela aprovação desta emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 45 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	II	33			

EMENTA

Altera o *caput* do Artigo 33 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

"Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, **30% (trinta por cento)** da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo **e ampliando** o disposto no art. 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual." **(NR)**

JUSTIFICATIVA

Segundo informações da Secretaria de Educação, o Estado do Ceará hoje investe 27% da receita dos impostos em educação, acima do mínimo estabelecido constitucionalmente. Constata-se, portanto, a possibilidade de ampliação progressiva dos recursos investidos em área fundamental para o desenvolvimento e garantia de direitos.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 46 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA **X** MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VI		76	1º	II	b

EMENTA

Modifica a redação da alínea *b,* inciso II do parágrafo único do artigo 76 do PLDO/2019.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

A alínea *b*, inciso II do parágrafo único do artigo 76 da mensagem 47/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 76. (...)
b) "ao ajuste do setor público e redução do endividamento, **entendendo-se como redução a diminuição efetiva do estoque da dívida, não podendo ser considerado para efeito de tal redução: descontos temporários vinculados a aditivos contratuais que promoverão mero alongamento dos pagamentos." (NR)**

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva definir o que se compreende enquanto "redução do endividamento" como requisito de administração da dívida pública estadual.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 47 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL** _____

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA X SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VI		70	Único	II	C

EMENTA

Suprime a alínea *c*, inciso II do §1.° do artigo 76 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Fica suprimida a alínea *c*, inciso II do §1° do artigo 76 da Mensagem 47/2018.

JUSTIFICATIVA

A doação de ativos em imóveis ou a concessão destes como garantia para as operações de empresas privadas que emitam debentures ou realizem operações que tenham como garantia bens do Estado configuram diminuição do patrimônio público, ou seja, privatização para pagamento de passivos. Por tal motivo, esta prática não deve ser aceita, garantindo-se o controle sobre o montante da dívida pública e a proteção do patrimônio público estadual.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 48 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		8º	3º		

EMENTA

Acrescenta §3º ao art. 8º do PLDO

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 8º (...)

§3º Integrará a relação do Anexo IV referido no inciso II, demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades, dos recursos destinados às políticas públicas para combater a desigualdade de gênero, em especial no que tange à violência contra a mulher, à igualdade nas condições de trabalho, aos direitos sexuais e reprodutivos, à assistência humanizada à gestação, ao parto e ao puerpério. (AC)

JUSTIFICATIVA

Os últimos acontecimentos, com graves notícias de violência contra mulher e falta de representatividade política das mulheres no governo do atual Presidente da República, demonstram que não há mais possibilidade de adiar o enfrentamento da desigualdade de gênero, o que passa necessariamente pela alocação de recursos. O objetivo da emenda é facilitar o monitoramento e a transparência na execução de políticas para combate à desigualdade de gênero, sendo o orçamento segregado instrumento importantíssimo para tanto, tendo em vista a transversalidade dessas políticas. Tal desafio foi inclusive diagnosticado no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2008-2011), que representou a primeira tentativa oficial de constituir um "orçamento mulher" ou "orçamento de gênero" a partir do levantamento dos diversos orçamentos setoriais estabelecidos no Plano Plurianual Federal da época. A legislação constitucional e infraconstitucional traz em diversos momentos a importância da destinação orçamentária para políticas para mulheres que fundamentam o texto do inciso acrescido.

Diz a Constituição, que estão entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos (art. 7º, XX); que o Estado deve garantir aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil (art. 227,§1º, I). A Lei 11340/2006 (Lei Maria da Penha) dispõe que o Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 32) e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei. (art. 39). Desta forma, o orçamento-mulher seria fundamental para transparência do cumprimento desses preceitos legais.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 49 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

EMENTA

Modifica o caput do artigo 12, acrescentando o fundo de direito de difusos, fundo estadual da criança e do adolescente, fundo estadual de habitação de interesse social, fundo estadual do meio ambiente, fundo estadual da cultura, fundo estadual de assistência social e o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

O caput do artigo 12 da Mensagem 47/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 12 A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, do Fundo de Inovação Tecnológica - FIT, **do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA, do Fundo Estadual da Cultura - FEC, do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, do Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Drogas – FEPAD, do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA e do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS."**

JUSTIFICATIVA

O demonstrativo consolidado facilita o controle social acerca da forma de uso dos recursos dos fundos, que contam com a participação de recursos públicos e servem AO desenvolvimento das políticas de direitos cuja importância social justifica a ampliação dos instrumentos de transparência e acessibilidade do orçamento público estadual. Desta forma, a presente emenda visa incluir os fundos prioritários previstos no art. 2º, parágrafo 3º, para que o funcionamento dessas ações prioritárias possa ser melhor acompanhado pela sociedade civil, pelo parlamento e os órgãos de fiscalização e controle, que terão acesso ao demonstrativo consolidado das receitas e despesas de cada um desses fundos considerados prioritários.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 50 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL** _____

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
VI		76	4º		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 4º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Acresce o parágrafo 4º no artigo 76 da Mensagem 47/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76: (...)

§4º O Estado do Ceará não poderá firmar Termos Aditivos de renegociação da dívida que impliquem no congelamento de salários do serviço público, no impedimento de contratação ou ascensão funcional dos servidores públicos estaduais, tampouco na vedação de criação e provimento de cargos públicos estaduais." (AC)

JUSTIFICATIVA

A negociação da dívida do Estado não pode implicar na retirada de direitos ou prejuízo ao funcionalismo e serviços públicos necessários à população.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 51 SUBEMENDA Nº _**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
1		2º	§12		

EMENTA

Acrescenta o parágrafo 12 no artigo 2º, na forma que indica.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

"Art. 2º [...]

§ 12 A Lei Orçamentária apresentará relatórios com indicação nominal das empresas beneficiárias, objeto e respectivos valores das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, até 31 de dezembro de 2017, bem como os retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas, a natureza do benefício fiscal concedido e respectivos índices, a estimativa da perda de arrecadação e justificativa".

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva garantir transparência à lista de empresas beneficiadas pelo FDI, viabilizando o controle social e conferindo publicidade aos retornos dos pagamentos e as estimativs de arrecadação em razão dos benefícios concedidos.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 52 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): NESTOR BEZERRA **Partido: PSOL**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
I		2º	3º	VIII e IX	

EMENTA

Acrescenta os incisos VIII e IX ao parágrafo 3º do artigo 2º da Mensagem 47/2018.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

O parágrafo 3º do artigo 2º da Mensagem 47/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º: (...)
Parágrafo 3º (...)

VIII – Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEMA;
IX – Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS".

JUSTIFICATIVA

A inclusão de mais dois fundos de extrema relevância para a sociedade merece ser considerada dentre as prioridades de funcionamento através da plena execução orçamentária, quais sejam o de Meio ambiente e o de Habitação de Interesse Social. A degradação do meio ambiente se apresenta como um dos desafios a ser superado pela nação, com a realidade existente quanto às mudanças climáticas, à escassez de recursos etc., de maneira que o fomento de iniciativas de natureza sustentável é necessário para a preservação do nosso meio. Por outro lado, o direito à moradia, erigido como direito fundamental pela CF/88, através da EC 19, continua sendo um dos maiores problemas enfrentados pela nossa população, de maneira que o déficit habitacional, a precariedade de assentamentos humanos e outros problemas relacionados à habitação de interesse social precisam ser enfrentados com a destinação prioritária do orçamento público para este setor, razão pela qual solicitamos apoio para a provação da presente emenda.

Assinatura do(a) Autor(a): Nestor Bezerra

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 53 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido:** PSDB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
I	-	3º	10	-	-

EMENTA

ALTERA O §10 DO ART. 3º DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 (LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).

CONTEÚDO DA PROPOSTA

O §10 do art. 3º da Proposição nº 8.276, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 3º. [...]
> §10. O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior, através do envio à Assembleia Legislativa de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta do trimestre, acrescida do respectivo percentual de execução, **bem como com a apresentação de justificativas claras, consubstanciadas em documentos oficiais, quando do não atingimento da meta estabelecida para o trimestre correspondente.**

JUSTIFICATIVA

Para se garantir a efetividade do dever de fiscalização da Assembleia Legislativa, por meio da atuação de seus parlamentares, faz-se necessário que o demonstrativo encaminhado a esta augusta Casa seja o mais completo possível. Ademais, ao se estabelecer metas trimestrais, se espera que as mesmas sejam cumpridas. Contudo, bem se sabe que as metas físicas estão sujeitas a eventualidades que tornem inviável o seu atingimento no prazo outrora definido. Assim, para a correta avaliação pela AL e demais órgãos de controle, é essencial que se demonstre, com os documentos correlatos, as razões para o não cumprimento da meta conforme a previsão da Lei Orçamentária.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 54 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		10	19		

EMENTA

ADICIONA O PARAGRAFO 19 AO À REDAÇÃO DO ARTIGO 10 DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 10. " omissis..."

§ 19- "Os critérios para liberação de valores e créditos relativos à contratos celebrados deverão ser iguais, não priorizando quaisquer empresas desde que possuam finalidades congêneres."

JUSTIFICATIVA

A intenção é unificar o critério de liberação dos valores creditados em favor de empresas contratadas a fim de executar obras/serviços junto ao Estado.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 55 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		17	1.º		

EMENTA

ADICIONA PARAGRAFO 1.º AO ARTIGO 17 DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art.17- "omissis..."

§ 1º- "O demonstrativo com a relação das obras acima citadas deve constar os dados específicos, planilha atualizada com estagio atual e percentual de conclusão."

JUSTIFICATIVA

A intenção de relacionar e demonstrar o andamento das obras com valores acima de R$ 2.000.000,00 (Dois milhões) é oferecer transparência na aplicação dos recursos públicos e evidenciar o desenvolvimento pautado.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 56. **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
I		2º.	10		

EMENTA

ADICIONA TEXTO AOS CONTEUDO DA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 10 DO ARTIGO 2.º DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 2.º " omissis..."

§ 10- "O cumprimento das metas físicas da Administração Publica Estadual para o exercício de 2019; definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior, através do envio à Assembléia Legislativa, de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de percentual de execução, **bem como relatório especifico e justificado das metas não atingidas, anteriormente estabelecidas para o trimestre.**"

JUSTIFICATIVA

É interessante que sejam relacionadas as metas atingidas, como finali8dade de evolução e desempenho da administração, mas também as metas previstas porém, por algum motivo, ainda que momentâneo, não atingiram seu percentual programado e necessitam de alguma ação ou reprogramação de cumprimento, no intulto de não incorrer em desídia ou simplesmente deixar no desconhecimento as metas que não foram cumpridas.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 57 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II		10	18		

EMENTA

ACRESCENTA PARAGRAFO 18 À REDAÇÃO DO ARTIGO 10 DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 10. " omissis..."

§ 18- "As despesas relativas às Parcerias Publico-Privadas deverão ser ainda detalhadas em relatório pormenorizado, de fácil acesso e entendimento, especificando os dados principais de cada parceria firmada, para acompanhamento e aplicação das referidas despesas."

JUSTIFICATIVA

É interessante que sejam relacionadas e demonstradas as Parcerias Público-Privadas e os valores relativos às despesas a estas direcionadas, tornando cada vez mais transparente a aplicação dos recursos da Administração Pública Estadual e demonstrando a necessidade.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

2

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 58 SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		12.	4.º		

EMENTA

ACRESCENTA PARAGRAFO 4.º À REDAÇÃO DO ARTIGO 12 DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 12 " omissis..."

§ 4º- "Os programas e projetos financiados pelo FECOP e FIT são prioridades da Administração Pública Estadual que estimularão o incentivo à implementação de políticas públicas direcionadas ao diagnóstico e solução de problemas geradores de alta vulnerabilidade social."

JUSTIFICATIVA

O intuito maior dos programas desenvolvidos pelo FECOP e FIT é exterminar a pobreza e estimular o desenvolvimento dos cidadãos, por meio de formação profissional, educacional e garantindo melhor qualidade de vida.

Assinatura do (a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº 59** **SUBEMENDA Nº _____**

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		12.	5.º		

EMENTA

ACRESCENTA PARAGRAFO 5.º À REDAÇÃO DO ARTIGO 12 DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 12 " omissis..."

§ 5º- "Os programas e projetos financiados pelo FECOP e FIT serão utilizados no incentivo à redução das desigualdades, garantindo formação cultural, educacional, segurança publica e estimulando desenvolvimento sustentável."

JUSTIFICATIVA

O intuito maior dos programas desenvolvidos pelo FECOP e FIT é exterminar a pobreza e estimular o desenvolvimento dos cidadãos, por meio de projetos que garantem melhor qualidade de vida.

Assinatura do (a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 60 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1°, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
I		3º.	1.º		

EMENTA

ALTERA A REDAÇÃO DO PARAGRAFO 1.º DO ARTIGO 3.º DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 3.º " omissis..."

§ 1º- "As metas fiscais poderão ser reajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores estes no percentual máximo de 25% (vinte e cinco porcento), que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no anexo II desta lei, justifiquem e comprovem a necessidade de alterações."

JUSTIFICATIVA

As metas fiscais não podem ser alteradas sem justa e específica motivação já que esta é a intenção de estabelecer metas fiscais, regulando despesas, receitas e modo de aplicação dos recursos. Uma vez possível ajustar desmedidamente, perde o objeto a presente lei orçamentária bem como sua validade e aplicação.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 61 **SUBEMENDA Nº** ____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno).

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
I		3º.	3.º		

EMENTA

ADICIONA TEXTO À REDAÇÃO DO PARAGRAFO 3.º DO ARTIGO 3.º DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 3.º " omissis..."

§ 3º- "Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do Anexo II desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa as alterações realizadas, por meio de relatório detalhado, justificando e demonstrando impacto das alterações."

JUSTIFICATIVA

As metas fiscais não devem ser alteradas sem justa e específica motivação e caso ocorra, seja devidamente apresentada à Casa Legislativa mediante relatório que conste todos os dados e percentuais de alteração bem como impacto na receita.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 62 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II		18	5.º		

EMENTA

MODIFICA A REDAÇÃO DO PARAGRAFO 5.º AO ARTIGO 18 DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art.18- "omissis..."

§ 5º- "Em obsèrvância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, nos moldes da Lei Maior, promover a publicação oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da SEPLAG, em substituição à publicação impressa, que deverá estar acessível a todos por no mínimo 5 anos, sob pena de nulidade de seu disposto."

JUSTIFICATIVA

O principio da economicidade não pode se sobrepor ao da publicidade, desta feita, os atos relativos a diretrizes orçamentárias, plano plurianual e lei orçamentária, devem estar acessíveis a todos os que buscarem, por prazo mínimo de sua vigência e execução, oferecendo transparência de seus atos sem prejuízo do interesse publico.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 63 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido: PSDB**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEAs**
II		8.º		II	D e E

EMENTA

ADICIONA AS ALINEAS "d" E "e" À REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 8.º DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 8º "omissis..."

II- "omissis..."

d) demonstrativo de todo o passivo com incentivos fiscais;
e) demonstrativo de credito das empresas junto ao fisco;

JUSTIFICATIVA

A intenção é dar conhecimento amplo ao passivo das empresas bem como o valor creditício que as empresas possuem junto ao fisco estadual pois não se conhece o critério de liberação ou de estipulação dos créditos junto às empresas contratadas pelo Estado.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 54 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido:** PSDB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

X ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
I	-	4º	2º	-	-

EMENTA

ACRESCENTA O §2º AO ART. 4º DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 (LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Fica acrescido o §2º ao art. 4º da Proposição nº 8.276, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. [...]

§2º. Além dos objetivos e premissas indicados acima, a Lei Orçamentária Anual 2019 também deverá pautar-se pela busca da redução da desigualdade social e da integração intermunicipal, como objetivos a serem igualmente priorizados.

JUSTIFICATIVA

A redução da desigualdade social e a integração intermunicipal são objetivos-chave para qualquer planejamento orçamentário de Governo, de modo a beneficiar o cearense e alavancar a economia popular.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 65 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido:** PSDB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
II	-	8º	-	II	c

EMENTA

ALTERA A ALÍNEA "C" DO ART. 8º, II, DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 (LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).

CONTEÚDO DA PROPOSTA

A alínea "c" do art. 8º, II, da Proposição nº 8.276, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. [...]
II – [...]
c) demonstrativo consolidado por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas **para infância e adolescência.**

JUSTIFICATIVA

Tal como indicado no anexo IV desta Proposição, não se visualiza qualquer quadro orçamentário destinado à Política de Gênero, como se encontra na proposta original. Pelo contrário, o item XXV prevê, sim, o Demonstrativo Consolidado por Órgão, Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Infância e Adolescência, área que verdadeiramente necessita de uma maior atenção e amparo do Estado.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 66 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): CARLOS MATOS **Partido:** PSDB

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)					
☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA X MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL					
LOCALIZAÇÃO DA EMENDA					
CAPÍTULO	**SEÇÃO**	**ARTIGO**	**PARÁGRAFO**	**INCISO**	**ALÍNEA**
III	II	27	2º	-	-

EMENTA

ALTERA O §2º DO ART. 27, DA PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 (LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS).

CONTEÚDO DA PROPOSTA

O §2º do art. 27 da Proposição nº 8.276, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 27. [...]
> §2º. Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos **aqueles destinados a garantir recursos hídricos à população diretamente afetada pela seca e, em sequência,** aqueles que apresentarem maior percentual de execução física

JUSTIFICATIVA

É essencial a conclusão de obras com maior grau de execução física em precedência às demais. Todavia, após anos de seca, a população clama por projetos cada vez mais céleres para a convivência com o semiárido, em especial em favor daqueles diretamente afetados pela seca. Nossa proposta visa viabilizar a priorização de projetos de enfrentamento dos efeitos da seca.

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 67 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	III	47	§2º		

EMENTA

Adiciona o §2º ao Art 47 .

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 47 (...)

§2º –As sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado e à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, anualmente ou em caso de mudança de gestor, este ultimo até 30 dias após a saída do substituído, relatório contendo discriminação de receitas e execução das despesas, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 68 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	V	44		III	

EMENTA

Acrescenta o inciso III do Art. 44.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art.44.(...)

III – A destinação de recursos à entidade privada não será permitida nos casos em que membro de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de orgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual seja celebrada a parceria, ou respectivo conjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente.

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 69 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019",

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		8		II	g

EMENTA

Acrescenta alínea "g" ao inciso II do Art. 8.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 8 (...)
II (...)
g) Demonstrativos dos efeitos, sobre as receitas e as despesas decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): _____

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 70 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

■ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		8		II	f

EMENTA

Acrescenta alínea "f" ao inciso II do Art. 8.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 8 (...)
II (...)
f) Absorvendo as eventuais alterações, de qualquer natureza, e as respectivas justificativas em relação às determinações contidas nesta Lei;

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 71 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		8		II	e

EMENTA

Acrescenta alínea "e" ao inciso II do Art. 8.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 8 (...)
II (...)
e) demonstrativo dos programas que tenham sido revisados ou alterados, após a promulgação da Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual 2016-2019 (PPA);

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 72 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII	XII	77		II	

EMENTA

Acrescenta o inciso II ao Art.77.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 77 (...)

II - Os gestores responsáveis pelas entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, que trata o caput deste artigo, responderão civil e criminalmente pelas irregularidades constatadas por ocasião da fiscalização seja do Poder Concedente ou do Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 73 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☒ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
II		8		II	d

EMENTA

Acrescenta alínea "d" ao inciso II do Art. 8.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 8 (...)
II (...)
d) demonstrativos dos efeitos, sobre as receitas e as despesas decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 74 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ■ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	IX	53		V	

EMENTA

Modifica o inciso V do Art. 53.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 53 (...)

V – Adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública **Municipal**, Estadual e Federal;

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 75 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ■ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	IX	53		IV	

EMENTA

Modifica o inciso IV do Art. 53.

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 53 (...)
IV – atendimento das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos arts. 28, 29 e **30** da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 76 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

■ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ☐ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VII	XII	77		I	

EMENTA

Acrescenta o inciso I ao Art. 77

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art. 77
I – Finalizada a fiscalização, o Poder fiscalizador deverá apresentar relatório contendo as irregularidades apuradas.

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	CÓDIGO:	FQ-COTEC-053-00
	FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO	DATA EMISSÃO:	04/05/2016
		DATA REVISÃO:	04/05/2016
		ITEM NORMA:	7.2

FORMULÁRIO DE EMENDA AO PLDO/2019 **EMENDA Nº** 77 **SUBEMENDA Nº** _____

PROPOSIÇÃO Nº 47/2018, ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276 - "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019".

ATENÇÃO: 1 – Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser ofertadas emendas ao Projeto (Art. 306, Regimento Interno);
2 – As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, §1º, deste Regimento (Art. 226, Regimento Interno);
3 – As emendas deverão ser apresentadas em duas vias, sob pena de indeferimento (Art. 109, Parágrafo Único, Regimento Interno)

Autor(a): ROBERTO MESQUITA **Partido: PROS**

NATUREZA DA EMENDA (Art. 223 da Resolução nº 389, de 12/12/1996 - Regimento Interno)

☐ ADITIVA ☐ SUPRESSIVA ■ MODIFICATIVA ☐ SUBSTITUTIVA ☐ REDACIONAL

LOCALIZAÇÃO DA EMENDA

CAPÍTULO	SEÇÃO	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
III	IX	53	§2º		

EMENTA

Modifica o §2º do Art 53 .

CONTEÚDO DA PROPOSTA

Art 53 (...)

§2º –Os órgãos e entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com organizações sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais **ou em caso de mudança de gestor, este ultimo até 30 dias após a saída do substituído**,a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará

JUSTIFICATIVA

Assinatura do(a) Autor(a): Roberto Mesquita

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	PARECER
Descrição:	PARECER SOBRE MENSAGEM Nº 47/2018 (ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276/2018 DO PODER EXECUTIVO)		
Autor:	99484 - LAILA FREITAS E SILVA		
Usuário assinador:	99561 - DEPUTADO EVANDRO LEITAO		
Data da criação:	06/06/2018 14:21:59	**Data da assinatura:**	07/06/2018 10:59:08

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO EVANDRO LEITÃO

PARECER
07/06/2018

PARECER SOBRE MENSAGEM Nº 47/2018

(ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276/2018 DO PODER EXECUTIVO)

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.276 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

RELATOR: DEPUTADO EVANDRO LEITÃO.

I - RELATÓRIO

Trata-se de mensagem nº 47/2018, oriunda da mensagem nº 8.276/2018 do **Poder Executivo do Estado do Ceará, que submete à apreciação do Poder Legislativo projeto de lei que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019."**

A matéria foi distribuída à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, haja vista, que a LDO possui rito de tramitação peculiar, com parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

O projeto sob análise consta de 96 (noventa e três) artigos.

II- ANÁLISE

Quanto à admissibilidade jurídico-constitucional, nenhum óbice impede a tramitação do projeto em exame, que atende os pressupostos constitucionais de competência legislativa estadual e de iniciativa do Poder Executivo, conforme disposto no art. 60, alínea "e" e art. 88, inciso III e XV da Constituição Estadual do Ceará, *in verbis:*

> *Art. 60. Cabe a iniciativa de leis:*
>
> *I – aos Deputados Estaduais;*
>
> ***II – ao Governador do Estado;***
>
> *(...)*
>
> ***§2º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:***
>
> *a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, e de empregos nas empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, ou aumento de sua remuneração;*
>
> *b) servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis e militares, seu regime jurídico, ingresso, limites de idade, estabilidade, direitos e deveres, reforma e transferência de policiais militares e de bombeiros militares para a inatividade;*
>
> *c) criação, organização, estruturação e competências das Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, concessão, permissão, autorização, delegação e outorga de serviços públicos;*
>
> *d) concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições;*
>
> ***e) matéria orçamentária.***

> *Art. 88. Compete privativamente ao Governador do Estado:*
>
> ***III - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.***

XV - enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos nesta Constituição;

Importante salientar, que o art. 203, § 2º, inciso I, da Constituição do Estado do Ceará, dispõe que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia até dois de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente. Desta feita, observar-se que foram atendidos todos os requisitos constitucionais formais, assim, vejamos o que preceitua o art. 203 da Constituição do Estado do Ceará. In verbis:

Art. 203. O Estado programará as suas atividades financeiras mediante leis de iniciativa do Poder Executivo, abrangendo:

I - plano plurianual;

II - diretrizes orçamentárias;

III - orçamentos anuais.

(...)

§ 2° A lei de diretrizes orçamentárias definirá as metas e prioridades deduzidas do plano plurianual, a serem aplicáveis no exercício de atividades administrativas em geral, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, assegurada a ordem cronológica prevista no plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá as diretrizes políticas para observância pelas agências financeiras oficiais de fomento, observadas as seguintes normas:

I - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia até dois de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente;

II - a elaboração deverá estar concluída em sessenta dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se em tudo o mais pelas normas do processo legislativo;

*III - o Poder Executivo publicará, no prazo de trinta dias, após a expiração de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, prestando esclarecimentos que lhe sejam requisitados pela Assembleia Legislativa ou pelo Tribunal de Contas;

IV - os planos e programas estaduais serão elaborados, refletindo as conformações regionais e setoriais, em consonância

com o plano plurianual, sendo apreciados pela Assembleia, que assegurará a sua compatibilização.

Conforme preceitua a Constituição do Estado do Ceará, compete a Assembleia legislativa, com a devida sanção do Governo do Estado, dispor acerca de matérias de competência do Estado do Ceará, senão vejamos:

> Art. 50. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:
>
> (...)
>
> **II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;**

Não é demais observar que a proposta em análise ainda encontra respaldo na Lei nº 13.875/00, in verbis:

> Art. 3º Para os fins desta Lei, a Administração Pública Estadual compreende os órgãos e as entidades que atuam na esfera do Poder Executivo, os quais visam atender às necessidades coletivas.
>
> **§1º O Poder Executivo tem a missão básica de conceber e implantar políticas públicas, planos, programas, projetos e ações que traduzam, de forma ordenada, os princípios emanados da Constituição, das Leis e dos objetivos do Governo, em estreita articulação com os demais Poderes e os outros níveis de Governo.**
>
> **§2º As ações empreendidas pelo Poder Executivo devem propiciar a melhoria e o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população do Estado, nos seus diferentes segmentos, e a integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.**

Somente por amor ao debate, é de bom alvitre salientar, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autárquicas. O projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de

2019 foi encaminhado pelo Governador do Estado do Ceará, por intermédio da Mensagem nº 8.276, de 26 de abril de 2018, em cumprimento ao dispositivo do art. 203, § 2º, I, da Constituição Estadual do Ceará.

O Projeto, elaborado em consonância com a Constituição Estadual e com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), foi remetido à Comissão de Orçamento Finanças e Tributação (COFT) para análise, conforme estabelece o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social, e de investimento do Poder Público, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas mantidas pelo Poder Público e autarquias. Esta Lei compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Verificamos que a LDO, lei de caráter transitório, é válida a partir de sua publicação, orientando a elaboração da LOA, e para o exercício a que se refere, para eventuais alterações na LOA ou fiscalização do Orçamento executado, ao confrontar com as metas previstas na LDO.

A LDO, conforme já dito, estabelece as prioridades e metas da Administração Pública Estadual, determina a estruturação e execução da LOA/2019, dispõe sobre a legislação dos tributos, sobre a política de recursos humanos, bem como, sobre a dívida pública no âmbito do Estado do Ceará.

Na Mensagem Governamental, verificamos que o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, estabelece as metas anuais evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica estadual e nacional, bem como a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,7%, este desempenho mostra-se um pouco superior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2017. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento mais forte da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

O PIB do Brasil cresceu 1,0%, em 2017, puxado pelo setor agropecuário (13%), seguidos do setor de serviços (0,3%) e do setor da indústria (0,0%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,0%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio, beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,7%) e da indústria extrativista (4,3%), puxada pelo aumento das exportações de commodities como o minério de ferro e a soja. Esse comportamento se manterá em 2018, repercutindo positivamente para uma previsão do aumento do PIB em 2,8%.

A retomada do crescimento da economia cearense, em 2017, foi mais intensa do que a do Brasil, onde o PIB do Ceará registrou um crescimento de 1,87%. Diferentemente da esfera federal, o Governo do Ceará, mesmo num período recente de crise macroeconômica, manteve as contas públicas estaduais em equilíbrio, apresentando uma boa capacidade de investimento em relação à sua receita corrente líquida. O investimento estadual passou de R$ 2,17 bilhões, em 2016, para R$ 2,47 bilhões, em 2017. Para o ano de 2018, o Governo do Ceará pretende aumentar o atual ritmo de investimento público com obras em rodovias, aeroportos, portos, barragens e adutoras, além de gastos em infraestrutura social com investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE, estimou para o período 2019–2021, taxas de crescimento do PIB estadual de 3,8% para 2019, 4,0% para 2020, e 3,5% para 2021, todas superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO–2019 são os seguintes:

Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2019 a 2021

	2019	2020	2021
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,2	4,5	4,5
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	3,0	3,3	3,0
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	3,8	4,0	3,5
PIB Ceará (R$ Milhões)	159.904,04	173.783,71	187.960,12
Câmbio (R$/US$) – Média	3,34	3,30	3,30
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	7,9	7,0	7,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN(16/03/18) e IPECE

Considerando estas premissas macroeconômicas, foi projetado, para o período de 2019 a 2021, uma Receita Tributária de R$ 44,9 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R$ 40,9 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE que, ao longo período, espera-se arrecadar um montante de R$ 22,1 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R$ 5 bilhões no período iniciado em 2018 até o final de 2021.

Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, além de agentes internacionais como BID, BIRD, KFW e CAF.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2021 indicam um crescimento consistente e gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2019-2021.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2019 a 2021) um montante de R$ 40,1 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2021.

Já em relação às outras despesas correntes, R$ 32,6 bilhões foram programados (2019 a 2021) principalmente para manter em funcionamento a “máquina pública”, os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Policlínicas, Escolas Regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centros Socioeducativos, Restaurantes Universitários, Implantação de Comboios dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2019 a 2021, um montante de R$ 5,2 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2019 a 2021 recursos na ordem de R$ 9,7 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias.

Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus investimentos para outras áreas como saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Destarte, o projeto em questão tem como escopo a observância do princípio da legalidade administrativa, consubstanciada na necessidade de autorização através de lei específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Da mesma forma, nada há que se lhe oponha no plano da regimentalidade e técnica legislativa.

Além disso, o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001, que dispõe sobre os preceitos da boa técnica legislativa na legislação pátria.

Quanto aos aspectos normativos e impeditivos da continuidade deste projeto de lei, não há qualquer propositura em regime de tramitação ou lei aprovada no Estado do Ceará versando sobre o objeto deste projeto, que impeça ou barre a aprovação de tal medida.

III- VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei encaminhado por meio da **mensagem nº 47/2018** (oriunda da mensagem nº 8.276/2018), de autoria **Poder Executivo do Estado do Ceará**.



DEPUTADO EVANDRO LEITAO

DEPUTADO (A)

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COMISSÃO - COFT		
Autor:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	07/06/2018 11:44:07	**Data da assinatura:**	07/06/2018 11:51:05

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
07/06/2018

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-012-04**
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 06/06/2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR À MENSAGEM



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo. n.º 07/2018

Fortaleza, 13 de junho de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Zezinho Albuquerque
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a retirada das emendas de n.ºs 04, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, à Mensagem n.º 47/2018, do Poder Executivo, a qual é de autoria da signatária, na forma da aplicação do Art. 232, do Regimento Interno.

Atenciosamente,

Mirian Sobreira

Deputada Mirian Sobreira
Partido Democrático Trabalhista - PDT

Recebi em 13/06/18
às 9h e 55 min.

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Memo n.º 182/2018

Fortaleza, 13 de junho de 2018.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

Assunto: Retirada de Emendas

Audic Mota, Deputado Estadual, vem à presença de V. Senhoria solicitar a retirada das emendas de nºs 02/2018 e 03/2018, do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem 8.276.

Atenciosamente,

Audic Mota
Deputado Estadual

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Memo Nº 026/2018

Fortaleza, 13 de Junho de 2018

Deputado Joaquim Noronha
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Assunto: Retirada da Emenda Aditiva

Cumprimento-o cordialmente, solicito a V. Sa., a retirada da Emenda Aditiva Nº 001/2018 da Proposição Nº 47/2018 (Oriunda da Mensagem Nº 8.276) de autoria do poder executivo, "Dispões sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para exercício de 2019" .

Atenciosamente

WALTER CAVALCANTE
Deputado Estadual

Recebido às 14 hs 35 min
do dia 13/06/18.

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro Dionísio Torres - Fortaleza-Ce - Cep: 60-170-900
Gabinete do Deputado Walter Cavalcante - (085) 3277-2884 / 3277. 2886 (FAX)

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ROBERTO MESQUITA
Fone: 3277-2915 – Fax: 3277-2916 - gabinete 312
robertomesquita@al.ce.gov.br

Memo. Nº 129/2018

Fortaleza-CE, 13 de Junho de 2018.

Exmo. Sr.
DEPUTADO JOAQUIM NORONHA
Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

Senhor Presidente,

Venho, por meio deste, solicitar a V. Exa. que providencie a retirada das emendas nº 67,68,70,71,73,75 e 77, todas de minha autoria, da mensagem nº 47/2018 do Poder Executivo.

Sem mais para o momento, agradecendo desde já a sua atenção.

Deputado Roberto Mesquita – PROS

PARECER SOBRE AS EMENDAS A MENSAGEM Nº 47/2018 (ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 8.276/2018 DO PODER EXECUTIVO)

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.276 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

RELATOR: DEPUTADO EVANDRO LEITÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre as emendas da mensagem nº 47/2018, oriunda da mensagem nº 8.276/2018 do **Poder Executivo do Estado do Ceará, que submete à apreciação do Poder Legislativo projeto de lei que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019."**

A matéria foi distribuída à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, haja vista, que a LDO possui rito de tramitação peculiar, com parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

O projeto sob análise consta de 96 (noventa e três) artigos. Foram apresentadas 77 (setenta e sete) emendas.

II- ANÁLISE

As emendas em exame foram proposta em consonância com Constituição Estadual e o regimento interno da Assembleia Legislativa, in verbis:

> Art. 223. **As Emendas são Aditivas, Supressivas, Modificativas, Substitutivas e de Redação.**
>
> **§ 1° Emenda Aditiva é a proposição que acrescenta algo à outra proposição.**
>
> ...
>
> **§ 6° A anexação de emenda será feita, de ofício**, pelo Presidente da Assembleia ou a requerimento de Comissão **ou Deputado**.
>
> **Art. 226. As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, § 1°, deste Regimento.**

Destarte, as emendas em questão têm como escopo a observância do princípio da legalidade administrativa, consubstanciada na necessidade de autorização específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Da mesma forma, nada há que se lhe oponha no plano da regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto às 77 (setenta e sete) emendas, apresentamos detalhadamente no anexo I do presente parecer, as emendas favoráveis, contrárias e com modificações.

PARECER	QUANTITATIVO
FAVORÁVEL	11
FAVORÁVEL COM MODIFICAÇÃO	8
CONTRÁRIO	41
RETIRADA PELO AUTOR	17
TOTAL	77

III- VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** das emendas abaixo descritas do Projeto de Lei encaminhado por meio da **mensagem nº 47/2018** (oriunda da mensagem nº 8.276/2018), de autoria **Poder Executivo do Estado do Ceará**.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019 PARECER FINAL				
EMENDA	**AUTOR**	**PROPOSTA/JUSTIFICATIVA**	**PARECER**	**NOVA REDAÇÃO**
nº 01 Aditiva	Dep. Walter Cavalcante	Acrescenta-se o 43º-A ao art. 43º. Incluir na Lei Orçamentária Anual (LOA) a destinação de recursos para compra do Hospital São Lucas no Município de Crateús.	Retirada	
nº 02 Aditiva	Dep. Audic Mota	"Acrescenta parágrafo único ao artigo 43 do PLDO"	Retirada	

nº 03 Aditiva	Dep. Audic Mota	Acrescenta parágrafo ao art. 2º do Projeto de Lei nº 47/2018, oriundo da Mensagem nº 8276	Retirada	
nº 04 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta art. 32 e renumera dos demais na Proposição nº 47/2018.	Retirada	
nº 05 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta § 6º ao art. 82 na Proposição nº. 47/2018. Parágrafo Único. Os orgãos de execução devem adotar todos os meios e medidas necessários à execução das programações referentes a emendas parlamentares.	Favorável com modificações	§6º Os órgãos e entidades da administração pública estadual devem procurar adotar todos os meios e medidas necessários à execução das emendas parlamentares.
nº 06 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta § 6º ao art. 82 na Proposição nº. 47/2018.	Retirada	
nº 07 Aditiva	Dep.Mirian Sobreira	Acrescenta o art. 5º e renumera os demais na Proposição nº 47/2018.	Retirada	
nº 08 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta o § 12 ao art. 2º na Proposição 47/2018.	Retirada	
nº 09 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta o art. 19 e renumera os demais na Proposição nº 47/2018.	Retirada	
nº 10 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta o art. 10, incisos I, alínea "a" e "b", II e III, remunerando os demais na Proposição nº. 47/2018.	Retirada	
nº 11 Aditiva	Dep. Mirian Sobreira	Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Proposição nº. 47/2018.	Retirada	
nº 12 Aditiva	Dep. Audic Mota	Acrescenta artigo a Proposição nº 47/2018.	Contrário	
nº 13 Modificativa	Dep. Julinho	Altera o art. 67, do projeto de lei que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei	Contrário	

		Orçamentária para o exercício de 2019.		
nº 14 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta parágrafos ao artigo 91 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 15 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta artigo ao Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018, onde couber.	Contrário	
nº 16 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta artigo ao Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018, onde couber.	Contrário	
nº 17 Modificativa	Dep. Capitão Wagner	Modifica o inciso I do artigo 66 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 18 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta parágrafo ao artigo 8º do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem 8.276 de 26 de abril de 2018.	Favorável	
nº 19 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta parágrafo ao artigo 53º do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem 8.276 de 26 de abril de 2018.	Favorável com modificações	Art. 53 [...] VII - estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos gastos de eficiência esperado pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
nº 20 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta parágrafo ao artigo 88º do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem 8.276 de 26 de	Contrário	

		abril de 2018.		
nº 21 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta parágrafos ao artigo 63º do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 22 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta artigo ao capítulo I do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Favorável com modificações	§ 8º As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2019 deverão estar em consonância com os Planos Estaduais setoriais estratégicos de longo prazo aprovados na Assembleia Legislativa, devendo o Poder Executivo adotar esforços para manter ativa, no Portal da Transparência do Estado, a disponibilização de consultas e relatórios com informações atinentes: I – ao atendimento de suas metas, quantitativa e qualitativamente; II – aos respectivos dispêndios orçamentários e financeiros; III – às ações empreendidas pelo governo a fim de tornar efetiva a consecução desses Planos.
nº 23 Modificativa	Dep. Capitão Wagner	Modifica o artigo 13 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº	Contrário	

		8.276 de 26 de abril de 2018.		
nº 24 Modificativa	Dep. Capitão Wagner	Modifica o "caput" artigo 21 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 25 Modificativa	Dep. Capitão Wagner	Modifica o "caput" artigo 20 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 26 Modificativa	Dep. Capitão Wagner	Modifica o §2º do artigo 49 do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 27 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta artigo à Seção VI do Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018.	Contrário	
nº 28 Aditiva	Dep. Capitão Wagner	Acrescenta artigo ao Projeto de Lei 47/2018, oriundo da mensagem nº 8.276 de 26 de abril de 2018, onde couber.	Contrário	
nº 29 Aditiva	Dep. Audic Mota	Acrescenta art. Do Projeto de Lei nº 47/2018, oriundo da mensagem 8.276, do Poder Executivo.	Contrário	
nº 30 Aditiva	Dep. Audic Mota	Acrescenta art. Do Projeto de Lei nº 47/2018, oriundo da mensagem 8.276, do Poder Executivo.	Contrário	
nº 31 Modificativa	Dep. Leonardo Araújo	Modifica o caput do artigo 12.	Contrário	
nº 32 Aditiva	Dep. Leonardo Araújo	Acrescenta o inciso VII ao do artigo 78.	Favorável	
nº 33 Modificativa	Dep. Leonardo Araújo	Modifica o inciso I do artigo 56.	Favorável	
nº 34 Modificativa	Dep. Leonardo Araújo	Modifica o §1º do artigo 12.	Contrário	

nº 35 Aditiva	Dep. Leonardo Araújo	Acrescenta o inciso VII ao §2º do artigo 18.	Favorável	
nº 36 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Adiciona o parágrafo segundo ao artigo 88 da proposição 47/88.	Contrário	
nº 37 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Adiciona o parágrafo terceiro ao artigo 88 da proposição 47/88.	Contrário	
nº 38 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 5º no artigo 78 da Mensagem 47/2018.	Favorável	
nº 39 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Adiciona o §3º ao art. 25 da PLDO.	Contrário	
nº 40 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 7º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 41 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 6º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 42 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 4º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 43 Modificativa	Dep.Nestor Bezerra	Modifica o parágrafo 6º no artigo 51 da Mensagem 47/2018.	Favorável com modificação	§6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei especifica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa orçamentário, as

				ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.
nº 44 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 7º no artigo 51 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 45 Modificativa	Dep.Nestor Bezerra	Altera o caput do Artigo 33 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 46 Modificativa	Dep.Nestor Bezerra	Modifica a redação da alínea b, inciso II do parágrafo único do artigo 76 do PLDO/2019.	Contrário	
nº 47 Supressiva	Dep.Nestor Bezerra	Suprime a alínea c, inciso II do §1º do artigo 76 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 48 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta §3º ao art. 8º do PLDO.	Favorável com modificação	Inclusão do demonstrativo no anexo IV
nº 49 Modificativa	Dep.Nestor Bezerra	Modifica o caput do artigo 12, acrescentando o fundo de direito de difusos, fundo estadual da criança e do adolescente, fundo estadual de habitação de interesse social, fundo estadual do meio ambiente, fundo estadual da cultura, fundo estadual de assistência social e o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Contrário	
nº 50 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 4º no artigo 76 da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 51 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta o parágrafo 12º no artigo 2º, na forma que indica.	Contrário	

nº 52 Aditiva	Dep.Nestor Bezerra	Acrescenta os incisos VIII e IX ao parágrafo 3º do artigo 2º da Mensagem 47/2018.	Contrário	
nº 53 Modificativa	Dep. Carlos Matos	Altera o §10 do art. 3º da proposição nº 47/2018, oriunda da mensagem nº 8.276 (Lei das Diretrizes Orçamentárias).	Contrário	
nº 54 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Adiciona o parágrafo 19 ao à redação do artigo 10 da proposição nº 47/2018, oriunda da mensagem nº 8.276.	Contrário	
nº 55 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Adiciona parágrafo 1º ao artigo 17 da proposição nº 47/2018, oriunda da mensagem nº 8.276.	Contrário	
nº 56 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Adiciona texto aos conteúdos da redação do parágrafo 10 do artigo 2º da proposição nº 47/2018, oriunda da Mensagem nº 8.276.	Favorável com modificação	Art. 2º (...) § 10. O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior através do envio à Assembleia Legislativa, de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de respectivo percentual de execução, bem como relatório específico e justificado das metas não atingidas no

				período.
nº 57 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Acrescenta parágrafo 18 à redação do artigo 10 da proposição nº 47/2018, oriundo da Mensagem nº 8.276.	Contrário	
nº 58 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Acrescenta parágrafo 4º à redação do artigo 12 da proposição nº 47/2018, oriundo da Mensagem nº 8.276.	Contrário	
nº 59 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Acrescenta parágrafo 5º à redação do artigo 12 da proposição nº 47/2018, oriundo da Mensagem nº 8.276.	Contrário	
nº 60 Modificativa	Dep. Carlos Matos	Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 3º da proposição nº 47/2018, oriundo da Mensagem nº 8.276.	Contrário	
nº 61 Modificativa	Dep. Carlos Matos	Adiciona texto à redação do parágrafo 3º do artigo 3 da proposição nº 47/2018, oriunda da Mensagem 8.276.	Favorável	
nº 62 Modificativa	Dep. Carlos Matos	Modifica a redação do parágrafo 5º ao artigo 18 da proposição nº 47/2018, oriunda da Mensagem nº 8.276.	Favorável	
nº 63 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Adiciona as alíneas "d" e "e" à redação do inciso II do artigo 8º da proposição nº 47/2018, oriunda da Mensagem nº 8.276.	Favorável com modificação	Aprovado somente alínea "d"

nº 64 Aditiva	Dep. Carlos Matos	Acrescenta §2º ao art. 4º da proposição nº 47/2018, oriundo da Mensagem nº 8.276 (Lei das Diretrizes Orçamentárias).	Contrário	
nº 65 Modificativa	Dep. Carlos Matos	Altera a alínea "c" do art. 8º, II, da proposição nº 47/2018, oriunda da Mensagem nº 8.276 (Lei das Diretrizes Orçamentárias).	Favorável com modificação	Art. 8º [...] II – [...] c) demonstrativos consolidados por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas para a Infância e Adolescência e à Política de Gênero.
nº 66 Modificativa	Dep. Carlos Matos	Altera o §2º do art. 27, da proposição nº 47/2018, oriunda da Mensagem nº 8.276 (Lei das Diretrizes Orçamentárias).	Contrário	
nº 67 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Adiciona o §2º ao Art. 47.	Retirada	
nº 68 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta o inciso III do Art. 44.	Retirada	
nº 69 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta alínea "g" ao inciso II do Art. 8.	Favorável	
nº 70 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta alínea "f" ao inciso II do Art. 8.	Retirada	
nº 71 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta alínea "e" ao inciso II do Art. 8.	Retirada	
nº 72 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta o inciso II ao Art. 77.	Favorável	
nº 73 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta alínea "d" ao inciso II do Art. 8.	Retirada	
nº 74	Dep. Roberto	Modifica o inciso V do Art. 53.	Favorável	

Modificativa	Mesquita			
nº 75 Modificativa	Dep. Roberto Mesquita	Modifica o inciso IV do Art. 53.	Retirada	
nº 76 Aditiva	Dep. Roberto Mesquita	Acrescenta o inciso I ao Art. 77.	Favorável	
nº 77 Modificativa	Dep. Roberto Mesquita	Modifica o §2º do Art 53.	Retirada	

Deputado Estadual Evandro Leitão

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COFT		
Autor:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	12/07/2018 11:24:55	**Data da assinatura:**	12/07/2018 11:32:28

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
12/07/2018

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-012-04**
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 13/06/2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DESPACHO
Descrição:	APROVADO		
Autor:	99725 - EVA SARA STUDART ARAÃšJO PEREIRA		
Usuário assinador:	99735 - DEPUTADO AUDIC MOTA		
Data da criação:	12/07/2018 14:34:07	**Data da assinatura:**	12/07/2018 14:46:35

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

PLENÁRIO

DESPACHO
12/07/2018

APROVADO EM DISCUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO NA 81ª (OCTOGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 12/07/2018.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 12/07/2018.



DEPUTADO AUDIC MOTA

1º SECRETÁRIO

Nº do documento:	(S/N)	**Tipo do documento:**	DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
Descrição:	CONCLUSÃO DA COFT		
Autor:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Usuário assinador:	99593 - DEPUTADO JOAQUIM NORONHA		
Data da criação:	13/07/2018 09:50:55	**Data da assinatura:**	13/07/2018 09:58:28

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO
13/07/2018

COMISSÕES TÉCNICAS	**CÓDIGO:**	**FQ-COTEC-012-04**
CONCLUSÃO DA COMISSÃO	**DATA EMISSÃO:**	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	10/08/2016
	ITEM NORMA:	7.2

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 12/07/2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONCLUSÃO: APRAVADA REDAÇÃO FINAL



DEPUTADO JOAQUIM NORONHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO CENTO E TRINTA E DOIS

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

D E C R E T A

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 203, § 2º, da Constituição Estadual, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;

IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;

V - as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual;

VI - as disposições relativas à dívida pública estadual;

VII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais;

III – Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relação dos Quadros Orçamentários.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, consoante objetivos e diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, Lei do Plano Plurianual – PPA, para o período 2016-2019, correspondem às previstas do anexo I desta Lei, identificadas a partir dos seguintes critérios de priorização:

I – contribuição para os resultados e indicadores dos eixos e temas estratégicos;

II – contribuição para as diretrizes regionais; e

III – alinhamento com os Acordos de Resultados, previstos no Decreto nº 32.216, de 8 de maio de 2017, que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados.

§ 1º As obrigações constitucionais e legais do Estado, as despesas com a conservação do patrimônio público e a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2019, em relação às prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º As metas e prioridades deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, com os Conselhos de Políticas Públicas e

Conselhos Deliberativos de Políticas Setoriais nas 14 (quatorze) regiões do Estado do Ceará, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, em conformidade com o disposto no §10 deste artigo.

§ 3º Além das disposições anteriores, a Lei Orçamentária priorizará o efetivo funcionamento dos Fundos:

I – Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA;
II – Fundo Estadual da Cultura - FEC;
III – Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP;
IV – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS;
V – Fundo de Inovação Tecnológica - FIT;
VI – Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas – FEPAD;
VII – Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

§ 4º A Lei Orçamentária conterá os demonstrativos orçamentários consolidados dos Fundos mencionados no § 3º deste artigo.

§ 5º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará disponibilizará o Projeto de Lei Orçamentária Anual, através do seu sítio eletrônico, como forma de assegurar e ampliar a participação dos Conselhos de Políticas Públicas e toda a sociedade.

§ 6º O anexo I desta Lei somente poderá ser atualizado após sua publicação e por ocasião da Adequação do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, em 2018, visando assegurar a integração dos instrumentos de planejamento e atendendo ao disposto no art. 203, § 2º da Constituição do Estado do Ceará, e ao inciso III, do § 4º, do art. 11, da Lei Estadual nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, devendo a Secretaria do Planejamento e Gestão, após a publicação da referida Adequação, atualizar o anexo I e republicá-lo em seu sítio eletrônico.

§ 7º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2019, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada, e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais.

§ 8º As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2019 deverão estar em consonância com os Planos Estaduais setoriais estratégicos de longo prazo aprovados na Assembleia Legislativa, devendo o Poder Executivo adotar esforços para manter ativa no Portal da Transparência do Estado a disponibilização de consultas e relatórios com informações atinentes:

I - ao atendimento de suas metas quantitativa e qualitativamente;
II – aos respectivos dispêndios orçamentários e financeiros;
III – às ações empreendidas pelo Governo a fim de tornar efetiva a consecução desses planos.

§ 9º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, através do sítio eletrônico do Governo do Estado, dará ciência aos Conselhos de Políticas Públicas do período de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual antes do envio deste à Assembleia Legislativa, como forma de assegurar e ampliar a participação da sociedade.

§ 10. O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior através do envio à Assembleia Legislativa, de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de respectivo percentual de execução, bem como relatório específico e justificado das metas não atingidas no período.

§ 11. Para a retirada de recursos de Fundos que não estejam sob o gerenciamento do Poder Executivo ou de seus órgãos delegados deverá ser assegurada a provisão de devolução, no Balanço Geral do Estado, para o Poder ou órgão a que estão vinculados os Fundos.

Art. 3º A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2019 deverá estar compatível com as metas fiscais previstas no anexo II desta Lei.

§ 1º As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no anexo II desta Lei, justifiquem a necessidade de alterações.

§ 2º A Lei Orçamentária conterá demonstrativo evidenciando as alterações realizadas.

§ 3º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do anexo II desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa as alterações realizadas por meio do relatório detalhado, justificando e demonstrando impacto das alterações.

Art. 4º As Diretrizes Orçamentárias de que trata esta Lei são alinhadas aos resultados estabelecidos e pautadas nos objetivos e nas seguintes premissas do Plano Plurianual 2016-2019:

I - gestão pública por resultados;

II - participação cidadã;

III - promoção do desenvolvimento territorial;

IV - intersetorialidade na gestão das políticas públicas.

Parágrafo único. Além dos resultados, objetivos e premissas do Plano Plurianual 2016-2019, a Lei Orçamentária Anual de 2019, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em linguagem clara e acessível à população.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - o instrumento de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados;

II - iniciativa - o atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;

III - atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional;

VII - órgão orçamentário - o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - concedente - o órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual responsável pela transferência de recursos financeiros para ente ou entidade pública, pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, para a execução de ações por meio de convênios ou quaisquer instrumentos congêneres;

IX - convenente - o parceiro selecionado para a execução de ações em parceria com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênio ou instrumento congênere;

X - interveniente - o ente ou entidade pública que participa do convênio ou instrumento congênere, para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio, podendo assumir a execução do objeto pactuado e realizar os atos e procedimentos necessários, inclusive a movimentação de recursos;

XI - descentralização de créditos orçamentários - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes, observado o disposto no Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009;

XII - inadimplente - o convenente que não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e não apresentar ou não tiver aprovada pelo concedente a sua prestação de contas.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas alterações posteriores.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º A Lei Orçamentária para o exercício de 2019, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e no Plano Plurianual 2016 – 2019.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Estadual, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema de Contabilidade do Estado.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária e a respectiva Lei, para o ano de 2019, serão constituídos, de:

I – Projeto de Lei Orçamentária Anual, com a seguinte composição:

a) texto da Lei;

b) quadros da receita e da despesa, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – demonstrativos orçamentários consolidados relacionados no anexo IV desta Lei:

a) demonstrativo de renúncia de receita;

b) demonstrativo das dotações reservadas para Despesas de Pessoal;

c) demonstrativos consolidados por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas para Infância e Adolescência e a Política de Gênero;

d) demonstrativo de todo o passivo com incentivos fiscais;

e) demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e as despesas decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

III – demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública;

IV – relação de iniciativas e ações orçamentárias.

§ 1º Acompanharão os orçamentos a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo:

I – demonstrativo do orçamento por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

II – demonstrativo segundo a natureza da Receita por entidade da Administração Indireta;

III – demonstrativo consolidado da Receita e da Despesa, por Categoria Econômica, por entidade da Administração Indireta.

§ 2º A vinculação entre iniciativa e ação, de que trata o inciso IV do *caput*, será evidenciada por meio de Demonstrativo por Órgão, Programa, Iniciativa e Ação.

§ 3º O demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso II deste artigo deverá apresentar o efeito regionalizado sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, nos termos instituídos no § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 9º Na proposta e na Lei Orçamentária Anual, a receita será detalhada por sua natureza, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Parágrafo único. As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza da receita e as fontes de recursos.

Art. 10. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, quando couber, deverá especificar, por órgão e entidade dos Poderes, os seguintes elementos:

I – esfera orçamentária;

II – classificação institucional;

III – classificação funcional;

IV– classificação econômica da despesa– Categoria Econômica, Grupo e Natureza da Despesa e Elemento de Despesa;

V – modalidade de aplicação;

VI – programas e ações (projeto, atividade ou operação especial);

VII – regionalização;

VIII – fontes de recursos e identificador de uso;

IX – identificador de resultado primário;

X – balancete orçamentário e financeiro.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar cada tipo de orçamento, conforme o art. 203 da Constituição Estadual, constando na Lei Orçamentária pelas seguintes legendas:

I – FIS - Orçamento Fiscal;

II – SEG - Orçamento da Seguridade Social;

III – INV - Orçamento de Investimento.

§ 2º A classificação institucional é representada pelos órgãos orçamentários no seu maior nível, agrupando as unidades orçamentárias que são o menor nível da classificação institucional.

§ 3º A classificação funcional e estrutura programática, de que trata a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será discriminada de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, sendo consolidada na Lei Orçamentária Anual por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.

§ 5º As categorias econômicas são as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 6º Os grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza do gasto, sendo identificados pelos seguintes títulos e códigos:

I – Pessoal e Encargos Sociais –1;

II – Juros e Encargos da Dívida – 2;

III – Outras Despesas Correntes – 3;

IV – Investimentos – 4;

V – Inversões Financeiras – 5;

VI – Amortização da Dívida – 6.

§ 7º A Modalidade de Aplicação (MA) indica se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos;

III – indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.

§ 8º A especificação da modalidade de que trata o § 7º será identificada por código próprio, com as seguintes características:

I – Transferências à União (MA 20);

II – Execução Orçamentária Delegada à União (MA 22);

III - Transferências a Municípios (MA 40);

IV - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (MA 41);

V – Execução Orçamentária Delegada a Municípios (MA 42);

VI – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

VII – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);

VIII - Transferências a Instituições Multigovernamentais (MA 70);

IX – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);

X – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);

XI - Transferências ao Exterior (MA 80);

XII – Aplicações Diretas (MA 90);

XIII – Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91);

XIV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe (MA 93);

XV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente não participe (MA 94).

§ 9º O elemento econômico da despesa tem por finalidade identificar o objeto de gasto e será discriminado no momento do empenho da despesa, com desdobramentos em itens.

§ 10. As fontes de recursos, de que trata este artigo, serão consolidadas, segundo:

I – os recursos do Tesouro, compreendendo os recursos da arrecadação própria do Tesouro Estadual, as receitas de transferências federais relativas à participação do Estado na Arrecadação da União e outras transferências constitucionais e legais correntes e de capital;

II – os recursos de Outras Fontes, compreendendo as demais fontes não previstas no inciso anterior;

III – os recursos da Administração Direta do Tesouro Estadual;

IV – os recursos da Administração Indireta.

§ 11. O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida de empréstimo e outras aplicações, constando da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos ou outros que poderão ser acrescentados pela SEPLAG:

I – fontes de recursos do Tesouro não destinados à contrapartida – 0;

II – fontes de recursos de Outras Fontes não destinadas à contrapartida - 1;

III – contrapartida de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES – 2;

IV – contrapartida de empréstimos da Caixa Econômica Federal – CEF – 3;

V – contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - 4;

VI – contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – 5;

VII – contrapartida de outros empréstimos – 6;

VIII – contrapartida de convênios – 7.

§ 12. O identificador de Resultado Primário (RP), de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no Anexo de Métas Fiscais do anexo II desta Lei, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando se a despesa é:

I – financeira - (RP 0);

II – primária obrigatória – (RP 1);

III – primária discricionária de projetos estruturantes do Estado - (RP 2);

IV – primária discricionária de projetos do Orçamento Geral da União - (RP 3);

V – do Orçamento de Investimento das empresas estatais que não impacta o resultado primário - (RP 4);

VI – destinada à convivência com a seca - (RP 5).

§ 13. A consolidação do orçamento por região será feita em conformidade com as regiões de planejamento criadas pela Lei Complementar Estadual nº 154, de 20 de outubro de 2015.

§ 14. As despesas não regionalizadas, por não serem passíveis de regionalização quando da elaboração do orçamento anual, serão identificadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária pelo localizador de gasto que contenha a expressão "Estado do Ceará" e código identificador "15".

§ 15. As despesas não regionalizadas, conforme disposto no § 14 deste artigo, poderão ser regionalizadas na execução orçamentária, mediante processamento no Sistema de Execução Orçamentária, que registre a efetiva localização da despesa nas regiões do Estado, de forma a favorecer e tornar transparente a interiorização dos gastos.

§ 16. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99) e sem registro da modalidade de licitação.

§ 17. As despesas relativas às Parcerias Público-Privadas deverão ser classificadas em elemento e modalidade de aplicação próprios, conforme atualização da Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 11. As receitas e despesas decorrentes da alienação de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista serão apresentadas na Lei Orçamentária de 2019 com códigos próprios que as identifiquem.

Art. 12. A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP e do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT.

§ 1º Os recursos do FECOP deverão atender às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos assistenciais e estruturantes, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para melhoria das condições de vida.

§ 2º Os programas e projetos financiados com recursos do FECOP e do FIT, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, constarão no Sistema de Execução Orçamentária com códigos próprios, de forma que possibilite sua identificação durante a execução orçamentária.

§ 3º Os recursos do FECOP deverão priorizar as regiões com os maiores índices de pobreza e desigualdade social, devidamente indicadas na Lei Orçamentária de 2019, garantindo o acesso da população às políticas públicas estaduais básicas.

Art. 13. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais discriminarão, em ação orçamentária específica na unidade orçamentária competente dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades vinculadas, inclusive as empresas públicas dependentes e sociedades de economia mista, as dotações destinadas ao atendimento de:

I – concessão de subvenções econômicas e subsídios;

II – participação em constituição ou aumento de capitais de empresas e sociedades de economia mista;

III – pagamento do serviço da dívida do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da Renegociação da Dívida do Estado;

IV – pagamento de precatórios judiciários;

V – despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial serão especificadas claramente em conformidade com a estrutura funcional programática da Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Para efeito do disposto no art. 10, os órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública encaminharão para a Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro - SIOF, até 31 de agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei, em especial o que dispõe o art. 90 desta Lei.

Parágrafo único. Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 15. Os recursos destinados à publicidade e ao apoio cultural deverão fortalecer veículos públicos, comunitários, independente e privados, em conformidade com o que dispõe o art. 157 da Constituição do Estado do Ceará, garantida a transparência das parcerias firmadas pela

Administração Pública, regidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou segundo o regramento da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei das Licitações e Contratos Públicos.

Art. 16. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como também os de abertura de créditos adicionais especiais, sob a forma de impressos e meios eletrônicos.

Parágrafo único. O Poder Executivo e o Poder Legislativo divulgarão esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual na internet e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após a entrega do Projeto de Lei Orçamentária, demonstrativo com a relação das obras com valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 18. O Poder Executivo manterá na rede internet programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, os respectivos relatórios, como também os previstos nos arts. 200 e seu parágrafo único; 203, § 2.º, inciso III; e 211, incisos I, II, III e IV, e seu parágrafo único, todos da Constituição Estadual e do Balanço Geral do Estado.

§ 1º Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública manterão, nas suas respectivas páginas na internet, todos os demonstrativos atualizados de sua execução orçamentária.

§ 2º Para os fins do previsto neste artigo, o Poder Público Estadual, na formulação e na execução da Lei Orçamentária Anual, se pautará por uma Política Estadual de Transparência da Administração Pública e do Processo Orçamentário fundada nos princípios constitucionais e legais que regem a organização estadual, especialmente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da motivação, da indivisibilidade e indisponibilidade do interesse público, da democratização, da transparência e da participação, e que se expressam nas seguintes diretrizes, entre outras possíveis para o pleno atendimento dos objetivos desta Lei:

I – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, da previsão e execução dos gastos públicos, abrangendo toda a Administração Pública, especialmente no que tange ao processo orçamentário e a sua execução;

II – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos a compreensão do processo orçamentário, desde as premissas de elaboração da lei orçamentária até o pagamento final das despesas, com a devida prestação de contas;

III – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos compreender e monitorar os gastos públicos;

IV – elaboração e execução do orçamento em estreita observância ao princípio da justiça social, o qual implica assegurar projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões administrativas do Estado, bem como combater a exclusão social;

V – além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a efetiva utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos cidadãos às informações relativas ao orçamento e à gestão fiscal;

VI – ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas e respectivos pareceres prévios;

VII – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de instrumentos que permitam a qualquer cidadão realizar denúncias, reclamações, sugestões e/ou elogios acerca da gestão das finanças e dos gastos públicos;

VIII – disponibilização de informações, em meio eletrônico, com a utilização de ferramentas ou sistema de acessibilidade, que permitam aos deficientes visuais e auditivos compreender e monitorar os gastos públicos.

§ 3º É obrigatório o registro da execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em cumprimento aos prazos disciplinados pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009.

§ 4º O Poder Executivo disponibilizará no sítio eletrônico do Portal da Transparência, demonstrativo dos investimentos executados, por região de planejamento, para fins de acompanhamento da execução orçamentária dos investimentos previstos na Lei Orçamentária de 2019, no tocante à interiorização do desenvolvimento, assim como para comprovação do atendimento ao disposto nos arts. 208 e 210 da Constituição do Estado do Ceará.

§ 5º Em observância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, nos moldes da Lei Maior, promover a publicação oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da SEPLAG, em substituição à publicação impressa, que deverá estar acessível a todos por, no mínimo, 5 (cinco) anos, sob pena de nulidade do seu disposto.

Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, e visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados do programa do Governo, a elevação da eficiência e eficácia da gestão pública, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão observar, quando da elaboração da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, a classificação da ação orçamentária em relação à prevalência da despesa, conforme abaixo mencionada:

I – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Administrativos Continuados": gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão;

II – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Correntes Administrativos Não Continuados": despesas de natureza administrativa de caráter eventual;

III – ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Administrativas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, de natureza administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho das áreas meio;

IV – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Continuados": despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços à sociedade, de natureza continuada, e não contribuem para a geração de ativos;

V – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Não Continuados": gastos relacionados com a oferta de produtos e serviços à sociedade, mas não existe o caráter de obrigatoriedade. A despesa pode ter relação com a realização de ativos públicos;

VI – ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Finalísticas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas, em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade.

§ 1º Consoante o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública, cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 2º Para promover o adequado controle de custos e avaliação, a Administração Estadual deverá implementar e manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, respeitado o cronograma da Secretaria do Tesouro Nacional e em obediência às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

§ 3º O controle de custos de que trata o parágrafo anterior será utilizado para o estabelecimento da relação entre despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise de eficiência na alocação de recursos e sua base deverá ser alimentada pelas ferramentas gerenciais do Sistema de Gestão Governamental Por Resultados - S2GPR, e demais sistemas utilizados pelo Governo do Estado, cujas informações guardem relação direta com a apuração dos custos das ações governamentais.

§ 4º O Poder Executivo Estadual disponibilizará, no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

Seção II
Da Elaboração e Execução do Orçamento

Art. 20. A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2019, deverá ser obtida pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada, não financeira, e expresso em percentual do Produto Interno Bruto – PIB estadual, observada discriminação prevista, na forma do inciso II, § 2 °, art. 4°, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no anexo II – Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei, deduzidos os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP2, RP3, RP4 e RP5, de que trata o § 12 do art. 10 desta Lei.

§ 1º O valor do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 será evidenciado no demonstrativo de apuração do resultado primário para compensar eventual variação negativa, na meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em alterações posteriores, no ano fiscal de 2019.

§ 2º O valor dos investimentos em Programas de Infraestrutura, não computados para efeito de apuração do resultado primário, serão identificados no anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 3º O montante de investimentos descrito no § 2º poderá ser alterado caso ocorra variação na previsão das receitas e despesas à época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, sendo evidenciado em demonstrativo próprio do Volume I, da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 21. Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA.

Art. 22. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão, como limites das despesas correntes destinadas ao custeio de funcionamento e de manutenção, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2018, acrescidos dos valores dos créditos adicionais referentes às despesas da mesma espécie e de caráter continuado autorizados até 30 de julho de 2018, podendo ser corrigidas para preços de 2019 até o limite dos parâmetros macroeconômicos projetados para 2019, conforme o anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 1º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo poderão ser acrescidas as despesas de manutenção e funcionamento de novos serviços e instalações cuja aquisição ou implantação esteja prevista para os exercícios de 2018 e 2019.

§ 2º As despesas de custeio e manutenção do Poder Executivo, de que trata o *caput* deste artigo, correspondem às despesas das ações orçamentárias classificadas no Sistema Integrado de Orçamento e Finanças – SIOF, como "Gastos Administrativos Continuados", conforme definido no inciso I do art. 19 desta Lei.

§ 3º Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo deverão ser excluídas as dotações orçamentárias autorizadas em créditos adicionais em 2018, destinadas a despesas de caráter eventual.

Art. 23. No Projeto de Lei Orçamentária de 2019, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2019, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2019, conforme discriminado no anexo II - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Parágrafo único. As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas, segundo a taxa de câmbio projetada em 2019, com base nos parâmetros macroeconômicos para 2019, conforme o anexo II - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 24. A alocação dos créditos orçamentários, na Lei Orçamentária Anual, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A vedação contida no art. 205, inciso V, da Constituição Estadual, não impede a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora, em conformidade com o Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009.

Art. 25. Na Lei Orçamentária não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;

III – previstos recursos para aquisição de veículos de representação, ressalvadas as substituições daqueles com mais de 4 (quatro) anos de uso ou em razão de danos que exijam substituição;

IV – previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da Administração Pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

V – classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;

VI – incluídas dotações relativas às operações de crédito não contratadas ou cujas cartas-consultas não tenham sido recomendadas pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 30 de agosto de 2018;

VII – incluídas dotações para pagamento com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, de remuneração a Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais, exceto na forma de concessão de bolsa para servidores públicos estaduais ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica - MAG, da Secretaria da Educação e professores do Grupo Magistério Superior – MAS, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quando da atuação em programa de formação e qualificação educacional de professores leigos, excetuando-se ainda, o pagamento de bolsas do Programa Agente Rural, instituído pela Lei nº 15.170, de 18 de junho de 2012.

Parágrafo único. As operações de crédito de que trata o inciso VI deste artigo que forem recomendadas pela COFIEX, para o caso de operações externas; ou aprovadas pela instituição financeira, no caso das operações internas, poderão, após 30 de agosto, ser incluídas no orçamento por meio de emendas ou créditos adicionais.

Art. 26. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista, a que se refere o art. 48 desta Lei, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem, integralmente, às necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos para investimentos e inversões financeiras, de que trata o *caput* deste artigo, serão priorizadas as contrapartidas de contratos de financiamentos internos e externos e convênios com órgãos federais e municipais.

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2019 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) os projetos em andamento;

b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Estadual;

c) a contrapartida para os projetos com financiamento externo e interno e convênios com outras esferas de governo;

d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciárias;

II – os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;

III – a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2016-2019.

§ 1º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2018, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 28. Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

I – recursos vinculados compostos pela cota parte do salário educação, pela indenização por conta da extração de petróleo, xisto e gás, pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, pelas operações de crédito interno e externo e convênios;

II – recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

III – contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado;

IV – recursos destinados a obras não concluídas das administrações direta e indireta, consignados no orçamento anterior.

§ 1º A anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor consignado na proposta orçamentária.

§ 2º Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:

I - destinem recursos do Tesouro Estadual para Empresas Estatais não dependentes;

II - destinem recursos do Tesouro Estadual para fundos cujas leis de criação não prevêem essa fonte de financiamento;

III - anulem valor de dotações orçamentárias do grupo de natureza de despesa 31 – Pessoal e Encargos Sociais, exceto quando suplementado para o próprio grupo de despesa;

IV - anulem valor das ações orçamentárias classificadas no Poder Executivo, conforme incisos I e IV do art. 19, exceto quando a suplementação se destinar, respectivamente, aos Gastos Administrativos Continuados ou Gastos Finalísticos Correntes Continuados do próprio órgão que originou a anulação;

V - anulem as dotações orçamentárias que estejam previstas na Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 29. O pagamento de precatórios judiciários será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

Parágrafo único. Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da Justiça Estadual, constarão dos orçamentos dos órgãos e entidades da Administração Indireta a que se referem os débitos, quando a liquidação e o pagamento for com recursos próprios, e dos orçamentos dos Encargos Gerais do Estado, quando pagos com recursos do Tesouro Estadual.

Art. 30. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2019, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1.º, 2.º e 3.º, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal.

Art. 31. Os órgãos e entidades da Administração Pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 32. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida corresponderão às operações contratadas e às autorizações concedidas até 31 de agosto de 2018.

Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo o disposto no art. 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 34. Os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, serão identificados por código próprio, relacionados a sua origem e a sua aplicação.

Art. 35. Na programação de investimentos da Administração Pública Estadual a alocação de recursos para os projetos de tecnologia da informação deverão, sempre que possível, ser efetuados em ação orçamentária específica, com código próprio, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.

Art. 36. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados na legislação estadual vigente, para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 24, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção III
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 37. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.

Art. 38. A criação de órgãos, bem como a inclusão de categoria de programação ao Orçamento de 2019 será realizada mediante abertura de crédito adicional especial.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos aos créditos, de que trata o *caput* deste artigo, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.

§ 2º Os projetos relativos a créditos adicionais especiais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Assembleia Legislativa por meio de projetos de lei específicos para atender exclusivamente a esta finalidade.

§ 3º Os créditos especiais aprovados pela Assembleia Legislativa serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 39. Durante a execução orçamentária, poderão ser incorporados ao orçamento anual, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo para:

I – a inclusão ou alteração de categoria econômica, grupo de despesa e região em projeto, atividade ou operação especial, já constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais;

II - a reabertura de ação orçamentária e seus elementos constituintes, desde que a mesma já tenha apresentado execução no âmbito do PPA 2016-2019;

III – alteração na classificação funcional ou vinculação da ação a iniciativa do Programa, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, mantidos a classificação da despesa e o valor global.

Art. 40. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5.º, § 3.º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, com o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes do PPA 2016-2019.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de

aplicação e no identificador de uso, desde que justificadas pela unidade orçamentária detentora do crédito.

Art. 41. As alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da categoria de programação e do grupo de despesa não ensejam à abertura de créditos adicionais e poderão ocorrer no sistema de contabilidade para ajustar:

I – a Modalidade de Aplicação, exceto quando envolver a modalidade de aplicação 91;

II – o Elemento de Despesa;

III – o Identificador de Uso – Iduso;

IV – as fontes de recursos quando a alteração ocorrer entre fontes de operações de crédito não vinculadas a objeto de gastos específicos;

V – as subfontes de recursos, desde que na mesma fonte de recursos.

§ 1º As referidas alterações serão realizadas diretamente no Sistema de Execução Orçamentária.

§ 2º As alterações referentes a créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária cujas despesas foram alocadas na Região 15 – Estado do Ceará, poderão ser regionalizadas durante a execução orçamentária de acordo com o disposto nos §§ 14 e 15 do art. 10 desta Lei.

Art. 42. A descrição das ações orçamentárias poderá ser renomeada para melhor qualificá-las, sem alteração da essência do objeto.

Seção IV
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 43. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações públicas de saúde, à prestação de assistência médica, laboratorial e hospitalar aos servidores públicos, dentre outras, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no art. 203, § 3°, inciso IV, da Constituição Estadual, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições previdenciárias dos servidores estaduais ativos e inativos;

II – de receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta Seção;

III – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

IV – da Contribuição Patronal;

V – de outras receitas do Tesouro Estadual.

Seção V
Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública

Art. 44. Para efeito do disposto nos arts. 49, inciso XIX; 99, § 1°, e 136, todos da Constituição Estadual, e art. 134, § 2°, da Constituição Federal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e, no que couber, da Defensoria Pública:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto nos arts. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 desta Lei;

II – as demais despesas com custeio administrativo e operacional obedecerão ao disposto no art. 22 desta Lei.

Parágrafo único. Aos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, à Defensoria Pública Geral do Estado e ao Ministério Público Estadual fica assegurada autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, devendo ser-lhes entregues, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias e créditos suplementares e especiais, atendendo ao disposto no art. 168 da Constituição Federal.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 10 desta Lei, as propostas orçamentárias do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública serão encaminhadas à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro – SIOF, até 31 de agosto de 2018, de forma que possibilite o atendimento ao disposto no inciso VI do § 3° do art. 203 da Constituição Estadual.

§ 1° O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes e demais órgãos mencionados no *caput*, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, o estudo e a estimativa da receita para o exercício de 2019 e a respectiva memória de cálculo.

§ 2° Caso não seja atendido o prazo estipulado no *caput*, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 46. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2019, consignará recursos para o funcionamento da Escola Superior do Legislativo, respeitados os limites estabelecidos nesta Lei.

Seção VI
Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado

Art. 47. Constará da Lei Orçamentária Anual o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, de acordo com o art. 203, § 3°, inciso II, da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O orçamento de investimento detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa de investimentos e inversões financeiras.

Art. 48. Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, de que trata o artigo anterior, as normas gerais da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

§ 1° Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, para as finalidades a que se destinam.

§ 2° A execução orçamentária das empresas públicas dependentes dar-se-á através do Sistema de Contabilidade do Estado.

Seção VII
Da Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

Art. 49. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por Poder e Órgão, e metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8° e 13 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de

maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 22 desta Lei.

§ 1º O cronograma de desembolso mensal da despesa deverá estar compatibilizado com a programação das metas bimestrais de arrecadação.

§ 2º O cronograma mensal da despesa de pessoal e encargos sociais deverá refletir os impactos dos aumentos concedidos aos servidores ativos e inativos, a partir do mês da sua implementação.

§ 3º Observado o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a programação para pagamento de precatórios judiciários obedecerá ao cronograma de desembolso na forma de duodécimos.

§ 4º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal das demais despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

§ 5º O ato referido no *caput* poderá ser modificado na vigência do exercício fiscal para ajustar as metas de realizações das receitas e o cronograma de pagamento mensal das despesas, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

Art. 50. Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos, de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública no conjunto de Outras Despesas Correntes e no de Investimentos e Inversões Financeiras, constantes na programação inicial da Lei Orçamentária, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.

§ 1º Na hipótese de ocorrência do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao bimestre, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receita e despesa, ficando facultada aos mesmos a distribuição da contenção entre os conjuntos de despesas citados no *caput* deste artigo e, consequentemente, entre os projetos/atividades/operações especiais contidos nas suas programações orçamentárias.

§ 2º Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato próprio, até o vigésimo dia após o recebimento do comunicado do Poder Executivo, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira, nos montantes necessários, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no *caput* deste artigo.

§ 3º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira, conforme previsto no *caput* deste artigo, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública minimizarão tal limitação, na medida do possível e de forma justificada, nos projetos/atividades/operações especiais de suas programações orçamentárias, localizados nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, vedada essa limitação aos municípios situados no Grupo 4 do IDM.

§ 4º Caso haja necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservados, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, combate à fome e à pobreza, e as ações relacionadas à criança, ao adolescente, ao idoso, aos portadores de necessidades especiais e à mulher, ao enfrentamento às drogas, à convivência com a seca,

prioritariamente na aquisição de máquinas perfuratrizes e poços profundos e àqueles relacionados ao combate de surtos, endemias e epidemias.

§ 5º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo estabelecido no *caput* do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, relatório contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receita e despesa, revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo II - Anexo das Metas Fiscais desta Lei, e justificativa da necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira nos percentuais, montantes e critérios estabelecidos nesta Lei.

Seção VIII
Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Organizações da Sociedade Civil e Pessoas Físicas

Art. 51. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, termos de colaboração, termos de fomento ou acordo de cooperação, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e sua regulamentação em âmbito estadual, conforme o caso, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:

a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

b) realização de chamamento público;

c) aprovação de plano de trabalho;

II - pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas;

a) não tenham sido doadoras, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual;

b) não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos.

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível, nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na regulamentação estadual.

§ 3º Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público regidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas no art.54 desta Lei, para firmarem Termo de Parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Ceará.

§ 4º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de convênios ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.

§ 5º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

§ 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, deverá indicar expressamente os beneficiários

para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa orçamentário, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.

Art. 52. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

Seção IX
Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado qualificadas como Organizações Sociais

Art. 53. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas do setor privado qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei Estadual nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997 e alterações posteriores, dar-se-á por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – previsão de recursos no orçamento do órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;

II – aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social e pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante;

III – designação pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante, da Comissão de Avaliação que irá acompanhar o desenvolvimento do programa de trabalho e as metas estabelecidas no Contrato de Gestão;

IV – atendimento das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos arts. 28 e 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V – adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal;

VI – observância presente no Contrato de Gestão de metas atingidas e construção de respectivos prazos de execução, assim como dos critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

VII - estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos gastos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

§ 1º O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, disponibilizará semestralmente no Portal da Transparência, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão, evidenciando a prestação de contas completa dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº. 15.356, de 4 de junho de 2013.

§ 2º Os órgãos e entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com organizações sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará

§ 3º Os relatórios de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 4º A comissão de Avaliação deverá emitir, ao final do período anual de convênio, relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão, para análise pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente, que deverá publicar parecer no Diário Oficial do Estado e constar

no Portal da Transparência, observando e explicando comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados.

Seção X
Das Transferências para Empresas Controladas pelo Estado

Art. 54. As transferências de recursos para sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não integrantes do orçamento fiscal, dar-se-á por aumento de participação acionária ou subvenção econômica, mediante autorização legal concedida na lei de criação ou lei subsequente.

§ 1° Excepcionalmente, os órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal poderão transferir recursos para as empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata o *caput*, visando à realização de investimentos públicos ou a sua manutenção, desde que os bens resultantes ou mantidos pertençam ao Patrimônio Público Estadual.

§ 2° As transferências de que trata o parágrafo anterior serão formalizadas por meio de Termo de Cooperação e contabilizadas como despesas correntes ou de capital, conforme o caso, e registradas nos elementos de despesa correspondentes.

§ 3° Fica dispensada a celebração do Termo de Cooperação de que trata o parágrafo anterior, nos casos de transferências já fundamentadas em instrumento celebrado com a União, em que o Estado e as entidades de que trata o *caput* sejam signatários e no qual estejam estipuladas as regras a serem observadas entre as partes, inclusive quanto à propriedade de bens resultantes ou remanescentes do objeto pactuado, que poderão destinar-se a outros entes federativos.

Seção XI
Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Entes e Entidades Públicas

Art. 55. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e entes ou entidades públicas que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e instrumentos congêneres, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – Órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:

a) ter previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

b) ter aprovado o plano de trabalho;

II – Entes e entidades públicas parceiras:

a) estar adimplente com as contribuições do Seguro Safra;

b) comprovar a implantação do piso nacional dos agentes de saúde;

c) comprovar a aderência à programa de contingência aprovado pela Secretaria da Saúde do Estado, quando declarada epidemia de dengue, zika ou febre chikungunya.

§ 1° Serão prioritárias as análises dos planos de trabalho e as liberações de créditos correspondentes, dos projetos oriundos do Programa de Cooperação Federativa – PCF, destinadas às ações de saúde, de convivência com a estiagem e as referentes a convênios e instrumentos congêneres já celebrados com o Estado ou a União, em andamento.

§ 2° Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às transferências voluntárias de que trata este artigo, inclusive as relacionadas

às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

Art. 56. As exigências previstas no inciso II do *caput* do artigo anterior não se aplicam às transferências para atender exclusivamente:

I – às situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas publicamente pelo Poder Executivo Estadual, por meio de decreto, durante o período em que estas subsistirem;

II – à execução de programas e ações de educação, saúde e assistência social.

§ 1º A exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55 aplicar-se-á a todos os municípios e às entidades públicas que tenham diretrizes voltadas à saúde pública, não podendo ser exigidas dos demais entes ou entidades a que faz referência o *caput* do mesmo artigo.

§ 2º Poderá ser afastada a exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55, por deliberação do Secretário da Saúde do Estado, caso o município ou a entidade pública apresente plano emergencial de combate ao agente transmissor destas doenças.

Art. 57. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a integrar os Consórcios Públicos Interfederativos para a gestão e realização de ações, obras, investimentos e políticas públicas de interesse comum.

Art. 58. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e organismos internacionais ou órgãos pertencentes à sua estrutura organizacional serão regidos por lei específica.

Art. 59. Quando o objeto da parceria se tratar de execução de obras de engenharia, deverão ser incluídas nas placas e adesivos indicativos a informação dos endereços e/ou meios de acesso ao Portal da Transparência do Estado e ao Sistema de Ouvidoria do Estado.

Art. 60. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio.

Seção XII
Da Contrapartida

Art. 61. É facultativa a exigência de contrapartida das pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil e das pessoas físicas para recebimento de recursos mediante convênios ou instrumentos congêneres, termos de colaboração e termos de fomento firmados com o Governo Estadual, ressalvado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 62. É obrigatória a contrapartida dos municípios, calculada sobre o valor transferido pelo concedente para recebimento de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres celebrados com a Administração Pública Estadual, podendo ser atendida por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, segundo critério de percentual da receita de impostos municipais em relação às receitas orçamentárias, assim definidos:

I – 5% (cinco por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja inferior a 5% (cinco por cento);

II – 7% (sete por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 10% (dez por cento);

III – 10% (dez por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 10% (dez por cento) e inferior a 20% (vinte por cento);

IV – 20% (vinte por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 20% (vinte por cento).

§ 1º Para o cálculo de que trata o *caput*, deverão ser consideradas as informações mais recentes divulgadas pelo Sistema de Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional - FINBRA, na data da celebração da parceria.

§ 2º Os percentuais de contrapartida fixados nos incisos I a IV deste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta, nos seguintes casos:

I – projetos financiados por operações de crédito internas e externas os quais estabeleçam percentuais diferentes dos previstos neste artigo;

II – programas de educação básica, de ações básicas de saúde, de segurança pública, de assistência social, de combate à pobreza, de assistência técnica e de superação da crise hídrica.

§ 3º Os critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta deverão especificar o percentual de contrapartida a ser aportada.

§ 4º A exigência da contrapartida prevista no *caput* não se aplica às parcerias celebradas para atender exclusivamente às situações de emergência ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual.

§ 5º Os municípios cearenses que, no exercício fiscal de 2018, comprovem o aumento de suas receitas próprias de impostos em comparação ao exercício fiscal de 2017, terão redução da contrapartida a que se refere o *caput* deste artigo nos seguintes patamares:

I – aumento de 2% (dois por cento), na arrecadação com redução em 2% (dois por cento) na contrapartida;

II – aumento de 4% (quatro por cento) na arrecadação com redução em 3% (três por cento) na contrapartida;

III – aumento de 6% (seis por cento) na arrecadação com redução em 4% (quatro por cento) na contrapartida.

§ 6º Os municípios cearenses classificados em 2018 nos grupos de Média-Alta e Alta Vulnerabilidade do Índice Municipal de Alerta (IMA), divulgado pelo IPECE, terão redução nos percentuais estabelecidos no *caput* deste artigo em 3% (três pontos percentuais).

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 63. Adicionalmente à legislação vigente de concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, o Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa projetos de lei que visem conceder ou ampliar novos benefícios ou incentivos fiscais.

§ 1º Os projetos de lei referentes à concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, de caráter não geral, serão acompanhados das devidas justificativas de diminuição de despesas ou do correspondente aumento de receita, que assegure o cumprimento das metas fiscais.

§ 2º Os projetos de lei referidos no *caput* deste artigo não poderão versar sobre benefício fiscal para:

I – empresas que constem no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo, conforme a Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II – empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por exploração do trabalho infantil;

III – empreendimentos que não obedeçam aos parâmetros legais de contratação de pessoas com deficiência, estabelecidos pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV – empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos;

V – empreendimentos que não possuam licença ambiental prévia, quando a legislação assim exigir.

§ 3º Para ampliar os mecanismos de transparência, o Poder Executivo divulgará, no Portal da Transparência e outros instrumentos de fácil acessibilidade, em caráter geral e não geral, explicitando: natureza do benefício fiscal concedido, com seus índices; beneficiário do incentivo; estimativa da perda de arrecadação e breve justificativa.

Art. 64. O Poder Executivo e as entidades da Administração Pública Indireta também observarão às vedações do § 2º do art. 63 na concessão de incentivos e redução de tarifas, quando forem responsáveis por sua instituição e cobrança.

Art. 65. Na elaboração da estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que venham a ser realizadas até 31 de dezembro de 2018, em especial:

I – as modificações na legislação tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II – a concessão, redução e revogação de isenções fiscais de caráter geral;

III – a modificação de alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV – outras alterações na legislação que proporcionem modificações na receita tributária.

§ 1º O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes de caráter geral;

II – continuidade à implementação de medidas tributárias de proteção à economia cearense, em especial às cadeias tradicionais e históricas do Estado, geradoras de renda e trabalho;

III – crescimento real do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

IV – promoção da educação tributária;

V – modificação na legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, objetivando a adequação dos prazos de recolhimento, atualização da tabela dos valores venais dos veículos e alteração de alíquotas;

VI – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;

VII – adoção de medidas que se equiparem às concedidas pelas outras Unidades da Federação, criando condições e estímulos aos contribuintes que tenham intenção de se instalar e aos que estejam instalados em território cearense, visando ao seu desenvolvimento econômico;

VIII – ajuste das alíquotas nominais e da carga tributária efetiva em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IX – modernização e rapidez dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários e na dinamização do contencioso administrativo;

X – fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;

XI – tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao microprodutor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte;

XII – fiscalização das atividades de exploração do serviço de loteria estadual, instituindo tratamento tributário diferenciado análogo ao conferido aos produtos supérfluos e na consecução do poder de polícia relacionado ao exercício desta atividade econômica;

XIII – concessão de incentivos fiscais à implantação de empreendimentos de geração de emprego e renda e distribuição de energias renováveis e aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, bem como de mobilidade urbana, de segurança hídrica e obras de infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias, inclusive em parcerias público-privadas de interesse do Estado;

XIV – acompanhamento e fiscalização pelo Estado do Ceará, das compensações, royalties e participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.

§ 2° Na estimativa das receitas da Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária e de contribuições que estejam em tramitação na Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 66. Na elaboração de suas propostas orçamentárias, os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para pessoal, a despesa de pessoal e encargos sociais projetados para o ano de 2018, com base nos seguintes critérios:

I – a projeção da despesa de pessoal de 2018 será calculada tomando por base a média mensal da despesa empenhada em Pessoal e Encargos Sociais no primeiro semestre, excluindo as despesas relacionadas à Folha Complementar;

II – a atualização para 2019 poderá ser realizada até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificado nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos no anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei, desde que os cenários projetados estejam consistentes à realidade fiscal na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 ou até 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária, conforme Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, respeitados os limites individualizados de cada Poder definidos no art. 90.

§ 1° Aos limites estabelecidos no *caput* deste artigo, poderão ser adicionados o crescimento vegetativo da folha, conforme parâmetros estabelecidos pela SEPLAG, e outros acréscimos legais aplicáveis.

§ 2° Para fins de atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, os Poderes Legislativo, Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública informarão à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, até 30 de julho de 2018, as suas respectivas projeções das despesas de pessoal, instruídas com memória de cálculo, demonstrando sua compatibilidade com o disposto nos arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 67. Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida - RCL:

I – no Poder Executivo: 48,6 % (quarenta e oito vírgula seis por cento);

II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III – no Poder Legislativo: 3,4 % (três vírgula quatro por cento), sendo:

a) na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento); e
b) no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);
IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

Art. 68. Na verificação dos limites definidos no art. 67 desta Lei, serão também computadas, em cada um dos Poderes e no Ministério Público e na Defensoria Pública, as seguintes despesas:

I - com inativos e os pensionistas, segundo a origem do benefício previdenciário, ainda que a despesa seja empenhada e paga por intermédio do Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

II - com servidores requisitados.

Parágrafo único. Serão considerados contratos de terceirização de mão de obra, para efeito do disposto no § 1° do art. 18 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal, as quais serão computadas para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 69. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do disposto no *caput* deste artigo, caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito adicional a ser criado no exercício de 2019, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 70. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, das autarquias e fundações públicas cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 71. Para efeito da elaboração e execução da despesa de pessoal, os Poderes e órgãos consignarão dotações específicas, distinguindo, pagamento da folha normal e pagamento da folha complementar.

§ 1° A folha normal de pagamento de pessoal e encargos sociais compreende as despesas classificadas nos elementos discriminados abaixo, consoante Portaria Conjunta STN/SOF n° 3, de 2008 e suas alterações posteriores:

I - 319001 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares;
II - 319003 - Pensões do RPPS e do militar;
III - 319004 - Contratação por Tempo Determinado;
IV - 319005 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar;
V - 319007 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência;
VI - 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil;
VII - 319012 - Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Militar;
VIII - 319013 - Obrigações Patronais;
IX - 319016 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil;
X - 319017 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar;

XI - 319096 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.

§ 2º Os elementos discriminados no *caput* deste artigo poderão ser acrescidos de outros que se identifiquem como despesa da folha normal, mediante solicitação justificada da necessidade dirigida à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

§ 3º A folha complementar de pessoal ativo, inativo e pensionista, civis e militares, compreende:

I – sentenças judiciais, medidas cautelares e tutelas antecipadas;

II – indenizações e restituições, estas de natureza remuneratória, a qualquer título, de exercícios anteriores;

III – outras despesas não especificadas no § 1º deste artigo e outras de caráter eventual.

§ 4º Fica vedada a emissão de empenho, liquidação e pagamento para despesas com pessoal e encargos sociais, utilizando dotações orçamentárias consignadas no orçamento cujos títulos descritores se apresentam de forma genérica e abrangente.

§ 5º As despesas da folha complementar do exercício de 2019 não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o exercício de 2019, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, ressalvado o caso previsto no inciso I do § 3º deste artigo, e os definidos em lei específica.

§ 6º As despesas de pessoal na modalidade 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - não serão computadas para cálculo do limite definido no § 5º deste artigo.

§ 7º Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a execução de despesa de pessoal que não atenda ao disposto nesta Lei.

Art. 72. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, publicará no Diário Oficial do Estado – DOE, até 30 de setembro de 2018, com base na situação vigente em 30 de junho de 2018, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e militar, explicitando os cargos ocupados e vagos, respectivamente.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, observarão o disposto neste artigo, mediante ato próprio dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando, inclusive, as entidades vinculadas da Administração Indireta.

Art. 73. No exercício de 2019, observado o disposto no art. 37, inciso II, e art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 72 desta Lei, ou quando criados por lei específica;

II - houver vacância dos cargos ocupados constantes da tabela a que se refere o art. 72 desta Lei;

III - for observado o limite das despesas com pessoal nos termos do art. 67 desta Lei.

Art. 74. No exercício de 2019, a realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título quando a despesa houver extrapolado o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites previstos no art. 67 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, especialmente os voltados para as áreas de saúde, assistência social, segurança pública e educação.

Art. 75. Para atendimento do § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aplica-se o disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 495, de 06 de junho de 2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, e na Resolução nº 3.408, de 1º de novembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Art. 76. As operações de crédito interno e externo reger-se-ão pelo que determinam a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 5, de 3 de abril de 2002, e a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 6, de 4 de junho de 2007, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I - mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:

a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;

b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;

c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

II - mediante alienação de ativos:

a) ao atendimento de programas sociais;

b) ao ajuste do setor público e redução do endividamento;

c) à renegociação de passivos.

§ 2º Após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, a SEPLAG disponibilizará em seu sítio informações que conterão:

I – quadro detalhado das operações de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento de serviço da dívida;

II – quadro indicativo da previsão do serviço da dívida para 2019, incluindo modalidade de operações, valor principal, juros e demais encargos.

§ 3º Os gastos do Estado com o pagamento da dívida pública estadual, interna e externa, bem como os respectivos juros e encargos, devem ser disponibilizados trimestralmente, de forma detalhada, no Portal da Transparência, indicando:

I – o contrato a que se refere, disponibilizando-se acesso ao inteiro teor, inclusive anexos e aditivos;

II – a natureza do pagamento (amortização, juros ou encargos).

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. As entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente e do Poder Legislativo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º Finalizada a fiscalização, o Poder fiscalizador deverá apresentar relatório contendo as irregularidades apuradas.

§ 2º Os gestores responsáveis pelas entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, de que trata o *caput* deste artigo, responderão civil e criminalmente pelas irregularidades constatadas por ocasião da fiscalização, seja do Poder Concedente ou do Poder Legislativo.

Art. 78. O Portal da Transparência, como instrumento de divulgação das informações e das movimentações financeiras feitas pelo Estado constantes nesta Lei, atenderá a todos os requisitos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e conterá, além das informações atualmente disponibilizadas, pelo menos:

I – o valor da contrapartida dos convênios firmados pelo Estado;

II – os itens de execução e classificação orçamentária, bem como notas de empenhos e ordens bancárias;

III – informações sobre os servidores públicos estaduais, em especial o nome, vínculo, cargo e a remuneração;

IV - informações sobre gastos relacionados a viagens nacionais e internacionais realizadas por agentes públicos, empregados e servidores públicos do Estado do Ceará a serviço ou em missões oficiais;

V - informações sobre os terceirizados que compõem a Administração Direta, fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes, indicando o nome, cargo e a remuneração;

VI - apresentação de editais e resultados de concursos públicos realizados, no Estado do Ceará, no ano corrente;

VII – os procedimentos licitatórios realizados, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados, além das dispensas ou inexigibilidades quando for o caso com o número do correspondente processo.

§ 1º As informações de que tratam os incisos IV, V e VI deste artigo ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2019.

§ 2º O Portal da Transparência deverá ser divulgado nos principais meios de comunicação do Estado como forma de incentivar a sociedade a consultá-lo.

§ 3º A arrecadação do Estado do Ceará, disponibilizada no Portal da Transparência, permitirá ao cidadão a escolha do retorno da consulta ao Sistema tanto por órgão arrecadador quanto por tipo de receita, até o nível de subalínea.

§ 4º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 5º As informações disponibilizadas no Portal da Transparência seguirão o conceito e os princípios de Dados Abertos.

Art. 79. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira, contratos, convênios e instrumentos congêneres e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem que esteja comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 80. A Lei Orçamentária de 2019 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no inciso I do § 10 do art. 10 desta Lei, e atenderá:

I - passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes:

a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica;

b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Estadual, bem como riscos pertinentes a ativos do Estado decorrentes de operações de liquidação extrajudicial;

c) outras demandas judiciais contra o Estado;

d) lides de ordem tributária e previdenciária;

e) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;

f) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado;

g) operações de aval e garantia, fundos e outros;

II - situações de emergência e calamidades públicas.

§ 1º Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2019, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.

§ 2º Os decretos expedidos que tenham como finalidade a abertura de créditos suplementares deverão indicar quais ações suplementadas tiveram como fonte de recursos a anulação dos créditos da Reserva de Contingência, além das motivações para a utilização da referida fonte.

Art. 81. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 82. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1° Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2019 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2° Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2019, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, com base em remanejamento de dotações e publicados os respectivos atos.

§ 3° Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

III - pagamento do serviço da dívida estadual;

IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS;

V - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a municípios;

VI – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 4º As emendas parlamentares devem apresentar objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, o projeto ou a atividade, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa e a destinação de recursos.

§ 5º As propostas de emendas ao Projeto da LOA 2019 serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição do Estado do Ceará e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as regras estabelecidas nesta Lei e a estrutura do PPA 2016-2019.

§ 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual devem procurar adotar todos os meios e medidas necessários à execução das emendas parlamentares.

Art. 83. Até 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento à sanção governamental do Autógrafo de Lei Orçamentária de 2019 e dos Autógrafos de Lei de créditos adicionais, o Poder

Legislativo enviará, em meio digital de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos Autógrafos, indicando:

I - em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte e região, realizados pela Assembleia Legislativa em razão de emendas;

II - as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art.13 desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.

Art. 84. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada órgão ou entidade, unidade orçamentária, categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso e região, especificando o elemento da despesa.

Art. 85. A prestação anual de contas do Governador do Estado incluirá relatório de execução dos principais programas e projetos, contendo identificação, data de início, data de conclusão, quando couber, informação quantitativa, em percentual de execução física e orçamentária.

Parágrafo único. O Balanço Geral do Estado será recepcionado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com a presença de representantes da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento e Gestão, em obediência aos prazos e às formalidades dispostas nos arts. 296 a 301 da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Art. 86. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, deverá enviar, trimestralmente, à Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços da Assembleia Legislativa e publicar no Diário Oficial do Estado relatório das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

Parágrafo único. No relatório especificado no *caput* deste artigo constarão todas as operações realizadas pelo FDI com o seu andamento em termos de retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas.

Art. 87. A política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, que o Estado vier a constituir, será definida em projeto de lei específico.

Art. 88. A seleção de bolsistas e a respectiva concessão de bolsas para pesquisa e extensão tecnológicas da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, e da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC, passa a ser da responsabilidade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

Parágrafo único. O custeio das bolsas correrá por conta das dotações orçamentárias dos órgãos e entidades previstas neste artigo, descentralizadas nos termos do Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009, e alterações, sendo vedada a utilização destes recursos para pagamento de bolsas de pesquisa e extensão tecnológicas em outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 89. As despesas relativas ao pagamento a pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas em caráter de doação, premiação ou reconhecimento público, deverão ser precedidas do atendimento das seguintes condições:

I – previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

II – autorização em lei específica.

Art. 90. Fica estabelecido, para o exercício de 2019, limites individualizados para as despesas primárias correntes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e

da Defensoria Pública, nos termos que dispõe o art. 43 da Emenda Constitucional nº. 88, de 21 de dezembro de 2016, equivalente a:

I - variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho de 2018; ou

II - 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício de 2018.

Parágrafo único. A aplicação dos parâmetros estabelecidos nos arts. 22 e 66 fica condicionada também à observância dos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, prevalecendo, no ano de 2019, a maior variação apurada no período.

Art. 91. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, com fundamento na Constituição Federal, será realizada com participação popular, segundo os princípios da democracia direta, da justiça social, da transparência, com a participação da sociedade civil nas diversas regiões do Estado do Ceará.

Parágrafo único. A elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2019, deverá ser organizada e patrocinada pelo Governo Estadual, sendo apresentada minuta do projeto e seus anexos, de forma regionalizada, para representantes da sociedade civil nas regiões.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de julho de 2018.

DEP. JOSÉ ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

DEP. TIN GOMES
1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. MANOEL DUCA
2.º VICE-PRESIDENTE

DEP. AUDIC MOTA
1.º SECRETÁRIO

DEP. JOÃO JAIME
2.º SECRETÁRIO

DEP. JULINHO
3.º SECRETÁRIO

DEP. AUGUSTA BRITO
4.ª SECRETÁRIA

ANEXO I

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

Em cumprimento ao disposto na Constituição do Estado do Ceará, art. 203, § 2°, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as iniciativas prioritárias do Governo do Estado do Ceará para o exercício de 2019.

O Anexo é estruturado por Eixo, Programa, Iniciativa, Produto Principal e suas respectivas quantidades planejadas para o exercício seguinte, constantes dos programas finalísticos do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

As prioridades do Governo do Estado do Ceará para o exercício de 2019 perpassam por temas estratégicos como Saúde, Educação Básica, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Infraestrutura e Mobilidade e Educação Superior e Profissional, Tecnologia e Inovação, dentre outros elencados neste anexo, organizadas nos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, os "7 Cearás".

No Ceará da Gestão Democrática por Resultados, destaca-se a implantação de centro integrado de operações fiscais e a modernização de unidades fazendárias, a modernização da Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará e da Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual, bem como a implantação de um observatório de apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão.

No Ceará Acolhedor, destacam-se a implantação de abrigos para ampliar a oferta de serviços especializados de alta complexidade na Proteção Social Especial, a implantação de equipamentos sociais de voltados à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social, a ampliação da oferta de moradia de interesse social nas áreas urbana e rural, o apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário, bem como a melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Quanto ao Ceará de Oportunidades, as principais iniciativas estão voltadas ao incentivo a produção agropecuária da agricultura família, contemplando, dentre outras, a distribuição de sementes e o apoio à implantação de projetos agrícolas, a ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém, a ampliação e melhoria da malha

rodoviária estadual, o atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego, além do apoio à formalização de empresas e do apoio e implantação de projetos de pesca e aquicultura marinhas e continentais.

No que tange ao Ceará Sustentável, as prioridades são, dentre outras, a ampliação e a garantia da capacidade de acumulação hídrica, com a construção de barragens, e de transferência hídrica, com a construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e de adutoras, o apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios cearenses, a construção de central de tratamento de resíduos sólidos, além da implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas e da criação e implementação de Unidades de Conservação.

Já o Ceará do Conhecimento terá como principais prioridades a implantação de centros de educação infantil, a ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais e readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica, a ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional, a modernização de unidades de ensino voltadas à Educação Profissional nos níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico, a ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior, bem como a ampliação e melhoria da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens e a preservação e restauração dos bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.

O Ceará Saudável tem como algumas prioridades a ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade, com a implantação de hospitais regionais, e da oferta dos serviços ambulatoriais especializados e de urgência e emergência, a ampliação de ações voltadas à linha de cuidado materno e infantil, a expansão da realização de projetos e eventos esportivos para população, além da ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a população residente nas áreas urbana e rural.

Por fim, no Ceará Pacífico, destacam-se a promoção da melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual e a formação de novos integrantes do Sistema de Segurança Pública, a ampliação da oferta de serviços de policiamento civil, com a implantação de delegacias, com ênfase nas que funcionam 24h, a implantação de unidades de perícia forense, de quartéis do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, a expansão do sistema de videomonitoramento e a instalação de novas Companhias do Batalhão do Raio e das Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), além da implantação de unidades prisionais,

o desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso, o apoio à execução de alternativas penais, a melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal e a ampliação da prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.

Vale destacar, por fim, que nos casos de algumas iniciativas prioritárias constarem no anexo com metas "zeradas" para o ano de referência, isto, em alguns casos, pode significar apenas que o produto principal só será entregue à sociedade na sua plenitude a partir de 2020, necessitando, no entanto, de diversas ações, esforços e recursos durante o exercício de 2019 para sua concretização; em outras situações, isto pode significar que a meta não foi ajustada por ocasião da Revisão do PPA, ocorrida em 2017, sendo, portanto, passível de adequação, conforme estabelece a Lei do Plano Plurianual, Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, em seu art. 11.

Eixo

1 - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Tema Estratégico

1.01 - GESTÃO FISCAL

Programa

053 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
053.1.03 - Integração das informações fiscais.	
CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES FISCAIS IMPLANTADO (unidade)	0

Programa

060 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
060.1.02 - Atendimento de excelência ao cidadão buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.	
UNIDADE FISCAL MODERNIZADA (unidade)	3

Tema Estratégico

1.02 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

Programa

065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
065.1.04 - Promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	14

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
065.1.05 - Gestão do Planejamento Estadual orientado para resultados.	
INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO ELABORADO (unidade)	4

Programa

069 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
069.1.01 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará.	
SISTEMA DE GESTAO CORPORATIVA MODERNIZADO (unidade)	2

Programa

070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
070.1.04 - Formação e qualificação profissional de servidores públicos.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	10.500

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
070.1.07 - Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual.	
PLANO ELABORADO (unidade)	0

Programa

081 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
081.1.02 - Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas. AÇAO PUBLICITARIA REALIZADA (unidade)	30

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
081.1.04 - Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais. EVENTO REALIZADO (unidade)	650

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
081.1.05 - Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas. INSTITUIÇAO APOIADA (unidade)	85

Tema Estratégico

1.03 - TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Programa

013 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
013.1.01 - Realização de atividade de Controle Externo. INSTRUÇAO PROCESSUAL REALIZADA (unidade)	10.100

Programa

014 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
014.1.01 - Realização de atividades de Controle Externo. INSTRUÇAO PROCESSUAL REALIZADA (unidade)	8.000

Programa

026 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
026.1.04 - Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. SERVIÇO AVALIADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
026.1.08 - Controle patrimonial dos concessionários de saneamento básico. ESTUDO ELABORADO (unidade)	1

Programa

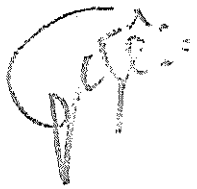
048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
048.1.01 - Apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão. OBSERVATORIO IMPLANTADO (unidade)	1

Programa

049 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
049.1.04 - Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade.	



CAPACITAÇAO REALIZADA (unidade)	1

Programa

051 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
051.1.01 - Garantia da oferta dos serviços educacionais da Universidade do Parlamento Cearense. ALUNO ATENDIDO (unidade)	3.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
051.1.04 - Apoio ao desenvolvimento da Ação Parlamentar. GABINETE PARLAMENTAR MANTIDO (unidade)	46

Eixo

2 - CEARÁ ACOLHEDOR

Tema Estratégico

2.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa

072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
072.1.04 - Ampliação da oferta de serviços especializados de alta complexidade. ABRIGO IMPLANTADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
072.1.10 - Ampliação da oferta de serviços regionalizados da Proteção Social Especial de média complexidade. UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA (unidade)	6

Programa

073 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
073.1.01 - Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social. MUNICIPIO ASSESSORADO (unidade)	184

Programa

080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
080.1.01 - Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social. FAMILIA ATENDIDA (unidade)	2.014.600

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
080.1.04 - Apoio ao atendimento a pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social. PESSOA ATENDIDA (unidade)	5.228

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
080.1.08 - Apoio à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social. EQUIPAMENTO SOCIAL IMPLANTADO (unidade)	153

Tema Estratégico

2.02 - HABITAÇÃO

Programa

022 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.01 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana. UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	1.800

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.02 - Oferta de moradia de interesse social - Rio Maranguapinho. UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.04 - Oferta de moradia de interesse social - Dendê. UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.06 - Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê. UNIDADE HABITACIONAL REFORMADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
022.1.11 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural. UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	2.145

Tema Estratégico

2.03 - INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Programa

030 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
030.1.11 - Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário. FAMÍLIA BENEFICIADA (unidade)	6.452

Programa

054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.01 - Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis. SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	180

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.02 - Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais. EVENTO DE PARTICIPAÇAO CIDADA REALIZADO (unidade)	25

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.03 - Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis. EVENTO REALIZADO (unidade)	23

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.04 - Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis. PESSOA CAPACITADA (unidade)	100

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
054.1.07 - Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade. ATENDIMENTO REALIZADO (unidade)	0

Programa

074 - PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
074.1.05 - Melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita. NUCLEO / UNIDADE DE ATENDIMENTO JURIDICO MODERNIZADO (unidade)	10

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
074.1.06 - Ampliação do atendimento por meio de ações itinerantes em locais de difícil acesso. ATENDIMENTO MOVEL REALIZADO (unidade)	24

Programa

075 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
075.1.05 - Formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. PESSOA CAPACITADA (unidade)	160

Tema Estratégico

2.04 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Programa

033 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
033.1.02 - Promoção de acesso à água para produção de alimentos. CISTERNA IMPLANTADA (unidade)	6.440

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
033.1.03 - Aquisição da produção da agricultura familiar no âmbito PAA em suas modalidades. PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	18.951

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
033.1.05 - Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. PESSOA BENEFICIADA (unidade)	473.211

Programa

084 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
084.1.01 - Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado. MUNICIPIO APOIADO (unidade)	184

Eixo

3 - CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Tema Estratégico

3.01 - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Programa

029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
029.1.03 - Incentivo a produção agropecuária da agricultura familiar SEMENTE DISTRIBUÍDA (tonelada)	4.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
029.1.19 - Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária. PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	1.562

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
029.1.23 - Apoio à implantação de projetos agrícolas para os agricultores familiares. PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	2.310

Programa

035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.01 - Prestação de serviços de Assistência Técnica. PRODUTOR ASSISTIDO (unidade)	800

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.02 - Apoio à formação de reserva alimentar estratégica para a pecuária. AREA PLANTADA (hectare)	1.400

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.06 - Promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais. EVENTO REALIZADO (unidade)	28

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
035.1.07 - Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável. MUDA DISTRIBUIDA (unidade)	70.050

Tema Estratégico

3.02 - INDÚSTRIA

Programa

041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
041.1.02 - Implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte. EMPREENDIMENTO IMPLANTADO (unidade)	32

Tema Estratégico

3.04 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Programa

010 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.01 - Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno. COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUARIO ESTRUTURADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.02 - Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém. PORTO AMPLIADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.03 - Modernização do Terminal Portuário do Pecém. PORTO MODERNIZADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.05 - Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual. RODOVIA RESTAURADA (quilômetro)	452

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.06 - Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual. RODOVIA PAVIMENTADA (quilômetro)	207

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.07 - Manutenção da qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual. RODOVIA CONSERVADA (quilômetro)	11.517

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
010.1.16 - Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semafórica e dispositivos de segurança viária). SINALIZAÇAO IMPLANTADA (unidade)	980.000

Programa

019 - MOBILIDADE URBANA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
019.1.01 - Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Leste. LINHA LESTE DO METRO IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
019.1.02 - Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul. LINHA SUL DO METRO IMPLANTADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
019.1.04 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba/Mucuripe. LINHA DE TREM DE PASSAGEIROS IMPLANTADA (unidade)	0

Programa

037 - GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
037.1.05 - Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte. UNIDADE OPERACIONAL IMPLANTADA (unidade)	4

Tema Estratégico

3.05 - TURISMO

Programa

028 - DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
028.1.01 - Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas. RODOVIA CONSTRUIDA (quilômetro)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
028.1.04 - Realização de ações de valorização dos destinos turísticos. AREA URBANIZADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
028.1.05 - Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses. CAMPANHA REALIZADA (unidade)	0

Tema Estratégico

3.06 - TRABALHO E RENDA

Programa

031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.01 - Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos. PROJETO PRODUTIVO IMPLANTADO (unidade)	100

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.04 - Formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares. EVENTO REALIZADO (unidade)	116

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis. FAMILIA ATENDIDA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar. FAMILIA BENEFICIADA (unidade)	45.600

Programa

078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
078.1.01 - Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego. TRABALHADOR COLOCADO/RECOLOCADO NO MERCADO DE TRABALHO (pessoa)	64.481

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
078.1.03 - Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis.	
PESSOA QUALIFICADA (unidade)	11.386

Programa

083 - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
083.1.02 - Melhoria da qualidade da produção artesanal.	
ARTESAO BENEFICIADO (pessoa)	5.615

Tema Estratégico

3.07 - EMPREENDEDORISMO

Programa

043 - EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
043.1.01 - Disponibilização de infraestrutura para atender empreendimentos produtivos.	
EMPREENDIMENTO APOIADO (unidade)	11

Programa

082 - EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
082.1.02 - Apoio à formalização de empresas.	
EMPRESA FORMALIZADA (unidade)	6.520

Tema Estratégico

3.08 - PESCA E AQUICULTURA

Programa

034 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
034.1.01 - Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental.	
PROJETO APOIADO (unidade)	16

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
034.1.02 - Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental.	
PROJETO APOIADO (unidade)	40

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
034.1.06 - Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.	
PRODUTOR ASSISTIDO (unidade)	2.190

Eixo

4 - CEARÁ SUSTENTÁVEL

Tema Estratégico

4.01 - RECURSOS HÍDRICOS

Programa

016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
016.1.01 - Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica. BARRAGEM CONSTRUÍDA (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
016.1.02 - Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica. ADUTORA CONSTRUIDA (quilômetro)	85

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
016.1.03 - Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC. EIXO DE INTEGRAÇAO CONSTRUIDO (quilômetro)	38

Programa

018 - CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
018.1.04 - Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias. ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (unidade)	1

Tema Estratégico

4.02 - MEIO AMBIENTE

Programa

027 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.01 - Urbanização das margens do Rio Maranguapinho. ÁREA URBANIZADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.02 - Urbanização das margens do Rio Cocó. AREA URBANIZADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.03 - Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê. AREA URBANIZADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.05 - Acesso das famílias à educação e saúde, no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê. EQUIPAMENTO SOCIAL CONSTRUIDO (unidade)	5

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
027.1.07 - Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó para controle de cheias.	

DRAGAGEM EXECUTADA (quilômetro)	0

Programa

064 - RESÍDUOS SÓLIDOS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
064.1.02 - Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios.	
MUNICIPIO BENEFICIADO (unidade)	123

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
064.1.04 - Implementação da gestão integrada da política de resíduos sólidos.	
SISTEMA DE GESTAO IMPLANTADO (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
064.1.05 - Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos.	
CENTRAL DE TRATAMENTO CONSTRUIDA (unidade)	1

Programa

066 - CEARÁ MAIS VERDE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.02 - Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas.	
ÁREA REFLORESTADA (hectare)	6.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.03 - Criação e implementação de Unidades de Conservação.	
UNIDADE DE CONSERVAÇAO IMPLEMENTADA (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.09 - Promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais.	
IMOVEL CADASTRADO (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
066.1.16 - Implementação de ações de proteção ambiental nas unidades de conservação.	
MUNICIPIO BENEFICIADO (unidade)	9

Programa

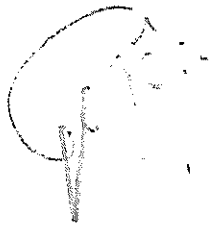
067 - CEARÁ NO CLIMA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
067.1.02 - Promoção de ações voltadas ao fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental do Estado do Ceará.	
MUNICIPIO BENEFICIADO (unidade)	40

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
067.1.09 - Implementação do monitoramento da qualidade do ar.	
ESTAÇAO DE MONITORAMENTO IMPLEMENTADA (unidade)	0

Programa

068 - CEARA CONSCIENTE POR NATUREZA



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Anexo I - Metas e Prioridades

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
068.1.01 - Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	14

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
068.1.05 - Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	1.391

Eixo

5 - CEARÁ DO CONHECIMENTO

Tema Estratégico

5.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Programa

006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
006.1.06 - Ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas/ quilombolas e população do campo. ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	2

Programa

008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
008.1.01 - Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada. ALUNO BENEFICIADO (unidade)	1.415.279

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
008.1.03 - Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs. CENTRO DE EDUCAÇAO INFANTIL IMPLANTADO (unidade)	10

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
008.1.04 - Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil. CRIANÇA BENEFICIADA (unidade)	327.628

Programa

023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.01 - Articulação curricular do Ensino Médio com as realidades territoriais, a educação científica, a convivência, o lazer, a arte, a pluralidade cultural, o empreendedorismo, o protagonismo e o mundo do trabalho. ESCOLA ATENDIDA (unidade)	208

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.02 - Premiação de alunos, ajuda de custo e bolsas. ALUNO BENEFICIADO (unidade)	131.292

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.07 - Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica. ESCOLA READEQUADA (unidade)	637

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
023.1.11 - Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica. ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	40

Programa

079 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
079.1.04 - Apoio ao fortalecimento das relações com usuários e parceiros.	
PROJETO APOIADO (unidade)	3

Tema Estratégico

5.02 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Programa

020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	8

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.02 - Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	127

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.05 - Qualificação do atendimento dos serviços de Educação Profissional.	
PROFESSOR CAPACITADO (unidade)	447

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
020.1.06 - Apoio às atividades de formação profissional dos alunos.	
ALUNO ATENDIDO (unidade)	17.210

Programa

058 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇAO PROFISSIONAL NOS NIVEIS: FORMAÇAO INICIAL E CONTINUADA, TECNICO E TECNOLÓGICO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
058.1.03 - Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional.	
UNIDADE DE ENSINO MODERNIZADA (unidade)	7

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
058.1.04 - Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada.	
BOLSA CONCEDIDA (unidade)	0
PESSOA CAPACITADA (unidade)	35.178

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
058.1.06 - Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	140

Tema Estratégico

5.03 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Programa

071 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.04 - Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior.	
VAGA OFERTADA (unidade)	8.617

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.05 - Ampliação da titulação de mestres e doutores de professores da Educação Superior.	
VAGA OFERTADA (unidade)	146

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.06 - Ampliação da formação em pós-graduação *Stricto Sensu.*	
BOLSA CONCEDIDA (unidade)	800
VAGA OFERTADA (unidade)	2.363

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
071.1.11 - Ampliação da atividade de pesquisa científica, com a criação de novos grupos e novos projetos.	
PROJETO APOIADO (unidade)	1.580

Tema Estratégico

5.04 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Programa

061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
061.1.06 - Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	99

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
061.1.07 - Melhoria da competitividade das empresas, da qualidade de seus produtos e apoio a criação de startup.	
EMPRESA APOIADA (unidade)	740

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
061.1.09 - Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos.	
PESSOA BENEFICIADA (unidade)	1.036

Programa

063 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
063.1.01 - Criação e disponibilização de novos serviços de tecnologia da informação e comunicação.	
SERVIÇO DE TIC DISPONIBILIZADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
063.1.05 - Ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação	
MUNICIPIO CONECTADO (unidade)	11

Tema Estratégico

5.05 - CULTURA

Programa

044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.11 - Formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais.	

CAPACITAÇAO REALIZADA (unidade)	168

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.16 - Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	
EQUIPAMENTO CULTURAL IMPLANTADO (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.17 - Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	
EQUIPAMENTO CULTURAL REFORMADO (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.26 - Ampliação das ações culturais na(o)s diversa(o)s Linguagens Culturais, Gêneros e Etnias.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	2.758

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
044.1.27 - Apoio a projetos culturais na(o)s diversa(o)s Linguagens Culturais, Gêneros e Etnias.	
PROJETO CULTURAL APOIADO (unidade)	741

Programa

045 - PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
045.1.02 - Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado.	
EQUIPAMENTO CULTURAL REFORMADO (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
045.1.04 - Preservação e restauração dos bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.	
PROJETO CULTURAL APOIADO (unidade)	12

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
045.1.19 - Promoção de eventos do patrimônio material e imaterial de interesse histórico do Estado do Ceará.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	6

Programa

046 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
046.1.01 - Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
046.1.04 - Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	150

Programa

077 - TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
077.1.01 - Ampliação da cobertura do sinal digital.	

MUNICÍPIO ATENDIDO (unidade)	184

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
077.1.02 - Estruturação e modernização do parque técnico da TV Ceará.	
EMISSORA DE TV MODERNIZADA (unidade)	1



Eixo

6 - CEARÁ SAUDÁVEL

Tema Estratégico

6.01 - SAÚDE

Programa

057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.07 - Ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade	
HOSPITAL REGIONAL IMPLANTADO (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.09 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares.	
UNIDADE DE SAUDE ESTRUTURADA (unidade)	18

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.10 - Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados.	
POLICLINICA IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.11 - Realização de ações geridas/coordenadas pela Unidade de Gerenciamento de Projetos	
GERENCIAMENTO REALIZADO (unidade)	5
UNIDADE DE SAUDE ACREDITADA/CERTIFICADA (unidade)	5

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.13 - Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência.	
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) IMPLANTADA (unidade)	8

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.18 - Realização de ações voltadas a linha de cuidado materno e infantil.	
MUNICIPIO APOIADO (unidade)	126
ORIENTAÇAO TECNICA E NORMATIVA EXPEDIDA (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.28 - Realização de ações voltadas à saúde da criança.	
AVALIAÇAO REALIZADA (unidade)	22
EVENTO REALIZADO (unidade)	0
MUNICIPIO APOIADO (unidade)	11

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
057.1.33 - Estruturação, expansão e apoio da rede de unidades e da oferta dos serviços da atenção da saúde básica, especializada, ambulatorial e hospitalar.	
UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA (unidade)	14

Tema Estratégico

6.02 - ESPORTE E LAZER

Programa

050 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
050.1.01 - Realização de projetos e eventos esportivos para população. EVENTO REALIZADO (unidade)	102

Programa

086 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
086.1.03 - Apoio a atletas de alto rendimento, entidades e delegações em competições locais, nacionais e internacionais. ATLETA APOIADO (unidade)	265

Tema Estratégico

6.03 - SANEAMENTO BÁSICO

Programa

025 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.03 - Ampliação do serviço de abastecimento de água. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AMPLIADO (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.06 - Implantação do serviço de esgotamento sanitário. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO IMPLANTADO (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.07 - Ampliação do serviço de esgotamento sanitário. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO AMPLIADO (unidade)	14

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
025.1.08 - Melhoria do serviço de esgotamento sanitário. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO MELHORADO (unidade)	0

Programa

032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.01 - Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável. CISTERNA IMPLANTADA (unidade)	25.208

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.02 - Implantação do serviço de abastecimento de água. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA IMPLANTADO (unidade)	293

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.07 - Implantação do serviço de esgotamento sanitário. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO IMPLANTADO (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
032.1.08 - Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA IMPLANTADO (unidade)	85

Eixo

7 - CEARÁ PACÍFICO

Tema Estratégico

7.01 - SEGURANÇA PÚBLICA

Programa

003 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.01 - Promoção da melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual.	
PROFISSIONAL CAPACITADO (unidade)	3.100

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.02 - Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública.	
PROFISSIONAL FORMADO (unidade)	1.000

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.06 - Melhoria da estrutura para a oferta de serviços de formação e capacitação profissional.	
ACADEMIA DE SEGURANÇA PUBLICA ESTRUTURADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.08 - Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil.	
DELEGACIA IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.09 - Modernização das unidades prestadoras de serviços de policiamento civil.	
DELEGACIA ESTRUTURADA (unidade)	20

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.12 - Ampliação da oferta de serviços de perícia forense.	
UNIDADE DE PERICIA FORENSE IMPLANTADA (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.13 - Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense.	
UNIDADE DE PERICIA FORENSE ESTRUTURADA (unidade)	11

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.14 - Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos.	
QUARTEL IMPLANTADO (unidade)	5

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.15 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços bombeirísticos.	
QUARTEL ESTRUTURADO (unidade)	26

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.17 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública.	
UNIDADE DA SEGURANÇA PUBLICA ESTRUTURADA (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.18 - Expansão dos serviços de patrulhamento aéreo.	

BASE DE PATRULHAMENTO AEREO IMPLANTADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.19 - Expansão dos serviços de radiocomunicação de segurança.	
UNIDADE DE COMUNICAÇAO IMPLANTADA (unidade)	1

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.20 - Ampliação da oferta de serviços de policiamento ostensivo militar.	
QUARTEL IMPLANTADO (unidade)	15

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.21 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar.	
QUARTEL ESTRUTURADO (unidade)	41

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
003.1.22 - Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada.	
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO (unidade)	9

Programa

007 - SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
007.1.05 - Melhoria da estrutura de oferta de educação básica em colégios militares.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	4

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
007.1.08 - Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais.	
MUNICIPIO BENEFICIADO (unidade)	77

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
007.1.11 - Realização de atividades esportivas, educativas e culturais para jovens da comunidade e familiares dos profissionais da segurança pública.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	3

Programa

024 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
024.1.02 - Promoção do diálogo permanente entre sociedade e Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	3

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
024.1.04 - Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	80

Tema Estratégico

7.02 - JUSTIÇA E CIDADANIA

Programa

004 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.01 - Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional.	
UNIDADE PRISIONAL IMPLANTADA (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.03 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços prisionais.	
UNIDADE PRISIONAL ESTRUTURADA (unidade)	30

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.06 - Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso.	
PRESO/EGRESSO BENEFICIADO (unidade)	16.332

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
004.1.07 - Apoio à execução de alternativas penais.	
PRESO/EGRESSO BENEFICIADO (unidade)	7.500

Programa

012 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
012.1.02 - Ampliação da tutela de defesa do consumidor.	
UNIDADE DESCENTRALIZADA IMPLANTADA (unidade)	2

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
012.1.06 - Apoio a políticas de proteção e defesa dos direitos difusos.	
PROJETO APOIADO (unidade)	6

Programa

036 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
036.1.01 - Melhoria da estrutura para a oferta dos serviços judiciais.	
UNIDADE JUDICIARIA ESTRUTURADA (unidade)	13

Programa

039 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
039.1.01 - Melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal.	
SISTEMA DE INFORMAÇAO MELHORADO (unidade)	1
UNIDADE JUDICIARIA SANEADA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
039.1.05 - Melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	
SERVIÇO TECNOLOGICO INTEGRADO (unidade)	5

Tema Estratégico

7.03 - POLÍTICA SOBRE DROGAS

Programa

085 - PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
085.1.02 - Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	21.500

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
085.1.03 - Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.	
ATENDIMENTO REALIZADO (unidade)	1.229
PESSOA ATENDIDA (unidade)	0

Iniciativa / Produto Principal	Meta 2019
085.1.04 - Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	250

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

(art. 4°, § 2°, inciso II, da Lei Complementar n° 101, de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,7%, este desempenho mostra-se um pouco superior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2017. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento mais forte da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no ano de 2017 foi de 2,2%. Esse bom desempenho é explicado pelos aumentos do investimento privado e do consumo das famílias, apoiados por uma forte confiança do setor privado, bem como pelo crescimento de transações no mercado de capitais, que somado aos baixos níveis de desemprego, taxa de juros (1,0%) e uma inflação de 2,1%, para 2017. Segundo o FMI, esses fatores projetam o crescimento do PIB americano para 2,3%, em 2018, e 1,9%, em 2019. Já a economia japonesa apresentou um crescimento de 1,5%, em 2017, sendo explicado pelos aumentos das despesas das famílias, investimento em capital fixo das empresas e exportações. Projeta-se para a economia japonesa em 2018 um crescimento de 0,6%, e para 2019, um crescimento de 0,8%.

A União Europeia apresentou em 2017 um crescimento de 2,3%, apresentando um ritmo de recuperação da recessão europeia iniciada em 2011, e que está sendo explicado pelos aumentos do Investimento privado, consumo das famílias e exportações. França, Espanha e Alemanha foram os destaques de crescimento em 2017. O nível de confiança do setor privado está no mais alto nível desde o início dos anos 2000, e a taxa de desemprego diminuiu para 8,7%, a menor desde o início de 2009, e as exportações mais altas também estão apoiando o crescimento. A economia da União Europeia, no ano de 2017, apresentou uma baixa inflação de 1,5% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2018, de 2,0% e 1,8%, em 2019.

O FMI projeta para as economias dos países emergentes, um crescimento de 4,6%, em 2017, 4,8% para 2018 e 4,9% para 2019. Essas projeções são influenciadas principalmente pela economia da China, onde em 2017 o PIB registrou um crescimento de 6,7%. Esse crescimento foi puxado pelo forte investimento público em infraestrutura, pelo crescimento robusto do consumo das famílias e também em decorrência da melhoria da demanda externa. Para os anos de 2018 e 2019, as projeções de crescimento para a economia chinesa são iguais a 6,5% e 6,3%, respectivamente.

O PIB do Brasil cresceu 1,0%, em 2017, puxado pelo setor agropecuário (13%), seguidos do setor de serviços (0,3%) e do setor da indústria (0,0%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,0%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio, beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,7%) e da indústria extrativista (4,3%), puxada pelo aumento das exportações de commodities como o minério de ferro e a soja. Esse comportamento se manterá em 2018, repercutindo positivamente para uma previsão do aumento do PIB em 2,8%.

A retomada do crescimento da economia cearense, em 2017, foi mais intensa do que a do Brasil, onde o PIB do Ceará registrou um crescimento de 1,87%. Diferentemente da esfera federal, o Governo do Ceará, mesmo num período recente de crise macroeconômica, manteve as contas públicas estaduais em equilíbrio, apresentando uma boa capacidade de investimento em relação à sua receita corrente líquida. O investimento estadual passou de R$ 2,17 bilhões, em 2016, para R$ 2,47 bilhões, em 2017. Para o ano de 2018, o Governo do Ceará pretende aumentar o atual ritmo de investimento público com obras em rodovias, aeroportos, portos, barragens e adutoras, além de gastos em infraestrutura social com investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, estimou para o período 2019 – 2021, taxas de crescimento do PIB estadual de 3,8% para 2019, 4,0% para 2020, e 3,5% para 2021, todas superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2019 são os seguintes:

Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2019 a 2021

Variáveis	2019	2020	2021
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,2	4,5	4,5
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	3,0	3,3	3,0
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	3,8	4,0	3,5
PIB Ceará (R$ Milhões)	159.904,04	173.783,71	187.960,12
Câmbio (R$/US$) - Média	3,34	3,30	3,30
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	7,9	7,0	7,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN (16/03/2018) e IPECE.

Considerando estas premissas macroeconômicas, foi projetado, para o período de 2019 a 2021, uma Receita Tributária de R$ 44,9 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R$ 40,9 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE, que, ao longo do período, espera-se arrecadar um montante de R$ 22,1 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R$ 5 bilhões no período iniciado em 2018 até o final de 2021. Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, além de agentes internacionais como BID, BIRD, KFW e CAF.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2021 indicam um crescimento consistente e gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2019 - 2021.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2019 a 2021) um montante de R$ 40,1 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2021.

Já em relação às outras despesas correntes, R$ 32,6 bilhões foram programados (2019 a 2021) principalmente para manter em funcionamento a "máquina pública", os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Policlínicas, Escolas Regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centros Socioeducativos, Restaurantes Universitários, Implantação de Comboios dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2019 a 2021, um montante de R$ 5,2 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2019 a 2021 recursos na ordem de R$ 9,7 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias.

Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da Portaria nº. 495, de 6 de junho de 2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 1°

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	26.383.692	25.320.242	16,5%	27.790.773	25.522.112	16,0%	29.252.693	25.707.838	15,6%
Receitas Primárias (I)	24.510.856	23.522.895	15,3%	26.325.520	24.176.474	15,1%	27.721.832	24.362.487	14,7%
Depesa Total	26.383.692	25.320.242	16,5%	27.790.773	25.522.112	16,0%	29.252.693	25.707.838	15,6%
Despesas Primárias (II)	23.913.149	22.949.280	15,0%	25.663.856	23.568.823	14,8%	27.056.668	23.777.929	14,4%
Resultado Primário III = (I-II)	**597.707**	**573.615**	**0,4%**	**661.665**	**607.650**	**0,4%**	**665.164**	**584.559**	**0,4%**
Resultado Nominal	(605.602)	(581.192)	-0,4%	(86.111)	(79.081)	0,0%	404.660	355.623	0,2%
Dívida Pública Consolidada	13.353.866	12.815.610	8,4%	13.469.977	12.370.374	7,8%	13.055.317	11.473.268	6,9%
Dívida Consolidada Líquida	11.415.062	10.954.954	7,1%	11.501.173	10.562.291	6,6%	11.096.513	9.751.832	5,9%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	55	52	0,0%	57	51	0,0%	59	51	0,0%
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	132.809	127.456	0,1%	390.648	358.757	0,2%	261.575	229.876	0,2%
Impacto do saldo das PPP VI = (IV) - (V)	(132.754)	(127.404)	-0,1%	(390.591)	(358.706)	-0,2%	(261.516)	(229.825)	-0,2%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/IPECE/SEFAZ, 13/04/2018, 17h:00min

Notas:
1. O cálculo das metas foi realizado considerando os seguintes parâmetros:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
Inflação projetada para o período - IPCA	4,20%	4,50%	4,50%
PIB do Estado (crescimento % anual)	3,80%	4,00%	3,50%
PIB Nacional (crescimento % anual)	3,00%	3,30%	3,00%
Projeção do PIB estadual - R$ milhares	159.904.043	173.783.714	187.960.121

1. As receitas foram projetadas com base no modelo incremental a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos, sendo a base de projeção formada pela arrecadação dos anos anteriores. Na previsão da receita própria foram excluídas da base de projeção ocorrências que não se repetirão nos próximos anos, livrando efeitos ocasionais ou atípicos, fora de sua sazonalidade, como os casos da repatriação, impactando o FPE e do ITCD do Ceará, no exercício de 2017. Dessa maneira, com base nos critérios adotados, a receita total de cada ano do período 2019 a 2021 foi projetada com variação entre 15,6% a 16,5% do PIB Estadual previsto para cada ano.

2. Para estimar as despesas de custeio de manutenção foram consideradas as despesas, especialmente correntes, de natureza tipicamente administrativa que se repetem ao longo do tempo e que representam custos básicos necessários ao funcionamento do órgão.

3. Para o custeio finalístico, além da inflação, foi projetado um incremento diferenciado em cada ano, decorrente da previsão do início de funcionamento dos novos equipamentos ofertados pelo Estado.

4. No que tange a despesa de pessoal, a projeção até 2021, foi elaborada considerando a possibilidade de reajuste aos servidores ativos e inativos limitada a inflação estimada para cada ano, o crescimento decorrente das ascensões funcionais, a expansão derivada do ingresso de novos servidores pela realização de novos concursos ao longo do período (2019 - 2021) e melhorias nos planos de cargos e carreiras em diversos órgãos/entidades do Estado.

5. Os investimentos foram fixados com base na carteira de projetos do Estado alinhavado com as expectativas de crescimento da economia cearense, previsões de convênios e nas operações de crédito contratadas e a contratar.

6. A meta de resultado primário estimada para o período 2019 - 2021 é de 0,4% do PIB. A meta indica o esforço que o governo estadual pretende alcançar com vistas ao pagamento de sua dívida ao longo período.

7. Em função da mudança de metodologia adotada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª edição, o resultado nominal negativo representa crescimento do endividamento, por consequência, resultado positivo, redução do endividamento. Dessa forma, para os anos 2019 e 2020 demonstra-se uma perspectiva de elevação do endividamento estadual evidenciando o volume de recursos que o governo terá que buscar junto ao mercado, interno ou externo para o financiamento de suas obras estruturantes. Ainda assim, embora haja uma projeção de elevação desse endividamento ao longo do período, esta não ocorre de forma desequilibrada, visto que a relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida está prevista abaixo de 0,57, configurando uma relação confortável frente a LRF e a Resolução 43 do Senado Federal que estabelecem a possibilidade de endividamento dos Estados em até 2 vezes a RCL.

8. A previsão de Receitas Primárias advindas de PPP correspondem apenas às receitas da PPP Vapt Vupt, que compartilha 20% das receitas acessórias líquidas com o Estado, tendo alcançado o valor de R$ 50.801,06 em 2017. Os projetos PPP do Estado do Ceará não possui receitas advindas de taxas dos usuários dos serviços, são concessões administrativas.

Quanto às Despesas Primárias advindas de PPP, as projeções apresentadas referem-se às despesas estimadas com o próximo contrato da PPP Castelão, a partir de 2019, às da PPP Vapt Vupt e às da PPP do Hospital Regional Metropolitano , considerando que esta última iniciaria sua execução em junho/2019. Além delas também foi considerada a PPP 1 do

Metrofor, que abrange à Linha Sul, VLT Parangaba-Mucuripe, VLT Sobra e VLT Cariri, a qual está em fase de modelagem . A PPP Dessalinização não foi considerada por estar sob responsabilidade de estatal não dependente.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	25.037.016	17,2%	25.408.955	18,4%	371.939	1,5%
Receitas Primárias (I)	22.201.710	15,3%	22.987.511	16,7%	785.801	3,5%
Depesa Total	24.495.681	16,9%	24.608.352	17,9%	112.671	0,5%
Despesas Primárias (II)	22.147.603	15,2%	21.940.118	15,9%	(207.485)	-0,9%
Resultado Primário (III) = (I-II)	54.107	0,0%	1.047.393	0,8%	993.286	1835,8%
Resultado Nominal	1.750.830	1,2%	(371.025)	-0,3%	(2.121.855)	-121,2%
Dívida Pública Consolidada	12.376.244	8,5%	11.820.226	8,6%	(556.018)	-4,5%
Dívida Consolidada Líquida	9.525.889	6,6%	8.146.084	5,9%	(1.379.805)	-14,5%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/SEFAZ/IPECE, 12/04/2018, 16h:00min

Especificação	Valor - R$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2017	145.302.000
Valor realizado do PIB Estadual para 2017	137.837.861

Notas:

1. A meta prevista para 2017 foi cerca de R$ 54 milhões de resultado primário. Já a realização da meta, divulgada no valor de R$ 1.047,4 milhões, e equivalente a 0,8% do PIB, foi resultado principalmente da arrecadação das receitas primárias, notadamente da receita tributária, que apresentou resultado superior ao previsto para o ano de 2017.

2. O resultado nominal positivo de R$ 371 milhões evidencia a elevação da dívida fundada de 2016 para 2017, em virtude da maior receita de operação de crédito arrecadada em 2017, o que influenciou o estoque da dívida.

3. Quanto às despesas de pessoal, que correspondem a grande parte do total da despesa estadual, se mantiveram abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançando um patamar de 52,12% para 2017.

4. Os Juros e Encargos da Divida, no ano de 2017, somaram R$ 452 milhões, representando 29,05% do serviço da dívida. Em relação ao ano de 2016, este valor demonstra um acréscimo de 6,97% em termos nominais, resultado do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e consequentemente, pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2017 que geraram juros e encargos, além da influência da variação do câmbio.

5. Em relação às amortizações, estas alcançaram em 2017 R$ 1.104 milhões, representando 70,95 % do serviço da dívida, um acréscimo de 31 % ao se comparar com 2016, em termos nominais, resultado da contabilização da dívida da COHAB/CE junto à União.

6. Já a Receita Total Arrecadada em 2017 que representou 18,4% do PIB Estadual, apresentou um acréscimo relativo de 1,5% em relação à meta prevista, decorrente principalmente de um maior esforço estadual na arrecadação de seus tributos.

7. No tocante à Despesa Total Executada em 2017 houve um acréscimo de apenas 0,5% em relação à meta prevista, em linha, portanto com as despesas projetadas na elaboração da LDO 2017.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %
Receita Total	24.282.257	25.408.955	4,6%	24.932.679	-1,9%	26.383.692	5,8%	27.790.773	5,3%	29.252.693	5,3%
Receitas Primárias (I)	22.792.322	22.987.511	0,9%	23.587.577	2,6%	24.510.856	3,9%	26.325.520	7,4%	27.721.832	5,3%
Depesa Total	23.266.916	24.608.352	5,8%	24.932.679	1,3%	26.383.692	5,8%	27.790.773	5,3%	29.252.693	5,3%
Despesas Primárias (II)	20.974.659	21.940.118	4,6%	23.007.326	4,9%	23.913.149	3,9%	25.663.856	7,3%	27.056.668	5,4%
Resultado Primário (I-II)	1.817.662	1.047.393	-42,4%	580.252	-44,6%	597.707	3,0%	661.665	10,7%	665.164	0,5%
Resultado Nominal	1.594.753	(371.025)	-123,3%	(2.663.375)	617,8%	(605.602)	-77,3%	(86.111)	-85,8%	404.660	-569,9%
Dívida Pública Consolidada	10.518.535	11.820.226	12,4%	12.648.264	7,0%	13.353.866	5,6%	13.469.977	0,9%	13.055.317	-3,1%
Dívida Consolidada Líquida	7.775.059	8.146.084	4,8%	10.809.460	32,7%	11.415.062	5,6%	11.501.173	0,8%	11.096.513	-3,5%

Notas: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição. (605.602) (86.111) 404.660
Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %
Receita Total	25.906.032	26.331.300	1,6%	24.932.679	-5,3%	25.320.242	1,6%	25.522.112	0,8%	25.707.838	0,7%
Receitas Primárias (I)	24.316.464	23.821.957	-2,0%	23.587.577	-1,0%	23.522.895	-0,3%	24.176.474	2,8%	24.362.487	0,8%
Depesa Total	24.822.794	25.501.635	2,7%	24.932.679	-2,2%	25.320.242	1,6%	25.522.112	0,8%	25.707.838	0,7%
Despesas Primárias (II)	22.377.253	22.736.544	1,6%	23.007.326	1,2%	22.949.280	-0,3%	23.568.823	2,7%	23.777.929	0,9%
Resultado Primário (I-II)	1.939.211	1.085.413	-44,0%	580.252	-46,5%	573.615	-1,1%	607.650	5,9%	584.559	-3,8%
Resultado Nominal	1.701.396	(384.493)	-122,6%	(2.663.375)	592,7%	(581.192)	-78,2%	(79.081)	-86,4%	355.623	-549,7%
Dívida Pública Consolidada	11.221.919	12.249.300	9,2%	12.648.264	3,3%	12.815.610	1,3%	12.370.374	-3,5%	11.473.268	-7,3%
Dívida Consolidada Líquida	8.294.984	8.441.787	1,8%	10.809.460	28,0%	10.954.954	1,3%	10.562.291	-3,6%	9.751.832	-7,7%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/CPLOG, 25/04/2016, 14h:35min
Notas: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição.
Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal a partir de 2018, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

VARIÁVEIS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inflação projetada para o período - IPCA	6,29%	2,95%	3,63%	4,20%	4,50%	4,50%
Fator de Mutiplicação	1,067	1,036	1	1,042	1,089	1,138

Notas:

1. O cálculo dos valores constantes foi elaborado com base na inflação projetada pelo IPCA, conforme índices acima.

2. Entre os anos de 2016 e 2017 houve um decréscimo em termos reais do resultado primário, resultado, dentre outros fatores, da arrecadação decorrente da repatriação de recursos do exterior, bem como da arrecadação relevante do ITCMD obtida em 2016. Esses fatos, aliado ao crescimento de 1,6% em 2017 das despesas primárias, resultaram em uma variação negativa de 44% do resultado primário para o período em análise. Já em 2018, há previsão de crescimento das despesas primárias quando comparadas ao exercício de 2017, visto que, em 2018 estão incorporadas, principalmente, novas nomeações de servidores, elevação dos investimentos e a manutenção de novos equipamentos disponíveis à sociedade. Em 2019, assim como todos os demais anos evidenciados, apresenta resultado primário positivo, demonstrando a solidez fiscal que permeia o Estado e que permite dentre outros fatores, o pagamento do serviço de sua dívida.

3. Para a Dívida Consolidada Líquida (DCL) um crescimento relevante entre 2018 e 2017 - 28% a preços constantes - é esperado. O principal motivo para este crescimento é a expectativa de contratação de novas operações de crédito. Em 2019 a perspectiva é de crescimento de 1,3% em relação à 2018. Já para 2020 e 2021, em termos reais, uma redução na DCL é esperada.

ESTADO DO CEARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	22.701.999,1	100,00	19.935.049,4	100,00%	15.655.989,7	100,00%
Reservas	0,0	0,00	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Resultado Acumulado	0,0	0,00	0,0	0,00%	0,0	0,00%
TOTAL	22.701.999,1	100,00	19.935.049,4	100,00%	15.655.989,7	100,00%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD, : 26/03/2018 14:30

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	-29.727,5	100,00	311.286,0	100,0%	148.154,3	100,0%
Reservas Lucros ou Prejuizos	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	-29.727,5	100,00	311.286,0	100,0%	148.154,3	100,0%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; : 16/04/2018 09:03

Nota:

Após a contabilização das provisões matemáticas, decorrentes das projeções atuariais a partir de 2017, o valor consolidado do Patrimônio Líquido - PL, corresponde ao somatório dos PL`s do FUNAPREV (R$ -28.726.333,58), PREVMILITAR(-1.001.142,26) e PREVID (0,00), resultando em R$ -29.727.475,84. Em 2018, deverão ser revistas as premissas de avaliação atuarial.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$-Mil

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	16.429	4.002	4.337
Alienação de Bens Móveis	3.610	3.715	2.718
Alienação de Bens Imóveis	12.819	287	1.619

DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.243	80	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.243	80	-
Investimentos	1.243	80	
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	-
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = (Ia – IId) + IIIh)	2016 (h) =((Ib – IIe) +IIIi)	2015 (i) = ((Ic – IIf) + IIIi)
VALOR (III)	23.445	8.259	4.337

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; : 17/04/2018 11:20

Nota:

O patrimônio líquido do Estado do Ceará tem evoluído ao longo dos anos, tendo em vista os sucessivos superávits nas variações patrimoniais aumentativas.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	80.323.717,40	109.888.868,83	147.526.791,81
Receita de Contribuições dos Segurados	24.730.285,40	31.413.335,55	40.826.264,83
Civil	24.730.285,40	31.413.335,55	40.826.264,83
Ativo	24.730.285,40	31.413.335,55	40.815.080,43
Inativo			4.950,24
Pensionista			6.234,16
Receita de Contribuições Patronais	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Civil	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Ativo	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Receita Patrimonial	6.126.715,71	16.908.121,39	28.340.109,09
Receitas de Valores Mobiliários	6.126.715,71	16.908.121,39	28.340.109,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	80.323.717,40	109.888.868,83	147.526.791,81

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
PREVIDÊNCIA (V)		10.859,16	246.748,76
Benefícios - Civil		10.859,16	246.748,76
Aposentadorias			71.301
Pensões		10.859,16	175.447,82
Outros Benefícios Previdenciários			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0	10.859,16	246.748,76
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	80.323.717,40	109.878.009,67	147.280.043,05

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2015	2016	2017
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2015	2016	2017
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2015	2016	2017

BENS E DIREITOS DO RPPS	2015	2016	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	3.667,73	2.765,01
Investimentos e Aplicações	93.372.258,20	203.246.600,14	351.528.688,17
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.459.634.535,55	1.517.303.633,49	1.583.484.791,05
Receita de Contribuições dos Segurados	501.713.107,74	556.690.571,94	585.812.921,89
Civil	411.798.041,63	446.592.232,10	466.454.614,82
Ativo	329.886.385,44	365.375.226,93	381.833.317,29
Inativo	59.400.711,26	60.195.284,99	63.440.677,00
Pensionista	22.510.944,93	21.021.720,18	21.180.620,53
Militar	89.915.066,11	110.098.339,84	119.358.307,07
Ativo	81.220.725,02	102.556.403,05	110.189.078,09
Inativo	6.655.066,72	5.798.935,57	6.963.328,30
Pensionista	2.039.274,37	1.743.001,22	2.205.900,68
Receita de Contribuições Patronais	812.925.922,95	918.025.610,77	954.426.357,93
Civil	650.889.487,63	711.364.524,64	734.527.540,56
Ativo	650.889.487,63	711.364.524,64	734.527.540,56
Militar	162.036.435,32	206.661.086,13	219.898.817,37
Ativo	162.036.435,32	206.661.086,13	219.898.817,37
Receita Patrimonial	10.951.053,01	13.422.024,79	10.409.139,61
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	10.951.053,01	13.422.024,79	10.409.139,61
Outras Receitas Correntes	134.044.451,85	29.165.425,99	32.836.371,62
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	26.494.491,21	29.165.425,99	32.836.371,62
Demais Receitas Correntes	107.549.960,64		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	1.459.634.535,55	1.517.303.633,49	1.583.484.791,05

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107,77
Benefícios - Civil	2.203.713.955,10	2.386.744.950,38	2.546.243.536,45
Aposentadorias	1.689.447.463,94	1.857.583.169,69	2.015.035.908,43
Pensões	514.266.491,16	529.161.780,69	531.207.628,02
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	502.349.376,28	509.470.108,31	568.614.571,32
Reformas	324.021.460,55	325.264.200,45	358.917.507,78
Pensões	178.327.915,73	184.205.907,86	209.697.063,54
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107,77
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)	-1.246.428.795,83	-1.378.911.425,20	-1.531.373.316,72

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2015	2016	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.217.791.548,47	1.432.165.184,63	1.551.754.607,61
Recursos para Formação de Reserva			

FONTE: Sistema SIGPR, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.
Notas:
A implementação da segregação de massa a partir de 01/01/2014, conforme Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013 - DOE 19/09/2013;
O Plano Previdenciário é operacionalizado pelo Fundo Previdenciário PREVID;
O Plano Financeiro é operacionalizado pelo Fundo Financeiro FUNAPREV e pelo Fundo Financeiro PREVMILITAR.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO - FUNDO FUNAPREV
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	1.241.971.188	2.546.243.536	(1.304.272.348)	(1.304.272.348)
2018	1.333.590.867	2.807.925.434	(1.474.334.567)	(2.778.606.916)
2019	1.361.347.105	3.062.643.774	(1.701.296.669)	(4.479.903.584)
2020	1.248.928.548	3.371.771.365	(2.122.842.817)	(6.602.746.402)
2021	1.179.838.040	3.658.656.110	(2.478.818.070)	(9.081.564.471)
2022	1.111.211.492	3.864.238.891	(2.753.027.399)	(11.834.591.870)
2023	1.049.466.832	4.037.889.577	(2.988.422.745)	(14.823.014.615)
2024	988.089.078	4.184.965.157	(3.196.876.079)	(18.019.890.694)
2025	949.262.276	4.284.446.701	(3.335.184.425)	(21.355.075.119)
2026	910.186.071	4.288.774.673	(3.378.588.601)	(24.733.663.721)
2027	871.774.970	4.281.581.764	(3.409.806.794)	(28.143.470.515)
2028	835.320.107	4.261.985.756	(3.426.665.649)	(31.570.136.164)
2029	797.425.075	4.233.398.210	(3.435.973.135)	(35.006.109.300)
2030	764.397.981	4.192.995.888	(3.428.597.906)	(38.434.707.206)
2031	731.659.727	4.138.218.685	(3.406.558.958)	(41.841.266.164)
2032	698.302.407	4.076.644.533	(3.378.342.126)	(45.219.608.290)
2033	662.685.612	4.012.777.674	(3.350.092.062)	(48.569.700.351)
2034	628.634.547	3.942.932.540	(3.314.297.992)	(51.883.998.344)
2035	591.849.425	3.868.995.149	(3.277.145.724)	(55.161.144.068)
2036	555.825.794	3.792.734.716	(3.236.908.922)	(58.398.052.990)
2037	518.528.142	3.714.187.484	(3.195.659.342)	(61.593.712.332)
2038	484.844.245	3.630.435.185	(3.145.590.940)	(64.739.303.272)
2039	451.074.270	3.539.076.981	(3.088.002.711)	(67.827.305.983)
2040	419.016.529	3.442.667.464	(3.023.650.935)	(70.850.956.918)
2041	389.475.862	3.339.392.348	(2.949.916.486)	(73.800.873.404)
2042	362.456.210	3.229.480.461	(2.867.024.251)	(76.667.897.655)
2043	338.876.139	3.112.135.231	(2.773.259.092)	(79.441.156.747)
2044	318.350.112	2.986.764.890	(2.668.414.778)	(82.109.571.525)
2045	298.225.024	2.857.281.362	(2.559.056.339)	(84.668.627.864)
2046	280.066.324	2.725.770.906	(2.445.704.583)	(87.114.332.447)
2047	265.453.372	2.589.226.814	(2.323.773.441)	(89.438.105.888)
2048	250.715.576	2.450.676.730	(2.199.961.154)	(91.638.067.042)
2049	237.679.313	2.313.068.865	(2.075.389.551)	(93.713.456.593)
2050	224.871.100	2.176.453.465	(1.951.582.365)	(95.665.038.958)
2051	212.269.217	2.043.088.621	(1.830.819.405)	(97.495.858.362)
2052	200.497.899	1.912.951.530	(1.712.453.630)	(99.208.311.993)
2053	189.038.260	1.786.252.971	(1.597.214.711)	(100.805.526.704)
2054	177.665.397	1.664.090.203	(1.486.424.806)	(102.291.951.510)
2055	166.652.721	1.546.708.030	(1.380.055.309)	(103.672.006.819)
2056	155.870.526	1.434.144.557	(1.278.274.032)	(104.950.280.851)
2057	145.388.997	1.326.618.508	(1.181.229.511)	(106.131.510.361)
2058	135.194.075	1.224.193.940	(1.088.999.866)	(107.220.510.227)
2059	125.321.500	1.126.917.119	(1.001.595.619)	(108.222.105.846)
2060	115.804.907	1.034.751.326	(918.946.419)	(109.141.052.265)
2061	106.671.401	947.625.621	(840.954.220)	(109.982.006.485)
2062	97.944.152	865.440.940	(767.496.788)	(110.749.503.273)
2063	89.640.316	788.071.229	(698.430.913)	(111.447.934.186)
2064	81.771.669	715.376.253	(633.604.583)	(112.081.538.770)
2065	74.344.798	647.215.628	(572.870.830)	(112.654.409.599)
2066	67.360.164	583.451.595	(516.091.431)	(113.170.501.031)
2067	60.813.379	523.940.212	(463.126.833)	(113.633.627.864)
2068	54.697.988	468.534.741	(413.836.753)	(114.047.464.617)
2069	49.003.918	417.087.298	(368.083.380)	(114.415.547.997)
2070	43.718.336	369.452.029	(325.733.694)	(114.741.281.690)
2071	38.827.358	325.488.975	(286.661.617)	(115.027.943.308)
2072	34.315.362	285.065.073	(250.749.711)	(115.278.693.019)
2073	30.165.965	248.052.713	(217.886.748)	(115.496.579.767)
2074	26.361.841	214.326.554	(187.964.712)	(115.684.544.479)
2075	22.886.593	183.759.467	(160.872.874)	(115.845.417.353)
2076	19.724.502	156.221.180	(136.496.678)	(115.981.914.031)
2077	16.862.383	131.579.793	(114.717.410)	(116.096.631.442)
2078	14.287.584	109.699.565	(95.411.981)	(116.192.043.422)
2079	11.861.376	90.438.333	(78.576.957)	(116.270.620.379)
2080	9.573.146	73.648.164	(64.075.018)	(116.334.695.397)
2081	7.614.396	59.173.826	(51.559.430)	(116.386.254.827)
2082	5.959.991	46.850.577	(40.890.585)	(116.427.145.412)
2083	4.583.603	36.504.131	(31.920.528)	(116.459.065.940)
2084	3.457.926	27.952.645	(24.494.718)	(116.483.560.658)
2085	2.555.171	21.009.198	(18.454.028)	(116.502.014.686)
2086	1.847.110	15.482.313	(13.635.203)	(116.515.649.889)
2087	1.304.889	11.175.690	(9.870.802)	(116.525.520.691)
2088	899.679	7.892.713	(6.993.033)	(116.532.513.724)
2089	604.432	5.447.043	(4.842.611)	(116.537.356.335)
2090	395.250	3.671.079	(3.275.829)	(116.540.632.164)
2091	251.414	2.416.342	(2.164.928)	(116.542.797.092)
2092	155.402	1.553.780	(1.398.378)	(116.544.195.470)
2093	93.150	976.373	(883.223)	(116.545.078.693)

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

a) Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

b) Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018;

c) Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial;

- Idade Média dos Segurados do FUNAPREV em 31/12/2017: Ativos, 50,5 anos; Inativos, 69,9 anos; Pensionistas: 67,5 anos;

- Folha 12/2017 - Cadastro FUNAPREV: Ativos, R$ 243,46 milhões; Inativos, R$ 157,27 milhões; Pensionistas, R$ 39,05 milhões;

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;

- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas;

d) Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do FUNAPREV e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - FUNAPREV, abrangeu todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 35.893 segurados efetivamente ativos (exclui os 11.721 afastados e tratados como aposentados); 55.910 aposentados (inclui os 11.721 afastados mencionados); e 11.043 pensionistas.

A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO FUNAPREV

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

A avaliação considera o enfoque de grupo fechado de segurados do FUNAPREV, conforme LC Estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do FUNAPREV e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados a este Fundo.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do FUNAPREV, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. As receitas com contribuições diminuem, principalmente, na

medida em que os atuais segurados ativos implementam as condições para a aposentação, dado o prisma de grupo fechado.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do FUNAPREV com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Tais despesas crescem na medida em que o grupo de aposentados aumenta, decrescendo posteriormente quando a mortalidade desse grupo se torna mais significativa, com a idade avançada.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo FUNAPREV, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 92,3% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao FUNAPREV para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata.

Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC (FUNAPREV) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do FUNAPREV, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Financeiro (FUNAPREV) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente

gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.

Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVID
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	147.526.792	246.749	147.280.043	147.280.043
2018	202.691.696	1.249.062	201.442.635	348.722.678
2019	281.093.869	2.211.515	278.882.354	627.605.032
2020	363.132.786	3.350.550	359.782.237	987.387.269
2021	432.689.287	4.674.948	428.014.339	1.415.401.607
2022	504.387.689	6.202.503	498.185.185	1.913.586.793
2023	575.306.354	7.894.803	567.411.550	2.480.998.343
2024	649.518.561	10.711.433	638.807.128	3.119.805.471
2025	713.795.140	14.218.743	699.576.397	3.819.381.868
2026	779.005.330	18.389.598	760.615.733	4.579.997.601
2027	846.606.564	23.040.759	823.565.805	5.403.563.405
2028	916.279.957	27.469.478	888.810.479	6.292.373.885
2029	987.696.608	33.453.891	954.242.717	7.246.616.601
2030	1.060.048.950	41.055.754	1.018.993.196	8.265.609.797
2031	1.132.441.561	51.115.753	1.081.325.808	9.346.935.605
2032	1.207.740.086	63.896.008	1.143.844.078	10.490.779.683
2033	1.286.549.445	77.585.251	1.208.964.194	11.699.743.877
2034	1.366.846.176	91.827.477	1.275.018.700	12.974.762.577
2035	1.449.456.060	107.923.213	1.341.532.848	14.316.295.424
2036	1.533.474.197	128.728.269	1.404.745.928	15.721.041.352
2037	1.619.168.472	154.135.876	1.465.032.597	17.186.073.949
2038	1.705.099.555	182.873.476	1.522.226.079	18.708.300.027
2039	1.792.899.039	213.546.901	1.579.352.138	20.287.652.165
2040	1.881.035.972	245.099.635	1.635.936.337	21.923.588.502
2041	1.968.809.715	279.650.752	1.689.158.963	23.612.747.465
2042	2.056.002.525	318.084.106	1.737.918.419	25.350.665.884
2043	2.143.678.105	359.445.807	1.784.232.299	27.134.898.183
2044	2.225.787.391	427.316.425	1.798.470.966	28.933.369.149
2045	2.312.561.746	476.397.438	1.836.164.308	30.769.533.457
2046	2.400.255.596	523.232.439	1.877.023.157	32.646.556.614
2047	2.487.346.619	571.274.541	1.916.072.078	34.562.628.692
2048	2.576.193.204	618.857.102	1.957.336.102	36.519.964.795
2049	2.663.732.323	682.546.754	1.981.185.569	38.501.150.364
2050	2.753.172.633	742.921.414	2.010.251.219	40.511.401.583
2051	2.844.327.772	802.365.191	2.041.962.581	42.553.364.164
2052	2.936.806.690	859.124.066	2.077.682.625	44.631.046.789
2053	3.028.209.418	931.129.771	2.097.079.647	46.728.126.436
2054	3.120.470.234	1.001.685.600	2.118.784.634	48.846.911.069
2055	3.211.434.452	1.085.299.442	2.126.135.010	50.973.046.079
2056	3.300.303.377	1.173.374.563	2.126.928.813	53.099.974.893
2057	3.389.067.456	1.258.982.004	2.130.085.452	55.230.060.345
2058	3.477.803.374	1.345.534.681	2.132.268.693	57.362.329.037
2059	3.564.691.245	1.439.305.433	2.125.385.812	59.487.714.849
2060	3.653.948.399	1.520.524.249	2.133.424.150	61.621.138.999
2061	3.745.223.165	1.595.681.874	2.149.541.291	63.770.680.290
2062	3.837.333.632	1.667.052.309	2.170.281.323	65.940.961.614
2063	3.929.532.452	1.740.762.537	2.188.769.914	68.129.731.528
2064	4.026.362.694	1.795.408.991	2.230.953.702	70.360.685.230
2065	4.128.258.555	1.839.091.549	2.289.167.007	72.649.852.237
2066	4.232.857.960	1.881.815.453	2.351.042.507	75.000.894.744
2067	4.340.654.624	1.917.500.576	2.423.154.047	77.424.048.791
2068	4.451.159.254	1.955.251.569	2.495.907.685	79.919.956.476
2069	4.561.495.786	2.005.546.496	2.555.949.289	82.475.905.766
2070	4.677.081.721	2.036.736.358	2.640.345.363	85.116.251.129
2071	4.795.022.561	2.073.534.915	2.721.487.645	87.837.738.774
2072	4.917.649.035	2.101.445.271	2.816.203.764	90.653.942.538
2073	5.045.385.046	2.120.768.372	2.924.616.674	93.578.559.213
2074	5.178.284.768	2.135.605.343	3.042.679.425	96.621.238.637
2075	5.316.704.818	2.146.010.067	3.170.694.752	99.791.933.389
2076	5.460.785.551	2.154.827.071	3.305.958.481	103.097.891.870
2077	5.611.763.939	2.156.161.693	3.455.602.246	106.553.494.116
2078	5.767.417.966	2.166.568.808	3.600.849.159	110.154.343.275
2079	5.929.988.664	2.174.425.738	3.755.562.926	113.909.906.200
2080	6.098.883.779	2.183.542.383	3.915.341.396	117.825.247.596
2081	6.274.660.066	2.192.205.443	4.082.454.623	121.907.702.219
2082	6.458.155.329	2.195.480.131	4.262.675.198	126.170.377.418
2083	6.650.487.179	2.193.329.311	4.457.157.868	130.627.535.286
2084	6.851.315.105	2.191.347.522	4.659.967.583	135.287.502.869
2085	7.062.561.472	2.181.279.684	4.881.281.789	140.168.784.657
2086	7.283.173.086	2.172.681.738	5.110.491.348	145.279.276.005
2087	7.513.898.879	2.164.760.393	5.349.138.486	150.628.414.491
2088	7.754.714.493	2.159.682.010	5.595.032.483	156.223.446.974
2089	8.007.334.294	2.152.211.476	5.855.122.817	162.078.569.791
2090	8.268.963.998	2.158.195.489	6.110.768.509	168.189.338.300
2091	8.544.704.434	2.151.121.250	6.393.583.183	174.582.921.483
2092	8.831.497.764	2.149.841.177	6.681.656.588	181.264.578.071
2093	9.102.984.300	2.153.166.068	6.949.818.232	188.214.396.303

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7º, § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média dos Segurados do PREVID em 31/12/2017: Ativos, 34,8 anos; Aposentado, 44,4 (invalidez); e Pensionista, 31,3 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVID: Ativos, R$ 27,57 milhões; Aposentado, R$ 15.844,27; e, Pensionistas, R$ 11.754,33.

- Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais e futuros segurados ativos e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Taxa Real de Juros Atuariais de 4,5% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2018.

- Projeção de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVID e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº

9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVID, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo PREVID), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 5.555 segurados ativos, 1 aposentado e 5 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias.

A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVID

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do PREVID e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVID, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a

9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVID, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo PREVID), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 5.555 segurados ativos, 1 aposentado e 5 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias.

A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC, da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVID

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do PREVID e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVID, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a

receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, referentes à geração atual de segurados.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVID com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas, mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

- Estado inicial de vigência a contar de 01/01/2014.

- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVIMILITAR
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	341.513.603,05	568.614.571,32	(227.100.968)	(227.100.968)
2018	407.037.768,66	640.007.412,31	(232.969.644)	(460.070.612)
2019	455.924.429,17	709.678.448,98	(253.754.020)	(713.824.632)
2020	450.372.885,48	768.056.521,27	(317.683.636)	(1.031.508.268)
2021	444.802.030,50	830.609.008,23	(385.806.978)	(1.417.315.245)
2022	435.588.925,78	902.569.767,83	(466.980.842)	(1.884.296.087)
2023	426.018.869,12	984.722.155,45	(558.703.286)	(2.442.999.374)
2024	422.025.843,98	1.050.158.058,06	(628.132.214)	(3.071.131.588)
2025	422.936.998,24	1.083.790.899,08	(660.853.901)	(3.731.985.489)
2026	419.914.491,74	1.103.905.453,54	(683.990.962)	(4.415.976.450)
2027	420.290.469,09	1.125.280.425,81	(704.989.957)	(5.120.966.407)
2028	421.087.867,73	1.134.851.160,42	(713.763.293)	(5.834.729.700)
2029	421.070.267,89	1.146.198.191,69	(725.127.924)	(6.559.857.624)
2030	422.859.902,81	1.154.919.425,72	(732.059.523)	(7.291.917.146)
2031	425.025.979,85	1.156.742.450,47	(731.716.471)	(8.023.633.617)
2032	428.031.518,57	1.154.433.968,93	(726.402.450)	(8.750.036.067)
2033	431.932.525,54	1.146.568.421,02	(714.635.895)	(9.464.671.963)
2034	434.707.184,61	1.139.704.447,83	(704.997.263)	(10.169.669.226)
2035	437.539.345,63	1.135.789.223,77	(698.249.878)	(10.867.919.104)
2036	436.907.662,81	1.142.503.392,04	(705.595.729)	(11.573.514.834)
2037	438.275.280,36	1.152.776.596,52	(714.501.316)	(12.288.016.150)
2038	438.144.087,64	1.159.718.467,26	(721.574.380)	(13.009.590.529)
2039	433.616.113,35	1.184.843.695,09	(751.227.582)	(13.760.818.111)
2040	428.572.583,41	1.224.395.781,36	(795.823.198)	(14.556.641.309)
2041	424.962.524,49	1.258.294.355,43	(833.331.831)	(15.389.973.140)
2042	419.962.642,26	1.289.593.403,43	(869.630.761)	(16.259.603.901)
2043	416.440.275,58	1.321.918.674,28	(905.478.399)	(17.165.082.300)
2044	415.816.034,69	1.339.768.793,05	(923.952.758)	(18.089.035.058)
2045	416.761.305,43	1.340.603.123,51	(923.841.818)	(19.012.876.876)
2046	417.641.733,02	1.336.054.993,28	(918.413.260)	(19.931.290.137)
2047	419.429.887,38	1.328.120.580,20	(908.690.693)	(20.839.980.829)
2048	421.657.926,10	1.317.743.567,61	(896.085.642)	(21.736.066.471)
2049	423.987.232,94	1.304.954.037,95	(880.966.805)	(22.617.033.276)
2050	425.717.705,92	1.295.023.753,65	(869.306.048)	(23.486.339.324)
2051	426.285.334,09	1.289.475.898,75	(863.190.565)	(24.349.529.888)
2052	426.063.615,56	1.287.070.653,57	(861.007.038)	(25.210.536.926)
2053	422.992.888,24	1.297.473.464,51	(874.480.576)	(26.085.017.503)
2054	420.168.374,29	1.304.829.896,77	(884.661.522)	(26.969.679.025)
2055	416.753.304,04	1.313.629.741,52	(896.876.437)	(27.866.555.462)
2056	414.088.191,71	1.317.569.598,94	(903.481.407)	(28.770.036.870)
2057	410.764.220,82	1.324.019.004,42	(913.254.784)	(29.683.291.653)
2058	409.322.647,53	1.319.046.368,25	(909.723.721)	(30.593.015.374)
2059	406.409.537,77	1.322.296.292,86	(915.886.755)	(31.508.902.129)
2060	404.315.230,04	1.321.554.238,44	(917.239.008)	(32.426.141.138)
2061	405.812.131,20	1.300.836.857,70	(895.024.727)	(33.321.165.864)
2062	406.304.365,00	1.285.633.729,57	(879.329.365)	(34.200.495.229)
2063	407.278.258,40	1.267.753.367,31	(860.475.109)	(35.060.970.338)
2064	408.604.415,07	1.249.008.197,85	(840.403.783)	(35.901.374.120)
2065	410.172.281,27	1.228.990.808,57	(818.818.527)	(36.720.192.648)
2066	410.072.833,55	1.219.719.961,43	(809.647.128)	(37.529.839.775)
2067	411.866.168,13	1.199.207.414,81	(787.341.247)	(38.317.181.022)
2068	413.160.927,92	1.182.003.914,30	(768.842.986)	(39.086.024.009)
2069	411.200.249,58	1.184.800.413,67	(773.600.164)	(39.859.624.173)
2070	410.125.351,07	1.182.436.046,55	(772.312.695)	(40.631.936.868)
2071	408.092.939,97	1.185.553.861,99	(777.460.922)	(41.409.397.790)
2072	406.889.125,59	1.184.715.410,16	(777.826.285)	(42.187.224.075)
2073	405.851.412,57	1.182.768.427,41	(776.917.015)	(42.964.141.090)
2074	405.604.373,85	1.176.332.916,85	(770.728.543)	(43.734.869.633)
2075	406.782.650,93	1.162.615.141,61	(755.832.491)	(44.490.702.123)
2076	406.684.080,45	1.156.719.141,45	(750.035.061)	(45.240.737.184)
2077	408.871.665,16	1.139.068.179,74	(730.196.515)	(45.970.933.699)
2078	409.519.515,63	1.131.404.494,15	(721.884.979)	(46.692.818.677)
2079	411.487.110,22	1.117.446.039,04	(705.958.929)	(47.398.777.606)
2080	412.772.247,78	1.108.677.811,39	(695.905.564)	(48.094.683.170)
2081	414.317.024,32	1.099.400.264,61	(685.083.240)	(48.779.766.410)
2082	416.280.381,73	1.088.611.719,04	(672.331.337)	(49.452.097.747)
2083	417.067.217,26	1.085.268.645,37	(668.201.428)	(50.120.299.175)
2084	417.903.794,57	1.082.701.532,70	(664.797.738)	(50.785.096.914)
2085	418.169.831,40	1.083.714.122,25	(665.544.291)	(51.450.641.204)
2086	417.668.922,12	1.089.219.967,93	(671.551.046)	(52.122.192.250)
2087	416.743.391,82	1.097.489.092,30	(680.745.700)	(52.802.937.951)
2088	416.178.505,86	1.102.810.668,13	(686.632.162)	(53.489.570.113)
2089	414.568.017,19	1.114.541.487,90	(699.973.471)	(54.189.543.584)
2090	412.403.317,71	1.129.545.629,52	(717.142.312)	(54.906.685.895)
2091	412.103.117,06	1.133.488.937,18	(721.385.820)	(55.628.071.716)
2092	411.166.747,99	1.140.803.989,91	(729.637.242)	(56.357.708.958)
2093	397.218.724,98	1.146.597.231,84	(749.378.507)	(57.107.087.464)

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7º, § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média em 31/12/2017: Ativos do RPPS, 37,5 anos; Inativos, 62,0 anos; Pensionistas: 56,6 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVMILITAR: Ativos, R$ 72,71 milhões; Inativos, R$ 28,20 milhões; Pensionistas, R$ 16,37 milhões.

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVMILITAR.

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7°, § 2°, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média em 31/12/2017: Ativos do RPPS, 37,5 anos; Inativos, 62,0 anos; Pensionistas: 56,6 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVMILITAR: Ativos, R$ 72,71 milhões; Inativos, R$ 28,20 milhões; Pensionistas, R$ 16,37 milhões.

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVMILITAR.

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do

SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei Complementar nº 21, de 29/06/2000, atualizada; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iv) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (v) a Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011; e (vi) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVMILITAR, abrangeu todos os segurados ativos, inativos e pensionistas do Plano de Custeio Militar (Fundo PREVMILITAR), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 18.710 segurados efetivamente ativos (exclui os 1.329 afastados e tratados como inativos); 6.511 inativos (inclui os 1.329 mencionados); e 7.111 pensionistas.

A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, inativos e pensionistas.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVMILITAR

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação;

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados do PREVMILITAR, conforme Lei Complementar Estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do PREVMILITAR e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados a este Fundo.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVMILITAR, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVMILITAR com benefícios previdenciários.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Militar do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo PREVMILITAR, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 64,7% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao PREVMILITAR para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, § 1º, e legislação federal correlata.

Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Militar do SUPSEC (PREVMILITAR) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do PREVMILITAR, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Militar (PREVMILITAR) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.

- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2019

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA			Compensação	
			2019	2020	2021	ATO NORMATIVO	DETALHE
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1.086.605.481	1.130.721.664	1.175.724.386	Lei Complementar 152/2015 de 27/07/2015	Incidência de 2%(Fecop) para os novos produtos: Isotônicos,refrigerantes,perfumes, produtos de beleza,artigos e alimentos para animais de estimação, inseticidas, funcicidas,formicidas e herbicidas.
						Lei nº 15.892/2015 de 27/11/2015	Redefiniu alíquotas de diversos produtos: de 17% para 28%(Rodas esportivas para automóveis, Drones, Embarcações e jet skis, de 25% para 27%(bebidas alcoólicas e gasolina), de 25% para 28%(Ultraleves, asas-delta, armas, munições, fumo,cigarros e outros)
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	20.172.065	20.991.051	21.826.495	Lei nº 16.097/2016 de 27/07/2016	Institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal-FEEF. Que cria o encargo de 10% do incentivo ou benefício concedido à empresa contribuinte do Icms.
						Lei nº16.177/2016 de 27/12/2016.	Realinhamento da alíquota modal do Icms de 17% para 18%.
TOTAL			1.106.777.546	1.151.712.715	1.197.550.881		

FONTE: SEFAZ, 23/03/2018, 10h50min

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA POR REGIÃO - art 165, § 6° da CF/88
2019

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

REGIÕES	2019	2020	2021
Região Cariri	48.359.633	50.323.034	52.325.891
Região Centro Sul	197.337	205.349	213.521
Região Grande Fortaleza	821.715.406	855.077.052	889.109.118
Região Litoral Leste	8.608.335	8.957.834	9.314.356
Região Litoral Norte	4.629.988	4.817.965	5.009.720
Região Litoral Oeste/ Vale do Curu	12.384.293	12.887.095	13.400.001
Região Maciço de Baturité	3.453.865	3.594.092	3.737.137
Região Serra da Ibiapaba	3.309.256	3.443.612	3.580.668
Região Sertão Central	33.958.286	35.336.993	36.743.405
Região Sertão de Sobral	118.488.036	123.298.651	128.205.937
Região Sertão de Crateús	10.242.452	10.658.296	11.082.496
Região Sertão do Inhamuns	721.201	750.482	780.351
Região Vale do Jaguaribe	40.709.458	42.362.262	44.048.280
Total geral	**1.106.777.546**	**1.151.712.715**	**1.197.550.681**

Fonte SEFAZ/ Célula de Benefícios Fiscais.

Nota: Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de Planejamento.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso V — R$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	256.617,0
(-) Transferências Constitucionais	64.154,2
(-) Transferências ao FUNDEB	38.492,5
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	153.970,2
Redução Permanente da Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	153.970,2
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	117.713,4
Novas DOCC	47.523,5
Novas DOCC geradas por PPP	70.189,8
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)	36.256,8

FONTE: SEPLAG, 13/04/2018, 17h:10min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (*caput* do art. 17 da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará estimou parcela do crescimento do ICMS em 2019 no valor aproximado de R$ 256,6 milhões de reais para fazer face a novas despesas continuadas.

Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R$ 64,1 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R$ 38,5 milhões aproximadamente.

Após realizadas as deduções, R$ 47,5 milhões, aproximadamente, serão destinados ao custeio dos novos equipamentos previstos com repercussão em 2019. Dentre estes se destacam os gastos com a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento,

Delegacias Regionais, Escolas de Educação Profissional e Cadeias Públicas. O Estado prevê ainda possíveis novos dispêndios em 2019 gerados pelo início da execução da PPP do Hospital Regional Metropolitano, no montante de R$ 70,2 milhões.

Por fim, R$ 36,2 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.

I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO [1]	R$ milhares									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	15.347.393	17.040.927	18.525.395	19.378.427	22.530.027	22.869.503	23.420.036	24.600.719	25.976.058	27.538.466
Receita tributária	7.784.412	8.835.210	9.662.285	10.225.482	11.624.516	12.197.564	13.074.973	14.076.153	14.960.474	15.901.044
Impostos	7.461.985	8.475.675	9.265.443	9.799.262	10.901.806	11.417.213	12.232.919	13.166.852	13.983.860	14.852.516
Taxas	322.428	359.536	396.842	426.221	722.710	780.352	842.054	909.301	976.514	1.048.528
Receita de Contribuição	1.099.806	1.209.819	1.380.549	1.395.437	1.573.816	1.665.813	1.763.594	1.870.902	1.934.113	2.000.829
Receita Patrimonial	441.964	562.650	417.814	377.498	406.380	424.175	860.340	421.096	333.051	345.476
Receitas Financeiras	232.242	293.328	318.732	352.254	376.237	353.936	262.910	271.684	281.429	291.557
Outras Receitas Patrimoniais	209.722	269.322	99.082	25.244	30.143	70.239	597.430	149.412	51.622	53.920
Receita de Serviços	52.617	52.862	53.399	73.315	82.566	106.477	86.769	90.413	94.462	98.734
Transferências Correntes	5.576.249	5.902.878	6.394.618	6.677.266	7.570.667	7.481.743	8.009.869	8.524.178	9.041.168	9.585.041
Transferências Intergovernamentais	5.372.525	5.768.191	6.249.714	6.584.221	7.439.874	7.385.851	7.863.693	8.369.561	8.877.348	9.411.659
Transferências da União	4.202.014	4.531.440	4.885.435	5.159.295	5.949.574	5.859.620	6.238.125	6.637.543	7.022.452	7.429.475
Transferências Multigovernamentais	1.119.562	1.188.497	1.316.398	1.382.579	1.490.300	1.430.705	1.526.573	1.628.866	1.747.102	1.869.539
Transferências dos Municípios	50.950	48.254	47.881	42.347	-	95.527	98.994	103.152	107.794	112.645
Transferências de Instituições Privadas	7.026	8.607	6.667	8.176	12.509	16.216	16.805	17.510	18.298	19.122
Transferências de Pessoas	839	757	1.167	465	1.123	892	924	963	1.006	1.052
Transferências de Convênios	195.859	125.323	138.336	84.404	117.161	78.784	128.447	136.144	144.515	153.208
Outras Receitas Correntes	392.345	477.507	637.726	629.429	1.272.083	993.730	709.978	760.243	818.248	879.537
RECEITAS DE CAPITAL	1.098.650	1.862.335	2.540.215	1.929.202	1.752.230	2.539.452	1.512.643	1.782.973	1.614.715	1.714.226
Operações de Crédito	811.527	1.190.525	1.633.747	1.539.757	1.109.696	2.051.079	1.065.193	1.583.497	1.165.442	1.220.186
Amortização de Empréstimos	50	94	1	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	8.164	1.792	5.956	4.337	4.002	16.429	16.999	17.654	18.381	19.117
Transferências de Capital	277.611	669.923	831.649	373.862	638.501	471.261	430.451	181.822	630.892	474.923
Outras Receitas de Capital	1.298	-	68.863	11.247	91	683	-	-	-	-
TOTAL	16.446.043	18.920.770	21.101.885	21.307.629	24.282.257	25.408.955	26.051.109	27.560.286	29.032.123	30.562.372

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016

Nota:

1 A partir de 2012 são deduzidos os recursos para formação do FUNDEB

I.a - Receita Tributária

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	7.780.898	-0,5%
2013	8.835.694	13,6%
2014	9.661.506	9,3%
2015	10.225.175	5,8%
2016	11.623.754	13,7%
2017	12.197.141	4,9%
2018	13.072.674	7,2%
2019	14.073.654	7,7%
2020	14.958.175	6,3%
2021	15.898.745	6,3%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

Nota:

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.b - Fundo de Participação dos Estados

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	3.636.497	-17,5%
2013	3.910.874	7,5%
2014	4.261.723	9,0%
2015	4.483.264	5,2%
2016	5.076.173	13,2%
2017	4.867.287	-4,1%
2018	5.199.891	6,8%
2019	5.548.325	6,7%
2020	5.881.225	6,0%
2021	6.234.098	6,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

Nota:

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.c - Outras Receitas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	404.748	3,8%
2013	470.085	16,1%
2014	636.831	35,5%
2015	626.378	-1,6%
2016	1.264.816	101,9%
2017	985.065	-22,1%
2018	709.978	-27,9%
2019	760.243	7,1%
2020	621.964	-18,2%
2021	674.421	8,4%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.d - Receitas de Capital

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	1.098.650	-21,7%
2013	1.862.367	69,5%
2014	2.540.215	36,4%
2015	1.929.202	-24,1%
2016	1.752.230	-9,2%
2017	2.539.452	44,9%
2018	1.512.643	-40,4%
2019	1.782.973	17,9%
2020	1.768.441	-0,8%
2021	1.667.366	-5,7%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

II - CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	R$ milhares									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES	13.742.252	15.304.742	17.277.833	18.287.950	20.016.053	20.952.113	22.283.901	23.541.351	24.877.505	26.226.263
Pessoal e Encargos Sociais	7.493.882	8.271.354	9.126.570	9.997.649	10.454.759	11.023.337	11.904.071	12.660.109	13.343.070	14.114.892
Juros e Encargos da Dívida	247.099	246.480	297.663	414.556	446.076	452.098	555.860	591.288	644.631	663.940
Outras Despesas Correntes	6.001.271	6.786.908	7.853.600	7.875.745	9.115.218	9.476.679	9.823.970	10.289.954	10.889.804	11.447.431
DESPESAS DE CAPITAL	2.895.939	3.090.398	4.505.682	3.220.185	3.250.863	3.656.239	3.910.102	4.166.663	4.299.993	4.460.442
Investimentos	2.070.703	2.239.534	3.475.765	2.411.487	2.172.566	2.467.740	2.884.987	2.892.756	2.962.801	3.164.678
Inversões Financeiras	138.196	323.191	434.101	119.346	231.520	199.223	203.404	210.368	221.917	233.884
Amortização Financeira	687.040	527.673	595.816	689.352	846.777	989.275	821.712	1.063.539	1.115.275	1.081.880
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	62.105	64.713	67.626	70.669
TOTAL	16.638.192	18.395.141	21.783.515	21.508.135	23.266.916	24.608.352	26.256.109	27.772.728	29.245.123	30.777.373

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016 e STN

II.a - Pessoal e Encargos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	8.271.354	10,4%
2014	9.126.570	10,3%
2015	9.997.649	9,5%
2016	10.454.759	4,6%
2017	11.023.337	5,4%
2018	11.904.071	8,0%
2019	12.660.109	6,4%
2020	13.343.070	5,4%
2021	14.114.892	5,8%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

II.b - Juros e Encargos da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	246.480	-0,3%
2014	297.663	20,8%
2015	414.556	39,3%
2016	446.076	7,6%
2017	452.098	1,3%
2018	555.860	23,0%
2019	591.288	6,4%
2020	644.631	9,0%
2021	663.940	3,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

II.c - Reserva de Contingência

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	-	
2014	-	-
2015	-	
2016	-	
2017	-	
2018	62.105,0	
2019	64.713,4	4,2%
2020	67.625,5	4,5%
2021	70.668,6	4,5%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Outras Despesas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	6.786.908	13,1%
2014	7.853.600	15,7%
2015	7.875.745	0,3%
2016	9.115.218	15,7%
2017	9.476.679	4,0%
2018	9.823.970	3,7%
2019	10.289.954	4,7%
2020	10.889.804	5,8%
2021	11.447.431	5,1%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

Despesas de Investimentos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	2.239.534	8,2%
2014	3.475.765	55,2%
2015	2.411.487	-30,6%
2016	2.172.312	-9,9%
2017	2.467.740	13,6%
2018	2.884.987	16,9%
2019	2.892.756	0,3%
2020	2.963.941	2,5%
2021	3.157.157	6,5%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

Despesas de Inversões

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	323.191	133,9%
2014	434.101	34,3%
2015	119.346	-72,5%
2016	231.520	94,0%
2017	199.223	-13,9%
2018	203.404	2,1%
2019	210.368	3,4%
2020	221.917	5,5%
2021	233.884	5,4%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

	3.103.124	3.184.718	3.398.562

III - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	15.347.393	17.040.927	18.525.395	19.378.427	22.530.027	22.869.503	23.420.036	24.600.719	25.976.058	27.538.467
Receita Tributária	7.784.412	8.835.210	9.660.241	10.225.482	11.624.518	12.197.564	13.072.674	14.073.854	14.958.175	15.898.745
Receita de Contribuição	1.099.806	1.209.819	1.361.597	1.395.437	1.573.816	1.665.813	680.406	730.933	730.933	730.933
Receita Patrimonial	441.964	562.650	417.814	377.498	406.380	424.175	860.340	421.096	333.051	345.476
Aplicações Financeiras (II)	232.242	293.328	318.732	352.254	376.237	353.936	262.910	271.684	281.429	291.557
Outras Receitas Patrimoniais	209.722	269.322	99.082	25.244	30.143	70.239	597.430	149.412	51.622	53.920
Receita de Serviços	52.617	52.862	53.399	73.315	82.566	106.477	86.769	90.413	94.482	98.794
Transferências Correntes	5.576.249	5.902.878	6.394.618	6.677.266	7.570.867	7.481.743	8.009.869	8.524.178	9.041.168	9.585.041
Demais Receitas Correntes	392.345	477.507	637.726	629.429	1.272.083	993.730	709.978	760.243	818.248	879.537
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	15.115.151	16.747.598	18.206.663	19.026.173	22.153.790	22.515.587	23.157.126	24.329.034	25.694.629	27.246.909
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.098.650	1.862.335	2.540.215	1.929.202	1.752.230	2.539.452	1.512.643	1.782.973	1.814.715	1.714.226
Operações de Crédito (V)	811.527	1.190.525	1.633.747	1.539.757	1.109.696	2.051.079	1.065.193	1.583.497	1.165.442	1.220.186
Alienação de Ativos (VII)	8.164	1.792	5.956	4.337	4.002	16.429	16.999	17.654	18.381	19.117
Transferência de Capital	277.611	669.923	831.649	373.862	638.501	471.261	430.451	181.822	630.892	474.923
Outras Receitas de Capital	1.298	-	68.863	11.247	31	683	-	-	-	-
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	278.909	669.923	900.512	385.108	638.532	471.944	430.451	181.822	630.892	474.923
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (IX)=(III+VIII)	15.394.060	17.417.522	19.107.174	19.411.281	22.792.322	22.987.511	23.587.577	24.510.856	26.325.520	27.721.832
DESPESAS CORRENTES (X)	13.742.252	15.304.742	17.277.833	18.287.950	20.016.053	20.952.113	20.961.722	22.153.584	23.424.424	24.702.853
Pessoal e Encargos Sociais	7.493.882	8.271.354	9.126.570	9.997.649	10.454.759	11.023.337	10.772.487	11.444.576	12.072.736	12.787.286
Juros e Encargos da Dívida (XI)	247.099	246.480	297.663	414.556	446.076	452.098	555.860	591.288	644.631	663.940
Outras Despesas Correntes	6.001.271	6.786.908	7.853.600	7.875.745	9.115.218	9.476.679	9.633.375	10.117.720	10.707.057	11.251.627
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	13.495.153	15.058.262	16.980.170	17.873.394	19.569.977	20.500.015	20.405.862	21.562.296	22.779.794	24.038.913
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.042.164	3.090.398	4.505.682	3.220.185	3.250.863	3.656.239	3.906.852	4.165.394	4.296.723	4.479.171
Investimentos	2.070.703	2.239.534	3.475.765	2.411.487	2.172.566	2.467.740	2.883.736	2.891.487	2.961.531	3.163.407
Programa de Infraestrutura (XIV)	853.775	871.663	1.545.618	1.453.756	927.616	1.177.662	496.369	781.989	310.599	390.689
Inversões Financeiras	138.196	323.191	434.101	119.346	231.520	199.223	203.404	210.368	221.917	233.884
Concessão de empréstimo (XV)	77.286	77.974	259.866	-	71.787	49.199	51.413	53.726	56.412	59.515
Amortização da Dívida (XVI)	687.040	527.673	595.816	689.352	846.777	989.275	821.712	1.063.539	1.115.275	1.081.880
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-	424.062	1.613.088	2.104.382	1.077.077	1.404.683	1.440.103	2.539.359	2.286.140	2.816.437	2.947.087
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	-	-	-	-	-	-	62.105	64.713	67.626	70.669
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX)=(XII+XVII+X	14.772.991	16.671.350	19.084.552	18.950.471	20.974.659	21.940.118	23.007.326	23.913.149	25.663.856	27.056.668
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX+XX)	621.069	746.172	455.336	460.811	1.817.662	1.047.393	580.252	597.707	661.665	665.164

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Notas: Excluídas as despesas com concessões de empréstimos do Grupo e Natureza de Despesa "Inversões Financeiras"

Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição.

IV - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
DEDUÇÕES (II)	2.384.719	3.039.952	2.416.145	1.743.229	2.743.476	3.674.142	1.838.804	1.938.804	1.958.804	1.958.804
Ativo Disponível	2.618.936	3.241.149	2.549.453	1.971.446	2.924.593	3.888.804	1.988.804	2.038.804	2.088.804	2.108.804
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	234.216	201.197	133.308	228.216	181.117	214.662	150.000	100.000	120.000	150.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-									
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL	(138.648)	(580.539)	(2.144.060)	(3.284.830)	1.594.753	(371.025)	(2.663.375)	(605.602)	(86.111)	404.660

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016

Nota: Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição.

V - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA

R$ milhares R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas (Contratual)	5.745.082	6.980.655	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
DEDUÇÕES (II)	2.384.719	3.039.952	2.416.145	1.743.229	2.743.476	3.674.142	1.838.804	1.938.804	1.958.804	1.958.804
Ativo Disponível	2.618.936	3.241.149	2.549.453	1.971.446	2.924.593	3.888.804	1.988.804	2.038.804	2.088.804	2.108.804
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	234.216	201.197	133.308	228.216	181.117	214.662	150.000	100.000	120.000	150.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

ANEXO III
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
(Art. 4º, § 3º , da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Em conformidade com a Lei Complementar N°101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento, bem como as providências a serem adotadas, caso se concretizem.

No que concerne a Outros Riscos Ficais Passivos, situações como frustração de arrecadação e discrepância de projeções podem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

Dessa forma, o principal risco que poderá afetar o cumprimento das metas no Estado do Ceará para 2019 decorre da possibilidade de frustração na arrecadação de R$ 90 milhões oriundos das concessões previstas, tendo em vista que entraves burocráticos poderão ocorrer ao longo do processo.

De forma geral, com o objetivo de minimizar e equacionar os problemas, serão adotadas medidas de redução das despesas discricionárias no montante de R$ 90 milhões, visando garantir o atingimento das metas fiscais do período.

No quadro a seguir evidencia-se o impacto sobre as receitas, em função dos passivos contingentes e dos demais riscos fiscais, bem como as providências que deverão ser tomadas para garantir o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2019.

ARF (LRF, art 4°, § 3°)

R$ milhares

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Redução em R$ 90 milhões na arrecadação de Concessões previstas.	90.000	Redução das despesas de natureza discricionária.	90.000
SUBTOTAL	90.000	SUBTOTAL	90.000
TOTAL	90.000	TOTAL	90.000

FONTE: SEPLAG, 04/04/2018, 9h:00min

ANEXO IV
RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

I. Metas Fiscais;

II. Renúncia de Receitas e Margem para Expansão da Despesa;

III. Evolução das Receitas;

IV. Evolução das Despesas;

V. Legislação da Receita;

VI. Legislação da Despesa;

VII. Macrorregiões de Planejamento;

VIII. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

IX. Demonstrativo da Receita por Categoria Econômica e Origem, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes;

X. Demonstrativo detalhado da Receita da Administração Direta do Tesouro, da Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes) e da Administração Indireta (Empresas Controladas);

XI. Demonstrativo da Despesa Por Poder, Órgão e Entidades, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes;

XII. Demonstrativo da Despesa por Função;

XIII. Demonstrativo da Despesa por Subfunção;

XIV. Demonstrativo da Despesa por Programa;

XV. Demonstrativo da Despesa por Projeto;

XVI. Demonstrativo da Despesa por Atividade;

XVII. Demonstrativo da Despesa por Operação Especial;

XVIII. Demonstrativo da Despesa consolidado por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;

XIX. Demonstrativo da Despesa por Fontes de Recursos;

XX. Demonstrativo da Despesa por Macrorregião;

XXI. Demonstrativo dos Investimentos por Macrorregião – Despesas de Capital;

XXII. Demonstrativo do Orçamento por Entidade, Macrorregião e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados a Investimentos no Interior do Estado;

XXIII. Demonstrativos dos valores referentes às vinculações Constitucionais e Legais (Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia);

XXIV. Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida;

XXV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Infância e Adolescência;

XXVI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FECOP;

XXVII. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FIT;

XXVIII. Demonstrativo da Dívida Pública e as receitas que as atenderão;

XXIX. Demonstrativo de Programas, Projetos e Atividades com Identificador de Resultado Primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5;

XXX. Demonstrativo Consolidado dos Recursos de Contrato de Gestão;

XXXI. Demonstrativo das Dotações Reservadas para Despesas de Pessoal.

Editoração Casa Civil
CEARÁ
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
Fortaleza, 23 de julho de 2018 | SÉRIE 3 | ANO X Nº136 | Caderno 1/3 | Preço: R$ 15,72

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

PODER EXECUTIVO

LEI Nº16.613, 18 de julho de 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 203, § 2º, da Constituição Estadual, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;

IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;

V - as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual;

VI - as disposições relativas à dívida pública estadual;

VII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais;

III – Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relação dos Quadros Orçamentários.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, consoante objetivos e diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, Lei do Plano Plurianual – PPA, para o período 2016-2019, correspondem às previstas do anexo I desta Lei, identificadas a partir dos seguintes critérios de priorização:

I – contribuição para os resultados e indicadores dos eixos e temas estratégicos;

II – contribuição para as diretrizes regionais; e

III – alinhamento com os Acordos de Resultados, previstos no Decreto nº 32.216, de 8 de maio de 2017, que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados.

§ 1º As obrigações constitucionais e legais do Estado, as despesas com a conservação do patrimônio público e a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2019, em relação às prioridades e metas de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As metas e prioridades deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, com os Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos Deliberativos de Políticas Setoriais nas 14 (quatorze) regiões do Estado do Ceará, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa, em conformidade com o disposto no §10 deste artigo.

§ 3º Além das disposições anteriores, a Lei Orçamentária priorizará o efetivo funcionamento dos Fundos:

I – Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA;

II – Fundo Estadual da Cultura - FEC;

III – Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP;

IV – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS;

V – Fundo de Inovação Tecnológica - FIT;

VI – Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas – FEPAD;

VII – Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

§ 4º A Lei Orçamentária conterá os demonstrativos orçamentários consolidados dos Fundos mencionados no § 3º deste artigo.

§ 5º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará disponibilizará o Projeto de Lei Orçamentária Anual, através do seu sítio eletrônico, como forma de assegurar e ampliar a participação dos Conselhos de Políticas Públicas e toda a sociedade.

§ 6º O anexo I desta Lei somente poderá ser atualizado após sua publicação e por ocasião da Adequação do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, em 2018, visando assegurar a integração dos instrumentos de planejamento e atendendo ao disposto no art. 203, § 2º da Constituição do Estado do Ceará, e ao inciso III, do § 4º, do art. 11, da Lei Estadual nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, devendo a Secretaria do Planejamento e Gestão, após a publicação da referida Adequação, atualizar o anexo I e republicá-lo em seu sítio eletrônico.

§ 7º No Projeto e na Lei Orçamentária para 2019, os recursos destinados aos investimentos deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada, e, em caso de investimentos voltados a novas unidades, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional das ações governamentais.

§ 8º As metas e prioridades da Administração Estadual para o exercício de 2019 deverão estar em consonância com os Planos Estaduais setoriais estratégicos de longo prazo aprovados na Assembleia Legislativa, devendo o Poder Executivo adotar esforços para manter ativa no Portal da Transparência do Estado a disponibilização de consultas e relatórios com informações atinentes:

I - ao atendimento de suas metas quantitativa e qualitativamente;

II – aos respectivos dispêndios orçamentários e financeiros;

III – às ações empreendidas pelo Governo a fim de tornar efetiva a consecução desses planos.

§ 9º A Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, através do sítio eletrônico do Governo do Estado, dará ciência aos Conselhos de Políticas Públicas do período de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual antes do envio deste à Assembleia Legislativa, como forma de assegurar e ampliar a participação da sociedade.

§ 10. O cumprimento das metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2019, definidas no Anexo de Metas e Prioridades, deverá ser comprovado trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término do trimestre imediatamente anterior através do envio à Assembleia Legislativa, de demonstrativo pormenorizado do cumprimento de cada meta no trimestre, acrescido de respectivo percentual de execução, bem como relatório específico e justificado das metas não atingidas no período.

§ 11. Para a retirada de recursos de Fundos que não estejam sob o gerenciamento do Poder Executivo ou de seus órgãos delegados deverá ser assegurada a provisão de devolução, no Balanço Geral do Estado, para o Poder ou órgão a que estão vinculados os Fundos.

Art. 3º A elaboração e aprovação da Lei Orçamentária de 2019 deverá estar compatível com as metas fiscais previstas no anexo II desta Lei.

§ 1º As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária e na Execução Orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas, incluídos os critérios adotados para a estimativa de arrecadação e despesas previstas no anexo II desta Lei, justifiquem a necessidade de alterações.

§ 2º A Lei Orçamentária conterá demonstrativo evidenciando as alterações realizadas.

§ 3º Caso as ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem a projeção ou realização das receitas, nos termos do anexo II desta Lei, venham a alterar as metas fiscais ora estabelecidas, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa as alterações realizadas por meio do relatório detalhado, justificando e demonstrando impacto das alterações.

Art. 4º As Diretrizes Orçamentárias de que trata esta Lei são alinhadas aos resultados estabelecidos e pautadas nos objetivos e nas seguintes premissas do Plano Plurianual 2016-2019:

I - gestão pública por resultados;

II - participação cidadã;

III - promoção do desenvolvimento territorial;

IV - intersetorialidade na gestão das políticas públicas.

Parágrafo único. Além dos resultados, objetivos e premissas do Plano Plurianual 2016-2019, a Lei Orçamentária Anual de 2019, bem como sua execução, deverá se pautar pela transparência, mediante a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária, inclusive por meio eletrônico, nos sítios oficiais do Estado, em linguagem clara e acessível à população.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - o instrumento de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados;

II - iniciativa - o atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;

III - atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento

Governador
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Vice - Governadora
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Gabinete do Governador
JOSÉ ÉLCIO BATISTA

Gabinete do Vice-Governador
FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA

Casa Civil
JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA

Procuradoria Geral do Estado
JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado
JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO

Conselho Estadual de Educação
JOSÉ LINHARES PONTE

Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura
EUVALDO BRINGEL OLINDA

Secretaria das Cidades
PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

Secretaria da Cultura
FABIANO DOS SANTOS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário
FRANCISCO DE ASSIS DINIZ

Secretaria do Desenvolvimento Econômico
CESAR AUGUSTO RIBEIRO

Secretaria da Educação
ROGERS VASCONCELOS MENDES

Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas
FRANCISCO WILLIAMS CABRAL FILHO

Secretaria do Esporte
JOSÉ EULER DE OLIVEIRA BARBOSA

Secretaria da Fazenda
JOÃO MARCOS MAIA

Secretaria da Infraestrutura
LUCIO FERREIRA GOMES

Secretaria da Justiça e Cidadania
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

Secretaria do Meio Ambiente
ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO

Secretaria do Planejamento e Gestão
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Secretaria dos Recursos Hídricos
FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Secretaria da Saúde
HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
ANDRÉ SANTOS COSTA

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

Secretaria do Turismo
ARIALDO DE MELLO PINHO

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário
RODRIGO BONA CARNEIRO (RESPONDENDO)

da ação de governo;

V - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional;

VII - órgão orçamentário - o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - concedente - o órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual responsável pela transferência de recursos financeiros para ente ou entidade pública, pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, para a execução de ações por meio de convênios ou quaisquer instrumentos congêneres;

IX - convenente - o parceiro selecionado para a execução de ações em parceria com órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênio ou instrumento congênere;

X - interveniente - o ente ou entidade pública que participa do convênio ou instrumento congênere, para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio, podendo assumir a execução do objeto pactuado e realizar os atos e procedimentos necessários, inclusive a movimentação de recursos;

XI - descentralização de créditos orçamentários - a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes, observado o disposto no Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009;

XII - inadimplente - o convenente que não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e não apresentar ou não tiver aprovada pelo concedente a sua prestação de contas.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas alterações posteriores.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º A Lei Orçamentária para o exercício de 2019, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei e no Plano Plurianual 2016 – 2019.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Estadual, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema de Contabilidade do Estado.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária e a respectiva Lei, para o ano de 2019, serão constituídos, de:

I – Projeto de Lei Orçamentária Anual, com a seguinte composição:

a) texto da Lei;

b) quadros da receita e da despesa, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – demonstrativos orçamentários consolidados relacionados no anexo IV desta Lei:

a) demonstrativo de renúncia de receita;

b) demonstrativo das dotações reservadas para Despesas de Pessoal;

c) demonstrativos consolidados por órgão, funções, subfunções, programas, projetos e atividades dos recursos destinados às políticas públicas para Infância e Adolescência e a Política de Gênero;

d) demonstrativo de todo o passivo com incentivos fiscais;

e) demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e as despesas decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

III – demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública;

IV – relação de iniciativas e ações orçamentárias.

§ 1º Acompanharão os orçamentos a que se refere o inciso III do caput deste artigo:

I – demonstrativo do orçamento por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades/operações especiais;

II – demonstrativo segundo a natureza da Receita por entidade da Administração Indireta;

III – demonstrativo consolidado da Receita e da Despesa, por Categoria Econômica, por entidade da Administração Indireta.

§ 2º A vinculação entre iniciativa e ação, de que trata o inciso IV do caput, será evidenciada por meio de Demonstrativo por Órgão, Programa, Iniciativa e Ação.

§ 3º O demonstrativo de que trata a alínea "a" do inciso II deste

FSC
www.fsc.org
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

artigo deverá apresentar o efeito regionalizado sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, nos termos instituídos no § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 9º Na proposta e na Lei Orçamentária Anual, a receita será detalhada por sua natureza, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Parágrafo único. As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza da receita e as fontes de recursos.

Art. 10. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, quando couber, deverá especificar, por órgão e entidade dos Poderes, os seguintes elementos:

I – esfera orçamentária;

II – classificação institucional;

III – classificação funcional;

IV– classificação econômica da despesa– Categoria Econômica, Grupo e Natureza da Despesa e Elemento de Despesa;

V – modalidade de aplicação;

VI – programas e ações (projeto, atividade ou operação especial);

VII – regionalização;

VIII – fontes de recursos e identificador de uso;

IX – identificador de resultado primário;

X – balancete orçamentário e financeiro.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar cada tipo de orçamento, conforme o art. 203 da Constituição Estadual, constando na Lei Orçamentária pelas seguintes legendas:

I – FIS - Orçamento Fiscal;

II – SEG - Orçamento da Seguridade Social;

III – INV - Orçamento de Investimento.

§ 2º A classificação institucional é representada pelos órgãos orçamentários no seu maior nível, agrupando as unidades orçamentárias que são o menor nível da classificação institucional.

§ 3º A classificação funcional e estrutura programática, de que trata a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será discriminada de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, sendo consolidada na Lei Orçamentária Anual por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.

§ 5º As categorias econômicas são as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 6º Os grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza do gasto, sendo identificados pelos seguintes títulos e códigos:

I – Pessoal e Encargos Sociais –1;

II – Juros e Encargos da Dívida – 2;

III – Outras Despesas Correntes – 3;

IV – Investimentos – 4;

V – Inversões Financeiras – 5;

VI – Amortização da Dívida – 6.

§ 7º A Modalidade de Aplicação (MA) indica se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos;

III – indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.

§ 8º A especificação da modalidade de que trata o § 7º será identificada por código próprio, com as seguintes características:

I – Transferências à União (MA 20);

II – Execução Orçamentária Delegada à União (MA 22);

III - Transferências a Municípios (MA 40);

IV - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (MA 41);

V – Execução Orçamentária Delegada a Municípios (MA 42);

VI – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

VII – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);

VIII - Transferências a Instituições Multigovernamentais (MA 70);

IX – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (MA 71);

X – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (MA 72);

XI - Transferências ao Exterior (MA 80);

XII – Aplicações Diretas (MA 90);

XIII – Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91);

XIV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe (MA 93);

XV – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente não participe (MA 94).

§ 9º O elemento econômico da despesa tem por finalidade identificar o objeto de gasto e será discriminado no momento do empenho da despesa, com desdobramentos em itens.

§ 10. As fontes de recursos, de que trata este artigo, serão consolidadas, segundo:

I – os recursos do Tesouro, compreendendo os recursos da arrecadação própria do Tesouro Estadual, as receitas de transferências federais relativas à participação do Estado na Arrecadação da União e outras transferências constitucionais e legais correntes e de capital;

II – os recursos de Outras Fontes, compreendendo as demais fontes não previstas no inciso anterior;

III – os recursos da Administração Direta do Tesouro Estadual;

IV – os recursos da Administração Indireta.

§ 11. O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida de empréstimo e outras aplicações, constando da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais pelos seguintes dígitos ou outros que poderão ser acrescentados pela SEPLAG:

I – fontes de recursos do Tesouro não destinados à contrapartida – 0;

II – fontes de recursos de Outras Fontes não destinadas à contrapartida - 1;

III – contrapartida de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES – 2;

IV – contrapartida de empréstimos da Caixa Econômica Federal – CEF – 3;

V – contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - 4;

VI – contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – 5;

VII – contrapartida de outros empréstimos – 6;

VIII – contrapartida de convênios – 7.

§ 12. O identificador de Resultado Primário (RP), de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais do anexo II desta Lei, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando se a despesa é:

I – financeira - (RP 0);

II – primária obrigatória – (RP 1);

III – primária discricionária de projetos estruturantes do Estado - (RP 2);

IV – primária discricionária de projetos do Orçamento Geral da União - (RP 3);

V – do Orçamento de Investimento das empresas estatais que não impacta o resultado primário - (RP 4);

VI – destinada à convivência com a seca - (RP 5).

§ 13. A consolidação do orçamento por região será feita em conformidade com as regiões de planejamento criadas pela Lei Complementar Estadual nº 154, de 20 de outubro de 2015.

§ 14. As despesas não regionalizadas, por não serem passíveis de regionalização quando da elaboração do orçamento anual, serão identificadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária pelo localizador de gasto que contenha a expressão "Estado do Ceará" e código identificador "15".

§ 15. As despesas não regionalizadas, conforme disposto no § 14 deste artigo, poderão ser regionalizadas na execução orçamentária, mediante processamento no Sistema de Execução Orçamentária, que registre a efetiva localização da despesa nas regiões do Estado, de forma a favorecer e tornar transparente a interiorização dos gastos.

§ 16. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99) e sem registro da modalidade de licitação.

§ 17. As despesas relativas às Parcerias Público-Privadas deverão ser classificadas em elemento e modalidade de aplicação próprios, conforme atualização da Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 11. As receitas e despesas decorrentes da alienação de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista serão apresentadas na Lei Orçamentária de 2019 com códigos próprios que as identifiquem.

Art. 12. A Lei Orçamentária conterá demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP e do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT.

§ 1º Os recursos do FECOP deverão atender às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos assistenciais e estruturantes, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para melhoria das condições de vida.

§ 2º Os programas e projetos financiados com recursos do FECOP e do FIT, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, constarão no Sistema de Execução Orçamentária com códigos próprios, de forma que possibilite sua identificação durante a execução orçamentária.

§ 3º Os recursos do FECOP deverão priorizar as regiões com os maiores índices de pobreza e desigualdade social, devidamente indicadas na Lei Orçamentária de 2019, garantindo o acesso da população às políticas públicas estaduais básicas.

Art. 13. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais discriminarão, em ação orçamentária específica na unidade orçamentária competente dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades vinculadas, inclusive as empresas públicas dependentes e sociedades de economia mista, as dotações destinadas ao atendimento de:

I – concessão de subvenções econômicas e subsídios;

II – participação em constituição ou aumento de capitais de empresas e sociedades de economia mista;

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

III – pagamento do serviço da dívida do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal da Renegociação da Dívida do Estado;

IV – pagamento de precatórios judiciários;

V – despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial serão especificadas claramente em conformidade com a estrutura funcional programática da Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Para efeito do disposto no art. 10, os órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública encaminharão para a Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro - SIOF, até 31 de agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei, em especial o que dispõe o art. 90 desta Lei.

Parágrafo único. Caso não seja atendido o prazo estipulado no caput, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 15. Os recursos destinados à publicidade e ao apoio cultural deverão fortalecer veículos públicos, comunitários, independente e privados, em conformidade com o que dispõe o art. 157 da Constituição do Estado do Ceará, garantida a transparência das parcerias firmadas pela Administração Pública, regidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou segundo o regramento da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei das Licitações e Contratos Públicos.

Art. 16. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como também os de abertura de créditos adicionais especiais, sob a forma de impressos e meios eletrônicos.

Parágrafo único. O Poder Executivo e o Poder Legislativo divulgarão esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual na internet e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 17. A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em até 30 (trinta) dias após a entrega do Projeto de Lei Orçamentária, demonstrativo com a relação das obras com valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOSORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 18. O Poder Executivo manterá na rede internet programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, os respectivos relatórios, como também os previstos nos arts. 200 e seu parágrafo único; 203, § 2.º, inciso III; e 211, incisos I, II, III e IV, e seu parágrafo único, todos da Constituição Estadual e do Balanço Geral do Estado.

§ 1º Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública manterão, nas suas respectivas páginas na internet, todos os demonstrativos atualizados de sua execução orçamentária.

§ 2º Para os fins do previsto neste artigo, o Poder Público Estadual, na formulação e na execução da Lei Orçamentária Anual, se pautará por uma Política Estadual de Transparência da Administração Pública e do Processo Orçamentário fundada nos princípios constitucionais e legais que regem a organização estadual, especialmente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da motivação, da indivisibilidade e indisponibilidade do interesse público, da democratização, da transparência e da participação, e que se expressam nas seguintes diretrizes, entre outras possíveis para o pleno atendimento dos objetivos desta Lei:

I – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, da previsão e execução dos gastos públicos, abrangendo toda a Administração Pública, especialmente no que tange ao processo orçamentário e a sua execução;

II – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos a compreensão do processo orçamentário, desde as premissas de elaboração da lei orçamentária até o pagamento final das despesas, com a devida prestação de contas;

III – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de informações que permitam aos cidadãos compreender e monitorar os gastos públicos;

IV – elaboração e execução do orçamento em estreita observância ao princípio da justiça social, o qual implica assegurar projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões administrativas do Estado, bem como combater a exclusão social;

V – além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a efetiva utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos cidadãos às informações relativas ao orçamento e à gestão fiscal;

VI – ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas e respectivos pareceres prévios;

VII – disponibilização, inclusive por meio eletrônico, em linguagem clara e acessível à população em geral, de instrumentos que permitam a qualquer cidadão realizar denúncias, reclamações, sugestões e/ou elogios acerca da gestão das finanças e dos gastos públicos;

VIII – disponibilização de informações, em meio eletrônico, com a utilização de ferramentas ou sistema de acessibilidade, que permitam aos deficientes visuais e auditivos compreender e monitorar os gastos públicos.

§ 3º É obrigatório o registro da execução orçamentária e financeira no sítio eletrônico da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em cumprimento aos prazos disciplinados pela Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009.

§ 4º O Poder Executivo disponibilizará no sítio eletrônico do Portal da Transparência, demonstrativo dos investimentos executados, por região de planejamento, para fins de acompanhamento da execução orçamentária dos investimentos previstos na Lei Orçamentária de 2019, no tocante à interiorização do desenvolvimento, assim como para comprovação do atendimento ao disposto nos arts. 208 e 210 da Constituição do Estado do Ceará.

§ 5º Em observância ao Princípio da Economicidade, o Poder Executivo poderá, nos moldes da Lei Maior, promover a publicação oficial da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, da Lei Orçamentária Anual e do PPA na internet, na página da SEPLAG, em substituição à publicação impressa, que deverá estar acessível a todos por, no mínimo, 5 (cinco) anos, sob pena de nulidade do seu disposto.

Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, e visando propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados do programa do Governo, a elevação da eficiência e eficácia da gestão pública, os órgãos e entidades da Administração Pública deverão observar, quando da elaboração da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, a classificação da ação orçamentária em relação à prevalência da despesa, conforme abaixo mencionada:

I – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Administrativos Continuados": gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão;

II – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Correntes Administrativos Não Continuados": despesas de natureza administrativa de caráter eventual;

III – ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Administrativas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, de natureza administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho das áreas meio;

IV – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Continuados": despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços à sociedade, de natureza continuada, e não contribuem para a geração de ativos;

V – ações orçamentárias com prevalência de "Gastos Finalísticos Correntes Não Continuados": gastos relacionados com a oferta de produtos e serviços à sociedade, mas não existe o caráter de obrigatoriedade. A despesa pode ter relação com a realização de ativos públicos;

VI – ações orçamentárias com prevalência de despesas de "Investimentos/Inversões Finalísticas": despesas de capital, obras, instalações e aquisições de equipamentos, desapropriações, aquisições de imóveis, aumento de capital de empresas públicas, em ações que ofereçam produtos ou serviços à sociedade.

§ 1º Consoante o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, caberá ao Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC, e ao Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF, analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas, submetendo ao COGERF as recomendações que assegurem o equilíbrio fiscal da Administração Pública, cumprimento de metas e resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 2º Para promover o adequado controle de custos e avaliação, a Administração Estadual deverá implementar e manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, respeitado o cronograma da Secretaria do Tesouro Nacional e em obediência às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

§ 3º O controle de custos de que trata o parágrafo anterior será utilizado para o estabelecimento da relação entre despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise de eficiência na alocação de recursos e sua base deverá ser alimentada pelas ferramentas gerenciais do Sistema de Gestão Governamental Por Resultados - S2GPR, e demais sistemas utilizados pelo Governo do Estado, cujas informações guardem relação direta com a apuração dos custos das ações governamentais.

§ 4º O Poder Executivo Estadual disponibilizará, no Portal da Transparência, o acompanhamento das obras de infraestrutura do Estado cujos valores sejam iguais ou superiores a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com apresentação de quadro demonstrativo dos custos básicos e principais informações em termos físicos e monetários que permitam a avaliação e o acompanhamento da gestão, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

Seção II
Da Elaboração e Execução do Orçamento

Art. 20. A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2019, deverá ser obtida pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada, não financeira, e expresso em percentual do Produto Interno Bruto

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

– PIB estadual, observada discriminação prevista, na forma do inciso II, § 2 °, art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no anexo II – Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei, deduzidos os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP2, RP3, RP4 e RP5, de que trata o § 12 do art. 10 desta Lei.

§ 1º O valor do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 será evidenciado no demonstrativo de apuração do resultado primário para compensar eventual variação negativa, na meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e em alterações posteriores, no ano fiscal de 2019.

§ 2º O valor dos investimentos em Programas de Infraestrutura, não computados para efeito de apuração do resultado primário, serão identificados no anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 3º O montante de investimentos descrito no § 2º poderá ser alterado caso ocorra variação na previsão das receitas e despesas à época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, sendo evidenciado em demonstrativo próprio do Volume I, da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 21. Será assegurado aos membros do Poder Legislativo o acesso ao sistema corporativo de convênios e congêneres do Poder Executivo Estadual e-Parcerias e ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA.

Art. 22. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão, como limites das despesas correntes destinadas ao custeio de funcionamento e de manutenção, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2018, acrescidos dos valores dos créditos adicionais referentes às despesas da mesma espécie e de caráter continuado autorizados até 30 de julho de 2018, podendo ser corrigidas para preços de 2019 até o limite dos parâmetros macroeconômicos projetados para 2019, conforme o anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 1º Aos limites estabelecidos no caput deste artigo poderão ser acrescidas as despesas de manutenção e funcionamento de novos serviços e instalações cuja aquisição ou implantação esteja prevista para os exercícios de 2018 e 2019.

§ 2º As despesas de custeio e manutenção do Poder Executivo, de que trata o caput deste artigo, correspondem às despesas das ações orçamentárias classificadas no Sistema Integrado de Orçamento e Finanças – SIOF, como "Gastos Administrativos Continuados", conforme definido no inciso I do art. 19 desta Lei.

§ 3º Aos limites estabelecidos no caput deste artigo deverão ser excluídas as dotações orçamentárias autorizadas em créditos adicionais em 2018, destinadas a despesas de caráter eventual.

Art. 23. No Projeto de Lei Orçamentária de 2019, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2019, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2019, conforme discriminado no anexo II - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Parágrafo único. As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas, segundo a taxa de câmbio projetada em 2019, com base nos parâmetros macroeconômicos para 2019, conforme o anexo II - Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 24. A alocação dos créditos orçamentários, na Lei Orçamentária Anual, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A vedação contida no art. 205, inciso V, da Constituição Estadual, não impede a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora, em conformidade com o Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009.

Art. 25. Na Lei Orçamentária não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;

III – previstos recursos para aquisição de veículos de representação, ressalvadas as substituições daqueles com mais de 4 (quatro) anos de uso ou em razão de danos que exijam substituição;

IV – previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da Administração Pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

V – classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;

VI – incluídas dotações relativas às operações de crédito não contratadas ou cujas cartas-consultas não tenham sido recomendadas pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 30 de agosto de 2018;

VII – incluídas dotações para pagamento com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, de remuneração a Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais, exceto na forma de concessão de bolsa para servidores públicos estaduais ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica - MAG, da Secretaria da Educação e professores do Grupo Magistério Superior – MAS, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quando da atuação em programa de formação e qualificação educacional de professores leigos, excetuando-se ainda, o pagamento de bolsas do Programa Agente Rural, instituído pela Lei nº 15.170, de 18 de junho de 2012.

Parágrafo único. As operações de crédito de que trata o inciso VI deste artigo que forem recomendadas pela COFIEX, para o caso de operações externas; ou aprovadas pela instituição financeira, no caso das operações internas, poderão, após 30 de agosto, ser incluídas no orçamento por meio de emendas ou créditos adicionais.

Art. 26. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista, a que se refere o art. 48 desta Lei, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem, integralmente, às necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos para investimentos e inversões financeiras, de que trata o caput deste artigo, serão priorizadas as contrapartidas de contratos de financiamentos internos e externos e convênios com órgãos federais e municipais.

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2019 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) os projetos em andamento;

b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Estadual;

c) a contrapartida para os projetos com financiamento externo e interno e convênios com outras esferas de governo;

d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciárias;

II – os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;

III – a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2016-2019.

§ 1º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2018, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 28. Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

I – recursos vinculados compostos pela cota parte do salário educação, pela indenização por conta da extração de petróleo, xisto e gás, pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, pelas operações de crédito interno e externo e convênios;

II – recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

III – contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado;

IV – recursos destinados a obras não concluídas das administrações direta e indireta, consignados no orçamento anterior.

§ 1º A anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor consignado na proposta orçamentária.

§ 2º Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:

I - destinem recursos do Tesouro Estadual para Empresas Estatais não dependentes;

II - destinem recursos do Tesouro Estadual para fundos cujas leis de criação não prevêem essa fonte de financiamento;

III - anulem valor de dotações orçamentárias do grupo de natureza de despesa 31 – Pessoal e Encargos Sociais, exceto quando suplementado para o próprio grupo de despesa;

IV - anulem valor das ações orçamentárias classificadas no Poder Executivo, conforme incisos I e IV do art. 19, exceto quando a suplementação se destinar, respectivamente, aos Gastos Administrativos Continuados ou Gastos Finalísticos Correntes Continuados do próprio órgão que originou a anulação;

V - anulem as dotações orçamentárias que estejam previstas na Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 29. O pagamento de precatórios judiciários será efetuado em ação orçamentária específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

Parágrafo único. Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da Justiça Estadual, constarão dos orçamentos dos órgãos e entidades da Administração Indireta a que se referem os débitos, quando a liquidação e o pagamento for com recursos próprios, e dos orçamentos dos Encargos Gerais do Estado, quando pagos com recursos do Tesouro Estadual.

Art. 30. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2019, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100, §§ 1.º, 2.º e 3.º, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal.

Art. 31. Os órgãos e entidades da Administração Pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Estado, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 32. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida corresponderão às operações contratadas e às autorizações concedidas até 31 de agosto de 2018.

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126631

Art. 33. A Lei Orçamentária consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências, à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica, cumprindo o disposto no art. 212 da Constituição Federal, e art. 216 da Constituição Estadual.

Art. 34. Os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, serão identificados por código próprio, relacionados a sua origem e a sua aplicação.

Art. 35. Na programação de investimentos da Administração Pública Estadual a alocação de recursos para os projetos de tecnologia da informação deverão, sempre que possível, ser efetuados em ação orçamentária específica, com código próprio, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.

Art. 36. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados na legislação estadual vigente, para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 24, incisos I e II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção III

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 37. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.

Art. 38. A criação de órgãos, bem como a inclusão de categoria de programação ao Orçamento de 2019 será realizada mediante abertura de crédito adicional especial.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos aos créditos, de que trata o caput deste artigo, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.

§ 2º Os projetos relativos a créditos adicionais especiais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Assembleia Legislativa por meio de projetos de lei específicos para atender exclusivamente a esta finalidade.

§ 3º Os créditos especiais aprovados pela Assembleia Legislativa serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 39. Durante a execução orçamentária, poderão ser incorporados ao orçamento anual, mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo para:

I – a inclusão ou alteração de categoria econômica, grupo de despesa e região em projeto, atividade ou operação especial, já constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais;

II - a reabertura de ação orçamentária e seus elementos constituintes, desde que a mesma já tenha apresentado execução no âmbito do PPA 2016-2019;

III – alteração na classificação funcional ou vinculação da ação a iniciativa do Programa, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, mantidos a classificação da despesa e o valor global.

Art. 40. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5.º, § 3.º desta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, com o respectivo detalhamento por esfera orçamentária e grupo de natureza da despesa, assim como os atributos dos programas vigentes do PPA 2016-2019.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o caput deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso, desde que justificadas pela unidade orçamentária detentora do crédito.

Art. 41. As alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da categoria de programação e do grupo de despesa não ensejam à abertura de créditos adicionais e poderão ocorrer no sistema de contabilidade para ajustar:

I – a Modalidade de Aplicação, exceto quando envolver a modalidade de aplicação 91;

II – o Elemento de Despesa;

III – o Identificador de Uso – Iduso;

IV – as fontes de recursos quando a alteração ocorrer entre fontes de operações de crédito não vinculadas a objeto de gastos específicos;

V – as subfontes de recursos, desde que na mesma fonte de recursos.

§ 1º As referidas alterações serão realizadas diretamente no Sistema de Execução Orçamentária.

§ 2º As alterações referentes a créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária cujas despesas foram alocadas na Região 15 – Estado do Ceará, poderão ser regionalizadas durante a execução orçamentária de acordo com o disposto nos §§ 14 e 15 do art. 10 desta Lei.

Art. 42. A descrição das ações orçamentárias poderá ser renomeada para melhor qualificá-las, sem alteração da essência do objeto.

Seção IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 43. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações públicas de saúde, à prestação de assistência médica, laboratorial e hospitalar aos servidores públicos, dentre outras, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no art. 203, § 3º, inciso IV, da Constituição Estadual, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições previdenciárias dos servidores estaduais ativos e inativos;

II – de receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta Seção;

III – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

IV – da Contribuição Patronal;

V – de outras receitas do Tesouro Estadual.

Seção V

Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública

Art. 44. Para efeito do disposto nos arts. 49, inciso XIX; 99, § 1º, e 136, todos da Constituição Estadual, e art. 134, § 2º, da Constituição Federal, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e, no que couber, da Defensoria Pública:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto nos arts. 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 desta Lei;

II – as demais despesas com custeio administrativo e operacional obedecerão ao disposto no art. 22 desta Lei.

Parágrafo único. Aos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, à Defensoria Pública Geral do Estado e ao Ministério Público Estadual fica assegurada autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, devendo ser-lhes entregues, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias e créditos suplementares e especiais, atendendo ao disposto no art. 168 da Constituição Federal.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 10 desta Lei, as propostas orçamentárias do Poder Legislativo, compreendendo o Tribunal de Contas do Estado, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública serão encaminhadas à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, por meio do Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro – SIOF, até 31 de agosto de 2018, de forma que possibilite o atendimento ao disposto no inciso VI do § 3º do art. 203 da Constituição Estadual.

§ 1º O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes e demais órgãos mencionados no caput, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, o estudo e a estimativa da receita para o exercício de 2019 e a respectiva memória de cálculo.

§ 2º Caso não seja atendido o prazo estipulado no caput, fica considerado como limite do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual de 2018 para a categoria econômica Despesas Correntes.

Art. 46. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2019, consignará recursos para o funcionamento da Escola Superior do Legislativo, respeitados os limites estabelecidos nesta Lei.

Seção VI

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado

Art. 47. Constará da Lei Orçamentária Anual o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, de acordo com o art. 203, § 3º, inciso II, da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O orçamento de investimento detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa de investimentos e inversões financeiras.

Art. 48. Não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, de que trata o artigo anterior, as normas gerais da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

§ 1º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para as finalidades a que se destinam.

§ 2º A execução orçamentária das empresas públicas dependentes dar-se-á através do Sistema de Contabilidade do Estado.

Seção VII

Da Programação da Execução Orçamentária e Financeira e sua Limitação

Art. 49. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por Poder e Órgão, e metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 22 desta Lei.

§ 1º O cronograma de desembolso mensal da despesa deverá estar compatibilizado com a programação das metas bimestrais de arrecadação.

§ 2º O cronograma mensal da despesa de pessoal e encargos sociais deverá refletir os impactos dos aumentos concedidos aos servidores ativos e inativos, a partir do mês da sua implementação.

§ 3º Observado o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a programação para pagamento de precatórios judiciários obedecerá ao cronograma de desembolso na forma de duodécimos.

§ 4º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal das demais despesas dos Poderes

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

§ 5º O ato referido no caput poderá ser modificado na vigência do exercício fiscal para ajustar as metas de realizações das receitas e o cronograma de pagamento mensal das despesas, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.

Art. 50. Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário da limitação serão distribuídos, de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública no conjunto de Outras Despesas Correntes e no de Investimentos e Inversões Financeiras, constantes na programação inicial da Lei Orçamentária, excetuando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais.

§ 1º Na hipótese de ocorrência do disposto neste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao bimestre, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, especificando os parâmetros adotados e as estimativas de receita e despesa, ficando facultada aos mesmos a distribuição da contenção entre os conjuntos de despesas citados no caput deste artigo e, consequentemente, entre os projetos/atividades/operações especiais contidos nas suas programações orçamentárias.

§ 2º Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato próprio, até o vigésimo dia após o recebimento do comunicado do Poder Executivo, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira, nos montantes necessários, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no caput deste artigo.

§ 3º Caso haja necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira, conforme previsto no caput deste artigo, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública minimizarão tal limitação, na medida do possível e de forma justificada, nos projetos/atividades/operações especiais de suas programações orçamentárias, localizados nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, vedada essa limitação aos municípios situados no Grupo 4 do IDM.

§ 4º Caso haja necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservados, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, combate à fome e à pobreza, e as ações relacionadas à criança, ao adolescente, ao idoso, aos portadores de necessidades especiais e à mulher, ao enfrentamento às drogas, à convivência com a seca, prioritariamente na aquisição de máquinas perfuratrizes e poços profundos e àqueles relacionados ao combate de surtos, endemias e epidemias.

§ 5º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, relatório contendo a memória de cálculo das novas estimativas de receita e despesa, revisão das projeções das variáveis de que trata o anexo II - Anexo das Metas Fiscais desta Lei, e justificativa da necessidade de limitação de empenho e da movimentação financeira nos percentuais, montantes e critérios estabelecidos nesta Lei.

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

Seção VIII

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Organizações da Sociedade Civil e Pessoas Físicas

Art. 51. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, termos de colaboração, termos de fomento ou acordo de cooperação, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e sua regulamentação em âmbito estadual, conforme o caso, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:

a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

b) realização de chamamento público;

c) aprovação de plano de trabalho;

II - pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil ou pessoas físicas;

a) não tenham sido doadoras, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual;

b) não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos.

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I será dispensado ou inexigível, nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e na regulamentação estadual.

§ 3º Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público regidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas no art.54 desta Lei, para firmarem Termo de Parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Ceará.

§ 4º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de convênios ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.

§ 5º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

§ 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às organizações da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa orçamentário, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.

Art. 52. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

Seção IX

Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado qualificadas como Organizações Sociais

Art. 53. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas do setor privado qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei Estadual nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997 e alterações posteriores, dar-se-á por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – previsão de recursos no orçamento do órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;

II – aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração da Organização Social e pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante;

III – designação pelo Secretário de Estado ou autoridade competente da entidade contratante, da Comissão de Avaliação que irá acompanhar o desenvolvimento do programa de trabalho e as metas estabelecidas no Contrato de Gestão;

IV – atendimento das condições de habilitação jurídica e regularidade fiscal previstas nos arts. 28 e 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V – adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal;

VI – observância presente no Contrato de Gestão de metas atingidas e construção de respectivos prazos de execução, assim como dos critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

VII - estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos gastos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

§ 1º O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, disponibilizará semestralmente no Portal da Transparência, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão, evidenciando a prestação de contas completa dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº. 15.356, de 4 de junho de 2013.

§ 2º Os órgãos e entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com organizações sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhadas de documentos e demonstrativos de natureza contábil, nos termos do parágrafo único do art. 68 da Constituição do Estado do Ceará

§ 3º Os relatórios de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 4º A comissão de Avaliação deverá emitir, ao final do período anual de convênio, relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão, para análise pelo órgão ou entidade supervisora da área correspondente, que deverá publicar parecer no Diário Oficial do Estado e constar no Portal da Transparência, observando e explicando comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados.

Seção X

Das Transferências para Empresas Controladas pelo Estado

Art. 54. As transferências de recursos para sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não integrantes do orçamento fiscal, dar-se-á por aumento de participação acionária ou subvenção econômica, mediante autorização legal concedida na lei de criação ou lei subsequente.

§ 1º Excepcionalmente, os órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal poderão transferir recursos para as empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata o caput, visando à realização de investimentos públicos ou a sua manutenção, desde que os bens resultantes ou mantidos pertençam ao Patrimônio Público Estadual.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão formalizadas por meio de Termo de Cooperação e contabilizadas como despesas correntes ou de capital, conforme o caso, e registradas nos elementos de despesa correspondentes.

§ 3º Fica dispensada a celebração do Termo de Cooperação de que trata o parágrafo anterior, nos casos de transferências já fundamentadas em instrumento celebrado com a União, em que o Estado e as entidades de

que trata o caput sejam signatários e no qual estejam estipuladas as regras a serem observadas entre as partes, inclusive quanto à propriedade de bens resultantes ou remanescentes do objeto pactuado, que poderão destinar-se a outros entes federativos.

Seção XI
Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Entes e Entidades Públicas

Art. 55. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e entes ou entidades públicas que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios e instrumentos congêneres, deverão atender às regras estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I – Órgão ou entidade da Administração Pública Estadual:

a) ter previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

b) ter aprovado o plano de trabalho;

II – Entes e entidades públicas parceiras:

a) estar adimplente com as contribuições do Seguro Safra;

b) comprovar a implantação do piso nacional dos agentes de saúde;

c) comprovar a aderência à programa de contingência aprovado pela Secretaria da Saúde do Estado, quando declarada epidemia de dengue, zika ou febre chikungunya.

§ 1º Serão prioritárias as análises dos planos de trabalho e as liberações de créditos correspondentes, dos projetos oriundos do Programa de Cooperação Federativa – PCF, destinadas às ações de saúde, de convivência com a estiagem e as referentes a convênios e instrumentos congêneres já celebrados com o Estado ou a União, em andamento.

§ 2º Serão disponibilizadas, em meio eletrônico na rede mundial de computadores, as informações referentes às transferências voluntárias de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

Art. 56. As exigências previstas no inciso II do caput do artigo anterior não se aplicam às transferências para atender exclusivamente:

I – às situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas publicamente pelo Poder Executivo Estadual, por meio de decreto, durante o período em que estas subsistirem;

II – à execução de programas e ações de educação, saúde e assistência social.

§ 1º A exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55 aplicar-se-á a todos os municípios e às entidades públicas que tenham diretrizes voltadas à saúde pública, não podendo ser exigidas dos demais entes ou entidades a que faz referência o caput do mesmo artigo.

§ 2º Poderá ser afastada a exigência prevista na alínea "c" do inciso II do art. 55, por deliberação do Secretário da Saúde do Estado, caso o município ou a entidade pública apresente plano emergencial de combate ao agente transmissor destas doenças.

Art. 57. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a integrar os Consórcios Públicos Interfederativos para a gestão e realização de ações, obras, investimentos e políticas públicas de interesse comum.

Art. 58. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo Estadual e organismos internacionais ou órgãos pertencentes à sua estrutura organizacional serão regidos por lei específica.

Art. 59. Quando o objeto da parceria se tratar de execução de obras de engenharia, deverão ser incluídas nas placas e adesivos indicativos a informação dos endereços e/ou meios de acesso ao Portal da Transparência do Estado e ao Sistema de Ouvidoria do Estado.

Art. 60. Fica facultado aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo Estadual ou a elaboração de regramento próprio.

Seção XII
Da Contrapartida

Art. 61. É facultativa a exigência de contrapartida das pessoas jurídicas de direito privado, organizações da sociedade civil e das pessoas físicas para recebimento de recursos mediante convênios ou instrumentos congêneres, termos de colaboração e termos de fomento firmados com o Governo Estadual, ressalvado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 62. É obrigatória a contrapartida dos municípios, calculada sobre o valor transferido pelo concedente para recebimento de recursos mediante convênios e instrumentos congêneres celebrados com a Administração Pública Estadual, podendo ser atendida por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, segundo critério de percentual da receita de impostos municipais em relação às receitas orçamentárias, assim definidos:

I – 5% (cinco por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja inferior a 5% (cinco por cento);

II – 7% (sete por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 10% (dez por cento);

III – 10% (dez por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 10% (dez por cento) e inferior a 20% (vinte por cento);

IV – 20% (vinte por cento) para os municípios cuja receita de impostos municipais em relação ao total das receitas orçamentárias seja igual ou superior a 20% (vinte por cento).

§ 1º Para o cálculo de que trata o caput, deverão ser consideradas as informações mais recentes divulgadas pelo Sistema de Finanças do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional - FINBRA, na data da celebração da parceria.

§ 2º Os percentuais de contrapartida fixados nos incisos I a IV deste artigo poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta, nos seguintes casos:

I – projetos financiados por operações de crédito internas e externas os quais estabeleçam percentuais diferentes dos previstos neste artigo;

II – programas de educação básica, de ações básicas de saúde, de segurança pública, de assistência social, de combate à pobreza, de assistência técnica e de superação da crise hídrica.

§ 3º Os critérios estabelecidos para fins de aprovação dos planos de trabalho ou seleção de proposta deverão especificar o percentual de contrapartida a ser aportada.

§ 4º A exigência da contrapartida prevista no caput não se aplica às parcerias celebradas para atender exclusivamente às situações de emergência ou calamidade pública, formalmente reconhecidas pelo Poder Executivo Estadual.

§ 5º Os municípios cearenses que, no exercício fiscal de 2018, comprovem o aumento de suas receitas próprias de impostos em comparação ao exercício fiscal de 2017, terão redução da contrapartida a que se refere o caput deste artigo nos seguintes patamares:

I – aumento de 2% (dois por cento), na arrecadação com redução em 2% (dois por cento) na contrapartida;

II – aumento de 4% (quatro por cento) na arrecadação com redução em 3% (três por cento) na contrapartida;

III – aumento de 6% (seis por cento) na arrecadação com redução em 4% (quatro por cento) na contrapartida.

§ 6º Os municípios cearenses classificados em 2018 nos grupos de Média-Alta e Alta Vulnerabilidade do Índice Municipal de Alerta (IMA), divulgado pelo IPECE, terão redução nos percentuais estabelecidos no caput deste artigo em 3% (três pontos percentuais).

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 63. Adicionalmente à legislação vigente de concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, o Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa projetos de lei que visem conceder ou ampliar novos benefícios ou incentivos fiscais.

§ 1º Os projetos de lei referentes à concessão ou ampliação de benefícios ou incentivos fiscais, de caráter não geral, serão acompanhados das devidas justificativas de diminuição de despesas ou do correspondente aumento de receita, que assegure o cumprimento das metas fiscais.

§ 2º Os projetos de lei referidos no caput deste artigo não poderão versar sobre benefício fiscal para:

I – empresas que constem no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo, conforme a Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

II – empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por exploração do trabalho infantil;

III – empreendimentos que não obedeçam aos parâmetros legais de contratação de pessoas com deficiência, estabelecidos pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV – empreendimentos que tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos;

V – empreendimentos que não possuam licença ambiental prévia, quando a legislação assim exigir.

§ 3º Para ampliar os mecanismos de transparência, o Poder Executivo divulgará, no Portal da Transparência e outros instrumentos de fácil acessibilidade, em caráter geral e não geral, explicitando: natureza do benefício fiscal concedido, com seus índices; beneficiário do incentivo; estimativa da perda de arrecadação e breve justificativa.

Art. 64. O Poder Executivo e as entidades da Administração Pública Indireta também observarão às vedações do § 2º do art. 63 na concessão de incentivos e redução de tarifas, quando forem responsáveis por sua instituição e cobrança.

Art. 65. Na elaboração da estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que venham a ser realizadas até 31 de dezembro de 2018, em especial:

I – as modificações na legislação tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II – a concessão, redução e revogação de isenções fiscais de caráter geral;

III – a modificação de alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV – outras alterações na legislação que proporcionem modificações na receita tributária.

§ 1º O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes de caráter geral;

II – continuidade à implementação de medidas tributárias de proteção à economia cearense, em especial às cadeias tradicionais e históricas do Estado, geradoras de renda e trabalho;

III – crescimento real do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

IV – promoção da educação tributária;

V – modificação na legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, objetivando a adequação dos prazos de recolhimento, atualização da tabela dos valores venais dos veículos e alteração de alíquotas;

VI – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;

VII – adoção de medidas que se equiparem às concedidas pelas outras Unidades da Federação, criando condições e estímulos aos contribuintes que tenham intenção de se instalar e aos que estejam instalados em território cearense, visando ao seu desenvolvimento econômico;

VIII – ajuste das alíquotas nominais e da carga tributária efetiva em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IX – modernização e rapidez dos processos de cobrança e controle dos créditos tributários e na dinamização do contencioso administrativo;

X – fiscalização por setores de atividade econômica e dos contribuintes com maior representação na arrecadação;

XI – tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao microprodutor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte;

XII – fiscalização das atividades de exploração do serviço de loteria estadual, instituindo tratamento tributário diferenciado análogo ao conferido aos produtos supérfluos e na consecução do poder de polícia relacionado ao exercício desta atividade econômica;

XIII – concessão de incentivos fiscais à implantação de empreendimentos de geração de emprego e renda e distribuição de energias renováveis e aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, bem como de mobilidade urbana, de segurança hídrica e obras de infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias, inclusive em parcerias público-privadas de interesse do Estado;

XIV – acompanhamento e fiscalização pelo Estado do Ceará, das compensações, royalties e participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.

§ 2º Na estimativa das receitas da Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de proposta de alteração na legislação tributária e de contribuições que estejam em tramitação na Assembleia Legislativa.

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 66. Na elaboração de suas propostas orçamentárias, os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para pessoal, a despesa de pessoal e encargos sociais projetados para o ano de 2018, com base nos seguintes critérios:

I – a projeção da despesa de pessoal de 2018 será calculada tomando por base a média mensal da despesa empenhada em Pessoal e Encargos Sociais no primeiro semestre, excluindo as despesas relacionadas à Folha Complementar;

II – a atualização para 2019 poderá ser realizada até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, verificado nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos no anexo II – Anexo de Metas Fiscais desta Lei, desde que os cenários projetados estejam consistentes à realidade fiscal na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 ou até 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a Lei Orçamentária, conforme Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, respeitados os limites individualizados de cada Poder definidos no art. 90.

§ 1º Aos limites estabelecidos no caput deste artigo, poderão ser adicionados o crescimento vegetativo da folha, conforme parâmetros estabelecidos pela SEPLAG, e outros acréscimos legais aplicáveis.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto no caput deste artigo, os Poderes Legislativo, Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública informarão à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, até 30 de julho de 2018, as suas respectivas projeções das despesas de pessoal, instruídas com memória de cálculo, demonstrando sua compatibilidade com o disposto nos arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 67. Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida - RCL:

I – no Poder Executivo: 48,6 % (quarenta e oito vírgula seis por cento);

II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III – no Poder Legislativo: 3,4 % (três vírgula quatro por cento), sendo:

a) na Assembleia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento); e

b) no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);

IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

Art. 68. Na verificação dos limites definidos no art. 67 desta Lei, serão também computadas, em cada um dos Poderes e no Ministério Público e na Defensoria Pública, as seguintes despesas:

I - com inativos e os pensionistas, segundo a origem do benefício previdenciário, ainda que a despesa seja empenhada e paga por intermédio do Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

II - com servidores requisitados.

Parágrafo único. Serão considerados contratos de terceirização de mão de obra, para efeito do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoal para substituição de servidores pertencentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal de órgão ou entidade, sendo tais despesas contabilizadas como Outras Despesas de Pessoal, as quais serão computadas para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 69. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os recursos necessários ao atendimento do disposto no caput deste artigo, caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito adicional a ser criado no exercício de 2019, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 70. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, das autarquias e fundações públicas cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 71. Para efeito da elaboração e execução da despesa de pessoal, os Poderes e órgãos consignarão dotações específicas, distinguindo, pagamento da folha normal e pagamento da folha complementar.

§ 1º A folha normal de pagamento de pessoal e encargos sociais compreende as despesas classificadas nos elementos discriminados abaixo, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008 e suas alterações posteriores:

I - 319001 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares;

II - 319003 - Pensões do RPPS e do militar;

III - 319004 - Contratação por Tempo Determinado;

IV - 319005 - Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar;

V - 319007 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência;

VI - 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil;

VII - 319012 - Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Militar;

VIII - 319013 - Obrigações Patronais;

IX - 319016 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil;

X - 319017 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar;

XI - 319096 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado.

§ 2º Os elementos discriminados no caput deste artigo poderão ser acrescidos de outros que se identifiquem como despesa da folha normal, mediante solicitação justificada da necessidade dirigida à Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

§ 3º A folha complementar de pessoal ativo, inativo e pensionista, civis e militares, compreende:

I – sentenças judiciais, medidas cautelares e tutelas antecipadas;

II – indenizações e restituições, estas de natureza remuneratória, a qualquer título, de exercícios anteriores;

III – outras despesas não especificadas no § 1º deste artigo e outras de caráter eventual.

§ 4º Fica vedada a emissão de empenho, liquidação e pagamento para despesas com pessoal e encargos sociais, utilizando dotações orçamentárias consignadas no orçamento cujos títulos descritores se apresentam de forma genérica e abrangente.

§ 5º As despesas da folha complementar do exercício de 2019 não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal projetada para o exercício de 2019, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, ressalvado o caso previsto no inciso I do § 3º deste artigo, e os definidos em lei específica.

§ 6º As despesas de pessoal na modalidade 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - não serão computadas para cálculo do limite definido no § 5º deste artigo.

§ 7º Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a execução de despesa de pessoal que não atenda ao disposto nesta Lei.

Art. 72. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, publicará no Diário Oficial do Estado – DOE, até 30 de setembro de 2018, com base na situação vigente em 30 de junho de 2018, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e militar, explicitando os cargos ocupados e vagos, respectivamente.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, observarão o disposto neste artigo, mediante ato próprio dos dirigentes máximos de cada órgão, destacando, inclusive, as entidades vinculadas da Administração Indireta.

Art. 73. No exercício de 2019, observado o disposto no art. 37, inciso II, e art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos

servidores se:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 72 desta Lei, ou quando criados por lei específica;

II - houver vacância dos cargos ocupados constantes da tabela a que se refere o art. 72 desta Lei;

III - for observado o limite das despesas com pessoal nos termos do art. 67 desta Lei.

Art. 74. No exercício de 2019, a realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título quando a despesa houver extrapolado o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites previstos no art. 67 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, especialmente os voltados para as áreas de saúde, assistência social, segurança pública e educação.

Art. 75. Para atendimento do § 1° do art. 18 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000, aplica-se o disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 495, de 06 de junho de 2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, e na Resolução n° 3.408, de 1° de novembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Art. 76. As operações de crédito interno e externo reger-se-ão pelo que determinam a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 5, de 3 de abril de 2002, e a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução nº 6, de 4 de junho de 2007, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1° A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I - mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:

a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;

b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;

c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

II - mediante alienação de ativos:

a) ao atendimento de programas sociais;

b) ao ajuste do setor público e redução do endividamento;

c) à renegociação de passivos.

§ 2º Após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, a SEPLAG disponibilizará em seu sítio informações que conterão:

I – quadro detalhado das operações de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento de serviço da dívida;

II – quadro indicativo da previsão do serviço da dívida para 2019, incluindo modalidade de operações, valor principal, juros e demais encargos.

§ 3º Os gastos do Estado com o pagamento da dívida pública estadual, interna e externa, bem como os respectivos juros e encargos, devem ser disponibilizados trimestralmente, de forma detalhada, no Portal da Transparência, indicando:

I – o contrato a que se refere, disponibilizando-se acesso ao inteiro teor, inclusive anexos e aditivos;

II – a natureza do pagamento (amortização, juros ou encargos).

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. As entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente e do Poder Legislativo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º Finalizada a fiscalização, o Poder fiscalizador deverá apresentar relatório contendo as irregularidades apuradas.

§ 2º Os gestores responsáveis pelas entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, de que trata o caput deste artigo, responderão civil e criminalmente pelas irregularidades constatadas por ocasião da fiscalização, seja do Poder Concedente ou do Poder Legislativo.

Art. 78. O Portal da Transparência, como instrumento de divulgação das informações e das movimentações financeiras feitas pelo Estado constantes nesta Lei, atenderá a todos os requisitos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e conterá, além das informações atualmente disponibilizadas, pelo menos:

I – o valor da contrapartida dos convênios firmados pelo Estado;

II – os itens de execução e classificação orçamentária, bem como notas de empenhos e ordens bancárias;

III – informações sobre os servidores públicos estaduais, em especial o nome, vínculo, cargo e a remuneração;

IV - informações sobre gastos relacionados a viagens nacionais e internacionais realizadas por agentes públicos, empregados e servidores públicos do Estado do Ceará a serviço ou em missões oficiais;

V - informações sobre os terceirizados que compõem a Administração Direta, fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes, indicando o nome, cargo e a remuneração;

VI - apresentação de editais e resultados de concursos públicos realizados, no Estado do Ceará, no ano corrente;

VII – os procedimentos licitatórios realizados, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados, além das dispensas ou inexigibilidades quando for o caso com o número do correspondente processo.

§ 1º As informações de que tratam os incisos IV, V e VI deste artigo ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada em vigor da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2019.

§ 2º O Portal da Transparência deverá ser divulgado nos principais meios de comunicação do Estado como forma de incentivar a sociedade a consultá-lo.

§ 3º A arrecadação do Estado do Ceará, disponibilizada no Portal da Transparência, permitirá ao cidadão a escolha do retorno da consulta ao Sistema tanto por órgão arrecadador quanto por tipo de receita, até o nível de subalínea.

§ 4º As informações de que trata o parágrafo anterior ficarão disponíveis a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 5º As informações disponibilizadas no Portal da Transparência seguirão o conceito e os princípios de Dados Abertos.

Art. 79. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira, contratos, convênios e instrumentos congêneres e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem que esteja comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 80. A Lei Orçamentária de 2019 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro, na forma definida no inciso I do § 10 do art. 10 desta Lei, e atenderá:

I - passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes:

a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica;

b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Estadual, bem como riscos pertinentes a ativos do Estado decorrentes de operações de liquidação extrajudicial;

c) outras demandas judiciais contra o Estado;

d) lides de ordem tributária e previdenciária;

e) questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;

f) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado;

g) operações de aval e garantia, fundos e outros;

II - situações de emergência e calamidades públicas.

§ 1º Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2019, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.

§ 2º Os decretos expedidos que tenham como finalidade a abertura de créditos suplementares deverão indicar quais ações suplementadas tiveram como fonte de recursos a anulação dos créditos da Reserva de Contingência, além das motivações para a utilização da referida fonte.

Art. 81. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 será encaminhado à sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 82. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2019 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Depois de sancionada a Lei Orçamentária de 2019, serão ajustadas as fontes de recursos e os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, com base em remanejamento de dotações e publicados os respectivos atos.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Fundo Especial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, do Fundo Financeiro – PREVMILITAR, e do Fundo Previdenciário - PREVID;

III - pagamento do serviço da dívida estadual;

IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS;

V - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a municípios;

VI – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 4º As emendas parlamentares devem apresentar objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, o projeto ou a atividade, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa e a destinação de recursos.

§ 5º As propostas de emendas ao Projeto da LOA 2019 serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição do Estado do Ceará e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observando-se as regras estabelecidas nesta Lei e a estrutura do PPA 2016-2019.

§ 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual devem

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

procurar adotar todos os meios e medidas necessários à execução das emendas parlamentares.

Art. 83. Até 72 (setenta e duas) horas após o encaminhamento à sanção governamental do Autógrafo de Lei Orçamentária de 2019 e dos Autógrafos de Lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará, em meio digital de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos Autógrafos, indicando:

I - em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte e região, realizados pela Assembleia Legislativa em razão de emendas;

II - as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art.13 desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.

Art. 84. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada órgão ou entidade, unidade orçamentária, categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação, identificador de uso e região, especificando o elemento da despesa.

Art. 85. A prestação anual de contas do Governador do Estado incluirá relatório de execução dos principais programas e projetos, contendo identificação, data de início, data de conclusão, quando couber, informação quantitativa, em percentual de execução física e orçamentária.

Parágrafo único. O Balanço Geral do Estado será recepcionado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com a presença de representantes da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento e Gestão, em obediência aos prazos e às formalidades dispostas nos arts. 296 a 301 da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Art. 86. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, deverá enviar, trimestralmente, à Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços da Assembleia Legislativa e publicar no Diário Oficial do Estado relatório das operações realizadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI.

Parágrafo único. No relatório especificado no caput deste artigo constarão todas as operações realizadas pelo FDI com o seu andamento em termos de retornos de pagamento por parte das empresas beneficiadas.

Art. 87. A política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, que o Estado vier a constituir, será definida em projeto de lei específico.

Art. 88. A seleção de bolsistas e a respectiva concessão de bolsas para pesquisa e extensão tecnológicas da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, e da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC, passa a ser da responsabilidade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

Parágrafo único. O custeio das bolsas correrá por conta das dotações orçamentárias dos órgãos e entidades previstas neste artigo, descentralizadas nos termos do Decreto Estadual nº 29.623, de 14 de janeiro de 2009, e alterações, sendo vedada a utilização destes recursos para pagamento de bolsas de pesquisa e extensão tecnológicas em outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 89. As despesas relativas ao pagamento a pessoas jurídicas do setor privado ou pessoas físicas em caráter de doação, premiação ou reconhecimento público, deverão ser precedidas do atendimento das seguintes condições:

I – previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

II – autorização em lei específica.

Art. 90. Fica estabelecido, para o exercício de 2019, limites individualizados para as despesas primárias correntes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, nos termos que dispõe o art. 43 da Emenda Constitucional nº. 88, de 21 de dezembro de 2016, equivalente a:

I - variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho de 2018; ou

II - 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício de 2018.

Parágrafo único. A aplicação dos parâmetros estabelecidos nos arts. 22 e 66 fica condicionada também à observância dos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, prevalecendo, no ano de 2019, a maior variação apurada no período.

Art. 91. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, com fundamento na Constituição Federal, será realizada com participação popular, segundo os princípios da democracia direta, da justiça social, da transparência, com a participação da sociedade civil nas diversas regiões do Estado do Ceará.

Parágrafo único. A elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2019, deverá ser organizada e patrocinada pelo Governo Estadual, sendo apresentada minuta do projeto e seus anexos, de forma regionalizada, para representantes da sociedade civil nas regiões.

Art. 92. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de julho de 2018.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO I
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

Em cumprimento ao disposto na Constituição do Estado do Ceará, art. 203, § 2º, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as iniciativas prioritárias do Governo do Estado do Ceará para o exercício de 2019.

O Anexo é estruturado por Eixo, Programa, Iniciativa, Produto Principal e suas respectivas quantidades planejadas para o exercício seguinte, constantes dos programas finalísticos do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

As prioridades do Governo do Estado do Ceará para o exercício de 2019 perpassam por temas estratégicos como Saúde, Educação Básica, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Infraestrutura e Mobilidade e Educação Superior e Profissional, Tecnologia e Inovação, dentre outros elencados neste anexo, organizadas nos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, os "7 Cearás".

No Ceará da Gestão Democrática por Resultados, destaca-se a implantação de centro integrado de operações fiscais e a modernização de unidades fazendárias, a modernização da Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará e da Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual, bem como a implantação de um observatório de apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão.

No Ceará Acolhedor, destacam-se a implantação de abrigos para ampliar a oferta de serviços especializados de alta complexidade na Proteção Social Especial, a implantação de equipamentos sociais de voltados à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social, a ampliação da oferta de moradia de interesse social nas áreas urbana e rural, o apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário, bem como a melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Quanto ao Ceará de Oportunidades, as principais iniciativas estão voltadas ao incentivo a produção agropecuária da agricultura família, contemplando, dentre outras, a distribuição de sementes e o apoio à implantação de projetos agrícolas, a ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém, a ampliação e melhoria da malha rodoviária estadual, o atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego, além do apoio à formalização de empresas e do apoio e implantação de projetos de pesca e aquicultura marinhas e continentais.

No que tange ao Ceará Sustentável, as prioridades são, dentre outras, a ampliação e a garantia da capacidade de acumulação hídrica, com a construção de barragens, e de transferência hídrica, com a construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e de adutoras, o apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios cearenses, a construção de central de tratamento de resíduos sólidos, além da implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas e da criação e implementação de Unidades de Conservação.

Já o Ceará do Conhecimento terá como principais prioridades a implantação de centros de educação infantil, a ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais e readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica, a ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional, a modernização de unidades de ensino voltadas à Educação Profissional nos níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico, a ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior, bem como a ampliação e melhoria da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens e a preservação e restauração dos bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.

O Ceará Saudável tem como algumas prioridades a ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade, com a implantação de hospitais regionais, e da oferta dos serviços ambulatoriais especializados e de urgência e emergência, a ampliação de ações voltadas à linha de cuidado materno e infantil, a expansão da realização de projetos e eventos esportivos para população, além da ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a população residente nas áreas urbana e rural.

Por fim, no Ceará Pacífico, destacam-se a promoção da melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual e a formação de novos integrantes do Sistema de Segurança Pública, a ampliação da oferta de serviços de policiamento civil, com a implantação de delegacias, com ênfase nas que funcionam 24h, a implantação de unidades de perícia forense, de quartéis do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, a expansão do sistema de videomonitoramento e a instalação de novas Companhias do Batalhão do Raio e das Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), além da implantação de unidades prisionais, o desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso, o apoio à execução de alternativas penais, a melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal e a ampliação da prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.

Vale destacar, por fim, que nos casos de algumas iniciativas prioritárias constarem no anexo com metas "zeradas" para o ano de referência, isto, em alguns casos, pode significar apenas que o produto principal só será entregue à sociedade na sua plenitude a partir de 2020, necessitando, no entanto, de diversas ações, esforços e recursos durante o exercício de 2019 para sua concretização; em outras situações, isto pode significar que a meta não foi ajustada por ocasião da Revisão do PPA, ocorrida em 2017, sendo, portanto, passível de adequação, conforme estabelece a Lei do Plano Plurianual, Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, em seu art. 11.

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Eixo
1 - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS
Tema Estratégico
1.01 - GESTÃO FISCAL
Programa
053 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
053.1.03 - Integração das informações fiscais.	
CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES FISCAIS IMPLANTADO (unidade)	0

Programa
060 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
060.1.02 - Atendimento de excelência ao cidadão buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.	
UNIDADE FISCAL MODERNIZADA (unidade)	3

Tema Estratégico
1.02 - PLANEJAMENTO E GESTÃO
Programa
065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
065.1.04 Promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	14
065.1.05 Gestão do Planejamento Estadual orientado para resultados.	
INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADO (unidade)	4

Programa
069 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
069.1.01 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará.	
SISTEMA DE GESTÃO CORPORATIVA MODERNIZADO (unidade)	2

Programa
070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
070.1.04 - Formação e qualificação profissional de servidores públicos.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	10.500
070.1.07 - Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual.	
PLANO ELABORADO (unidade)	0

Programa
081 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
081.1.02 - Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas.	
AÇÃO PUBLICITÁRIA REALIZADA (unidade)	30
081.1.04 Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	650
081.1.05 Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.	
INSTITUIÇÃO APOIADA (unidade)	85

Tema Estratégico
1.03 - TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Programa
013 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
013.1.01 - Realização de atividade de Controle Externo.	
INSTRUÇÃO PROCESSUAL REALIZADA (unidade)	10.100

Programa
014 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
014.1.01 - Realização de atividades de Controle Externo.	
INSTRUÇÃO PROCESSUAL REALIZADA (unidade)	8.000

Programa
026 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
026.1.04 - Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.	
SERVIÇO AVALIADO (unidade)	1
026.1.08 - Controle patrimonial dos concessionários de saneamento básico.	
ESTUDO ELABORADO (unidade)	1

Programa
048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
048.1.01 - Apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão.	
OBSERVATÓRIO IMPLANTADO (unidade)	1

Programa
049 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
049.1.04 - Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade.	
CAPACITAÇÃO REALIZADA (unidade)	1

Programa
051 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
051.1.01 - Garantia da oferta dos serviços educacionais da Universidade do Parlamento Cearense.	
ALUNO ATENDIDO (unidade)	3.000
051.1.04 - Apoio ao desenvolvimento da Ação Parlamentar.	
GABINETE PARLAMENTAR MANTIDO (unidade)	46

Eixo
2 - CEARÁ ACOLHEDOR

Tema Estratégico
2.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Programa
072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
072.1.04 - Ampliação da oferta de serviços especializados de alta complexidade.	
ABRIGO IMPLANTADO (unidade)	1

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
072.1.10 - Ampliação da oferta de serviços regionalizados da Proteção Social Especial de média complexidade.	
UNIDADE DE ATENDIMENTO IMPLANTADA (unidade)	6
Programa	
073 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
073.1.01 - Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social.	
MUNICÍPIO ASSESSORADO (unidade)	184
Programa	
080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
080.1.01 - Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	
FAMÍLIA ATENDIDA (unidade)	2.014.600
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
080.1.04 - Apoio ao atendimento a pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	5.228
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
080.1.08 - Apoio à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	
EQUIPAMENTO SOCIAL IMPLANTADO (unidade)	153
Tema Estratégico	
2.02 HABITAÇÃO	
Programa	
022 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
022.1.01 Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana.	
UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	1.800
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
022.1.02 Oferta de moradia de interesse social - Rio Maranguapinho.	
UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
022.1.04 - Oferta de moradia de interesse social - Dendê.	
UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
022.1.06 - Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê.	
UNIDADE HABITACIONAL REFORMADA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
022.1.11 - Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural.	
UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE (unidade)	2.145
Tema Estratégico	
2.03 INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
Programa	
030 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
030.1.11 - Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário.	
FAMÍLIA BENEFICIADA (unidade)	6.452
Programa	
054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
054.1.01 Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	180
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
054.1.02 Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais.	
EVENTO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ REALIZADO (unidade)	25
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
054.1.03 Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	23
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
054.1.04 Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	100
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
054.1.07 - Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.	
ATENDIMENTO REALIZADO (unidade)	0
Programa	
074 - PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
074.1.05 Melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita.	
NÚCLEO / UNIDADE DE ATENDIMENTO JURÍDICO MODERNIZADO (unidade)	10
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
074.1.06 Ampliação do atendimento por meio de ações itinerantes em locais de difícil acesso.	
ATENDIMENTO MÓVEL REALIZADO (unidade)	24
Programa	
075 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
075.1.05 - Formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	160
Tema Estratégico	
2.04 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
Programa	
033 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
033.1.02 Promoção de acesso à água para produção de alimentos.	
CISTERNA IMPLANTADA (unidade)	6.440
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
033.1.3 Aquisição da produção da agricultura familiar no âmbito PAA em suas modalidades.	
PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	18.951
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
033.1.05 - Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.	
PESSOA BENEFICIADA (unidade)	473.211
Programa	
084 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
084.1.01 - Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado.	
MUNICÍPIO APOIADO (unidade)	184
Eixo	
3 - CEARÁ DE OPORTUNIDADES	
Tema Estratégico	
3.01 - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	
Programa	
029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
029.1.03 - Incentivo a produção agropecuária da agricultura familiar	
SEMENTE DISTRIBUÍDA (tonelada)	4.000
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
029.1.19 - Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária.	
PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	1.562
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
029.1.23 - Apoio à implantação de projetos agrícolas para os agricultores familiares.	
PRODUTOR BENEFICIADO (unidade)	2.310
Programa	
035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
035.1.01 Prestação de serviços de Assistência Técnica.	
PRODUTOR ASSISTIDO (unidade)	800
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
035.1.02 Apoio à formação de reserva alimentar estratégica para a pecuária.	
ÁREA PLANTADA (hectare)	1.400
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
035.1.06 Promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	28
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
035.1.07 Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável.	
MUDA DISTRIBUÍDA (unidade)	70.050
Tema Estratégico	
3.02 - INDÚSTRIA	
Programa	
041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
041.1.02 - Implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte.	
EMPREENDIMENTO IMPLANTADO (unidade)	32
Tema Estratégico	
3.04 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	
Programa	
010 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.01 Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno.	
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO ESTRUTURADO (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.02 Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém.	
PORTO AMPLIADO (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.03 Modernização do Terminal Portuário do Pecém.	
PORTO MODERNIZADO (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.05 Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	
RODOVIA RESTAURADA (quilômetro)	452
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.06 Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	
RODOVIA PAVIMENTADA (quilômetro)	207
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.07 Manutenção da qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual.	
RODOVIA CONSERVADA (quilômetro)	11.517
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
010.1.16 - Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semafórica e dispositivos de segurança viária).	
SINALIZAÇÃO IMPLANTADA (unidade)	980.000
Programa	
019 - MOBILIDADE URBANA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
019.1.01 - Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Leste.	
LINHA LESTE DO METRÔ IMPLANTADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
019.1.02 - Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul.	
LINHA SUL DO METRÔ IMPLANTADA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
019.1.04 - Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba/Mucuripe.	
LINHA DE TREM DE PASSAGEIROS IMPLANTADA (unidade)	0
Programa	
037 - GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
037.1.05 - Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte.	
UNIDADE OPERACIONAL IMPLANTADA (unidade)	4
Tema Estratégico	
3.05 TURISMO	
Programa	
028 - DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
028.1.01 - Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas.	
RODOVIA CONSTRUÍDA (quilômetro)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
028.1.04 Realização de ações de valorização dos destinos turísticos.	
ÁREA URBANIZADA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
028.1.05 Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses.	
CAMPANHA REALIZADA (unidade)	0
Tema Estratégico	
3.06 TRABALHO E RENDA	
Programa	
031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
031.1.01 - Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos.	
PROJETO PRODUTIVO IMPLANTADO (unidade)	100
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
031.1.04 Formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	116
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
031.1.05 Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.	
FAMÍLIA ATENDIDA (unidade)	0

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de florestas responsáveis FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
031.1.06 Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.	
FAMÍLIA BENEFICIADA (unidade)	45.600
Programa	
078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
078.1.01 - Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego.	
TRABALHADOR COLOCADO/RECOLOCADO NO MERCADO DE TRABALHO (pessoa)	64.481
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
078.1.03 - Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis.	
PESSOA QUALIFICADA (unidade)	11.386
Programa	
083 - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
083.1.02 - Melhoria da qualidade da produção artesanal.	
ARTESÃO BENEFICIADO (pessoa)	5.615
Tema Estratégico	
3.07 EMPREENDEDORISMO	
Programa	
043 - EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
043.1.01 - Disponibilização de infraestrutura para atender empreendimentos produtivos.	
EMPREENDIMENTO APOIADO (unidade)	11
Programa	
082 - EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
082.1.02 - Apoio à formalização de empresas.	
EMPRESA FORMALIZADA (unidade)	6.520
Tema Estratégico	
3.08 PESCA E AQUICULTURA	
Programa	
034 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
034.1.01 Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental.	
PROJETO APOIADO (unidade)	16
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
034.1.02 Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental.	
PROJETO APOIADO (unidade)	40
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
034.1.06 - Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.	
PRODUTOR ASSISTIDO (unidade)	2.190
Eixo	
4 - CEARÁ SUSTENTÁVEL	
Tema Estratégico	
4.01 - RECURSOS HÍDRICOS	
Programa	
016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
016.1.01 Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica.	
BARRAGEM CONSTRUÍDA (unidade)	3
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
016.1.02 Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica.	
ADUTORA CONSTRUÍDA (quilômetro)	85
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
016.1.03 Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC.	
EIXO DE INTEGRAÇÃO CONSTRUÍDO (quilômetro)	38
Programa	
018 - CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
018.1.04 - Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.	
ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (unidade)	1
Tema Estratégico	
4.02 - MEIO AMBIENTE	
Programa	
027 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
027.1.01 Urbanização das margens do Rio Maranguapinho.	
ÁREA URBANIZADA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
027.1.02 Urbanização das margens do Rio Cocó.	
ÁREA URBANIZADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
027.1.03 Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê.	
ÁREA URBANIZADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
027.1.05 - Acesso das famílias à educação e saúde, no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	
EQUIPAMENTO SOCIAL CONSTRUÍDO (unidade)	5
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
027.1.07 - Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó para controle de cheias.	
DRAGAGEM EXECUTADA (quilômetro)	0
Programa	
064 - RESÍDUOS SÓLIDOS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
064.1.02 - Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios. MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	123
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
64.1.04 Implementação da gestão integrada da política de resíduos sólidos.	
SISTEMA DE GESTÃO IMPLANTADO (unidade)	3
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
064.1.05 Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos.	
CENTRAL DE TRATAMENTO CONSTRUÍDA (unidade)	1
Programa	
066 - CEARÁ MAIS VERDE	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
066.1.02 Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas. ÁREA REFLORESTADA (hectare)	6.000
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
066.1.03 Criação e implementação de Unidades de Conservação.	
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLEMENTADA (unidade)	3

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
066.1.09 - Promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais.	
IMÓVEL CADASTRADO (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
066.1.16 - Implementação de ações de proteção ambiental nas unidades de conservação.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	9
Programa	
067 - CEARÁ NO CLIMA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
067.1.02 - Promoção de ações voltadas ao fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental do Estado do Ceará.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	40
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
067.1.09 - Implementação do monitoramento da qualidade do ar.	
ESTAÇÃO DE MONITORAMENTO IMPLEMENTADA (unidade)	0
Programa	
068 - CEARA CONSCIENTE POR NATUREZA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
068.1.01 - Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	14
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
068.1.05 - Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	1.391
Eixo	
5 - CEARÁ DO CONHECIMENTO	
Tema Estratégico	
5.01 - EDUCAÇÃO BÁSICA	
Programa	
006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
006.1.06 - Ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas/ quilombolas e população do campo.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	2
Programa	
008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
008.1.01 - Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada.	
ALUNO BENEFICIADO (unidade)	1.415.279
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
008.1.03 Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs.	
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IMPLANTADO (unidade)	10
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
008.1.04 Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil.	
CRIANÇA BENEFICIADA (unidade)	327.628
Programa	
023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
023.1.01 Articulação curricular do Ensino Médio com as realidades territoriais, a educação científica, a convivência, o lazer, a arte, a pluralidade cultural, o empreendedorismo, o protagonismo e o mundo do trabalho.	
ESCOLA ATENDIDA (unidade)	208
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
023.1.02 Premiação de alunos, ajuda de custo e bolsas.	
ALUNO BENEFICIADO (unidade)	131.292
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
023.1.07 - Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	637
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
023.1.11 - Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	40
Programa	
079 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
079.1.04 - Apoio ao fortalecimento das relações com usuários e parceiros.	
PROJETO APOIADO (unidade)	3
Tema Estratégico	
5.02 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Programa	
020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
020.1.01 Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	
ESCOLA IMPLANTADA (unidade)	8
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
020.1.02 Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	127
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
020.1.05 Qualificação do atendimento dos serviços de Educação Profissional.	
PROFESSOR CAPACITADO (unidade)	447
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
020.1.06 Apoio às atividades de formação profissional dos alunos.	
ALUNO ATENDIDO (unidade)	17.210
Programa	
058 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
058.1.03 Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional.	
UNIDADE DE ENSINO MODERNIZADA (unidade)	7
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
058.1.04 Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada.	
BOLSA CONCEDIDA (unidade)	0
PESSOA CAPACITADA (unidade)	35.178
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
058.1.06 - Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	140
Tema Estratégico	
5.03 EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Programa	
071 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
071.1.04 Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior.	
VAGA OFERTADA (unidade)	8.617
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
071.1.05 Ampliação da titulação de mestres e doutores de professores da Educação Superior.	
VAGA OFERTADA (unidade)	146

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
071.1.06 Ampliação da formação em pós-graduação Stricto Sensu.	
BOLSA CONCEDIDA (unidade)	800
VAGA OFERTADA (unidade)	2.363
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
071.1.11 - Ampliação da atividade de pesquisa científica, com a criação de novos grupos e novos projetos.	
PROJETO APOIADO (unidade)	1.580
Tema Estratégico	
5.04 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
Programa	
061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
061.1.06 Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	99
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
061.1.07 Melhoria da competitividade das empresas, da qualidade de seus produtos e apoio a criação de startup.	
EMPRESA APOIADA (unidade)	740
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
061.1.09 - Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos.	
PESSOA BENEFICIADA (unidade)	1.036
Programa	
063 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
063.1.01 - Criação e disponibilização de novos serviços de tecnologia da informação e comunicação.	
SERVIÇO DE TIC DISPONIBILIZADO (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
063.1.05 - Ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação	
MUNICÍPIO CONECTADO (unidade)	11
Tema Estratégico	
5.05 CULTURA	
Programa	
044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
044.1.11 - Formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais.	
44.1.16 Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	
EQUIPAMENTO CULTURAL IMPLANTADO (unidade)	3
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
044.1.17 Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	
EQUIPAMENTO CULTURAL REFORMADO (unidade)	4
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
044.1.26 Ampliação das ações culturais na(o)s diversa(o)s Linguagens Culturais, Gêneros e Etnias.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	2.758
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
044.1.27 Apoio a projetos culturais na(o)s diversa(o)s Linguagens Culturais, Gêneros e Etnias.	
PROJETO CULTURAL APOIADO (unidade)	741
Programa	
045 - PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
045.1.02 - Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico- cultural do Estado.	
EQUIPAMENTO CULTURAL REFORMADO (unidade)	4
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
045.1.04 - Preservação e restauração dos bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.	
PROJETO CULTURAL APOIADO (unidade)	12
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
045.1.19 - Promoção de eventos do patrimônio material e imaterial de interesse histórico do Estado do Ceará.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	6
Programa	
046 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
046.1.01 - Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	2
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
046.1.04 - Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural.	
PESSOA CAPACITADA (unidade)	150
Programa	
077 - TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
077.1.01 Ampliação da cobertura do sinal digital.	
MUNICÍPIO ATENDIDO (unidade)	184
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
077.1.02 Estruturação e modernização do parque técnico da TV Ceará.	
EMISSORA DE TV MODERNIZADA (unidade)	1
Eixo	
6 - CEARÁ SAUDÁVEL	
Tema Estratégico	
6.01 - SAÚDE	
Programa	
057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.07 - Ampliação da oferta e melhoria da atenção hospitalar de média e alta complexidade	
HOSPITAL REGIONAL IMPLANTADO (unidade)	2
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.09 Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares.	
UNIDADE DE SAÚDE ESTRUTURADA (unidade)	18
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.10 Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados.	
POLICLÍNICA IMPLANTADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.11 Realização de ações geridas/coordenadas pela Unidade de Gerenciamento de Projetos	
GERENCIAMENTO REALIZADO (unidade)	5
UNIDADE DE SAÚDE ACREDITADA/CERTIFICADA (unidade)	5
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.13 - Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência.	
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) IMPLANTADA (unidade)	8
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.18 - Realização de ações voltadas a linha de cuidado materno e infantil.	
MUNICÍPIO APOIADO (unidade)	126
ORIENTAÇÃO TÉCNICA E NORMATIVA EXPEDIDA (unidade)	3
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
057.1.28 - Realização de ações voltadas à saúde da criança.	
AVALIAÇÃO REALIZADA (unidade)	22
EVENTO REALIZADO (unidade)	0
MUNICÍPIO APOIADO (unidade)	11

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
057.1.33 - Estruturação, expansão e apoio da rede de unidades e da oferta dos serviços da atenção da saúde básica, especializada, ambulatorial e hospitalar.	
UNIDADE DE SAÚDE IMPLANTADA (unidade)	14
Tema Estratégico	
6.02 ESPORTE E LAZER	
Programa	
050 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
050.1.01 - Realização de projetos e eventos esportivos para população.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	102
Programa	
086 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
086.1.03 - Apoio a atletas de alto rendimento, entidades e delegações em competições locais, nacionais e internacionais.	
ATLETA APOIADO (unidade)	265
Tema Estratégico	
6.03 SANEAMENTO BÁSICO	
Programa	
025 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
025.1.03 - Ampliação do serviço de abastecimento de água.	
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AMPLIADO (unidade)	4
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
025.1.06 Implantação do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADO (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
025.1.07 Ampliação do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO AMPLIADO (unidade)	14
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
025.1.08 - Melhoria do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO MELHORADO (unidade)	0
Programa	
032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
032.1.01 Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.	
CISTERNA IMPLANTADA (unidade)	25.208
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
032.1.02 Implantação do serviço de abastecimento de água.	
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO (unidade)	293
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
032.1.07 Implantação do serviço de esgotamento sanitário.	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADO (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
032.1.08 Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado.	
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO (unidade)	85
Eixo	
7 - CEARÁ PACÍFICO	
Tema Estratégico	
7.01 - SEGURANÇA PÚBLICA	
Programa	
003 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.01 Promoção da melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual.	
PROFISSIONAL CAPACITADO (unidade)	3.100
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.02 Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública.	
PROFISSIONAL FORMADO (unidade)	1.000
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.06 - Melhoria da estrutura para a oferta de serviços de formação e capacitação profissional.	
ACADEMIA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.08 Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil.	
DELEGACIA IMPLANTADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.09 Modernização das unidades prestadoras de serviços de policiamento civil.	
DELEGACIA ESTRUTURADA (unidade)	20
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.12 Ampliação da oferta de serviços de perícia forense.	
UNIDADE DE PERÍCIA FORENSE IMPLANTADA (unidade)	4
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.13 Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense.	
UNIDADE DE PERÍCIA FORENSE ESTRUTURADA (unidade)	11
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.14 Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos.	
QUARTEL IMPLANTADO (unidade)	5
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.15 Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços bombeirísticos.	
QUARTEL ESTRUTURADO (unidade)	26
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.17 Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública.	
UNIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA ESTRUTURADA (unidade)	4
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.18 Expansão dos serviços de patrulhamento aéreo.	
BASE DE PATRULHAMENTO AÉREO IMPLANTADA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.19 Expansão dos serviços de radiocomunicação de segurança.	
UNIDADE DE COMUNICAÇÃO IMPLANTADA (unidade)	1
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.20 Ampliação da oferta de serviços de policiamento ostensivo militar.	
QUARTEL IMPLANTADO (unidade)	15
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.21 Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar.	
QUARTEL ESTRUTURADO (unidade)	41
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
003.1.22 Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada.	
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO AMPLIADO (unidade)	9
Programa	
007 - SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
007.1.05 - Melhoria da estrutura de oferta de educação básica em colégios militares.	
ESCOLA READEQUADA (unidade)	4

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	META 2019
007.1.08 - Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais.	
MUNICÍPIO BENEFICIADO (unidade)	77
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
007.1.11 - Realização de atividades esportivas, educativas e culturais para jovens da comunidade e familiares dos profissionais da segurança pública.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	3
Programa	
024 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
024.1.02 - Promoção do diálogo permanente entre sociedade e Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário.	
EVENTO REALIZADO (unidade)	3
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
024.1.04 - Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar.	
SERVIDOR CAPACITADO (unidade)	80
Tema Estratégico	
7.02 - JUSTIÇA E CIDADANIA	
Programa	
004 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
004.1.01 - Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional.	
UNIDADE PRISIONAL IMPLANTADA (unidade)	2
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
004.1.03 - Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços prisionais.	
UNIDADE PRISIONAL ESTRUTURADA (unidade)	30
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
004.1.06 Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso.	
PRESO/EGRESSO BENEFICIADO (unidade)	16.332
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
004.1.07 Apoio à execução de alternativas penais.	
PRESO/EGRESSO BENEFICIADO (unidade)	7.500
Programa	
012 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
012.1.02 - Ampliação da tutela de defesa do consumidor.	
UNIDADE DESCENTRALIZADA IMPLANTADA (unidade)	2
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
012.1.06 - Apoio a políticas de proteção e defesa dos direitos difusos.	
PROJETO APOIADO (unidade)	6
Programa	
036 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
036.1.01 - Melhoria da estrutura para a oferta dos serviços judiciais.	
UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA (unidade)	13
Programa	
039 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
039.1.01 - Melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal.	
SISTEMA DE INFORMAÇÃO MELHORADO (unidade)	1
UNIDADE JUDICIÁRIA SANEADA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
039.1.05 - Melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	
SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO (unidade)	5
Tema Estratégico	
7.03 - POLÍTICA SOBRE DROGAS	
Programa	
085 - PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS	
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
085.1.02 - Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	21.500
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
085.1.03 - Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.	
ATENDIMENTO REALIZADO (unidade)	1.229
PESSOA ATENDIDA (unidade)	0
INICIATIVA / PRODUTO PRINCIPAL	**META 2019**
085.1.04 - Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas.	
PESSOA ATENDIDA (unidade)	250

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ANEXO II
ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
(art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,7%, este desempenho mostra-se um pouco superior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2017. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento mais forte da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no ano de 2017 foi de 2,2%. Esse bom desempenho é explicado pelos aumentos do investimento privado e do consumo das famílias, apoiados por uma forte confiança do setor privado, bem como pelo crescimento de transações no mercado de capitais, que somado aos baixos níveis de desemprego, taxa de juros (1,0%) e uma inflação de 2,1%, para 2017. Segundo o FMI, esses fatores projetam o crescimento do PIB americano para 2,3%, em 2018, e 1,9%, em 2019. Já a economia japonesa apresentou um crescimento de 1,5%, em 2017, sendo explicado pelos aumentos das despesas das famílias, investimento em capital fixo das empresas e exportações. Projeta-se para a economia japonesa em 2018 um crescimento de 0,6%, e para 2019, um crescimento de 0,8%.

A União Europeia apresentou em 2017 um crescimento de 2,3%, apresentando um ritmo de recuperação da recessão europeia iniciada em 2011, e que está sendo explicado pelos aumentos do Investimento privado, consumo das famílias e exportações. França, Espanha e Alemanha foram os destaques de crescimento em 2017. O nível de confiança do setor privado está no mais alto nível desde o início dos anos 2000, e a taxa de desemprego diminuiu para 8,7%, a menor desde o início de 2009, e as exportações mais altas também estão apoiando o crescimento. A economia da União Europeia, no ano de 2017, apresentou uma baixa inflação de 1,5% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2018, de 2,0% e 1,8%, em 2019.

O FMI projeta para as economias dos países emergentes, um crescimento de 4,6%, em 2017, 4,8% para 2018 e 4,9% para 2019. Essas projeções são influenciadas principalmente pela economia da China, onde em 2017 o PIB registrou um crescimento de 6,7%. Esse crescimento foi puxado pelo forte investimento público em infraestrutura, pelo crescimento robusto do consumo das famílias e também em decorrência da melhoria da demanda externa. Para os anos de 2018 e 2019, as projeções de crescimento para a economia chinesa são iguais a 6,5% e 6,3%, respectivamente.

O PIB do Brasil cresceu 1,0%, em 2017, puxado pelo setor agropecuário (13%), seguidos do setor de serviços (0,3%) e do setor da indústria (0,0%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,0%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias no qual favoreceu o crescimento do comércio, beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,7%) e da indústria extrativista (4,3%), puxada pelo aumento das exportações de commodities como o minério de ferro e a soja. Esse comportamento se manterá em 2018, repercutindo positivamente para uma previsão do aumento do PIB em 2,8%.

A retomada do crescimento da economia cearense, em 2017, foi mais intensa do que a do Brasil, onde o PIB do Ceará registrou um crescimento de 1,87%. Diferentemente da esfera federal, o Governo do Ceará, mesmo num período recente de crise macroeconômica, manteve as contas públicas estaduais

em equilíbrio, apresentando uma boa capacidade de investimento em relação à sua receita corrente líquida. O investimento estadual passou de R$ 2,17 bilhões, em 2016, para R$ 2,47 bilhões, em 2017. Para o ano de 2018, o Governo do Ceará pretende aumentar o atual ritmo de investimento público com obras em rodovias, aeroportos, portos, barragens e adutoras, além de gastos em infraestrutura social com investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, estimou para o período 2019 – 2021, taxas de crescimento do PIB estadual de 3,8% para 2019, 4,0% para 2020, e 3,5% para 2021, todas superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2019 são os seguintes:

Tabela 1 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2019 a 2021

Variáveis	2019	2020	2021
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,2	4,5	4,5
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	3,0	3,3	3,0
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	3,8	4,0	3,5
PIB Ceará (R$ Milhões)	159.904,04	173.783,71	187.960,12
Câmbio (R$/US$) - Média	3,34	3,30	3,30
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	7,9	7,0	7,0

Fonte: Relatório Focus/BACEN (16/03/2018) e IPECE.

Considerando estas premissas macroeconômicas, foi projetado, para o período de 2019 a 2021, uma Receita Tributária de R$ 44,9 bilhões. Deste montante destaca-se o ICMS, principal tributo estadual, com previsão de arrecadação de R$ 40,9 bilhões.

Com relação às Transferências Correntes, vale destacar o Fundo de Participação dos Estados – FPE, que, ao longo do período, espera-se arrecadar um montante de R$ 22,1 bilhões.

Todavia, o valor estimado do FPE acima pode sofrer variações em virtude de mudanças na legislação, inserção ou retirada de estímulos pelo Governo Federal a determinados setores ou queda na arrecadação em virtude do arrefecimento da atividade econômica, o que requer um acompanhamento maior pelo Estado das medidas adotadas pela União.

No que tange as Operações de Crédito há uma perspectiva de se arrecadar o montante de R$ 5 bilhões no período iniciado em 2018 até o final de 2021. Desse valor encontram-se recursos dos mais diversos agentes financeiros nacionais como BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, além de agentes internacionais como BID, BIRD, KFW e CAF.

Ressalta-se que o cenário macroeconômico desenhado para os próximos anos destaca um crescimento econômico tanto a nível nacional, quanto a nível local. As previsões até 2021 indicam um crescimento consistente e gradual que impactarão de forma direta as perspectivas de arrecadação do tesouro estadual. Dessa forma as despesas foram organizadas contemplando essas perspectivas ao longo do período 2019 - 2021.

Além disso, procurando manter o equilíbrio financeiro do tesouro estadual foi previsto para as despesas com pessoal (2019 a 2021) um montante de R$ 40,1 bilhões observando a previsão de concursos, a possibilidade de reposição salarial limitada ao valor do IPCA, eventual alteração em Planos de Cargos e Carreiras e as despesas previdenciárias que ocorrerão até 2021.

Já em relação às outras despesas correntes, R$ 32,6 bilhões foram programados (2019 a 2021) principalmente para manter em funcionamento a "máquina pública", os equipamentos disponíveis à sociedade e outros que serão disponibilizados no período como Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, Policlínicas, Escolas Regulares, Delegacias, Cadeias, Penitenciárias, Centros Socioeducativos, Restaurantes Universitários, Implantação de Comboios dentre outros, além de contemplar os recursos destinados constitucionalmente aos municípios.

Para o pagamento dos Juros e Amortização das dívidas foi previsto de 2019 a 2021, um montante de R$ 5,2 bilhões em função, principalmente, das operações de crédito anteriormente contratadas que objetivam a realização dos investimentos estruturantes necessários ao Estado.

Tão importante quanto manter os serviços postos a disposição da sociedade cearense em funcionamento é garantir a finalização dos investimentos ainda em execução, bem como expandir, de forma equilibrada e sustentável, a atuação do Estado. Dessa forma, considerando os investimentos e as inversões financeiras, estão previstos de 2019 a 2021 recursos na ordem de R$ 9,7 bilhões, oriundos das mais variadas fontes de recursos.

Na perspectiva de continuidade da implantação de projetos estruturantes pelo Estado, vale destacar:

- Implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;
- Execução e Supervisão do Cinturão das Águas;
- Ampliação do Terminal Portuário do Pecém;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Restauração e Pavimentação de Rodovias.

Além destes importantes projetos de infraestrutura e logística, o Estado também destinará parte de seus recursos para outras áreas como: saúde, habitação, educação, segurança hídrica e a segurança pública. Assim são previstos investimentos na Construção de Unidades Habitacionais, a Implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água, a Reforma e Implantação de Hospitais e Escolas e o Aparelhamento e a Modernização da Segurança Pública Estadual. Esses projetos aliados a outras políticas de Enfrentamento às Drogas, de Pacto pelo Ceará Pacífico e de Convivência com a Seca serão norteadores para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da Portaria nº. 495, de 6 de junho de 2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

LRF, art. 4º, parágrafo 1º — R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	26.383.692	25.320.242	16,5%	27.790.773	25.522.112	16,0%	29.252.693	25.707.838	15,6%
Receitas Primárias (I)	24.510.856	23.522.895	15,3%	26.325.520	24.176.474	15,1%	27.721.832	24.362.487	14,7%
Depesa Total	26.383.692	25.320.242	16,5%	27.790.773	25.522.112	16,0%	29.252.693	25.707.838	15,6%
Despesas Primárias (II)	23.913.149	22.949.280	15,0%	25.663.856	23.568.823	14,8%	27.056.668	23.777.929	14,4%
Resultado Primário III = (I-II)	**597.707**	**573.615**	**0,4%**	**661.665**	**607.650**	**0,4%**	**665.164**	**584.559**	**0,4%**
Resultado Nominal	(605.602)	(581.192)	-0,4%	(86.111)	(79.081)	0,0%	404.660	355.623	0,2%
Dívida Pública Consolidada	13.353.866	12.815.610	8,4%	13.469.977	12.370.374	7,8%	13.055.317	11.473.268	6,9%
Dívida Consolidada Líquida	11.415.062	10.954.954	7,1%	11.501.173	10.562.291	6,6%	11.096.513	9.751.832	5,9%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	55	52	0,0%	57	51	0,0%	59	51	0,0%
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	132.809	127.456	0,1%	390.648	358.757	0,2%	261.575	229.876	0,2%
Impacto do saldo das PPP VI = (IV) - (V)	(132.754)	(127.404)	-0,1%	(390.591)	(358.706)	-0,2%	(261.516)	(229.825)	-0,2%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade SEPLAG/IPECE/SEFAZ, 13/04/2018, 17h 00min

Notas:
1 O cálculo das metas foi realizado considerando os seguintes parâmetros:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
Inflação projetada para o período - IPCA	4,20%	4,50%	4,50%
PIB do Estado (crescimento % anual)	3,80%	4,00%	3,50%
PIB Nacional (crescimento % anual)	3,00%	3,30%	3,00%
Projeção do PIB estadual - R$ milhares	159.904.043	173.783.714	187.960.121

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

1. As receitas foram projetadas com base no modelo incremental a partir da aplicação de indicadores macroeconômicos, sendo a base de projeção formada pela arrecadação dos anos anteriores. Na previsão da receita própria foram excluídas da base de projeção ocorrências que não se repetirão nos próximos anos, livrando efeitos ocasionais ou atípicos, fora de sua sazonalidade, como os casos da repatriação, impactando o FPE e do ITCD do Ceará, no exercício de 2017. Dessa maneira, com base nos critérios adotados, a receita total de cada ano do período 2019 a 2021 foi projetada com variação entre 15,6% a 16,5% do PIB Estadual previsto para cada ano.

2. Para estimar as despesas de custeio de manutenção foram consideradas as despesas, especialmente correntes, de natureza tipicamente administrativa que se repetem ao longo do tempo e que representam custos básicos necessários ao funcionamento do órgão.

3. Para o custeio finalístico, além da inflação, foi projetado um incremento diferenciado em cada ano, decorrente da previsão do início de funcionamento dos novos equipamentos ofertados pelo Estado.

4. No que tange a despesa de pessoal, a projeção até 2021, foi elaborada considerando a possibilidade de reajuste aos servidores ativos e inativos limitada a inflação estimada para cada ano, o crescimento decorrente das ascensões funcionais, a expansão derivada do ingresso de novos servidores pela realização de novos concursos ao longo do período (2019 - 2021) e melhorias nos planos de cargos e carreiras em diversos órgãos/entidades do Estado.

5. Os investimentos foram fixados com base na carteira de projetos do Estado alinhavado com as expectativas de crescimento da economia cearense, previsões de convênios e nas operações de crédito contratadas e a contratar.

6. A meta de resultado primário estimada para o período 2019 - 2021 é de 0,4% do PIB. A meta indica o esforço que o governo estadual pretende alcançar com vistas ao pagamento de sua dívida ao longo período.

7. Em função da mudança de metodologia adotada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª edição, o resultado nominal negativo representa crescimento do endividamento, por consequência, resultado positivo, redução do endividamento. Dessa forma, para os anos 2019 e 2020 demonstra-se uma perspectiva de elevação do endividamento estadual evidenciando o volume de recursos que o governo terá que buscar junto ao mercado, interno ou externo para o financiamento de suas obras estruturantes. Ainda assim, embora haja uma projeção de elevação desse endividamento ao longo do período, esta não ocorre de forma desequilibrada, visto que a relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida está prevista abaixo de 0,57, configurando uma relação confortável frente a LRF e a Resolução 43 do Senado Federal que estabelecem a possibilidade de endividamento dos Estados em até 2 vezes a RCL.

8. A previsão de Receitas Primárias advindas de PPP correspondem apenas às receitas da PPP Vapt Vupt, que compartilha 20% das receitas acessórias líquidas com o Estado, tendo alcançado o valor de R$ 50.801,06 em 2017. Os projetos PPP do Estado do Ceará não possui receitas advindas de taxas dos usuários dos serviços, são concessões administrativas.

Quanto às Despesas Primárias advindas de PPP, as projeções apresentadas referem-se às despesas estimadas com o próximo contrato da PPP Castelão, a partir de 2019, às da PPP Vapt Vupt e às da PPP do Hospital Regional Metropolitano , considerando que esta última iniciaria sua execução em junho/2019. Além delas também foi considerada a PPP 1 do Metrofor, que abrange à Linha Sul, VLT Parangaba-Mucuripe, VLT Sobra e VLT Cariri, a qual está em fase de modelagem . A PPP Dessalinização não foi considerada por estar sob responsabilidade de estatal não dependente.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I — R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	Variação Valor (c) = (b - a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	25.037.016	17,2%	25.408.955	18,4%	371.939	1,5%
Receitas Primárias (I)	22.201.710	15,3%	22.987.511	16,7%	785.801	3,5%
Despesa Total	24.495.681	16,9%	24.608.352	17,9%	112.671	0,5%
Despesas Primárias (II)	22.147.603	15,2%	21.940.118	15,9%	(207.485)	-0,9%
Resultado Primário (III) = (I-II)	54.107	0,0%	1.047.393	0,8%	993.286	1835,8%
Resultado Nominal	1.750.830	1,2%	(371.025)	-0,3%	(2.121.855)	-121,2%
Dívida Pública Consolidada	12.376.244	8,5%	11.820.226	8,6%	(556.018)	-4,5%
Dívida Consolidada Líquida	9.525.869	6,6%	8.146.084	5,9%	(1.379.805)	-14,5%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/SEFAZ/IPECE, 12/04/2018, 16h 00min

Especificação	Valor - R$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2017	145.302.000
Valor realizado do PIB Estadual para 2017	137.837.861

Notas:

1. A meta prevista para 2017 foi cerca de R$ 54 milhões de resultado primário. Já a realização da meta, divulgada no valor de R$ 1.047,4 milhões, e equivalente a 0,8% do PIB, foi resultado principalmente da arrecadação das receitas primárias, notadamente da receita tributária, que apresentou resultado superior ao previsto para o ano de 2017.

2. O resultado nominal positivo de R$ 371 milhões evidencia a elevação da dívida fundada de 2016 para 2017, em virtude da maior receita de operação de crédito arrecadada em 2017, o que influenciou o estoque da dívida.

3. Quanto às despesas de pessoal, que correspondem a grande parte do total da despesa estadual, se mantiveram abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançando um patamar de 52,12% para 2017.

4. Os Juros e Encargos da Dívida, no ano de 2017, somaram R$ 452 milhões, representando 29,05% do serviço da dívida. Em relação ao ano de 2016, este valor demonstra um acréscimo de 6,97% em termos nominais, resultado do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e consequentemente, pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2017 que geraram juros e encargos, além da influência da variação do câmbio.

5. Em relação às amortizações, estas alcançaram em 2017 R$ 1.104 milhões, representando 70,95 % do serviço da dívida, um acréscimo de 31 % ao se comparar com 2016, em termos nominais, resultado da contabilização da dívida da COHAB/CE junto à União.

6. Já a Receita Total Arrecadada em 2017 que representou 18,4% do PIB Estadual, apresentou um acréscimo relativo de 1,5% em relação à meta prevista, decorrente principalmente de um maior esforço estadual na arrecadação de seus tributos.

7. No tocante à Despesa Total Executada em 2017 houve um acréscimo de apenas 0,5% em relação à meta prevista, em linha, portanto com as despesas projetadas na elaboração da LDO 2017.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
2019

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %
Receita Total	24.282.257	25.408.955	4,6%	24.932.679	-1,9%	26.383.692	5,8%	27.790.773	5,3%	29.252.693	5,3%
Receitas Primárias (I)	22.792.322	22.987.511	0,9%	23.587.577	2,6%	24.510.856	3,9%	26.325.520	7,4%	27.721.832	5,3%
Despesa Total	23.266.916	24.608.352	5,8%	24.932.679	1,3%	26.383.692	5,8%	27.790.773	5,3%	29.252.693	5,3%
Despesas Primárias (II)	20.974.659	21.940.118	4,6%	23.007.326	4,9%	23.913.149	3,9%	25.663.856	7,3%	27.056.668	5,4%
Resultado Primário (I-II)	1.817.662	1.047.393	-42,4%	580.252	-44,6%	597.707	3,0%	661.665	10,7%	665.164	0,5%
Resultado Nominal	1.594.753	(371.025)	-123,3%	(2.663.375)	617,8%	(605.602)	-77,3%	(86.111)	-85,8%	404.660	-569,9%
Dívida Pública Consolidada	10.518.535	11.820.226	12,4%	12.648.264	7,0%	13.353.866	5,6%	13.469.977	0,9%	13.055.317	-3,1%
Dívida Consolidada Líquida	7.775.059	8.146.084	4,8%	10.809.460	32,7%	11.415.062	5,6%	11.501.173	0,8%	11.096.513	-3,5%
Notas: Excluídas as receitas e despesas extraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição						(605.602)		(86.111)		404.660	

Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	2020	Var. %	2021	Var. %
Receita Total	25 906 032	26 331 300	1,6%	24 932 679	-5,3%	25 320 242	1,6%	25 522 112	0,8%	25 707 838	0,7%
Receitas Primarias (I)	24 316 464	23 821 957	-2,0%	23 587 577	-1,0%	23 522 895	-0,3%	24 176 474	2,8%	24 362 487	0,8%
Depesa Total	24 822 794	25 501 635	2,7%	24 932 679	-2,2%	25 320 242	1,6%	25 522 112	0,8%	25 707 838	0,7%
Despesas Primarias (II)	22 377 253	22 736 544	1,6%	23 007 326	1,2%	22 949 280	-0,3%	23 568 823	2,7%	23 777 929	0,9%
Resultado Primario (I-II)	1 939 211	1 085 413	-44,0%	580 252	-46,5%	573 615	-1,1%	607 650	5,9%	584 559	-3,8%
Resultado Nominal	1 701 396	(384 493)	-122,6%	(2 663 375)	592,7%	(581 192)	-78,2%	(79 081)	-86,4%	355 623	-549,7%
Divida Pública Consolidada	11 221 919	12 249 300	9,2%	12 648 264	3,3%	12 815 610	1,3%	12 370 374	-3,5%	11 473 268	-7,3%
Divida Consolidada Líquida	8 294 984	8 441 787	1,8%	10 809 460	28,0%	10 954 954	1,3%	10 562 291	-3,6%	9 751 832	-7,7%

FONTE: Sistema Integrado de Contabilidade, SEPLAG/CFLOG, 25/04/2018, 14h.35min
Notas: Excluídas as receitas e despesas extraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição
Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal a partir de 2018, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição

VARIÁVEIS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Inflação projetada para o período - IPCA	6,29%	2,95%	3,63%	4,20%	4,50%	4,50%
Fator de Multiplicação	1,067	1,036	1	1,042	1,089	1,138

Notas:

1. O cálculo dos valores constantes foi elaborado com base na inflação projetada pelo IPCA, conforme índices acima.

2. Entre os anos de 2016 e 2017 houve um decréscimo em termos reais do resultado primário, resultado, dentre outros fatores, da arrecadação decorrente da repatriação de recursos do exterior, bem como da arrecadação relevante do ITCMD obtida em 2016. Esses fatos, aliado ao crescimento de 1,6% em 2017 das despesas primárias, resultaram em uma variação negativa de 44% do resultado primário para o período em análise. Já em 2018, há previsão de crescimento das despesas primárias quando comparadas ao exercício de 2017, visto que, em 2018 estão incorporadas, principalmente, novas nomeações de servidores, elevação dos investimentos e a manutenção de novos equipamentos disponíveis à sociedade. Em 2019, assim como todos os demais anos evidenciados, apresenta resultado primário positivo, demonstrando a solidez fiscal que permeia o Estado e que permite dentre outros fatores, o pagamento do serviço de sua dívida.

3. Para a Dívida Consolidada Líquida (DCL) um crescimento relevante entre 2018 e 2017 - 28% a preços constantes - é esperado. O principal motivo para este crescimento é a expectativa de contratação de novas operações de crédito. Em 2019 a perspectiva é de crescimento de 1,3% em relação à 2018. Já para 2020 e 2021, em termos reais, uma redução na DCL é esperada.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	22.701.999,1	100,00	19.935.049,4	100,00%	15.655.989,7	100,00%
Reservas	0,0	0,00	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Resultado Acumulado	0,0	0,00	0,0	0,00%	0,0	0,00%
TOTAL	22.701.999,1	100,00	19.935.049,4	100,00%	15.655.989,7	100,00%

FONTE: SZGPR, COTES/CECAD, 26/03/2018 14:30

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	-29.727,5	100,00	311.286,0	100,0%	148.154,3	100,0%
Reservas	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	-29.727,5	100,00	311.286,0	100,0%	148.154,3	100,0%

FONTE: SZGPR, COTES/CECAD, 16/04/2018 09:03

Nota:

Após a contabilização das provisões matemáticas, decorrentes das projeções atuariais a partir de 2017, o valor consolidado do Patrimônio Líquido - PL, corresponde ao somatório dos PL's do FUNAPREV (R$ -28.726.333,58), PREVMILITAR(-1.001.142,26) e PREVID (0,00), resultando em R$ -29.727.475,84. Em 2018, deverão ser revistas as premissas de avaliação atuarial.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$ MIL

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**16.429**	**4.002**	**4.337**
Alienação de Bens Móveis	3.610	3.715	2.718
Alienação de Bens Imóveis	12.819	287	1.619

DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**1.243**	**80**	-
DESPESAS DE CAPITAL	**1.243**	**80**	-
Investimentos	1.243	80	
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	-
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = (Ia – IId) + IIIh)	2016 (h) =((Ib – IIe) +IIIi)	2015 (i) = ((Ic – IIf) + IIIj)
VALOR (III)	**23.445**	**8.259**	**4.337**

FONTE: SZGPR, COTES/CECAD, 17/04/2018 11:20

Nota:

O patrimônio líquido do Estado do Ceará tem evoluído ao longo dos anos, tendo em vista os sucessivos superávits nas variações patrimoniais aumentativas.

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	80.323.717,40	109.888.868,83	147.526.791,81
Receita de Contribuições dos Segurados	24.730.285,40	31.413.335,55	40.826.264,83
Civil	24.730.285,40	31.413.335,55	40.826.264,83
Ativo	24.730.285,40	31.413.335,55	40.815.080,43
Inativo			4.950,24
Pensionista			6.234,16
Receita de Contribuições Patronais	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Civil	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Ativo	49.466.716,29	61.567.411,89	78.360.417,89
Receita Patrimonial	6.126.715,71	16.908.121,39	28.340.109,09
Receitas de Valores Mobiliários	6.126.715,71	16.908.121,39	28.340.109,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	80.323.717,40	109.888.868,83	147.526.791,81

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
PREVIDÊNCIA (V)		10.859,16	246.748,76
Benefícios - Civil		10.859,16	246.748,76
Aposentadorias			71.301
Pensões		10.859,16	175.447,82
Outros Benefícios Previdenciários			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0	10.859,16	246.748,76

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	80.323.717,40	109.878.009,67	147.280.043,05

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2015	2016	2017
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2015	2016	2017
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2015	2016	2017

BENS E DIREITOS DO RPPS	2015	2016	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	3.667,73	2.765,01
Investimentos e Aplicações	93.372.258,20	203.246.600,14	351.528.688,17
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.459.634.535,55	1.517.303.633,49	1.583.484.791,05
Receita de Contribuições dos Segurados	501.713.107,74	556.690.571,94	585.812.921,89
Civil	411.798.041,63	446.592.232,10	466.454.614,82
Ativo	329.886.385,44	365.375.226,93	381.833.317,29
Inativo	59.400.711,26	60.195.284,99	63.440.677,00
Pensionista	22.510.944,93	21.021.720,18	21.180.620,53
Militar	89.915.066,11	110.098.339,84	119.358.307,07
Ativo	81.220.725,02	102.556.403,05	110.189.078,09
Inativo	6.655.066,72	5.798.935,57	6.963.328,30
Pensionista	2.039.274,37	1.743.001,22	2.205.900,68
Receita de Contribuições Patronais	812.925.922,95	918.025.610,77	954.426.357,93
Civil	650.889.487,63	711.364.524,64	734.527.540,56
Ativo	650.889.487,63	711.364.524,64	734.527.540,56
Militar	162.036.435,32	206.661.086,13	219.898.817,37
Ativo	162.036.435,32	206.661.086,13	219.898.817,37
Receita Patrimonial	10.951.053,01	13.422.024,79	10.409.139,61
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliarios	10.951.053,01	13.422.024,79	10.409.139,61
Outras Receitas Correntes	134.044.451,85	29.165.425,99	32.836.371,62
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	26.494.491,21	29.165.425,99	32.836.371,62
Demais Receitas Correntes	107.549.960,64		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	1.459.634.535,55	1.517.303.633,49	1.583.484.791,05

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA (XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107,77
Benefícios - Civil	2.203.713.955,10	2.386.744.950,38	2.546.243.536,45
Aposentadorias	1.689.447.463,94	1.857.583.169,69	2.015.035.908,43
Pensões	514.266.491,16	529.161.780,69	531.207.628,02
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	502.349.376,28	509.470.108,31	568.614.571,32
Reformas	324.021.460,55	325.264.200,45	358.917.507,78
Pensões	178.327.915,73	184.205.907,86	209.697.063,54
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	2.706.063.331,38	2.896.215.058,69	3.114.858.107,77

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	-1.246.428.795,83	-1.378.911.425,20	-1.531.373.316,72

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2015	2016	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.217.791.548,47	1.432.165.184,63	1.551.754.607,61
Recursos para Formação de Reserva			

FONTE: Sistema S2GPR. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Notas:
A implementação da segregação de massa a partir de 01/01/2014, conforme Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013 - DOE 19/09/2013;
O Plano Previdenciario e operacionalizado pelo Fundo Previdenciário PREVID;
O Plano Financeiro é operacionalizado pelo Fundo Financeiro FUNAPREV e pelo Fundo Financeiro PREVMILITAR.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO - FUNDO FUNAPREV
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	1 241 971 188	2 546 243 536	(1 304 272 348)	(1 304 272 348)
2018	1 333 590 567	2 807 925 434	(1 474 334 567)	(2 778 606 916)
2019	1 361 347 105	3 062 643 774	(1 701 296 669)	(4 479 903 584)
2020	1 248 928 548	3 371 771 365	(2 122 842 817)	(6 602 746 402)
2021	1 179 838 340	3 658 656 110	(2 478 818 070)	(9 081 564 471)
2022	1 111 211 492	3 864 238 891	(2 753 027 399)	(11 834 591 870)
2023	1 049 466 832	4 037 899 577	(2 988 422 745)	(14 823 014 615)
2024	988 089 378	4 184 965 157	(3 196 876 079)	(18 019 890 694)
2025	949 262 276	4 284 446 701	(3 335 184 425)	(21 355 075 119)
2026	910 166 071	4 288 774 673	(3 378 608 601)	(24 733 683 721)
2027	871 774 970	4 281 581 764	(3 409 806 794)	(28 143 470 515)
2028	835 320 107	4 261 985 756	(3 426 665 649)	(31 570 136 164)
2029	797 425 375	4 233 398 210	(3 435 973 135)	(35 006 109 300)
2030	764 397 881	4 192 995 888	(3 428 597 906)	(38 434 707 206)
2031	731 659 727	4 138 218 685	(3 406 558 958)	(41 841 266 164)
2032	698 302 407	4 076 644 533	(3 378 342 126)	(45 219 608 290)
2033	662 685 512	4 012 777 674	(3 350 092 062)	(48 569 700 351)
2034	628 634 547	3 942 932 540	(3 314 297 992)	(51 883 998 344)
2035	591 849 425	3 868 995 149	(3 277 145 724)	(55 161 144 068)
2036	555 825 794	3 792 734 716	(3 236 908 922)	(58 398 052 990)
2037	518 528 142	3 714 187 484	(3 195 659 342)	(61 593 712 332)
2038	484 844 245	3 630 435 185	(3 145 590 940)	(64 739 303 272)
2039	451 074 270	3 539 076 981	(3 088 002 711)	(67 827 305 983)
2040	419 016 529	3 442 667 464	(3 023 650 935)	(70 850 956 918)
2041	389 475 862	3 339 392 348	(2 949 916 486)	(73 800 873 404)
2042	362 456 210	3 229 460 461	(2 867 024 251)	(76 667 897 655)
2043	338 876 139	3 112 135 231	(2 773 259 092)	(79 441 156 747)
2044	318 350 112	2 986 764 890	(2 668 414 778)	(82 109 571 525)
2045	298 225 324	2 857 281 362	(2 559 056 339)	(84 668 627 864)
2046	280 066 324	2 725 770 906	(2 445 704 583)	(87 114 332 447)
2047	265 453 372	2 589 226 814	(2 323 773 441)	(89 438 105 888)
2048	250 715 576	2 450 676 730	(2 199 961 154)	(91 638 067 042)
2049	237 679 313	2 313 068 865	(2 075 389 551)	(93 713 456 593)
2050	224 871 100	2 176 453 485	(1 951 582 385)	(95 665 038 958)
2051	212 269 217	2 043 088 621	(1 830 819 405)	(97 495 858 362)
2052	200 497 599	1 912 951 530	(1 712 453 930)	(99 208 311 993)
2053	189 038 260	1 786 252 971	(1 597 214 711)	(100 805 526 704)
2054	177 665 397	1 664 090 203	(1 486 424 806)	(102 291 951 510)
2055	166 652 721	1 546 708 030	(1 380 055 309)	(103 672 006 819)
2056	155 870 526	1 434 144 557	(1 278 274 032)	(104 950 280 851)
2057	145 388 997	1 326 618 508	(1 181 229 511)	(106 131 510 361)
2058	135 194 075	1 224 193 940	(1 088 999 865)	(107 220 510 227)
2059	125 321 500	1 126 917 119	(1 001 595 619)	(108 222 105 846)
2060	115 804 307	1 034 751 326	(918 946 419)	(109 141 052 265)
2061	106 671 401	947 625 621	(840 954 220)	(109 982 006 485)
2062	97 944 152	865 440 940	(767 496 788)	(110 749 503 273)
2063	89 640 316	788 071 229	(698 430 913)	(111 447 934 186)
2064	81 771 669	715 376 253	(633 604 583)	(112 081 538 770)
2065	74 344 798	647 215 628	(572 870 830)	(112 654 409 599)
2066	67 360 164	583 451 595	(516 091 431)	(113 170 501 031)
2067	60 813 379	523 940 212	(463 126 833)	(113 633 627 864)
2068	54 697 388	468 534 741	(413 836 753)	(114 047 464 617)
2069	49 003 318	417 087 298	(368 083 980)	(114 415 547 997)
2070	43 718 336	369 452 029	(325 723 694)	(114 741 281 690)
2071	38 827 358	325 488 975	(286 661 617)	(115 027 943 308)
2072	34 315 362	285 065 073	(250 749 711)	(115 278 693 019)
2073	30 165 965	248 052 713	(217 886 748)	(115 496 579 767)
2074	26 381 841	214 326 554	(187 964 712)	(115 684 544 479)
2075	22 866 593	183 759 467	(160 872 874)	(115 845 417 353)
2076	19 724 502	156 221 180	(136 496 678)	(115 981 914 031)
2077	16 862 383	131 579 793	(114 717 410)	(116 096 631 442)
2078	14 287 584	109 699 565	(95 411 981)	(116 192 043 422)
2079	11 861 376	90 438 333	(78 576 957)	(116 270 620 379)
2080	9 573 146	73 648 164	(64 075 018)	(116 334 695 397)
2081	7 614 396	59 173 826	(51 559 430)	(116 386 254 827)
2082	5 959 991	46 850 577	(40 890 585)	(116 427 145 412)
2083	4 583 603	36 504 131	(31 920 528)	(116 459 065 940)
2084	3 457 926	27 952 645	(24 494 718)	(116 483 560 658)
2085	2 555 171	21 009 198	(18 454 028)	(116 502 014 686)
2086	1 847 110	15 482 313	(13 635 203)	(116 515 649 889)
2087	1 304 889	11 175 690	(9 870 802)	(116 525 520 691)
2088	899 579	7 692 713	(6 993 033)	(116 532 513 724)
2089	604 432	5 447 043	(4 842 611)	(116 537 356 335)
2090	395 250	3 671 079	(3 275 829)	(116 540 632 164)
2091	251 414	2 416 342	(2 164 928)	(116 542 797 092)
2092	155 402	1 553 780	(1 398 378)	(116 544 195 470)
2093	93 150	976 373	(883 223)	(116 545 078 693)

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017; correspondente ao DRAA 2018.

a) Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

b) Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018;

c) Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial;

- Idade Média dos Segurados do FUNAPREV em 31/12/2017: Ativos, 50,5 anos; Inativos, 69,9 anos; Pensionistas: 67,5 anos;

- Folha 12/2017 - Cadastro FUNAPREV: Ativos, R$ 243,46 milhões; Inativos, R$ 157,27 milhões; Pensionistas, R$ 39,05 milhões;

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014;

- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas;

d) Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do FUNAPREV e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - FUNAPREV, abrangeu todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 35.893 segurados efetivamente ativos (exclui os 11.721 afastados e tratados como aposentados); 55.910 aposentados (inclui os 11.721 afastados mencionados); e 11.043 pensionistas.

A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO FUNAPREV

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

A avaliação considera o enfoque de grupo fechado de segurados do FUNAPREV, conforme LC Estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do FUNAPREV e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados a este Fundo.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do FUNAPREV, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. As receitas com contribuições diminuem, principalmente, na medida em que os atuais segurados ativos implementam as condições para a aposentação, dado o prisma de grupo fechado.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do FUNAPREV com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Tais despesas crescem na medida em que o grupo de aposentados aumenta, decrescendo posteriormente quando a mortalidade desse grupo se torna mais significativa, com a idade avançada.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo FUNAPREV, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 92,3% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao FUNAPREV para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, §1º, e legislação federal correlata.

Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Financeiro do SUPSEC (FUNAPREV) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do FUNAPREV, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Financeiro (FUNAPREV) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.

Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7º, § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média dos Segurados do PREVID em 31/12/2017: Ativos, 34,8 anos; Aposentado, 44,4 (invalidez); e Pensionista, 31,3 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVID: Ativos, R$ 27,57 milhões; Aposentado, R$ 15.844,27; e, Pensionistas, R$ 11.754,33.

- Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais e futuros segurados ativos e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016

- DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Taxa Real de Juros Atuariais de 4,5% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2018.

- Projeção de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVID e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVID, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo PREVID), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 5.555 segurados ativos, 1 aposentado e 5 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias.

A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC, da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVID

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do PREVID e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVID, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, referentes à geração atual de segurados.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVID com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas, mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

- Estado inicial de vigência a contar de 01/01/2014.

- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7º, § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média em 31/12/2017: Ativos do RPPS, 37,5 anos; Inativos, 62,0 anos; Pensionistas: 56,6 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVMILITAR: Ativos, R$ 72,71 milhões; Inativos, R$ 28,20 milhões; Pensionistas, R$ 16,37 milhões.

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVMILITAR.

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei Complementar nº 21, de 29/06/2000, atualizada; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iv) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (v) a Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011; e (vi) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVMILITAR, abrangeu todos os segurados ativos, inativos e pensionistas do Plano de Custeio Militar (Fundo PREVMILITAR), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 18.710 segurados efetivamente ativos (exclui os 1.329 afastados e tratados como inativos); 6.511 inativos (inclui os 1.329 mencionados); e 7.111 pensionistas.

A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, inativos e pensionistas.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVMILITAR

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação;

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados do PREVMILITAR, conforme Lei Complementar Estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do PREVMILITAR e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados a este Fundo.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVMILITAR, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVMILITAR com benefícios previdenciários.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Militar do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo PREVMILITAR, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 64,7% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao PREVMILITAR para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, § 1º, e legislação federal correlata.

Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Militar do SUPSEC (PREVMILITAR) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do PREVMILITAR, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Militar (PREVMILITAR) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.

Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVID
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	147.526.792	246.749	147.280.043	147.280.043
2018	202.691.696	1.249.062	201.442.635	348.722.678
2019	281.093.669	2.211.515	278.882.354	627.605.032
2020	363.132.786	3.350.550	359.782.237	987.387.269
2021	432.689.287	4.674.948	428.014.339	1.415.401.607
2022	504.387.689	6.202.503	498.185.185	1.913.586.793
2023	575.306.354	7.894.803	567.411.550	2.480.998.343
2024	649.518.561	10.711.433	638.807.128	3.119.805.471
2025	713.795.140	14.218.743	699.576.397	3.819.381.868
2026	779.005.330	18.389.598	760.615.733	4.579.997.601
2027	846.606.564	23.040.759	823.565.805	5.403.563.405
2028	916.279.957	27.469.478	888.810.479	6.292.373.885
2029	987.696.608	33.453.891	954.242.717	7.246.616.601
2030	1.060.048.950	41.055.754	1.018.993.196	8.265.609.797
2031	1.132.441.561	51.115.753	1.081.325.808	9.346.935.605
2032	1.207.740.086	63.896.008	1.143.844.078	10.490.779.683
2033	1.286.549.445	77.585.251	1.208.964.194	11.699.743.877
2034	1.366.846.176	91.827.477	1.275.018.700	12.974.762.577
2035	1.449.456.060	107.923.213	1.341.532.848	14.316.295.424
2036	1.533.474.197	128.728.269	1.404.745.928	15.721.041.352
2037	1.619.168.472	154.135.876	1.465.032.597	17.186.073.949
2038	1.705.099.555	182.873.476	1.522.226.079	18.708.300.027
2039	1.792.899.039	213.546.901	1.579.352.138	20.287.652.165
2040	1.881.035.972	245.099.635	1.635.936.337	21.923.588.502
2041	1.968.809.715	279.650.752	1.689.158.963	23.612.747.465
2042	2.056.002.525	318.084.106	1.737.918.419	25.350.665.884
2043	2.143.678.105	359.445.807	1.784.232.299	27.134.898.183
2044	2.225.787.391	427.316.425	1.798.470.966	28.933.369.149
2045	2.312.561.746	476.397.438	1.836.164.308	30.769.533.457
2046	2.400.255.596	523.232.439	1.877.023.157	32.646.556.614
2047	2.487.346.619	571.274.541	1.916.072.078	34.562.628.692
2048	2.576.193.204	618.857.102	1.957.336.102	36.519.964.795
2049	2.663.732.323	662.546.754	1.981.185.569	38.501.150.364
2050	2.753.172.633	742.921.414	2.010.251.219	40.511.401.583
2051	2.844.327.772	802.365.191	2.041.962.581	42.553.364.164
2052	2.936.806.690	859.124.066	2.077.682.625	44.631.046.789
2053	3.028.209.418	951.129.771	2.097.079.647	46.728.126.436
2054	3.120.470.234	1.001.685.600	2.118.784.634	48.846.911.069
2055	3.211.434.452	1.065.299.442	2.126.135.010	50.973.046.079
2056	3.300.303.377	1.173.374.563	2.126.928.813	53.099.974.893
2057	3.389.067.456	1.258.982.004	2.130.085.452	55.230.060.345
2058	3.477.803.374	1.345.534.681	2.132.268.693	57.362.329.037
2059	3.564.691.245	1.439.305.433	2.125.385.812	59.487.714.849
2060	3.653.948.399	1.520.524.249	2.133.424.150	61.621.138.999
2061	3.745.223.165	1.595.681.874	2.149.541.291	63.770.680.290
2062	3.837.333.632	1.667.052.309	2.170.281.323	65.940.961.614
2063	3.929.532.452	1.740.762.537	2.188.769.914	68.129.731.528
2064	4.026.362.694	1.795.403.991	2.230.953.702	70.360.685.230
2065	4.128.258.555	1.859.091.549	2.269.167.007	72.649.852.237
2066	4.232.857.960	1.851.815.453	2.351.042.507	75.000.894.744
2067	4.340.654.624	1.917.500.576	2.423.154.047	77.424.048.791
2068	4.451.159.254	1.955.251.569	2.495.907.685	79.919.956.476
2069	4.561.495.786	2.005.546.498	2.555.949.289	82.475.905.766
2070	4.677.081.721	2.036.736.358	2.640.345.363	85.116.251.129
2071	4.795.022.561	2.073.534.915	2.721.487.645	87.837.738.774
2072	4.917.649.035	2.101.445.271	2.816.203.764	90.653.942.538
2073	5.045.385.046	2.120.768.372	2.924.616.674	93.578.559.213
2074	5.178.284.768	2.135.605.343	3.042.679.425	96.621.238.637
2075	5.316.704.818	2.146.010.067	3.170.694.752	99.791.933.389
2076	5.460.785.551	2.154.827.071	3.305.958.481	103.097.891.870
2077	5.611.763.939	2.156.161.693	3.455.602.246	106.553.494.116
2078	5.767.417.906	2.166.568.809	3.600.849.159	110.154.343.275
2079	5.929.968.664	2.174.425.738	3.755.562.926	113.909.906.200
2080	6.098.883.779	2.183.542.383	3.915.341.396	117.825.247.596
2081	6.274.660.066	2.192.205.443	4.082.454.623	121.907.702.219
2082	6.458.155.329	2.195.480.131	4.262.675.198	126.170.377.418
2083	6.650.487.179	2.193.329.311	4.457.157.868	130.627.535.286
2084	6.851.315.105	2.191.347.522	4.659.967.583	135.287.502.869
2085	7.062.561.472	2.181.279.684	4.881.281.789	140.168.784.657
2086	7.283.173.086	2.172.681.738	5.110.491.348	145.279.276.005
2087	7.513.698.879	2.164.760.393	5.349.138.486	150.628.414.491
2088	7.754.714.493	2.159.682.010	5.595.032.483	156.223.446.974
2089	8.007.334.294	2.152.211.476	5.855.122.817	162.078.569.791
2090	8.268.963.998	2.158.195.489	6.110.768.509	168.189.338.300
2091	8.544.704.434	2.151.121.250	6.393.583.183	174.582.921.483
2092	8.831.497.761	2.149.841.177	6.681.656.588	181.264.578.071
2093	9.102.984.300	2.153.166.068	6.949.818.232	188.214.396.303

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017, correspondente ao DRAA 2018

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;- Preenchido conforme Manual

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7º, § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE e TCE, para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média dos Segurados do PREVID em 31/12/2017: Ativos, 34,8 anos; Aposentado, 44,4 (invalidez); e Pensionista, 31,3 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVID: Ativos, R$ 27,57 milhões; Aposentado, R$ 15.844,27; e, Pensionistas, R$ 11.754,33.

- Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais e futuros segurados ativos e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Taxa Real de Juros Atuariais de 4,5% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2018.

- Projeção de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas, e de compensação previdenciária a receber; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVID e de compensação previdenciária a pagar.

DEMAIS NOTAS ATUARIAIS

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iii) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (iv) a Lei Complementar nº 92, de 25/01/2011; e (v) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVID, abrangeu todos os segurados do Plano de Custeio Previdenciário (Fundo PREVID), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 5.555 segurados ativos, 1 aposentado e 5 pensionistas. Considerou-se, também, para a geração futura, os dados dos segurados ativos do Plano de Custeio Financeiro (Fundo FUNAPREV), como base para o cálculo da projeção de reposição dos segurados de 1:1 e das respectivas receitas e despesas previdenciárias.

A data-base desse cadastro se refere à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC, da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, bem como pela ALCE, PGJ, TJCE e TCE, referentes aos seus respectivos segurados.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVID

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação.

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados, calculando a obrigação previdenciária do PREVID e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos e seus desdobramentos previdenciários.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVID, decorrentes de contribuições mensais dos segurados sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará, dos retornos dos investimentos (receita patrimonial) dos recursos previdenciários acumulados e das estimativas de compensação previdenciária a receber junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, referentes à geração atual de segurados.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVID com benefícios previdenciários e com compensação previdenciária a pagar ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas, mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

- Estado inicial de vigência a contar de 01/01/2014.

- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCÁRIO - FUNDO PREVIMILITAR
2019

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2017	341 513 603,05	568 614 571,32	(227 100 968)	(227 100 968)
2018	407 037 769,66	640 007 412,31	(232 969 644)	(460 070 612)
2019	455 924 429,17	709 678 448,98	(253 754 020)	(713 824 632)
2020	450 372 885,48	768 056 521,27	(317 683 636)	(1 031 508 268)
2021	444 802 030,50	830 609 008,23	(385 806 978)	(1 417 315 245)
2022	435 588 925,78	902 569 767,83	(466 980 842)	(1 884 296 087)
2023	426 018 869,12	984 722 155,45	(558 703 286)	(2 442 999 374)
2024	422 025 843,98	1 050 158 058,06	(628 132 214)	(3 071 131 588)
2025	422 936 938,24	1 083 799 899,08	(660 853 901)	(3 731 985 489)
2026	419 914 491,74	1 103 905 453,54	(683 990 962)	(4 415 976 450)
2027	420 290 469,09	1 125 280 425,81	(704 989 957)	(5 120 966 407)
2028	421 087 857,73	1 134 851 160,42	(713 763 293)	(5 834 729 700)
2029	421 070 267,89	1 146 198 191,69	(725 127 924)	(6 559 857 624)
2030	422 859 902,81	1 154 919 425,72	(732 059 523)	(7 291 917 146)
2031	425 025 979,85	1 156 742 450,47	(731 716 471)	(8 023 633 617)
2032	428 031 518,57	1 154 433 968,93	(726 402 450)	(8 750 036 067)
2033	431 932 525,54	1 146 568 421,02	(714 635 895)	(9 464 671 963)
2034	434 707 184,61	1 139 704 447,83	(704 997 263)	(10 169 669 226)
2035	437 539 345,63	1 135 789 223,77	(698 249 878)	(10 867 919 104)
2036	436 907 662,81	1 142 503 392,04	(705 595 729)	(11 573 514 834)
2037	438 275 280,36	1 152 776 596,52	(714 501 316)	(12 288 016 150)
2038	438 144 037,64	1 159 718 467,26	(721 574 380)	(13 009 590 529)
2039	433 616 113,35	1 184 843 695,09	(751 227 582)	(13 760 818 111)
2040	428 572 583,41	1 224 395 781,36	(795 823 198)	(14 556 641 309)
2041	424 962 524,49	1 258 294 355,43	(833 331 831)	(15 389 973 140)
2042	419 962 642,26	1 289 593 403,43	(869 630 761)	(16 259 603 901)
2043	416 440 275,58	1 321 918 674,28	(905 478 399)	(17 165 082 300)
2044	415 816 034,69	1 339 768 793,05	(923 952 758)	(18 089 035 058)
2045	416 761 305,43	1 340 603 123,51	(923 841 818)	(19 012 876 876)
2046	417 641 733,02	1 336 054 993,28	(918 413 260)	(19 931 290 137)
2047	419 429 887,38	1 328 120 580,20	(908 690 693)	(20 839 980 829)
2048	421 657 926,10	1 317 743 567,61	(896 085 642)	(21 736 066 471)
2049	423 987 232,94	1 304 954 037,95	(880 966 805)	(22 617 033 276)
2050	425 717 705,92	1 295 023 753,65	(869 306 048)	(23 486 339 324)
2051	426 285 334,09	1 289 475 898,75	(863 190 565)	(24 349 529 888)
2052	426 063 815,56	1 287 070 653,57	(861 007 038)	(25 210 536 926)
2053	422 992 888,24	1 297 473 464,51	(874 480 576)	(26 085 017 503)
2054	420 168 374,29	1 304 829 896,77	(884 661 522)	(26 969 679 025)
2055	416 753 304,04	1 313 629 741,52	(896 876 437)	(27 866 555 462)
2056	414 088 191,71	1 317 569 598,94	(903 481 407)	(28 770 036 870)
2057	410 764 220,82	1 324 019 004,42	(913 254 784)	(29 683 291 653)
2058	409 322 647,53	1 319 046 368,25	(909 723 721)	(30 593 015 374)
2059	406 409 537,77	1 322 296 292,86	(915 886 755)	(31 508 902 129)
2060	404 315 230,04	1 321 554 238,44	(917 239 008)	(32 426 141 138)
2061	405 812 131,20	1 300 836 857,70	(895 024 727)	(33 321 165 864)
2062	406 304 365,00	1 285 633 729,57	(879 329 365)	(34 200 495 229)
2063	407 278 259,40	1 267 753 367,31	(860 475 109)	(35 060 970 338)
2064	408 604 415,07	1 249 008 197,85	(840 403 783)	(35 901 374 120)
2065	410 172 281,27	1 228 990 808,57	(818 818 527)	(36 720 192 648)
2066	410 072 833,55	1 219 719 961,43	(809 647 128)	(37 529 839 775)
2067	411 666 168,13	1 199 207 414,81	(787 341 247)	(38 317 181 022)
2068	413 160 927,92	1 182 003 914,30	(768 842 986)	(39 086 024 009)
2069	411 200 249,58	1 184 809 413,67	(773 600 164)	(39 859 624 173)
2070	410 125 351,07	1 182 438 046,55	(772 312 695)	(40 631 936 868)
2071	408 092 939,97	1 185 553 861,99	(777 460 922)	(41 409 397 790)
2072	406 889 125,59	1 184 715 410,16	(777 826 285)	(42 187 224 075)
2073	405 851 412,57	1 182 768 427,41	(776 917 015)	(42 964 141 090)
2074	405 604 373,85	1 176 332 916,85	(770 728 543)	(43 734 869 633)
2075	406 782 650,93	1 162 615 141,61	(755 832 491)	(44 490 702 123)
2076	406 684 080,45	1 156 719 141,45	(750 035 061)	(45 240 737 184)
2077	408 871 665,16	1 139 068 179,74	(730 196 515)	(45 970 933 699)
2078	409 519 515,63	1 131 404 494,15	(721 884 979)	(46 692 818 677)
2079	411 487 110,22	1 117 446 039,04	(705 958 929)	(47 398 777 606)
2080	412 772 247,78	1 108 677 811,39	(695 905 564)	(48 094 683 170)
2081	414 317 024,32	1 099 400 264,61	(685 083 240)	(48 779 766 410)
2082	416 280 381,73	1 088 611 719,04	(672 331 337)	(49 452 097 747)
2083	417 067 217,26	1 085 268 645,37	(668 201 428)	(50 120 299 175)
2084	417 903 794,57	1 082 701 532,70	(664 797 738)	(50 785 096 914)
2085	418 169 831,40	1 083 714 122,25	(665 544 291)	(51 450 641 204)
2086	417 668 922,12	1 089 219 967,93	(671 551 046)	(52 122 192 250)
2087	416 743 391,82	1 097 489 092,30	(680 745 700)	(52 802 937 951)
2088	416 178 505,86	1 102 810 668,13	(686 632 162)	(53 489 570 113)
2089	414 568 017,19	1 114 541 487,90	(699 973 471)	(54 189 543 584)
2090	412 403 317,71	1 129 545 629,52	(717 142 312)	(54 906 685 895)
2091	412 103 117,06	1 133 488 937,18	(721 385 820)	(55 628 071 716)
2092	411 165 747,99	1 140 803 989,91	(729 637 242)	(56 357 708 958)
2093	397 218 724,98	1 146 597 231,84	(749 378 507)	(57 107 087 464)

FONTE: Avaliação Atuarial de 31/12/2017, correspondente ao DRAA 2018.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

- Projeção atuarial de 2018 a 2093 elaborada na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, conforme normativos do Governo Federal, e oficialmente enviada para o Ministério da Fazenda – MF;

- Preenchido conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8a. Edição (Portaria STN nº 495, de 06/06/2017), válido a partir do exercício financeiro de 2018.

- Os fluxos foram calculados com base na reposição de 1:1, observado o art. 7º, § 2º, da Portaria MPS nº 403/2008.

- Dados e principais hipóteses, conforme Portaria MPS nº 403/2008, utilizados para a projeção acima:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial.

- Idade Média em 31/12/2017: Ativos do RPPS, 37,5 anos; Inativos, 62,0 anos; Pensionistas: 56,6 anos.

- Folha 12/2017 - Cadastro PREVMILITAR: Ativos, R$ 72,71 milhões; Inativos, R$ 28,20 milhões; Pensionistas, R$ 16,37 milhões.

- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014.

- Apuração das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais e futuros segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (grupo aberto).

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar Estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016): 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2015 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

- Projeções de receitas resultantes das esperanças matemáticas de contribuições do Ente Público, dos segurados e dos pensionistas; e projeção de despesas resultantes das esperanças matemáticas de pagamento de benefícios previdenciários do PREVMILITAR.

I. FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da legislação federal norteadora da presente avaliação atuarial, destacam-se como base legal: (i) o art. 40 da Constituição Federal; (ii) as Emendas Constitucionais Federais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; (iii) as Leis Federais nº 9.717/1999 e nº 10.887/2004; bem como (iv) a Portaria MPS nº 403/2008, com suas normas de Atuária.

- No que se refere à legislação estadual vigente relacionada ao SUPSEC, ressaltam-se: (i) a Lei Complementar nº 12, de 23/06/1999, que dispõe sobre a instituição do SUPSEC, com suas atualizações, especialmente a Lei Complementar nº 159, de 14/01/2016, e a Lei Complementar nº 167, de 27/12/2016; (ii) a Lei Complementar nº 21, de 29/06/2000, atualizada; (ii) a Lei nº 13.578, de 21/01/2005; (iv) a Constituição do Estado do Ceará, atualizada; (v) a Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011; e (vi) a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013.

II. BASE CADASTRAL DISPONIBILIZADA

O cadastro utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2017, para fins de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA 2018 - PREVMILITAR, abrangeu todos os segurados ativos, inativos e pensionistas do Plano de Custeio Militar (Fundo PREVMILITAR), disponibilizados para efeito da avaliação, perfazendo um total de 18.710 segurados efetivamente ativos (exclui os 1.329 afastados e tratados como inativos); 6.511 inativos (inclui os 1.329 mencionados); e 7.111 pensionistas.

A data-base desse cadastro se referia à folha de pagamento de dezembro de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG do Estado, referentes aos segurados ativos, inativos e pensionistas.

III. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA CORRENTE DO PREVMILITAR

A avaliação foi elaborada considerando todas as determinações da Portaria MPS nº 403, de 10/12/2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a legislação estadual vigente na data da avaliação;

A avaliação considera o enfoque de grupo aberto de segurados do PREVMILITAR, conforme Lei Complementar Estadual nº 123/2013, calculando a obrigação previdenciária do PREVMILITAR e, consequentemente, do Estado do Ceará em relação aos segurados ativos, inativos e pensionistas vinculados a este Fundo.

A coluna de "Receitas Previdenciárias" contém a projeção das esperanças matemáticas de recebimentos de valores por parte do PREVMILITAR, decorrentes de contribuições mensais dos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre suas respectivas bases de incidência, bem como de contribuições mensais patronais do Estado do Ceará.

A coluna de "Despesas Previdenciárias" demonstra, por sua vez, a estimativa das esperanças matemáticas dos gastos anuais do PREVMILITAR com benefícios previdenciários.

A coluna "Resultado Previdenciário" apresenta a diferença anual entre as receitas e despesas previdenciárias estimadas.

A coluna "Saldo Financeiro do Exercício" representa o resultado entre as "Receitas Previdenciárias" menos as "Despesas Previdenciárias", mais o Saldo Financeiro do exercício anterior ao de referência.

Quanto à atual configuração previdenciária do Plano de Custeio Militar do SUPSEC, operacionalizado através do Fundo PREVMILITAR, observa-se que o valor mensal arrecadado de contribuições normais do Ente Público e dos segurados é insuficiente para cobrir as despesas com o pagamento dos benefícios contemporâneos. Face ao regime de repartição simples, o percentual de custo projetado para o ano de 2018 é de 64,7% sobre a remuneração de contribuição. Esclarece-se que o Tesouro Estadual é responsável por efetuar aportes extras ao PREVMILITAR para suprir essa insuficiência financeira mensal, conforme dispõe a Lei Federal nº 9.717/1998, art. 2º, § 1º, e legislação federal correlata.

Na sua configuração corrente, sob a sistemática de regime de repartição simples, o Plano de Custeio Militar do SUPSEC (PREVMILITAR) revela uma tendência crescente de seus custos previdenciais anuais no curto e médio prazos, na medida em que os atuais segurados ativos implementem as condições de elegibilidade a benefícios, bem como quanto às determinações da Lei Complementar nº 93, de 25/01/2011, antes comentada. Enseja, consequentemente, uma tendência de crescimento nos valores dos aportes anuais do Tesouro Estadual para suprir as deficiências de arrecadação de contribuições do PREVMILITAR, nada obstante os aumentos das contribuições laborais e patronais, conforme Lei Complementar Estadual nº 167, de 27/12/2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 12/1999, a saber: 12% para o beneficiário e 24% para o Ente, de 28/03/2017 a 12/2017; 13% para o beneficiário e 26% para o Ente, em 2018; e 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019.

Não há recursos capitalizados no Plano de Custeio Militar (PREVMILITAR) na data da avaliação, sendo os saldos contábeis verificados no final de cada mês imediatamente gastos com o pagamento de benefícios no início do mês subsequente, conforme dados contábeis oficiais do Estado.

- Observe-se que os resultados das avaliações atuariais estão diretamente relacionados aos dados cadastrais disponíveis e aos parâmetros neles considerados.

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2019

LRF, art 4º § 2º inciso V

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA			Compensação	
			2019	2020	2021	ATO NORMATIVO	DETALHE
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1 086 605 481	1 130 721 664	1 175 724 386	Lei Complementar 152/2015 de 27/07/2015	Incidência de 2%(Fecop) para os novos produtos Isotônicos,refrigerantes,perfumes, produtos de beleza,artigos e alimentos para animais de estimação, inseticidas, fungicidas formicidas e herbicidas.
						Lei nº 15 892/2015 de 27/11/2015	Redefiniu alíquotas de diversos produtos de 17% para 28%(Rodas esportivas para automóveis, Drones, Embarcações e jet skis, de 25% para 27%(bebidas alcoólicas e gasolina), de 25% para 28%(Ultraleves, asas-delta, armas, munições, fumo,cigarros e outros)
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	20 172 065	20 931 051	21 826 495	Lei nº 16 097/2016 de 27/07/2016	Institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal-FEEF Que cria o encargo de 10% do incentivo ou benefício concedido à empresa contribuinte do Icms
						Lei nº16 177/2016 de 27/12/2016	Reajuste da alíquota modal do Icms de 17% para 18%
TOTAL			1.106.777.546	1.151.712.715	1.197.550.881		

FONTE: SEFAZ, 23/03/2018, 10h 50min

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126931

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA POR REGIÃO - art 165, § 6° da CF/88
2019

LRF, art 4°, § 2°, inciso V

REGIÕES	2019	2020	2021
Região Cariri	48.359.633	50.323.034	52.325.891
Região Centro Sul	197.337	205.349	213.521
Região Grande Fortaleza	821.715.406	855.077.052	889.109.118
Região Litoral Leste	8.608.335	8.957.834	9.314.356
Região Litoral Norte	4.629.988	4.817.965	5.009.720
Região Litoral Oeste/ Vale do Curu	12.384.293	12.887.095	13.400.001
Região Maciço de Baturité	3.453.865	3.594.092	3.737.137
Região Serra da Ibiapaba	3.309.256	3.443.612	3.580.668
Região Sertão Central	33.958.286	35.336.993	36.743.405
Região Sertão de Sobral	118.488.036	123.298.651	128.205.937
Região Sertão de Crateús	10.242.452	10.658.296	11.082.496
Região Sertão do Inhamuns	721.201	750.482	780.351
Região Vale do Jaguaribe	40.709.458	42.362.262	44.048.280
Total geral	**1.106.777.546**	**1.151.712.715**	**1.197.550.881**

Fonte SEFAZ/ Célula de Benefícios Fiscais.

Nota: Lei Complementar n° 154, de 20 de outubro de 2015 - Define as Regiões do Estado do Ceará para fins de Planejamento.

FSC
MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C126031

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2019

LRF, art. 4°, parágrafo 2°, inciso V — R$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	256.617,0
(-) Transferências Constitucionais	64.154,2
(-) Transferências ao FUNDEB	38.492,5
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	153.970,2
Redução Permanente da Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	153.970,2
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	117.713,4
Novas DOCC	47.523,5
Novas DOCC geradas por PPP	70.189,8
Margem Líquida de Expansão de DOCC V = (III - IV)	36.256,8

FONTE: SEPLAG, 13/04/2018, 17h:10min

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17 da LRF).

Desse modo, o Estado do Ceará estimou parcela do crescimento do ICMS em 2019 no valor aproximado de R$ 256,6 milhões de reais para fazer face a novas despesas continuadas.

Contudo, do valor projetado, deve ser deduzida a parcela destinada aos municípios, representando cerca de R$ 64,1 milhões e o montante que irá compor o FUNDEB, no montante de R$ 38,5 milhões aproximadamente.

Após realizadas as deduções, R$ 47,5 milhões, aproximadamente, serão destinados ao custeio dos novos equipamentos previstos com repercussão em 2019. Dentre estes se destacam os gastos com a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento, Delegacias Regionais, Escolas de Educação Profissional e Cadeias Públicas. O Estado prevê ainda possíveis novos dispêndios em 2019 gerados pelo início da execução da PPP do Hospital Regional Metropolitano, no montante de R$ 70,2 milhões.

Por fim, R$ 36,2 milhões, aproximadamente, é a margem líquida projetada de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado que poderão advir em decorrência de outros investimentos planejados pelo Estado para os anos subsequentes.

I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO [1]	R$ milhares									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	**15.347.393**	**17.040.927**	**18.525.395**	**19.378.427**	**22.530.027**	**22.869.503**	**23.420.036**	**24.600.719**	**25.976.058**	**27.538.466**
Receita tributária	7.784.412	8.835.210	9.662.285	10.225.482	11.624.516	12.197.564	13.074.973	14.076.153	14.960.474	15.901.044
Impostos	7.461.955	8.475.675	9.265.443	9.799.262	10.901.806	11.417.213	12.232.919	13.166.852	13.983.960	14.852.516
Taxas	322.428	359.536	396.842	426.221	722.710	780.352	842.054	909.301	976.514	1.048.528
Receita de Contribuição	1.099.806	1.209.819	1.380.549	1.395.437	1.573.816	1.665.813	1.763.594	1.870.902	1.934.113	2.000.829
Receita Patrimonial	441.964	562.650	417.814	377.498	406.380	424.175	660.340	421.096	333.051	345.476
Receitas Financeiras	232.242	293.328	318.732	352.254	376.237	353.936	262.910	271.684	281.429	291.557
Outras Receitas Patrimoniais	209.722	269.322	99.082	25.244	30.143	70.239	597.430	149.412	51.622	53.920
Receita de Serviços	52.617	52.862	53.399	73.315	82.566	106.477	86.769	90.413	94.482	98.734
Transferências Correntes	5.576.249	5.902.878	6.394.618	6.677.266	7.570.667	7.481.743	8.009.869	8.524.178	9.041.168	9.585.041
Transferências Intergovernamentais	5.372.525	5.768.191	6.249.714	6.584.221	7.439.874	7.385.851	7.863.693	8.369.561	8.877.348	9.411.659
Transferências da União	4.202.014	4.531.440	4.885.435	5.159.295	5.949.574	5.859.620	6.238.125	6.637.543	7.022.452	7.429.475
Transferências Multigovernamentais	1.119.562	1.188.497	1.316.398	1.382.579	1.490.300	1.430.705	1.526.573	1.628.866	1.747.102	1.869.539
Transferências dos Municípios	50.950	48.254	47.881	42.347	-	95.527	98.994	103.152	107.794	112.645
Transferências de Instituições Privadas	7.026	8.607	6.667	8.176	12.509	16.216	16.805	17.510	18.298	19.122
Transferências de Pessoas	839	757	1.167	465	1.123	892	924	963	1.006	1.052
Transferências de Convênios	195.859	125.323	138.336	84.404	117.161	78.784	128.447	136.144	144.515	153.208
Outras Receitas Correntes	392.345	477.507	637.726	629.429	1.272.083	993.730	709.978	760.243	818.248	879.537
RECEITAS DE CAPITAL	**1.098.650**	**1.862.335**	**2.540.215**	**1.929.202**	**1.752.230**	**2.539.452**	**1.512.643**	**1.782.973**	**1.814.715**	**1.714.226**
Operações de Crédito	811.527	1.190.525	1.633.747	1.539.757	1.109.696	2.051.079	1.065.193	1.583.497	1.165.442	1.220.186
Amortização de Empréstimos	50	94	1	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	8.164	1.792	5.956	4.337	4.002	16.429	16.999	17.654	18.381	19.117
Transferências de Capital	277.611	669.923	831.649	373.862	638.501	471.261	430.451	181.822	630.892	474.923
Outras Receitas de Capital	1.298	-	68.863	11.247	31	683	-	-	-	-
TOTAL	16.446.043	18.920.770	21.101.885	21.307.629	24.282.257	25.408.955	26.051.109	27.560.286	29.032.123	30.562.372

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016

Nota:

1. A partir de 2012 são deduzidos os recursos para formação do FUNDEB.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

I.a - Receita Tributária

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	7.760.898	-0,5%
2013	8.835.694	13,6%
2014	9.661.506	9,3%
2015	10.225.175	5,8%
2016	11.623.754	13,7%
2017	12.197.141	4,9%
2018	13.072.674	7,2%
2019	14.073.854	7,7%
2020	14.958.175	6,3%
2021	15.898.745	6,3%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

Nota

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.b - Fundo de Participação dos Estados

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	3.636.497	-17,5%
2013	3.910.874	7,5%
2014	4.261.723	9,0%
2015	4.483.264	5,2%
2016	5.076.173	13,2%
2017	4.867.287	-4,1%
2018	5.199.891	6,8%
2019	5.548.325	6,7%
2020	5.881.225	6,0%
2021	6.234.098	6,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

Nota:

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.c - Outras Receitas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL - R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	404.748	3,8%
2013	470.085	16,1%
2014	636.831	35,5%
2015	626.378	-1,6%
2016	1.264.816	101,9%
2017	985.065	-22,1%
2018	709.978	-27,9%
2019	760.243	7,1%
2020	621.964	-18,2%
2021	674.421	8,4%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

1. Com dedução do FUNDEB a partir de 2012

I.d - Receitas de Capital

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2012	1.098.650	-21,7%
2013	1.862.367	69,5%
2014	2.540.215	36,4%
2015	1.929.202	-24,1%
2016	1.752.230	-9,2%
2017	2.539.452	44,9%
2018	1.512.643	-40,4%
2019	1.782.973	17,9%
2020	1.768.441	-0,8%
2021	1.667.366	-5,7%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017 e STN

II - CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS

ESPECIFICAÇÃO	R$ milhares									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES	13.742.252	15.304.742	17.277.833	18.287.950	20.016.053	20.952.113	22.283.901	23.541.351	24.877.505	26.226.263
Pessoal e Encargos Sociais	7.493.882	8.271.354	9.126.570	9.997.649	10.454.759	11.023.337	11.904.071	12.660.109	13.343.070	14.114.892
Juros e Encargos da Dívida	247.099	246.480	297.663	414.556	446.076	452.098	555.860	591.288	644.631	663.940
Outras Despesas Correntes	6.001.271	6.786.908	7.853.600	7.875.745	9.115.218	9.476.679	9.823.970	10.289.954	10.889.804	11.447.431
DESPESAS DE CAPITAL	2.895.939	3.090.398	4.505.682	3.220.185	3.250.863	3.656.239	3.910.102	4.166.663	4.299.993	4.480.442
Investimentos	2.070.703	2.239.534	3.475.765	2.411.487	2.172.566	2.467.740	2.884.987	2.892.756	2.962.801	3.164.678
Inversões Financeiras	138.196	323.191	434.101	119.346	231.520	199.223	203.404	210.368	221.917	233.884
Amortização Financeira	687.040	527.673	595.816	689.352	846.777	989.275	821.712	1.063.539	1.115.275	1.081.880
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	62.105	64.713	67.626	70.669
TOTAL	16.638.192	18.395.141	21.783.515	21.508.135	23.266.916	24.608.352	26.256.109	27.772.728	29.245.123	30.777.373

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016 e STN

II.a - Pessoal e Encargos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	8.271.354	10,4%
2014	9.126.570	10,3%
2015	9.997.649	9,5%
2016	10.454.759	4,6%
2017	11.023.337	5,4%
2018	11.904.071	8,0%
2019	12.660.109	6,4%
2020	13.343.070	5,4%
2021	14.114.892	5,8%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

Outras Despesas Correntes

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	6.786.908	13,1%
2014	7.853.600	15,7%
2015	7.875.745	0,3%
2016	9.115.218	15,7%
2017	9.476.679	4,0%
2018	9.823.970	3,7%
2019	10.289.954	4,7%
2020	10.889.804	5,8%
2021	11.447.431	5,1%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

3.103.124 3.184.718 3.398.562

II.b - Juros e Encargos da Dívida

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	246.480	-0,3%
2014	297.663	20,8%
2015	414.556	39,3%
2016	446.076	7,6%
2017	452.098	1,3%
2018	555.860	23,0%
2019	591.288	6,4%
2020	644.631	9,0%
2021	663.940	3,0%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Despesas de Investimentos

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	2.239.534	8,2%
2014	3.475.765	55,2%
2015	2.411.487	-30,6%
2016	2.172.312	-9,9%
2017	2.467.740	13,6%
2018	2.884.987	16,9%
2019	2.892.756	0,3%
2020	2.963.941	2,5%
2021	3.157.157	6,5%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

II.c - Reserva de Contingência

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	-	
2014	-	-
2015	-	
2016	-	
2017	-	
2018	62.105,0	
2019	64.713,4	4,2%
2020	67.625,5	4,5%
2021	70.668,6	4,5%

Fonte: SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Despesas de Inversões

METAS ANUAIS	VALOR NOMINAL R$ milhares	VARIAÇÃO %
2013	323.191	133,9%
2014	434.101	34,3%
2015	119.346	-72,5%
2016	231.520	94,0%
2017	199.223	-13,9%
2018	203.404	2,1%
2019	210.368	3,4%
2020	221.917	5,5%
2021	233.884	5,4%

Nota: O período 2013 a 2021 contém as despesas intra-orçamentárias.

FSC www.fsc.org MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

III - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	15.347.393	17.040.927	18.525.395	19.378.427	22.530.027	22.869.503	23.420.036	24.600.719	25.976.058	27.538.467
Receita Tributária	7.784.412	8.835.210	9.660.241	10.225.482	11.624.516	12.197.564	13.072.674	14.073.854	14.958.175	15.898.745
Receita de Contribuição	1.099.806	1.209.819	1.361.597	1.395.437	1.573.816	1.665.813	680.406	730.933	730.933	730.933
Receita Patrimonial	441.964	562.650	417.814	377.498	406.380	424.175	860.340	421.096	333.051	345.476
Aplicações Financeiras (II)	232.242	293.328	318.732	352.254	376.237	353.936	262.910	271.684	281.429	291.557
Outras Receitas Patrimoniais	209.722	269.322	99.082	25.244	30.143	70.239	597.430	149.412	51.622	53.920
Receita de Serviços	52.617	52.862	53.399	73.315	82.566	166.477	86.769	90.413	94.482	98.734
Transferências Correntes	5.576.249	5.902.878	6.394.618	6.677.266	7.570.667	7.481.743	8.009.869	8.524.178	9.041.168	9.585.041
Demais Receitas Correntes	392.345	477.507	637.726	629.429	1.272.083	993.730	709.978	760.243	818.248	879.537
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	15.115.151	16.747.598	18.206.663	19.026.173	22.153.790	22.515.567	23.157.126	24.329.034	25.694.629	27.246.909
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.098.650	1.862.335	2.540.215	1.929.202	1.752.230	2.539.452	1.512.643	1.782.973	1.814.715	1.714.226
Operações de Crédito (V)	811.527	1.190.525	1.633.747	1.539.757	1.109.696	2.051.079	1.065.193	1.583.497	1.165.442	1.220.186
Alienação de Ativos (VII)	8.164	1.792	5.956	4.337	4.002	16.429	16.999	17.654	18.381	19.117
Transferência de Capital	277.611	669.923	831.649	373.862	638.501	471.261	430.451	181.822	630.892	474.923
Outras Receitas de Capital	1.298	-	68.863	11.247	31	683	-	-	-	-
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	278.909	669.923	900.512	385.108	638.532	471.944	430.451	181.822	630.892	474.923
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (IX)=(III+VIII)	15.394.060	17.417.522	19.107.174	19.411.281	22.792.322	22.987.511	23.587.577	24.510.856	26.325.520	27.721.832
DESPESAS CORRENTES (X)	13.742.252	15.304.742	17.277.833	18.287.950	20.016.053	20.952.113	20.961.722	22.153.584	23.424.424	24.702.853
Pessoal e Encargos Sociais	7.493.882	8.271.354	9.126.570	9.997.649	10.454.759	11.023.337	10.772.487	11.444.576	12.072.736	12.787.286
Juros e Encargos da Dívida (XI)	247.099	246.480	297.663	414.556	446.076	452.098	555.860	591.288	644.631	663.940
Outras Despesas Correntes	6.001.271	6.786.908	7.853.600	7.875.745	9.115.218	9.476.679	9.633.375	10.117.720	10.707.057	11.251.627
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	13.495.153	15.058.262	16.980.170	17.873.394	19.569.977	20.500.015	20.405.862	21.562.296	22.779.794	24.038.913
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.042.164	3.090.398	4.505.682	3.220.185	3.250.863	3.656.239	3.908.852	4.165.394	4.298.723	4.479.171
Investimentos	2.070.703	2.239.534	3.475.765	2.411.487	2.172.566	2.467.740	2.883.736	2.891.487	2.961.531	3.163.407
Programa de Infraestrutura (XIV)	853.775	871.663	1.545.618	1.453.756	927.616	1.177.662	496.369	761.989	310.539	390.689
Inversões Financeiras	138.196	323.191	434.101	119.346	231.520	199.223	203.404	210.368	221.917	233.884
Concessão de empréstimo (XV)	77.286	77.974	259.866	-	71.787	49.199	51.413	53.726	56.412	59.515
Amortização da Dívida (XVI)	687.040	527.673	595.816	689.352	846.777	989.275	821.712	1.063.539	1.115.275	1.081.880
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-	424.062	1.613.088	2.104.382	1.077.077	1.404.683	1.440.103	2.539.359	2.286.140	2.816.437	2.947.087
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	-	-	-	-	-	-	62.105	64.713	67.626	70.669
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX)=(XII+XVII+X	14.772.991	16.671.350	19.084.552	18.950.471	20.974.659	21.940.118	23.007.326	23.913.149	25.663.856	27.056.668
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX+XX)	621.069	746.172	455.336	460.811	1.817.662	1.047.393	580.252	597.707	661.665	665.164

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

Notas: Excluídas as despesas com concessões de empréstimos do Grupo e Natureza de Despesa "Inversões Financeiras"

Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias a partir de 2018 - MDF 8ª edição

IV - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
DEDUÇÕES (II)	2.384.719	3.039.952	2.416.145	1.743.229	2.743.476	3.674.142	1.838.804	1.938.804	1.968.804	1.958.804
Ativo Disponível	2.618.936	3.241.149	2.549.453	1.971.446	2.924.593	3.888.804	1.988.804	2.038.804	2.068.804	2.108.804
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	234.216	201.197	133.308	228.216	181.117	214.662	150.000	100.000	120.000	150.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-									
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL	(138.648)	(580.539)	(2.144.080)	(3.284.830)	1.594.753	(371.025)	(2.663.375)	(605.602)	(86.111)	404.660

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2016

Nota: Foi alterada a metodologia de cálculo do Resultado Nominal, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição

V - MÉMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA

R$ milhares R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas (Contratual)	5.745.082	6.980.855	8.501.127	11.113.042	10.518.535	11.820.226	12.648.264	13.353.866	13.469.977	13.055.317
DEDUÇÕES (II)	2.384.719	3.039.952	2.416.145	1.743.229	2.743.476	3.674.142	1.838.804	1.938.804	1.968.804	1.958.804
Ativo Disponível	2.618.936	3.241.149	2.549.453	1.971.446	2.924.593	3.888.804	1.988.804	2.038.804	2.068.804	2.108.804
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	234.216	201.197	133.308	228.216	181.117	214.662	150.000	100.000	120.000	150.000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	3.360.363	3.940.902	6.084.982	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.809.460	11.415.062	11.501.173	11.096.513

Fonte: SEPLAG/SEFAZ/Balanço Geral do Estado até 2017

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C126031

ANEXO III
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
(Art. 4o, § 3o , da Lei Complementar no 101, de 2000)

Em conformidade com a Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento, bem como as providências a serem adotadas, caso se concretizem.

No que concerne a Outros Riscos Ficais Passivos, situações como frustração de arrecadação e discrepância de projeções podem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

Dessa forma, o principal risco que poderá afetar o cumprimento das metas no Estado do Ceará para 2019 decorre da possibilidade de frustração na arrecadação de R$ 90 milhões oriundos das concessões previstas, tendo em vista que entraves burocráticos poderão ocorrer ao longo do processo.

De forma geral, com o objetivo de minimizar e equacionar os problemas, serão adotadas medidas de redução das despesas discricionárias no montante de R$ 90 milhões, visando garantir o atingimento das metas fiscais do período.

No quadro a seguir evidencia-se o impacto sobre as receitas, em função dos passivos contingentes e dos demais riscos fiscais, bem como as providências que deverão ser tomadas para garantir o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2019.

ARF (LRF, art 4°, § 3°) R$ milhares

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Redução em R$ 90 milhões na arrecadação de Concessões previstas.	90.000	Redução das despesas de natureza discricionária.	90.000
SUBTOTAL	90.000	SUBTOTAL	90.000
TOTAL	90.000	TOTAL	90.000

FONTE: SEPLAG, 04/04/2018, 9h.00min

ANEXO IV
RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

I. Metas Fiscais;
II. Renúncia de Receitas e Margem para Expansão da Despesa;
III. Evolução das Receitas;
IV. Evolução das Despesas;
V. Legislação da Receita;
VI. Legislação da Despesa;
VII. Macrorregiões de Planejamento;
VIII. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
IX. Demonstrativo da Receita por Categoria Econômica e Origem, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes;
X. Demonstrativo detalhado da Receita da Administração Direta do Tesouro, da Administração Indireta (Autarquias, Fundos, Fundações e Estatais Dependentes) e da Administração Indireta (Empresas Controladas);
XI. Demonstrativo da Despesa Por Poder, Órgão e Entidades, segregados por recursos de Tesouro e Outras Fontes;
XII. Demonstrativo da Despesa por Função;
XIII. Demonstrativo da Despesa por Subfunção;
XIV. Demonstrativo da Despesa por Programa;
XV. Demonstrativo da Despesa por Projeto;
XVI. Demonstrativo da Despesa por Atividade;
XVII. Demonstrativo da Despesa por Operação Especial;
XVIII. Demonstrativo da Despesa consolidado por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;
XIX. Demonstrativo da Despesa por Fontes de Recursos;
XX. Demonstrativo da Despesa por Macrorregião;
XXI. Demonstrativo dos Investimentos por Macrorregião – Despesas de Capital;
XXII. Demonstrativo do Orçamento por Entidade, Macrorregião e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados a Investimentos no Interior do Estado;
XXIII. Demonstrativos dos valores referentes às vinculações Constitucionais e Legais (Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia);
XXIV. Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida;
XXV. Demonstrativo do Orçamento por Órgão, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade dos Recursos Destinados às Políticas Públicas para Infância e Adolescência;
XXVI. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FECOP;
XXVII. Demonstrativo Consolidado dos Recursos do FIT;
XXVIII. Demonstrativo da Dívida Pública e as receitas que as atenderão;
XXIX. Demonstrativo de Programas, Projetos e Atividades com Identificador de Resultado Primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5;
XXX. Demonstrativo Consolidado dos Recursos de Contrato de Gestão;
XXXI. Demonstrativo das Dotações Reservadas para Despesas de Pessoal;
XXXII. Demonstrativo Consolidado por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos e Atividades, dos recursos destinados às Políticas Públicas para combater a desigualdade de gênero, em especial no que tange a violência contra a mulher, a igualdade nas condições de trabalho, os direitos sexuais e reprodutivos, a assistência humanizada à gestação, ao parto e ao puerpério.

*** *** ***

LEI Nº16.625, 19 de julho de 2018.
(Autoria: Odilon Aguiar)

DENOMINA EDIFÍCIO PREFEITO PEDRO PEDROSA DE CASTRO CASTELO O PRÉDIO-SEDE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO CEARÁ – DETRAN, NO MUNICÍPIO DE TAUÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominado Edifício Prefeito Pedro Pedrosa de Castro Castelo o prédio-sede do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará, no Município de Tauá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 19 de julho de 2018.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO

*** *** ***